

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
ESCOLA DE ARQUITETURA, ARTES E DESIGN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM ARQUITETURA E URBANISMO

MARÍLIA MIGUEL

HISTÓRIA, CAMINHOS E URBANIZAÇÃO: A FORMAÇÃO TERRITORIAL DE MORUNGABA-SP

Orientadora:

Profa. Dra. Renata Baesso Pereira

CAMPINAS

2026

Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI
Gerador de fichas catalográficas da Universidade PUC-Campinas
Dados fornecidos pelo(a) autor(a).

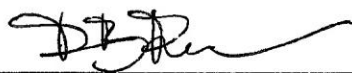
M634h	Miguel, Marília HISTÓRIA, CAMINHOS E URBANIZAÇÃO : A FORMAÇÃO TERRITORIAL DE MORUNGABA-SP / Marília Miguel. - Campinas: PUC-Campinas, 2026. 296 f.il. Orientador: Renata Baesso Pereira. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Arquitetura, Artes e Design, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2026. Inclui bibliografia. 1. História Urbana. 2. Rede Urbana. 3. Bairro Rural. I. Baesso Pereira, Renata. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Escola de Arquitetura, Artes e Design. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.
-------	--

MARÍLIA MIGUEL

**“HISTÓRIA, CAMINHOS E URBANIZAÇÃO: A FORMAÇÃO
TERRITORIAL DE MORUNGABA-SP”**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura, Artes e Design da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.
Área de Concentração: Urbanismo.
Orientador(a): Prof.^a Dr.^a Renata Baesso Pereira

Dissertação defendida e aprovada em 25 de fevereiro de 2026 pela Comissão Examinadora constituída dos seguintes professores:



Prof.ª Dr.ª Renata Baesso Pereira
Orientadora da Dissertação e Presidente da Comissão Examinadora
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Profa. Dra. Paula Gorenstein Dedecca
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Documento assinado digitalmente
gov.br STAEAL DE ALVARENGA PEREIRA COSTA
Data: 11/03/2026 18:48:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Stael de Alvarenga Pereira Costa
UFMG

Dedico esta pesquisa a todos os Morungabenses

AGRADECIMENTOS

Meu interesse pela história da cidade de Morungaba nasceu do amor que sinto por esta terra onde nasci. Esse desejo de compreender a história de minha cidade foi transmitido a mim por meu pai, Mário, durante as eternas histórias sobre as fazendas e as construções antigas da região — histórias que também vivi de perto, por meio do remanescente em taipa de pilão da casa de colonos do sítio onde vivemos.

O meu primeiro contato com a pesquisa acadêmica ocorreu durante a graduação em Arquitetura e Urbanismo, despertado pelas aulas de História da Arquitetura ministradas pelo professor Dr. Roberto Pastana Teixeira Lima. Agradeço imensamente ao professor Roberto por me incentivar a dar os primeiros passos na pesquisa e por despertar meu interesse pela história da cidade de Morungaba.

Minha trajetória na pesquisa seguiu para a PUC-Campinas, instituição que me proporcionou o convívio com professores incríveis. Agradeço especialmente à professora Dra. Renata Baesso Pereira, minha orientadora, que me acolheu de braços abertos. Obrigada por todo o apoio, aprendizado e incentivo, e por me ouvir falar com entusiasmo sobre os documentos encontrados e sobre os remanescentes das fazendas de café da região de Morungaba.

Agradeço também a todos os docentes da PUC-Campinas com os quais tive o prazer de assistir às aulas e que, de alguma forma, contribuíram para minha formação na pós-graduação. Em especial, agradeço ao professor Dr. Dirceu Piccinato Junior, por todo o aprendizado e pela contribuição na construção desta pesquisa, e ao professor Dr. Manoel Lemes da Silva Neto, pelas animadas discussões em sala de aula.

Meus agradecimentos à professora Dra. Stael de Alvarenga Pereira Costa pelas importantes considerações em minha banca de qualificação.

Por tornarem a pós-graduação mais leve, agradeço aos colegas do mestrado, em especial à Raquel Steluti Alfonsetti, à Bia Carvalho Costa Santos, ao Gabriel Xavier, ao Guilherme Ferraresi, à Me. Heloisa Mina Padula e à Mônica Cianfarini. Estendo meus agradecimentos aos colegas do grupo de pesquisa, do qual tenho orgulho em fazer

parte, especialmente à Me. Letícia Coelho, à Dra. Ana Beatris Menegaldo, e ao Dr. Rafael Augusto Silva Ferreira.

Agradeço ainda a todos os arquivistas que me receberam de braços abertos durante o levantamento de documentos sobre Morungaba. Em especial, ao Pe. Vitório Gomes de Moraes, que me recebeu na casa paroquial e me permitiu o acesso aos livros do tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Morungaba. Ao Jair Mongelli Júnior, diretor do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. E, a Rogério Scavone, que me acolheu no acervo fotográfico de sua família, um rico conjunto de imagens que ilustrou esta pesquisa.

Aos meus pais, Mário e Cláudia, agradeço profundamente. Sem o apoio e o amor de vocês, a total dedicação a este trabalho não teria sido possível.

Ao Rafael Fernandes, meu companheiro, agradeço por me ouvir com paciência e entusiasmo ao longo de toda a pesquisa, por me acolher nos momentos de incerteza e por me acompanhar em todas as visitas de campo, registrando cada passo com suas fotografias.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização desta dissertação.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

RESUMO

O presente trabalho investiga como se deu a formação do território e do espaço urbano de Morungaba-SP, do primeiro povoado, denominado Bairro dos Mansos, até o final do século XIX, quando se criou a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Barra Mansa, na cidade de Itatiba. Para isso, identificamos os bairros rurais – com base no que era entendido como “bairro” no século XIX - como uma primeira forma de ocupação do território e demonstramos como se deu o processo da doação de terras ao patrimônio religioso, que determinou a escolha do local para construção da capela dedicada à Nossa Senhora da Conceição, local de origem do núcleo urbano. De forma complementar, pretende-se compreender o sítio natural como base antecedente à formação do traçado urbano de Morungaba, utilizando os conceitos de morfogênese e da teoria territorial italiana, bem como identificar os agentes modeladores de seu espaço urbano. Esse estudo é necessário devido à escassez de produção com embasamento científico sobre a história da formação da cidade. Além disso, reforça a importância de compreender o papel das pequenas cidades, preenchendo lacunas na compreensão da formação da rede urbana microrregional. Como abordagem metodológica, utilizamos o método histórico, o jogo de escalas (Lepetit, 2001) e a teoria territorial italiana (Caniggia; Maffei, 2001) na investigação da gênese da ocupação territorial, visando à compreensão de seu desenvolvimento espacial até o final do século XIX. Para isso, utilizamos análise de fontes primárias, em conjunto com cartografia dos séculos XIX e XX. Como resultado, pretendemos, por meio do cruzamento dessa documentação, proporcionar um amplo entendimento sobre como esse território se desenvolveu.

Palavras-chave: História Urbana; Rede Urbana; Bairro Rural; Morungaba; Itatiba; Século XIX.

ABSTRACT

“History, pathways and urbanization: the territorial formation of Morungaba-SP”

The present study investigates how the formation of the territory and urban space of Morungaba, São Paulo, were formed, from the first settlement, known as Bairro dos Mansos, to the end of the nineteenth century, when the parish of Our Lady of Conceição of Barra Mansa was created in the city of Itatiba. To this end, rural neighborhoods—based on what was understood as a “neighborhood” in the nineteenth century—are identified as an initial form of territorial occupation, and the process of land donation to the religious patrimony is demonstrated, which determined the choice of the site for the construction of the chapel dedicated to Our Lady of Conceição, the place of origin of the urban core. Complementarily, the study seeks to understand the natural site as a basis antecedent to the formation of Morungaba’s urban layout, using the concepts of morphogenesis and Italian territorial theory, as well as to identify the agents that shaped its urban space. This study is necessary due to the scarcity of scientifically grounded production on the history of the city’s formation. In addition, it reinforces the importance of understanding the role of small cities, filling gaps in the understanding of the formation of the microregional urban network. As a methodological approach, the historical method, the game of scales (Lepetit, 2001), and Italian territorial theory (Caniggia; Maffei, 2001) are used in the investigation of the genesis of territorial occupation, aiming to understand its spatial development up to the end of the nineteenth century. For this purpose, the analysis of primary sources is employed, together with nineteenth- and twentieth-century cartography. As a result, through the cross-referencing of this documentation, the study seeks to provide a broad understanding of how this territory developed.

Keywords: Urban History; Urban Network; Rural Neighborhood; Morungaba; Itatiba; Nineteenth Century.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Listas Nominativas de Habitantes consultadas. Fonte: APESP.....	40
Quadro 2 – Documentos consultados no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Fonte: ACMSP.....	45
Quadro 3 – Documentos consultados no arquivo da Assembleia Legislativa de São Paulo. Fonte: ALESP.....	46
Quadro 4 – Documentos da Câmara Municipal de Itatiba Consultados. Fonte: Câmara Municipal de Itatiba.....	48
Quadro 5 – Documentos consultados no Projeto Resgate da Biblioteca Luso-Brasileira. Fonte: APESP.....	48
Quadro 6 – Cartografias consultadas referentes aos séculos XVIII, XIX e XX. Fonte: Elaborado pela autora, 2025.....	50
Quadro 7 – Quadro explicativo do processo metodológico da pesquisa. Elaborado pela autora, 2025.....	52
Quadro 8 – Quadro explicativo do processo metodológico da produção dos mapas. Elaborado pela autora, 2025.....	53
Quadro 9 – Denominações anteriores das cidades da rede microrregional de estudo. Fonte: IGC (2011). Elaborado pela autora, 2025.....	54
Quadro 10 – Desmembramentos e elevações das freguesias e vilas ao norte da vila de Jundiaí na segunda metade do século XVIII. Fonte: IGC (2011). Elaborada pela autora, 2025.....	65
Quadro 11 - Origem dos habitantes do bairro do Atibaia no termo da vila de Jundiaí, em 1801. Fonte: APESP, Lista Nominativa de habitantes de Jundiaí (1801). Elaborado pela autora, 2025.....	72
Quadro 12 - Bairros rurais citados nas Listas Nominativas da vila de Jundiaí, no século XVIII. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo. Elaborado pela autora, 2025.....	74
Quadro 13 - Bairros rurais citados nas Listas Nominativas da vila de Jundiaí, no século XIX. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo. Elaborado pela autora, 2025.....	78
Quadro 14 – Número de fogos no bairro do Atibaia, no termo da Vila de Jundiaí (1786-1797). Fonte: APESP, Lista Nominativa de habitantes da vila de Jundiaí (1786-1797). Elaborado pela autora, 2025.....	83
Quadro 15 – Lista de moradores do bairro do Atibaia, na Vila de São Carlos (Campinas), em 1797. Fonte: APESP, Lista Nominativa de habitantes da vila de Jundiaí (1797). Elaborado pela autora, 2025.....	85

Quadro 16 - População da 5ª Companhia de ordenanças da Vila de Jundiaí em 1829. Fonte: APESP, Lista Nominativa de habitantes da vila de Jundiaí, 1829.....	93
Quadro 17 - Bairros Rurais do território da freguesia de Belém de Jundiaí, em 1835. Fonte: ACMSP, 1835, p. 17, 03-02-21).....	94
Quadro 18 - Forma de aquisição das propriedades registradas no Registro Paroquial de Terras de Belém de Jundiaí (1855-1857). Fonte: APESP.....	118
Quadro 19 - “Sítios” e “fazendas” citados no Registro Paroquial de Terras de Belém de Jundiaí, 1855/1856/1857. Fonte: APESP.....	119
Quadro 20 - Fazendas georreferenciadas do período da lavoura cafeeira no território de Itatiba e Morungaba-SP. Fonte das informações: APESP. Elaborado pela autora, 2025.....	122
Quadro 21 - Proprietários com terras declaradas no bairro do Couto, na Freguesia de Belém de Jundiaí, nos RPTs (1855-1857). Fonte: APESP.....	233
Quadro 22 - Proprietários com terras declaradas no bairro do Feital, na Freguesia de Belém de Jundiaí, nos RPTs (1855-1857). Fonte: APESP.....	238
Quadro 23 - Proprietários com terras declaradas no bairro do Jaguari, na Freguesia de Belém de Jundiaí, nos RPTs (1855-1857). Fonte: APESP.....	239
Quadro 24 - Proprietários com terras declaradas no bairro da Posse, na Freguesia de Belém de Jundiaí, nos RPTs (1855-1857). Fonte: APESP.....	240
Quadro 25 - Proprietários de escravizados 10 ou mais na freguesia de Belém de Jundiaí em 1836. Fonte: APESP, Lista Nominativa de habitantes da freguesia de Belém de Jundiaí, termo da vila de Jundiaí, 1836.....	257

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Mapa de localização do Município de Morungaba-SP. Fonte: Elaborado pela autora, 2025. 26
- Figura 2 – Lista Nominativa de Habitantes da Vila de Jundiaí do ano de 1836. Digitalização (folha 209) contendo o bairro da Freguesia de Belém de Jundiaí. Fonte: APESP (1836).. 39
- Figura 3 – Registro Paroquial de Terras da Freguesia de Belém de Jundiaí (livro 118) de 1854 a 1857. Digitalização da página 1v contendo o primeiro registro. Fonte: APESP..... 42
- Figura 4 – Livro do Tombo nº1 da Paroquia de Nossa Senhora da Conceição de Morungaba-SP (1893-1925). Fotografia da página 5v realizada pela autora (2024). Fonte: Arquivo da Casa Paroquial de Morungaba-SP. 44
- Figura 5 – Trecho do mapa da costa do Brasil desde a ponta de Itapetininga, São Paulo (1750). Fonte: Acervo do Museu Paulista da USP. Mapas da Coleção Aguirra. Disponível online:
https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:GLAM/Museu_Paulista/Listas/Mapas_da_cole%C3%A7%C3%A3o_Aguirra 59
- Figura 6 – Trecho da Carta Corográfica da Capitania de São Paulo. No mapa vemos as duas rotas que partiam da cidade de São Paulo em direção ao norte. Fonte: Acervo do Museu Paulista. Arquivo Aguirra. Disponível em:
https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:GLAM/Museu_Paulista/Listas/Mapas_da_cole%C3%A7%C3%A3o_Aguirra. Acesso em: 26 de março de 2025. Editado pela autora em 2025. 62
- Figura 7 – Termo da vila de Jundiaí e seus desmembramentos na segunda metade do século XVIII. Fonte: Elaborado pela autora, 2025. 68
- Figura 8 – Vista do bairro Clube de Campo para a Serra das Cabras em Morungaba-SP. Fonte: Acervo da autora, 2025. 73
- Figura 9 – Mapa dos bairros rurais no termo da vila de Jundiaí no século XVIII, segundo as Listas Nominativas. Elaboração da autora no Qgis sobre base do IBGE (1970-72), da CCGSP (1905-1911), e da imagem de satélite. Fonte: APESP..... 75
- Figura 10 – Mapa dos bairros rurais no termo da vila de Jundiaí no século XIX, segundo as Listas Nominativas. Elaboração da autora no Qgis sobre base do IBGE (1970-72), da CCGSP (1905-1911), e da imagem de satélite. Fonte: APESP..... 79
- Figura 11 – Trecho do mapa da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo. Folha de Campinas (1911), e de Jundiaí (1905). Em rosa, espacialização de sesmaria a partir do desenho de Ribeiro et al. (2016, p. 120), que incluem os moradores arrolados no bairro

do Atibaia, na vila de São Carlos (Campinas): Angelo Cordeiro, Francisco de Camargo Pimentel e José Domingues da Rocha. Fonte do mapa: APESP. Elaborado pela autora, 2025.....	86
Figura 12 – Hipótese de espacialização dos territórios desmembrados do termo da vila de Jundiaí, no século XIX. Fonte: elaborado pela autora, 2025.	89
Figura 13 – Igreja do Rosário, em Itatiba-SP. Primeira capela da freguesia de Belém de Jundiaí. Fonte: https://circuitodasfrutasoficial.sp.gov.br/local/igreja-nossa-senhora-do-rosario-e-largo-do-rosario/ . Acesso em: 1 out. 2025.	91
Figura 14 – Planta cadastral da cidade de Itatiba, em 1938. Escala 1:2000. Em azul, ribeirão Jacaré e córrego; em vermelho, a primeira capela - Igreja de Nossa Senhora do Rosário; em amarelo, a Matriz de Nossa Senhora do Belém. Fonte: APESP. Editado pela autora, 2025.....	92
Figura 15 - Mapa dos bairros rurais na freguesia de Belém de Jundiaí, em 1835. Elaboração da autora no Qgis sobre base do IBGE (1970-72), da CCGSP (1905-1911) e da imagem de satélite. Fonte: ACMSP.	95
Figura 16 - Trecho dos Mapas da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo. Folha de Campinas (1911), Bragança (1911), Atibaia (1907) e Jundiaí (1905). Destacamos os bairros identificados a partir do mapa de população da Freguesia de Belém de Jundiaí de 1835. Fonte: APESP e Acervo do Museu Paulista. Editado pela autora, 2025.....	96
Figura 17 - Placa indicando o acesso ao bairro do Couto em Bragança Paulista. Rodovia Alkindar Monteiro Junqueira. Fonte: Acervo da autora, 2025.....	97
Figura 18 - Trecho dos Mapas da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo. Folhas de: Campinas (1911); Bragança Paulista (1911); Jundiaí (1905); e Atibaia (1907). A linha tracejada destaca o caminho principal entre o local da gênese do núcleo urbano de Morungaba, e o núcleo urbano de Bragança. Em azul, os rios Jaguari, Atibaia, e o ribeirão. Fonte: APESP; Acervo do Museu Paulista. Editado pela autora, 2025.....	98
Figura 19 - Trecho dos Mapas da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo. Folhas de: Campinas (1911); Bragança Paulista (1911); Jundiaí (1905); e Atibaia (1907). Em rosa, hipótese de espacialização a freguesia de Belém de Jundiaí e bairros rurais (1830). Fonte do mapa base: APESP e Acervo do Museu Paulista. Editado pela autora, 2025.....	100
Figura 20 - Trechos dos Mapas da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo. Folhas de: Campinas (1911), Bragança (1911), Atibaia (1907) e Jundiaí (1905). Em	

amarelo, destacamos os bairros contidos no Registro Paroquial de Terras de Belém de Jundiaí 1855-1857. Fonte: APESP e Acervo do Museu Paulista. Editado pela autora, 2025.....	103
Figura 21 - Trechos dos Mapas da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo. Folhas de: Campinas (1911), Bragança (1911), Atibaia (1907) e Jundiaí (1905). Em amarelo, destacamos os bairros contidos no Registro Paroquial de Terras de Belém de Jundiaí 1855-1857. Fonte: APESP e Acervo do Museu Paulista. Editado pela autora, 2025.....	105
Figura 22 - Placa indicando o acesso ao bairro Feital em Morungaba-SP. Ao lado, vemos a capela da Fazenda Santo Onofre, cuja capela original foi demolida e substituída em 2024. Fonte: Acervo da autora, 2025.....	106
Figura 23 - Imagem do <i>Google Street View</i> no quilômetro 93 da rodovia Eng. Constâncio Cintra (SP-360) que conecta a cidade de Itatiba a Morungaba. Na placa, a indicação do acesso ao bairro da Posse. Fonte: <i>Google Maps</i> (set. 2024)	107
Figura 24 - Diagrama do método utilizado para georreferenciamento dos bairros rurais mencionados nas fontes primárias e na cartografia histórica. Fonte: Elaborado pela autora, 2025.....	108
Figura 25 - Mapa dos bairros rurais citados nas Listas Nominativas da vila de Jundiaí e nos Registros Paroquiais de Terras de Belém de Jundiaí (1800-1857). Elaboração da autora no Qgis sobre base do IBGE (1970-72), da CGGSP (1905-1911), e do Google Satélite. Fonte dos dados: ACMSP e APESP.....	110
Figura 26 - Trecho dos Mapas da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo. Folhas de: Campinas (1911); Bragança Paulista (1911); Jundiaí (1905); e Atibaia (1907). Em rosa, espacialização do território que se tornaria termo da vila de Belém de Jundiaí, em 1857. Fonte das informações sobre as sesmarias: (Ribeiro <i>et al.</i> 2015, p. 26); (São Paulo, 1994). Fonte dos mapas: APESP e Acervo do Museu Paulista.....	116
Figura 27 - Fazenda Chapéu de Sol, em 1916. Fotografia para o Almanaque de Itatiba de 1916. Fonte: Acervo Parodi.....	120
Figura 28 - Capela de Nossa Senhora dos Remédios e armazém da fazenda, fazenda Pereiras, Itatiba-SP. Fonte: Acervo da autora.....	120

Figura 29 - Mapa das fazendas no território compreendido por Itatiba e Morungaba-SP e entorno. Elaboração da autora no Qgis sobre base do IBGE (1970-72), da CGGSP (1905-1911), e da imagem de satélite. Fonte: ACMSP e APESP.....	123
Figura 30 - Mapa das fazendas no território de Morungaba-SP. Fonte: Elaboração da autora no Qgis sobre base do IBGE (1970-72), da CGGSP (1905-1911) e da imagem de satélite.....	126
Figura 31 - Fazenda Santa Leopoldina no distrito de Morungaba-SP, em 1916. Propriedade da família Bueno de Aguiar, fundada por volta da década de 1880. Na colina ao fundo da casa-sede vemos o cafezal. Fonte: Acervo Parodi.....	128
Figura 32 - Trecho do mapa da zona privilegiada da Companhia Paulista de Estrada de Ferro. No mapa encontra-se o trecho do ramal itatibense conectado a estação de Louveira. Fonte: (RCP, nº38, 1887, p. 100) Disponível em: https://atom.arquivoestado.sp.gov.br/br-spapesp-empresas-g001-b001-s019-b007-d038-bib-imp-pd00008 . Acesso em 08 dez. 2025.....	129
Figura 33 - Estação final do ramal da ferrovia itatibense. Fonte: Acervo Parodi.....	130
Figura 34 - Foto aérea oblíqua do núcleo urbano de Itatiba-SP em 1940. Fonte: IGC.....	131
Figura 35 - Foto aérea das quadras centrais de Itatiba-SP. s/d. No canto inferior direito vemos a casa de câmara e cadeia, e o teatro São Joaquim. Fonte: Acervo Parodi.....	132
Figura 36 - Mapa da população do Bairro do Couto da vila de Nova Bragança, em 1805. Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino. Acervo do Projeto Resgate. APESP.....	134
Figura 37 - Quadro demonstrativo dos bairros rurais citados no território atualmente compreendido por Morungaba-SP. Fonte: Nunes (2021); Registros Paroquiais de Terras de Belém de Jundiá; Livro de atas nº5 da Câmara Municipal de Itatiba (1885). Elaboração da autora, 2025.....	136
Figura 38 - Mapa dos bairros rurais citados no território de Itatiba e Morungaba-SP (1855-1885). Elaboração da autora no Qgis sobre base do IBGE (1970-72), da CGGSP (1905-1911), e da imagem de satélite. Fonte: ACMSP, APESP e Câmara Municipal de Itatiba.....	137
Figura 39 - Rio Jaguari (nov. de 2024). Vista da ponte que conecta o município de Morungaba ao de Amparo, no caminho para o bairro da Areia Branca. Fonte: Acervo da autora..	139

- Figura 40 - Trecho do Mapa do Município de Itatiba elaborado pelo Instituto Geográfico e Geológico no decreto-lei nacional nº311 de 2 de março de 1938. Escala 1:100.000. No mapa observamos alguns dos bairros das divisas do município, citados nos arquivos da ALESP, também é evidente o destaque para o fator geológico, como a linha que delimita o município baseada no divisor de água das serras e morros do território. Fonte: Arquivo Municipal de Itatiba "Norberto Carride". Consulta em: 16 mai. de 2024. Editado pela autora, 2025.....**141**
- Figura 41 - Foto aérea oblíqua de Morungaba em 1940. Instituto Geográfico e Cartográfico. Em vermelho, destacamos o local mencionado pela memorialista. Fonte: acervo da Prefeitura Municipal de Morungaba.....**144**
- Figura 42 - Trecho do Mapa da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo. Folha de Campinas (1911). Em destaque, vemos o nome de João Alves, indicando a localização de sua fazenda. Fonte: APESP.....**147**
- Figura 43 - Hipótese de espacialização das terras descritas no Registro Paroquial de Terras de Belém de Jundiá nº 152. Fonte: Elaboração da autora no Qgis sobre base do IBGE (1970-72), da CCGSP (1905-1911), da imagem de satélite e do mapa da Macrozona do Plano Diretor de Morungaba/SP (2006)**149**
- Figura 44 - Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição de Morungaba-SP. Sem data. Fonte: Grupo do Facebook intitulado “Morungaba antiga: Resgate da história através de fotos e fatos”. Disponível em: MORUNGABA ANTIGA:RESGATE DA HISTÓRIA ATRAVÉS DE FOTOS E FATOS. | Grupos | Facebook. Acesso em 14 nov. de 2025.....**151**
- Figura 45 - Linha do tempo da constituição da paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Barra Mansa. Fonte: Livro do Tombo nº 1 da Paróquia de Morungaba-SP e ACMSP. Elaborado pela autora, 2025.....**152**
- Figura 46 - Hipótese de espacialização do território da Freguesia de Conceição de Barra Mansa de acordo com a descrição dos limites da Paróquia no livro do Tombo. Elaboração sobre a base da CCGSP (1911), folha de Campinas. Fonte: Elaboração da autora, 2025.....**153**
- Figura 47 - Trecho do “Primeiro e único completo Mappa indicando a situação de Cidades, Villas e Districtos de Paz decretados até o fim do anno de 1897 do Estado de São Paulo”,

organizado por Canuto Thorman em 1898. Vemos o local “Barra Mansa” demarcado com distrito de paz. Em vermelho, a linha férrea. Fonte: APESP.....	155
Figura 48 - Modelo teórico que ilustra a segunda fase, em que surgem os assentamentos de promontório: local onde dois vales convergem. Fonte: Reproduzido de Caniggia e Maffei (2001, p. 168)	169
Figura 49 - Organograma das fases do primeiro ciclo territorial segundo Caniggia e Maffei (2001). Esquema longitudinal desenhado com base nas ilustrações de Caniggia e Maffei (2001, p. 168); e Gimmler Netto (2020, p. 128). Elaborado pela autora, 2025.....	170
Figura 50 - Organograma das fases do segundo ciclo territorial de acordo com Caniggia e Maffei (2001). Esquema longitudinal desenhado com base nas ilustrações de Caniggia e Maffei (2001, p. 168); e Gimmler Netto (2020, p. 128). Elaborado pela autora, 2025.....	172
Figura 51 - Croqui do desenvolvimento do território por meio das rotas. Fonte: Gimmler Netto, (2020, p. 128)	173
Figura 52 - Mapa topográfico com hipsometria do município de Morungaba-SP. Fonte: Elaborado pela autora, 2025.....	174
Figura 53 - Trecho do mapa da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo. Folha de Campinas (1900); e folha de Jundiaí (1905). Em destaque: em preto, núcleo urbano de Morungaba – à época denominado Barra Mansa; em roxo, os caminhos; em azul, rios Jaguari, Atibaia e ribeirões; em rosa, a Serra das Cabras e o Morro do Barreiro; em vermelho, o ramal ferroviário das Cabras. Fonte: APESP e Acervo do Museu Paulista. Elaborado pela autora, 2025.....	175
Figura 54 - Foto aérea do núcleo urbano Morungaba-SP. Década de 1980. No canto superior direito, vemos a porção mais alta do território, a serra das Cabras. Fonte: Grupo do Facebook intitulado “Morungaba antiga: Resgate da história através de fotos e fatos” Disponível em: https://www.facebook.com/groups/16847343320647/ media. Acesso em: 16 de out. de 2025. Editado pela autora, 2025.....	177
Figura 55 - Trecho do Mapa Corográfico da Província de São Paulo, por Daniel Pedro Muller. 1837. Em verde, caminho dos Goiaes; em laranja, caminho Velho; em azul, os rios Atibaia e Jaguari. Em preto, o caminho mencionado no documento que transpõe as serras. Fonte: Coleção João Batista Aguirra. Acervo do Museu Paulista. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:GLAM/Museu_Paulista/Listas/Ma	

pas_da_cole%C3%A7%C3%A3o_Aguirra. Acesso em: 30 de set. de 2025. Editado pela autora, 2025.....	180
Figura 56 - Trecho do Mapa da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo. Folhas de: Campinas (1911); Bragança Paulista (1911); Jundiaí (1905); e Atibaia (1907). Em preto, caminhos que transpõem a serra do Pântano. Em laranja, Caminho Velho. [1] freguesia de Amparo; [2] vila de Nova Bragança; [3] vila de São João do Atibaia; [4] sede do bairro do Couto (Morungaba); [5] freguesia de Belém de Jundiaí. Fonte: APESP. Elaborado pela autora, 2025.....	181
Figura 57 - Mapa topográfico do Município de Morungaba-SP. Em vermelho, rodovias atuais. Em azul, os rios Jaguari, Atibaia e ribeirões. Fonte: Elaborado pela autora, 2025.....	183
Figura 58 - Mapa de rotas de estruturação territorial de Morungaba-SP. Em vermelho, linhas de fundo de vale; em amarelo, linhas de cumeada. Elaborado pela autora, 2025.....	184
Figura 59 - Hipótese sobre a configuração de nós e polos no período dos primeiros assentamentos no território de estudo. Mapa base da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo. Folhas de: Campinas (1911); Bragança Paulista (1911); Atibaia (1907); e Jundiaí (1905). Fonte cartográfica: APESP. Elaborado pela autora, 2025.....	186
Figura 60 - Hipótese sobre a configuração de nós e polos no período de mudança no quadro fundiário no território de estudo. Mapa base da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo. Folhas de: Campinas (1911); Bragança Paulista (1911); Atibaia (1907); e Jundiaí (1905). Fonte cartográfica: APESP.....	188
Figura 61 - Fazenda Santa Ana, em 1916. Fotografada para o Almanaque de Itatiba de 1916. Fonte: Acervo Parodi.....	188
Figura 62 - Constituição do novo polo no território do bairro dos Mansos. Fonte: Elaboração da autora, 2025.....	190
Figura 63 - Mapa topográfico com as linhas estruturantes do território. Com base no método de análise de Guerreiro (2001). Fonte: Elaboração da autora, 2025.....	192
Figura 64 - Organograma dos períodos morfológicos desenvolvido a partir da análise do território e do tecido urbano de Morungaba-SP. Baseado no trabalho de Costa; Netto (2015, p. 71). Elaboração da autora, 2025.....	194

Figura 65 - Mapa de vias do núcleo urbano de Morungaba-SP em 1938. Elaborado pela autora no Qgis com base na imagem de satélite, 2025.....	196
Figura 66 - Reconstituição hipotética da morfogênese. Fonte: Elaborado pela autora no Qgis sobre base do Google Satélite. Sistema de Coordenadas Geográficas: SIRGAS 2000 (EPSG: 4674)	198
Figura 67 - Reconstituição hipotética da origem do traçado urbano de Morungaba-SP. Fonte: Elaborado pela autora com base na planta do distrito de paz de Morungaba (1938) e da imagem de satélite, 2025.....	200
Figura 68 - Largo da Igreja Matriz de Morungaba-SP. s/d. Na fotografia observa-se o casario construído na testada do largo da Igreja. Fonte: Grupo do Facebook intitulado “Morungaba antiga: Resgate da história através de fotos e fatos” Disponível em: MORUNGABA ANTIGA:RESGATE DA HISTÓRIA ATRAVÉS DE FOTOS E FATOS. Grupos Facebook. Acesso em: 14 nov. 2025.....	201
Figura 69 - Elementos que compõem o tecido urbano de Morungaba-SP. Com base na planta do distrito de paz de 1938. Fonte: Elaborado pela autora, 2025.....	204
Figura 70 - Foto aérea do núcleo urbano Morungaba-SP. Década de 1980. Na área central do núcleo urbano destaca-se a Igreja Matriz. Em azul ribeirão dos Mansos. A linha tracejada representa as rotas. Fonte: Grupo do Facebook intitulado “Morungaba antiga: Resgate da história através de fotos e fatos”. Disponível em: https://www.facebook.com/groups/168473433320647/media . Acesso em: 16 out. de 2025. Editado pela autora, 2025.....	205
Figura 71 - Situação do núcleo urbano de Morungaba-SP, em 1938. Planta conjectural correspondente ao período do início do século XX. Representação da topografia, caminhos, quadras, lotes e edifícios. Fonte: Elaboração da autora, 2025.....	206
Figura 72 - Mapa evolutivo das quadras de Morungaba-SP (1938; 1968; 1980; 2025). Esc: 1: 15000. Fonte: Elaborado pela autora sobre base do google satélite no Qgis, 2025.....	208
Figura 73 - Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição e praça de Morungaba-SP. Década de 1970. Fonte: Fonte: Grupo do Facebook intitulado “Morungaba antiga: Resgate da história através de fotos e fatos” Disponível em: https://www.facebook.com/groups/168473433320647/media . Acesso em: 16 de out. de 2025.....	216

Figura 74 - Capelas remanescentes em Morungaba-SP – séculos XIX e XX. Elaborado pela autora, 2025.....	217
Figura 75 - Capela de Santo Antônio em Morungaba-SP. Fonte: Acervo da autora.....	219
Figura 76 - Capela de São Benedito em Morungaba-SP (demolida). Sem data. Fonte: Grupo do Facebook intitulado “Morungaba antiga: Resgate da história através de fotos e fatos”. Disponível em: https://www.facebook.com/groups/168473433320647/media . Acesso em: 10 de jun. 2024.....	219
Figura 77 - Imagem de Satélite do remanescente de implantação da Fazenda Santa Ana – atual Santa Ana de Ouro Preto - em Morungaba-SP. Elaborado pela autora no Qgis, 2025.....	227
Figura 78 - Mapa da hipótese de localização das terras que pertenceram aos herdeiros das famílias de Lourenço Antonio Leme e Manuel Rodrigues Leme. Fonte: Elaboração da autora no Qgis sobre base do IBGE (1970-72), da CGGSP (1905-1911), e da imagem de Satélite.....	229
Figura 79 - Imagem de satélite do núcleo da fazenda São Bento, em Morungaba-SP. Observam-se os terreiros, a tulha e a casa de máquinas construída em alvenaria de pedra. A casa-sede, localizada na porção sul dos terreiros, foi demolida. Fonte: Elaborado pela autora, 2025.....	241
Figura 80 - Tulha e casa de máquinas da fazenda São Bento, em Morungaba-SP. s/d. Fonte: https://www.tripadvisor.com.br/Hotel_Review-g3844490-d23771987-Reviews-Villa_Gade-Morungaba_State_of_Sao_Paulo.html . Acesso em: 30 de out. de 2025.....	241
Figura 81 - Imagem de satélite da hipótese do remanescente dos terreiros da fazenda Pinheirinho que pertenceu a Antonio Soares Muniz. Fonte: Elaborado pela autora, 2025.....	242
Figura 82 - À esquerda, residência de Joaquim Pereira Cardoso (demolida). Na fachada, encontravam-se as portas de acesso ao armazém de secos e molhados. Atual Praça João Pessoa, nº 09. Em frente, localiza-se o sobrado da família Amalfi. Fonte: Acervo da autora.....	244
Figura 83 - Aero foto oblíqua da Fazenda Santa Leopoldina em Morungaba-SP, em 1940. Fonte: Instituto Geográfico Cartográfico (IGC).....	245

Figura 84 - Fazenda Santa Julia. Fotografada para o Almanaque de Itatiba de 1916. Fonte: Acervo Parodi.....	245
Figura 85 - Casa-sede da Fazenda Santa Leopoldina em Morungaba-SP. Fonte: Acervo da família proprietária. Fotografia de Antonio Carlos Bellia para Cadernos de fotografia nº 5 – Fazendas do Ciclo do Café, Região de Campinas. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, s/d.....	246
Figura 86 - Casa-sede da fazenda Pereiras. Fonte: Acervo da autora, 2025.....	247
Figura 87 - Casa-sede (demolida) e demais edificações da fazenda São Bento em Morungaba-SP. Reprodução das fotografias do caderno “Fazendas do Ciclo do café” de Antonio Carlos Bellia, disponível no acervo do Museu da Imagem e do Som de São Paulo. Folha de São Paulo. 1979. Fonte: Centro de Memória da Unicamp. Disponível em: https://atom.cmu.unicamp.br/index.php/imagens-paulistas-das-velhas-fazendas-do-cafe . Acesso em: 05 nov. 2025.....	248
Figura 88 - Sobrado da família Amalfi. Construído em 1908. Fonte: Acervo da autora.....	249
Figura 89 - Autoridades de Conceição de Barra Mansa, em 1910. Fonte: Revista <i>O Malho</i> , edição 381, p. 45. Hemeroteca digital brasileira. Acervo da Biblioteca Nacional.....	250
Figura 90 - Casas de colonos da Fazenda Santa Leopoldina, em Morungaba-SP. Fonte: Fotografia de Antonio Carlos Bellia para Cadernos de fotografia nº 5 – Fazendas do Ciclo do Café, Região de Campinas. São Paulo: Secretaria de estado da Cultura, s/d. Reproduzida em: Benincasa (2007, p. 224)	252
Figura 91 - Remanescente de casas de colonos que pertenceram à Fazenda Santa Ana, em Morungaba-SP. O remanescente foi construído nas técnicas de taipa de pilão para as paredes externas e taipa de mão para as paredes internas. Também há trechos da construção que contêm tijolos, e em alguns locais do alicerce encontra-se pedras. Segundo os moradores atuais da propriedade, havia no total doze casas dispostas lado a lado em um alicerce, mas que já estavam em estado de deterioração em meados do século XX. Fonte: Acervo da autora, 2025.....	252
Figura 92 - Remanescente da senzala da fazenda Pereiras, Itatiba-SP. Fonte: Coletivo Ponte, junho de 2025. Disponível em: https://coletivoponte.com/museu-caipira/fazenda-pereiras/ . Acesso em: 06 de nov. de 2025.....	256

Figura 93 - Casa paroquial datada de 1889, em Morungaba-SP. Com a presença do porão. Fonte: acervo da autora.....	261
Figura 94 - Casa com porão em Morungaba-SP. Fonte: acervo da autora.....	261
Figura 95 - Casa de esquina com platibanda, em Morungaba-SP. Fonte: acervo da autora...	261
Figura 96 -Genealogia de João Rodrigues Leme e Escolástica Maria das Dores. Elaborado pela autora com base nas informações encontradas no site familysearch.org, 2025.....	295
Figura 97 - Genealogia de Joaquim Pereira Cardoso e Constância Maria Cardoso. Elaborado pela autora com base nas informações encontradas no site familysearch.org, 2025.....	296

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACMSP - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo

ALESP - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

APESP - Arquivo Público do Estado de São Paulo

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CGGSP - Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo

CMU - Centro de Memória da Unicamp

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IGC - Instituto Geográfico e Cartográfico

RCP - Relatório da Companhia Paulista

RPT - Registros Paroquiais de Terras

SIRGAS - Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	26
Objetivos	29
Metodologia e materiais	29
Fontes primárias	37
Fontes Secundárias.....	51
Método.....	51
CAPÍTULO 1	
1. A formação do território ao norte da Vila de Jundiá	56
1.1. Os bairros rurais no território compreendido por Itatiba e Morungaba-SP	69
1.1.2. A origem da população do bairro do Atibaia	71
1.1.3. Esclarecimentos sobre o bairro do Atibaia arrolado tanto na vila de Jundiá como na de São Carlos (Campinas).....	80
1.2. A elevação do bairro rural do Atibaia à condição de freguesia no termo da vila de Jundiá e posterior conquista de sua autonomia	87
1.3. O quadro fundiário no território de Itatiba e Morungaba no século XIX	111
1.3.1. Introdução do café em Itatiba e Morungaba e posterior chegada do ramal ferroviário	126
1.4. Vila de Belém de Jundiá (1857)	131
1.5. Os bairros rurais no território compreendido por Morungaba-SP	133
1.6. Questões sobre as definições dos limites do território de Itatiba e Morungaba no século XIX	138
1.7. Da condição de bairro rural “dos Mansos” à doação de terras ao patrimônio religioso e construção da capela dedicada à Nossa Senhora da Conceição	142
1.7.1. Constituição do patrimônio religioso da capela de Nossa Senhora da Conceição de Barra Mansa	144
1.7.2. Construção da nova capela dedicada à Nossa Senhora da Conceição no bairro dos Mansos.....	150
1.8. Considerações parciais.....	155

CAPÍTULO 2

2. O território de Morungaba e sua forma: condições geográficas, caminhos, e origem do traçado urbano	159
2.1. As Escolas de Morfologia urbana	160
2.1.1. A Escola Inglesa de Morfologia	161
2.1.2. A Escola Italiana de Morfologia.....	162
2.2. O ciclo de ocupação territorial.....	165
2.2.1. Primeiro Ciclo Territorial (Ocupação)	167
2.3. Território tipo: aspectos do sítio natural de Morungaba-SP	173
2.4. Nós e Polaridades.....	177
2.4.1. A formação das rotas estruturantes	178
2.4.2. Primeiros assentamentos	184
2.4.3. Mudança no quadro fundiário do território.....	187
2.4.4. Constituição de um novo polo.....	189
2.5. A influência do sítio natural na constituição dos limites da paróquia.....	190
2.6. Morfogênese, Historicidade e a Metáfora do Palimpsesto	192
2.6.1. Períodos morfológicos de Morungaba-SP	193
2.7. A origem do traçado urbano de Morungaba-SP	199
2.7.1. A formação dos primeiros lotes	205
2.7.2. Os primeiros eixos de expansão do núcleo urbano de Morungaba-SP.....	207
2.8. Considerações parciais.....	209

CAPÍTULO 3

3. Os agentes modeladores do espaço urbano de Morungaba-SP.....	213
3.1. A Igreja Católica como agente modelador urbano	213
3.1.1. Capelas filiais em Conceição de Barra Mansa	216
3.2. Os agentes econômicos	222
3.2.1. A família Leme no bairro do Couto	222
3.2.3. As primeiras propriedades produtoras de café no território de Morungaba-SP.....	242

3.3.	Os agentes modeladores de Morungaba-SP	245
3.3.1.	<i>A população escravizada</i>	254
3.3.2.	<i>Presença indígena</i>	258
3.4.	A atuação da Câmara Municipal como agente modelador urbano.....	260
3.4.1.	<i>O papel dos Códigos de Posturas na formação do núcleo urbano de Conceição de Barra Mansa</i>	261
3.5.	Considerações parciais.....	268
CONSIDERAÇÕES FINAIS		270
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		279
Apêndice 1		295
Apêndice 2		296

INTRODUÇÃO

O interesse inicial deste trabalho surgiu do desejo de realizar uma pesquisa aprofundada sobre a origem de Morungaba-SP, cidade onde nasci, no interior do Estado de São Paulo. Atualmente, o município integra a Região Metropolitana de Campinas e, segundo dados mais recentes do IBGE, possui 13.720 habitantes e área territorial de 146,752 km². Seus limites administrativos confrontam-se com os municípios de Amparo e Pedreira, ao norte; Campinas, a oeste; Itatiba, ao sul; e Bragança Paulista, a leste.

O território de Morungaba-SP insere-se na região hidrográfica da bacia dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí¹ (PCJ) e, no recorte deste estudo, é composto pelas sub-bacias dos rios Jaguari e Atibaia. Conforme aponta Navarra (1977), a geomorfologia do município caracteriza-se por morros e colinas, com destaque para os eixos serranos das Cabras e do Barreiro.

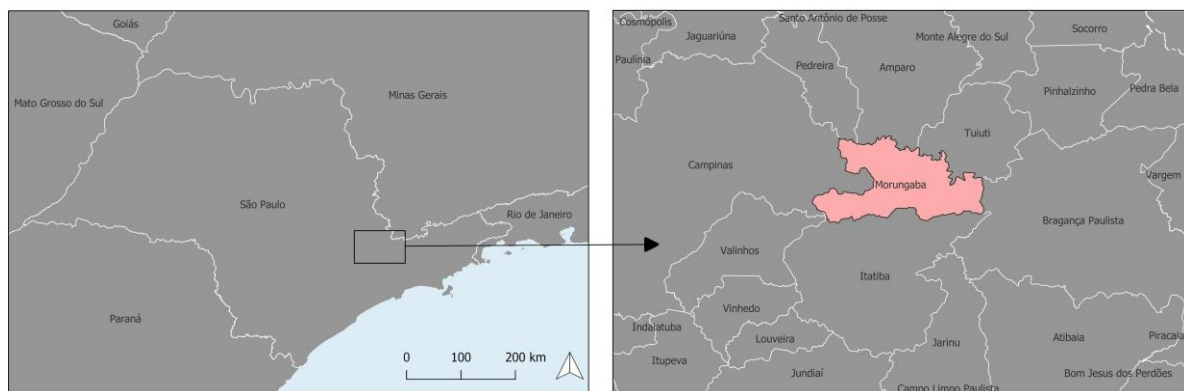


Figura 1 – Mapa de localização do Município de Morungaba-SP. Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Primeiramente, como povoação, Morungaba foi chamada de Barra Mansa e, na segunda metade do século XIX, era conhecida como Bairro dos Mansos – denominação que se manteve até o final do século. Na última década do século XIX, na recém-instaurada República, sua capela, dedicada à Nossa Senhora da Conceição, foi elevada

¹ Informação sobre a bacia hidrográfica do PCJ disponível em: [Localização – Fundação Agência das Bacias PCJ](#). Acesso em: 24 de set. de 2025.

a capela curada e iniciou-se o processo de criação da freguesia, que seria então denominada Nossa Senhora da Conceição de Barra Mansa, na cidade de Itatiba². Somente após duas décadas da criação do distrito, em 1919, passou a receber a denominação de *Murungaba*³.

Morungaba permaneceu como distrito do município de Itatiba até o ano de 1964 e, devido à conquista tardia de sua autonomia administrativa, a cidade não chegou a passar pelo processo de elevação à condição de vila. Sendo assim, foi desmembrada do território de Itatiba e elevada diretamente de distrito a município⁴.

A inquietação sobre o objeto de pesquisa decorre da escassa produção com embasamento científico sobre a história da cidade. Além disso, os relatos de memorialistas, utilizados até o momento como base para a elaboração da história da cidade, podem conter informações errôneas, contribuindo para alimentar narrativas fantasiosas sobre a sua fundação.

Segundo Abreu (2014, p. 35), a memória individual contribui para a recuperação das memórias das cidades, contudo, deve-se ter cuidado, pois a memória individual está no campo das subjetividades. Por isso, buscamos, por meio desta pesquisa, trazer luz sobre a história urbana de Morungaba, com base em métodos científicos e em documentos primários, elucidando seu papel na rede urbana da qual fez parte.

Esse trabalho também se faz necessário em vista da desvalorização da história da cidade, vivida pela autora. A negligência para com edifícios históricos remanescentes, tanto no espaço urbano quanto no rural, reforçou o desejo de

² A atual cidade de Itatiba-SP foi elevada a categoria de cidade em março de 1876, ainda sob denominação de Belém de Jundiá. Em maio de 1877 alterou sua denominação para Itatiba. (IGC, 2011, p. 86).

³ Não temos registro de quando ocorreu a mudança da grafia de *Murungaba* para Morungaba, supomos que tenha ocorrido na primeira metade do século XX. Em Tupi-Guarani, o topônimo Morungaba possui o significado de terra aprazível. Fonte: História de Morungaba por Luís Soares de Camargo no site da Prefeitura do Município de Morungaba-SP. Disponível em: [História - Prefeitura de Morungaba](#). Acesso em: 24 set. de 2025.

⁴ LEI Nº 8.092, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1964. Dispõe sobre o Quadro Territorial, Administrativo e Judiciário do Estado. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1964/lei-8092-28.02.1964.html> . Acesso em 28 nov. de 2025.

contribuir para a história fundacional do município, bem como de preencher lacunas na compreensão da formação territorial regional.

Além disso, Morungaba configura-se como uma cidade “pequena” no Brasil. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), as cidades brasileiras caracterizadas como pequenas possuem população de até 50 mil habitantes. Estatisticamente, as cidades pequenas representam uma parcela considerável da população brasileira; no entanto, são frequentemente deixadas de lado em estudos sobre as cidades (Vieira et al., 2020). Nesse sentido, ignorar núcleos urbanos menores contribui para a existência de lacunas historiográficas nos estudos sobre a formação urbana e territorial.

O recorte temporal da pesquisa foi definido com base no surgimento dos primeiros povoados no território, segundo a documentação consultada⁵, ocorrido entre o final do século XVIII e o início do século XIX. Limitamos esta pesquisa à última década do século XIX, período em que Morungaba foi elevada à condição de freguesia na cidade de Itatiba.

O recorte geográfico adotado nesta pesquisa corresponde ao território da cidade de Morungaba-SP. Contudo, por se tratar de uma investigação histórica, consideramos que esse território foi construído ao longo do tempo, o que torna inadequada a utilização de uma delimitação municipal precisa. Sabe-se que, antes da elevação do bairro rural de Atibaia à condição de freguesia — que deu origem à freguesia de Belém de Jundiá (atual cidade de Itatiba-SP) —, a área que hoje compõe o município de Morungaba integrava o termo desta freguesia que, por sua vez, estava inscrita no termo da vila de Jundiá. Uma vez que esse território se encontrava cercado por outras vilas em processo de formação, é possível que tenham ocorrido disputas por sua posse, de modo que seus limites só começaram a se consolidar com a elevação do bairro rural de Atibaia à condição de freguesia, em 1830. Assim, entendemos que o território abordado nesta pesquisa foi construído ao longo do tempo e, inicialmente, pertenceu

⁵ Os documentos consultados foram as Listas Nominativas da vila de Jundiá (1766 – 1842), também conhecida como *Maços de população*. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

ao termo da vila de Jundiaí, como parte da freguesia de Belém de Jundiaí e, mais tarde, ao termo da então vila de Belém de Jundiaí (Itatiba).

Objetivos

O objetivo principal desta pesquisa é analisar a formação do território de Morungaba-SP, identificando os bairros rurais, tal como eram caracterizados no século XIX, e sua articulação com os caminhos e com os aspectos do sítio natural, que condicionaram a configuração inicial do traçado urbano. Além disso, busca-se identificar os agentes modeladores do espaço urbano, destacando o papel da Igreja Católica e a influência dos proprietários de terra na formação da cidade.

Dessa forma, os respectivos objetivos específicos são: (i) Identificar os bairros rurais como uma primeira forma de ocupação desse território; (ii) Demonstrar como se deu o processo da doação de terras para formação do patrimônio religioso e posterior construção da capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição; (iii) Analisar o sítio natural como suporte físico para a formação urbana e origem do traçado da cidade, abordando os conceitos de *morfogênese* e da *teoria territorial* italiana; e, (iv) Identificar os agentes modeladores do espaço urbano.

Metodologia e materiais

Nesta pesquisa, utilizamos o método histórico, ou seja, investigamos a gênese da ocupação territorial da cidade de Morungaba-SP por meio de informações extraídas de documentos primários, visando à compreensão do desenvolvimento urbano da cidade desde os primórdios de sua ocupação até o fim do século XIX.

Como método de análise do processo de ocupação do território e de formação de núcleos urbanos, esta pesquisa adota os conceitos de *rede urbana*, apresentados por Reis Filho (1968; 2000)⁶, e o *jogo das escalas*, discutido por Lepetit (2001). Além disso,

⁶ Sobre o conceito de rede urbana, ressaltamos que outros autores, como Correa (1989) foram considerados. Entretanto, devido à natureza dessa pesquisa ser de análise histórica, não faz sentido aplicar conceitos desenvolvidos e atribuídos à contemporaneidade. Isso porque, o sistema de formação de rede urbana aqui tratado é anterior e abrange o início das modificações econômicas desencadeadas

complementam-se as análises com o campo da morfologia urbana, por meio dos conceitos de *morfogênese*, apresentados por Conzen (2001), e da *teoria territorial italiana*, desenvolvida por Muratori (1959) e discutida por seus sucessores, Cannigia e Maffei (2001). Ademais, com base em Vasconcelos (1997), nos fundamentamos no conceito de *agente modelador do espaço urbano*.

a. Rede Urbana

O conceito de rede urbana é primordial para o desenvolvimento das análises desta pesquisa, pois, para entender o processo de surgimento de um núcleo urbano, devemos compreender que este não surge isolado nem de forma aleatória em determinado território. Portanto, só compreenderemos o significado de um determinado núcleo urbano, quando entendemos o contexto amplo no qual este núcleo se insere (Reis Filho, 1968, p. 78).

De forma complementar, Reis Filho (1968, p. 15) destaca que a urbanização resulta de um processo de origem social, sendo necessário compreender quais são os processos sociais vinculados à formação dessa rede e seus respectivos agentes. Santos (2002, p. 262) reforça essa perspectiva ao afirmar que as redes urbanas “se enquadram em duas grandes matrizes: a que apenas considera seu aspecto, a sua realidade material, e outra, na qual também é levado em conta o dado social”. Isso evidencia que as redes urbanas, para serem compreendidas, devem ser analisadas tanto em seu aspecto material quanto em seu aspecto social.

Reis Filho (2000, p. 204), ao trabalhar os fatos urbanos, os estuda em dois níveis, o amplo e o restrito, sendo este último um elemento integrante do sistema amplo. Da mesma forma que o autor, trabalharemos a compreensão do território de Morungaba-SP, tanto na escala da rede microrregional, correspondente à rede urbana, quanto na escala intraurbana, referente ao núcleo urbano, com o objetivo de entender os processos de formação do núcleo urbano em simultâneo.

pela industrialização na Europa. Assim, as funções urbanas discutidas neste estudo referem-se aos séculos XVIII e XIX.

b. Jogo de Escalas

Assim como os fatos urbanos estudados em dois níveis por Reis Filho (2000), como método de pesquisa também nos apoiamos no conceito do jogo de escalas discutido por Lepetit (2001), que propõe a aplicação de diferentes escalas temporais - da macro-história à micro-história, e espaciais, sendo a macro escala e a microescala, como ferramenta de compreensão das cidades em meio a sua complexidade. A micro-história “tem por função identificar os sistemas de contextos em que se inscreveram os jogos sociais” (Lepetit, 2001, p. 207), possibilitando o entendimento do geral a partir do particular (Lepetit, 2001, p. 201). Dessa maneira, a análise da micro-história mostra-se fundamental, devido às suas características elementares para o funcionamento da macro-história, invertendo o olhar sobre a sociedade, observando os acontecimentos sociais "de baixo para cima" (Lepetit, 2001, p. 192).

Segundo o autor, a adoção de uma escala - baseado no conceito de escala utilizado na geografia e na arquitetura - consiste em compreender qual o tipo de informação se deseja estudar, compreendendo que as diferentes escalas “fornecem explicações diferentes sobre a realidade, que só são excludentes, e por isso passíveis de se oporem mutuamente, quando se crê que valem na mesma escala” (Lepetit, 2001, p. 217). Assim, conclui-se que “(...) a multiplicação controlada das escalas da observação é capaz de produzir um ganho de conhecimento a partir do momento em que se postula a complexidade do real (...) (Lepetit, 2001, pp. 223-224).

No campo da história urbana, essa abordagem implica observar os acontecimentos em várias escalas, com o intuito de compreender o papel dos atores sociais e das redes socioespaciais, evitando uma visão hierárquica entre as micro e as macro escalas. Isso significa observar os acontecimentos tanto na escala ampla, do território, quanto na escala reduzida, “ligada aos fatos e conflitos do cotidiano e localizada em porções específicas do território e dos núcleos urbanos” (Ferreira, 2022, p. 31). Menegaldo (2024, pp. 25-26) também destaca o uso do jogo de escalas e a importância da microescala, voltando o olhar para a ação do agente e, dessa forma,

compreendendo suas ações particulares e locais, ao mesmo tempo em que olha para a escala das dinâmicas sociais maiores, em níveis nacionais e internacionais.

Portanto, a utilização do conceito de “jogos das escalas” - tanto na escala ampla quanto na microescala - permite explorar suas interações para compreender a cidade em sua complexidade. Aplicando esse conceito à presente pesquisa, entendemos que o jogo das escalas se manifesta por meio da pesquisa documental proposta, na qual ocorre a alternância entre as escalas ao promover o cruzamento de fontes primárias textuais e cartográficas de diversos períodos (Ferreira, 2022, p. 31).

c. Urbanização no Brasil

Esta pesquisa se insere no campo de estudos da história urbana, dessa forma, introduzindo esses estudos, temos a obra de Reis Filho (1968;2000). No trabalho, o autor, por meio de uma abordagem metodológica inaugural, analisa os papéis dos núcleos urbanos nos primeiros séculos de colonização, inseridos em um sistema amplo (Bueno, 2012, p. 19).

Os estudos de Reis Filho foram inaugurais na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP; todavia, antes do seu trabalho, houve autores que abordaram o processo de urbanização no Brasil em outras áreas do conhecimento. Um pioneiro relevante nos estudos de processos históricos de urbanização no Brasil foi Holanda (1975;1990), em destaque, a obra *Raízes do Brasil*, publicada em 1936, e o livro *Caminhos e Fronteiras*, publicado pela primeira vez em 1957.

Em ambas as obras, Holanda (1975;1990) analisa o desenvolvimento da sociedade brasileira a partir do processo de colonização da América pela Coroa Portuguesa. Nesse sentido, reforça a simbiose entre o colonizador e os povos originários, demonstrando os resultados dessa fusão cultural.

Destacamos também o capítulo *O Semeador e o Ladrilhador*, em que o autor analisa o modo de fundar cidades na América espanhola e portuguesa, apontando as principais diferenças entre os modelos empregados pelos colonizadores. De modo que,

compara o desleixo do português em contraposição à minuciosidade e ao controle espanhol (Holanda, 1990). Contudo, esta tese foi refutada por Reis Filho (2000, p. 205), o qual aponta em suas análises para a existência de uma regularidade no modo em que as vilas e cidades brasileiras foram fundadas, dessa forma, não faz sentido concluir que foram obras do acaso.

Já em *Caminhos e Fronteiras*, evidencia-se o papel do indígena no desbravamento do território, uma vez que seu auxílio foi fundamental, especialmente no conhecimento de rotas nas densas matas, o que possibilitou o sucesso dos colonizadores na busca por materiais preciosos. Posteriormente, essas rotas dariam origem a caminhos que estruturaram o território até os dias atuais.

Esta pesquisa também recorre a outras obras de Reis Filho (2002; 2013; 2014), entre as quais se destaca *O caminho do Anhanguera*, na qual o autor trata da importância do *Caminho dos Goiazes*, antiga trilha indígena percorrida por sertanistas em busca de minérios, da qual se originaram pousos que, posteriormente, deram origem a vilas.

Na linha dos geógrafos, outro pioneiro pertinente à discussão do povoamento do território é Monbeig (1998), em sua obra o autor trata da marcha pioneira relacionada ao plantio do café, que teve início no Rio de Janeiro e rumou para o Vale do Paraíba e, mais tarde, foi introduzido no planalto paulista em simultaneidade à decadência de sua produção no Vale. Além disso, o autor trata do advento da ferrovia, que chega ao interior de São Paulo poucas décadas após a introdução do cultivo (Monbeig, 1998, p. 98).

Semelhante ao trabalho de Reis Filho, Azevedo (1958) trata da colonização do território brasileiro como um todo e, ao mesmo tempo, discute os processos do embrião da urbanização colonial, desde a formação das primeiras vilas no litoral até a conquista do planalto paulista por meio do auxílio dos jesuítas nas missões, bem como a formação dos aldeamentos indígenas, que posteriormente transformaram-se em vilas. Além disso, com foco na formação de São Paulo, o autor aborda esse assentamento como a primeira povoação, no século XVI, a se estabelecer além do litoral, destacando as adversidades enfrentadas pelos sertanistas.

No que se refere à formação do que viria a ser o estado de São Paulo, destacam-se também os estudos de Prado Júnior (1983), que apontam as condições hidrográficas e o relevo como fatores determinantes na constituição das vilas, uma vez que orientavam as rotas e caminhos capazes de transpor serras e rios. No mesmo sentido da discussão apresentada por Holanda (1975), o autor reforça que essas rotas já eram utilizadas há muito tempo pelos povos indígenas (Prado Júnior, 1989, pp. 12-13).

Complementando os autores previamente apresentados, temos os estudos de Delson (1997), autora que aborda o mito, criado por estudiosos da primeira metade do século XX, de que as cidades brasileiras se desenvolveram de forma espontânea ao redor de suas igrejas, sem planejamento prévio.

Também trazemos o estudo de Teixeira (2012), no qual são abordadas as razões e a origem do traçado urbano português. Nesta obra, o autor discute que o traçado das cidades portuguesas, tanto no reino quanto na colônia, possui uma forte ligação com o sítio em que estão implantadas, independentemente do traçado ser de caráter erudito, vernáculo ou uma mistura entre ambos.

d. O papel da Igreja Católica na formação de núcleos urbanos no Brasil

Esse estudo também se apoia na obra de Marx (1991), na qual o autor apresenta o importante papel da Igreja Católica no processo de fundação das cidades no Brasil. Por meio desse trabalho, é possível compreender como o processo de doação de terras ao patrimônio de uma capela dava origem a um povoado que, aos poucos, iria conquistar autonomia em relação ao território do qual fazia parte.

Além disso, o autor aborda o fenômeno urbano resultante de um quadro legal de época, isto é, como reflexo da união entre Igreja e Estado nos domínios coloniais portugueses e no Estado imperial brasileiro, situação que teve impactos na formação dos núcleos urbanos (Marx, 2003, p. 41). Desse modo, o autor nos conduz a compreender o processo da formação dos núcleos urbanos por meio do entendimento da secularização da terra urbana, à medida que o aspecto jurídico do Estado laico foi

ganhando predominância em oposição às normas eclesiásticas que estiveram presentes desde os primórdios do Brasil colonial.

e. Agentes modeladores urbanos

A partir da identificação da Igreja Católica como importante agente no processo de gênese urbana, recorreremos aos estudos de Vasconcelos (1997), no capítulo intitulado *Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial*. Neste trabalho, o autor nos apresenta os principais agentes modeladores das cidades no período colonial, classificados em cinco categorias: (1) A igreja; (2) As ordens leigas; (3) O Estado; (4) Os agentes econômicos; e (5) A população e os movimentos sociais (Vasconcelos, 1997, p. 249).

Além disso, nos apoiamos nos estudos de Larkham e Conzen (2014), que tratam do papel do “agente” na criação das formas urbanas, no sentido de que toda forma urbana decorre de decisões e ações tomadas por indivíduos ou grupos em determinada sociedade.

f. Morfologia Urbana

Contribuindo para as análises do território e da origem do traçado urbano, este trabalho também se apoia em estudos de morfologia urbana. Com o foco na discussão de duas escolas de morfologia pioneiras, a inglesa e a italiana, trabalharemos apoiados sobre o conceito da *morfogênese* e da *teoria territorial*.

O conceito de morfogênese é discutido pela Escola Inglesa de Morfologia Urbana, inaugurada por M.R.G. Conzen, no início do século XX. O trabalho deste autor foi apresentado ao contexto brasileiro por Costa e Netto (2015), em cujos estudos também nos embasamos. O conceito de morfogênese trata da gênese da forma urbana, que “consiste na configuração inicial das paisagens urbanas, percebida de maneira ampliada nos centros históricos pela presença de maior historicidade” (Costa; Netto, 2015, p. 64).

Para discutir o papel do território na gênese urbana, utilizaremos o conceito da *Teoria Territorial*, desenvolvido na Escola Italiana de Morfologia, inaugurada por Saverio Muratori. No entanto, trabalharemos principalmente com base nos estudos de seus sucessores, Cannigia e Maffei (2001). Além disso, para alinhar os conceitos às realidades distintas da italiana, utilizaremos como base os estudos de Guerreiro (2001), Costa e Netto (2015) e Gimmler Netto (2020).

Por meio da Teoria Territorial apresentada pela Escola Italiana, busca-se compreender o espaço geográfico e histórico, promovendo uma leitura sistêmica do território por meio da análise das rotas que o estruturam e se relacionam aos assentamentos humanos (Gimmler Netto, 2020, p. 124).

Nos apoiamos também em Panerai (2014), que apresenta os elementos e as ferramentas de análise da forma urbana. Também discute os conceitos necessários ao entendimento da forma das cidades, como tecido urbano, paisagem urbana e tipo.

Entre os autores portugueses, nos apoiamos no trabalho de Lamas (2011), que exemplifica minuciosamente cada elemento da forma urbana, e em Coelho *et al.* (2014), que apresentam um estudo sobre a evolução dos tecidos urbanos, categorizando as dimensões do tempo materializadas e passíveis de análise por meio da cidade construída no presente.

g. Estudos pioneiros sobre Morungaba-SP

Até o momento em que esta dissertação se desenvolve, sabemos que a história da origem da cidade de Morungaba-SP se baseia em informações de memorialistas locais. A principal memorialista em questão é a professora itatibense Maria Ferraz Sangiorgi. Em suas principais publicações, temos o *Histórico de Morungaba* (1962), datilografado, e o livro *Conheça sua cidade: um pouco da história de Itatiba* (1969), cujos exemplares foram disponibilizados pela Biblioteca Municipal de Morungaba.

Entre as pesquisas baseadas em métodos científicos, temos o trabalho de Navarra (1973), intitulado *O uso da terra em Itatiba e Morungaba: permanência e mudança na organização do espaço agrário (1956-1966)*, no qual nos embasamos para a

caracterização preliminar do território. Nesta obra, a autora caracteriza o uso da terra no território de Itatiba e Morungaba e, apesar do recorte temporal abranger metade do século XX, sua análise, sob o olhar da geografia, nos introduz aos aspectos fundiários e agrários que, de certa forma, permaneceram nesse território desde o período inicial de sua formação.

Fontes primárias

Em conjunto com a discussão teórica apresentada, esta pesquisa realiza análise de documentos primários. Esses documentos, produzidos nos séculos XVIII e XIX, apresentam uma diversidade de contextos em sua produção e finalidade, contudo, quando colocados em diálogo, permitem produzir discussões acerca do objeto de estudo.

a. Listas Nominativas de Habitantes

Consultamos as listas nominativas, também denominadas *Maços de População*, correspondentes à vila de Jundiaí, abrangendo o período de 1766 a 1842. Este documento foi consultado devido ao território de Morungaba ter sido desmembrado do território de Itatiba, que, por sua vez, foi desmembrado de Jundiaí; portanto, as informações sobre o local estudado encontram-se nos documentos referentes à vila de Jundiaí. Além disso, devido à proximidade do território e à existência de bairros rurais confrontantes, as listas nominativas das vilas de São Carlos (Campinas) e de Nova Bragança (Bragança Paulista) também foram consultadas.

As intenções para a produção dos *Maços de População* versavam sobre a necessidade de mapear a população, a fim de verificar, quantitativamente, a disponibilidade de pessoas para eventual recrutamento no combate, principalmente contra os espanhóis ao sul (Bueno, 2009, p. 286).

As Listas Nominativas foram produzidas anualmente, entre 1765 e 1850, e contêm informações detalhadas sobre cada indivíduo, livre ou escravizado, separadas por domicílio: nome, idade, grau de parentesco ou de relação com o chefe do domicílio,

estado conjugal, cor, naturalidade, ocupação e atividade econômica do domicílio. A organização dos domicílios era feita pelas *Companhias de Ordenanças*, cujo número era determinado pela população de cada vila. No final das listas, havia tabelas (mapas) com o resumo das informações de cada vila. A série documental das listas faz parte do acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo e é composta por arrolamentos da população produzidos pelas Companhias de Ordenanças (1765-1831) e pelo Juízo Municipal distrital (1831-1850).

De modo geral, a lista apresenta os nomes dos habitantes de determinado bairro ou *companhia de ordenanças*; inicia-se sempre com o nome do “líder” do domicílio, seguido da esposa, filhos, agregados⁷ e escravos. Em seguida, no caso das listas da vila de Jundiaí referentes ao século XIX, além da idade, mencionam-se o estado civil, o local de origem e a ocupação do líder do domicílio. Também menciona a produção do determinado domicílio e se o líder sabia ler e escrever.

Para esta pesquisa, o conteúdo das Listas Nominativas nos permite apresentar um quadro social do período inicial de ocupação do território estudado, assim como levantar os nomes dos bairros rurais, a origem da população que, naquele local, se estabeleceu, o número de fogos⁸, o número de habitantes e o tipo de produção e ocupação dessa população quando o recenseamento foi realizado.

⁷ Segundo Abreu (2014, p. 290), muitos colonos não possuíam acesso à terra, dessa forma, acabaram por arrendar a terra dos proprietários rurais, habitando o campo, mas sem ter posse de benfeitorias. Assim, surgiram os meeiros, rendeiros, ou na forma mais comum os “agregados”.

⁸ Denominação para domicílio.

Nomes	Idade	Cor	Lição ou Explor.	Naturaliz.	Estado	Profissão	Causa de morte				Observações
							Alcool	Chaga	Doença	Outros	
4. Fran. B. de Aguiar	25	Br.			C.						
Ana Magalhães m.	22	Br.			C.						
Ana F. de	3	Br.									
Maria	2	Br.									
Eunice											
Joaquim	31	Br.			C.						
Joaquim	29	Br.			C.						
Antonio	23	Br.			C.						
Vicente	15	Br.			C.						
Joaquim	22	Br.			C.						
Pompeio	13	Br.			C.						
João	31	Br.			C.						
Thedoro	7	Br.			C.						
Fran. B.	9	Br.			C.						
Pita	7	Br.			C.						
Agustinha	4	Br.			C.						
Thomaz	8	Br.			C.						
Maria	26	Br.			C.						
Joazeiro	23	Br.			C.						
Pompeio	17	Br.			C.						
Manoel	14	Br.			C.						
João	39	Br.			C.						
Evangelina	5	Br.			C.						
João B. de Aguiar	22	Br.			C.						
5. Salvador de Aguiar	32	Br.			C.						
Joaquim m.	31	Br.			C.						
Filhos											
Antonio	18	Br.			C.						
João	14	Br.			C.						
João	12	Br.			C.						
Manoel	8	Br.			C.						
Joaquim	6	Br.			C.						
Ana	13	Br.			C.						
Justina	8	Br.			C.						
6. João B. de Aguiar	31	Br.			C.						
Fran. B. de Aguiar	31	Br.			C.						
Filhos											
Candido	15	Br.			C.						
João	12	Br.			C.						
Maria	4	Br.			C.						

Figura 2 – Lista Nominativa de Habitantes da Vila de Jundiá do ano de 1836. Digitalização (folha 209) contendo o bairro da Freguesia de Belém de Jundiá. Fonte: APESP (1836).

Quadro 1 – Listas Nominativas de Habitantes consultadas. Fonte: APESP.

LISTAS NOMINATIVAS DE HABITANTES CONSULTADAS	
VILA	ANOS
Vila de Jundiáí	1766, 1768, 1770, 1773, 1774, 1775, 1776, 1777, 1778, 1779, 1781, 1782, 1783, 1785, 1786, 1787, 1789, 1790, 1791, 1792, 1793, 1794, 1795, 1796, 1797, 1798, 1799, 1800, 1801, 1802, 1803, 1804, 1805, 1806, 1807, 1808, 1809, 1810, 1811, 1812, 1813, 1814, 1815, 1816, 1817, 1818, 1822, 1824, 1825, 1827, 1828, 1829, 1830, 1832, 1835, 1836 e 1842.
Vila de São Carlos (Campinas)	1797.
Vila de Nova Bragança (Bragança Paulista)	1825, 1826, 1828, 1829, 1830, 1835, 1836.

b. Registros Paroquiais de Terra de Belém de Jundiáí (1854-1857)

Também trabalhamos com os *Registros Paroquiais de Terra* de Belém de Jundiáí (1854-1857), localizados no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Os documentos que abrangem o atual território de Morungaba-SP estão inscritos nos registros de terras da Freguesia de *Belém de Jundiáí* (atual Itatiba), que foi elevada à condição de vila no último ano do registro.

Os Registros Paroquiais de Terras foram produzidos no Brasil, no período imperial, entre 1854 e 1857. Sua abrangência correspondia a todo o território brasileiro, sendo produzidos pelos respectivos vigários, em todas as freguesias. O objetivo principal do registro era "a discriminação das terras públicas daquelas em domínio particular e a regulamentação do acesso a terras no país", de forma a fomentar sua ocupação e regularizar seu domínio (Ferreira; Pereira; Menegaldo, 2022, pp. 3-4).

O registro ocorreu como desdobramento da promulgação da Lei de Terras, em 18 de setembro de 1850⁹, primeiro instrumento jurídico a regulamentar o acesso à propriedade fundiária no Brasil, após o fim do regime de sesmarias, em 17 de julho de 1822. A partir da criação da lei, a aquisição da terra passou a ser feita apenas por compra. Nesses registros, encontramos informações que, se cruzadas com outros

⁹ Lei de nº 601 que proibiu a aquisição de terras devolutas por outro título que não o de compra. Disponível em: [L0601-1850](#).

documentos, como os de origem cartográfica, possibilitam uma aproximação à organização fundiária do respectivo território (Ferreira; Pereira; Menegaldo, 2022, pp. 3-4).

Os Registros Paroquiais de Terra que compreendem o território da freguesia de Belém de Jundiaí contêm, no total, 175 declarações, sendo que algumas se subdividem, por possuírem outros herdeiros ou adquirentes. Os textos mencionam o declarante, ou seja, o proprietário, que, em alguns casos, também poderia estar representando outra pessoa. O registro, em caso de compra, apresenta os nomes dos antigos proprietários.

Na maioria dos registros, consta a menção ao local onde as terras se encontram, geralmente descrito por um nome de bairro. Logo após, eram descritos os limites da propriedade, alguns com mais detalhes, outros de forma sintética ou vaga. Nas descrições, notamos que os declarantes utilizavam elementos naturais para a demarcação das terras, como serras, rios, até mesmo árvores e pedras, e mencionavam também os nomes dos confrontantes.

Apesar das dificuldades de interpretação que essa série documental apresenta, sua análise se faz necessária, pois o processo de transformação do espaço rural em urbano ocorreu por meio da doação de terras rurais, resultado de uma ocupação fundiária anterior, ao patrimônio religioso das capelas (Ferreira; Pereira; Menegaldo, 2022, p. 5).

10

Terra de posse de Ignácio Pinto d'Oliveira na freguesia de Belém
 (Aparentada a 14 de Janeiro de 1855 por Miguel Com. Pacheco)
 Diz que a mesma mulher, a baixo a signatur, j. de sacros. de
 honra, e possuidor de duas partes de terras, no bairro de
 Matta dentro desta freguesia de Belém, munici-
 pio da villa de Jundiá, q. houve em porção por
 artilho de duas partes de terras a Jore Joaquim de Sigui-
 ra, uma mulher Prandina Maria de Sigui-
 ra, cujas partes de terras vendendo por de sacros livros con-
 tados a mim Ignácio Pinto d'Oliveira, pelo pre-
 co quantia de quatrocentos mil r. e q. recebeu na dat-
 ta de Escreptura passada a 17 de Agosto de 1846.
 Principia as dividas as dividas das nove conadas ter-
 ra da capoeira de um corrego q. havia com terras do
 falecido Jore Manoel Oliveira, subindo por uma
 barragem e firma até subir no corrinho, e dali
 despendo pelo valado mesmo vendendo pagando
 o corrego d'agua da subindo vallo a firma, e
 dali procurando um espigãozinho, até outro
 mais a firma, subindo até espigão maior
 a licer na capoeira de um corrego dividendo
 com os vizinhos de offis sacra, despendo pelo
 m. corrego a firma, até dar no sumo q. havia
 com Bento Jore Rodrigues, seguindo o sumo
 até chegar em outro corrego, j. havia com Felix
 Jore da Fomaca, e subindo pelo m. corrego a fi-
 ma, até chegar na capoeira do corrego, donde
 principia. Concorrer. o referend. pedimos a
 Clutero Jore dos Barretos, q. este paga por, a quem
 firma. Depois de minha mulher Antonio Joaquim
 de Souza, freguesia de Belém 10 de Outubro de
 1854 Jore Pires Parente testemunha
 24600 Augusto Ignácio Pinto d'Oliveira.
 Belém 14 de Janeiro de 1855
 Miguel Com. Pacheco Vez. Encorn.

Figura 3 – Registro Paroquial de Terras da Freguesia de Belém de Jundiá (livro 118) de 1854 a 1857. Digitalização da página 1v contendo o primeiro registro. Fonte: APESP.

c. Livro do Tombo nº 1 da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Morungaba-SP (1893-1924)

Como esse trabalho trata do processo de fundação da cidade de Morungaba, faz-se pertinente o entendimento do papel da Igreja Católica na sua formação, já que esta esteve vinculada ao Estado. Para isso, levantamos o livro do Tombo nº 1 da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Morungaba, disponível no arquivo da casa paroquial da Igreja Matriz da cidade. O livro contém os registros desde o momento em que a capela foi curada, em 1893, até 1924. Nele encontramos informações sobre o processo de fundação da paróquia, ou seja, a doação de terras e a constituição do patrimônio religioso de Morungaba.

Parochia de Nossa Senhora da Conceição de Barra Mansa-

Historia - A origem desta parochia data do anno de 1888. Nos primeiros dias do mez de Junho do referido anno, Joaquim Pereira Cardoso e sua esposa Constança Maria Cardoso chegaram a este lugar, então chamado de «Bairros dos Mansos», do nome dos seus primitivos habitantes - Manoel e Luciano Mansos. Encantados da fertilidade e riqueza da terra, resolveram fixar aqui sua residencia.

No mesmo anno, levado de seus sentimentos religiosos, começou a construcção d'uma Capella, dedicada a Nossa Senhora da Conceição, a qual foi bençida no dia 15 d'Agosto de 1889 pelo Revmo. Padre Pinheiro, Vigário da parochia de Cambucy, sendo a imagem da Senhora, adquirida na cidade do Porto, em Portugal, bençida n'um altar improvisado na residencia do mesmo Senhor Joaquim Pereira Cardoso e d'ahi levado processionalmente para sua Capella. No volver dos tempos e por corrupção dos nomes foi se chamando este lugar «Conceição de Barra Mansa».

No primeiro dia do mez de Março do anno de 1896, para o povoamento da já numerosa e florissante população, procedeu-se á construcção d'um Templo

Figura 4 – Livro do Tombo nº1 da Paroquia de Nossa Senhora da Conceição de Morungaba-SP (1893-1925). Fotografia da página 5v realizada pela autora (2024). Fonte: Arquivo da Casa Paroquial de Morungaba-SP.

d. Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo

De forma complementar ao Livro do Tombo, levantamos os documentos das paróquias de Morungaba e Itatiba no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Foi possível localizar documentação sobre a fundação tanto da paróquia Nossa Senhora do Belém de Itatiba quanto da paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Morungaba. Como o processo de estudo da fundação de Morungaba está ligado à formação do território de Itatiba, houve a tentativa de localizar o livro do tombo de nº 1 na Igreja Matriz desta cidade; contudo, nos foi informado que este livro foi destruído. Todavia, encontramos informações sobre a fundação da paróquia de Itatiba tanto nos arquivos da Cúria Metropolitana de São Paulo quanto nos arquivos digitalizados do acervo histórico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Quadro 2 – Documentos consultados no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Fonte: ACMSP.

DOCUMENTOS CONSULTADOS NO ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE SÃO PAULO	
1.	Registros de Visitas Pastorais – SP em Belém de Jundiá (Itatiba) – 1853-1857. Cota 7-3-45, (p. 30; p. 47).
2.	Registros de Pastorais, Portarias e mais atos oficiais (1891-1899). Cota 5-3-8, (p. 74v; p. 135v).
3.	Livro de Mapas de Paróquias (1911). Mapa dos limites da Paróquia de Itatiba. Cota 55-1-2, (p. 20).
4.	Livro de visitas às Paróquias. Cota 8-2-23, (p. 64).
5.	Documento contendo a descrição dos limites da doação ao patrimônio religioso da capela de Conceição de Barra Mansa. Livro 1-2-7, (pp. 97 a 123).
6.	Mapa da divisão dos bairros da freguesia de Belém de Jundiá (1835). Cota 03-02-21, (p. 17).

e. Arquivo Histórico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

No arquivo histórico digital da Assembleia Legislativa de São Paulo, localizamos documentos de naturezas diversas do período do Império até a República Velha. No site, a pesquisa foi realizada por cidade, e foram selecionados documentos relacionados aos territórios de Itatiba e de Morungaba. Os documentos são diversos e abrangem a solicitação de ereção de capela curada em Itatiba, códigos de posturas e

alterações de divisas entre os termos das freguesias, vilas e distritos, devido a conflitos de interesse dos proprietários de terra locais.

Quadro 3 – Documentos consultados no arquivo da Assembleia Legislativa de São Paulo. Fonte: ALESP.

DOCUMENTOS CONSULTADOS NO ARQUIVO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO		
LOCAL	IMPÉRIO	REPÚBLICA VELHA
Itatiba (Belém de Jundiá)	Criação da capela curada de Belém de Jundiá, 1829. (FCGP-ES 291.1). Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/alesp/documento-historico/?idDocumento=23077 . Acesso em: 07 de out. de 2025.	Criação de linha telefônica de São Paulo a Campinas passando por Itatiba, 1891. (46.1891). Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/alesp/documento-historico/?idDocumento=24950 . Acesso em: 08 de out. de 2025.
	Transferências de propriedades de Belém de Jundiá: 1864 - (RE64.05); 1866 - (RE 66.004); 1874 - (RE 74.42); 1887 - (PR 87.42); 1889 - (PR 89.38). Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/alesp/documento-historico/?idDocumento=2358 ; https://www.al.sp.gov.br/alesp/documento-historico/?idDocumento=14066 ; https://www.al.sp.gov.br/alesp/documento-historico/?idDocumento=20777 ; https://www.al.sp.gov.br/alesp/documento-historico/?idDocumento=19850 . Acesso em: 07 de out. de 2025.	Criação de duas escolas na Freguesia de Conceição de Barra Mansa, 1892. (PLC16.1892). Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/alesp/documento-historico/?idDocumento=32205 . Acesso em: 08 de out. de 2025.
	Solicitação de verba para a construção da casa de câmara e cadeia de Belém de Jundiá, 1880. (CF 80.62). Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/alesp/documento-historico/?idDocumento=6889 . Acesso em: 07 de out. de 2025.	Transferências de propriedades de Itatiba, 1895 -1896. (272. 1895); (19. 1896); (194.1896). Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/alesp/documento-historico/?idDocumento=25492 ; https://www.al.sp.gov.br/alesp/documento-historico/?idDocumento=28844 ; https://www.al.sp.gov.br/alesp/documento-historico/?idDocumento=31381 . Acesso em: 08 de out. de 2025.
	Projeto nº197 fixação de divisas entre Jundiá e Belém de Jundiá, 1880. (RE 80.15). Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/alesp/documento-historico/?idDocumento=21114 . Acesso em: 07 de out. de 2025.	Projeto nº9 Conflitos na divisa entre Atibaia e Itatiba, 1898. (PL 09/1898). Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/alesp/documento-historico/?idDocumento=33096 . Acesso em: 08 de out. de 2025.
	Projeto nº91 fixação de divisas entre Atibaia e Belém de Jundiá, 1881. (PR 81.103). Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/alesp/documento-historico/?idDocumento=18808 . Acesso em: 07 de out. de 2025.	Projeto nº8 mudando a denominação de Conceição de Barra Mansa para Murungaba 1919. (PL8/1919). Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/alesp/documento-historico/?idDocumento=34496 . Acesso em: 08 de out. de 2025.
	Alteração de divisas entre Campo Largo e Itatiba, 1881-1882. (PR 81.103; PR 81.059). Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/alesp/documento-historico/?idDocumento=18808 . Acesso em: 07 de out. de 2025.	Projeto nº 33 novas divisas entre Itatiba e Jundiá, 1926. (PL33/1926). Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/alesp/documento-historico/?idDocumento=27431 . Acesso em: 08 de out. de 2025.

	Solicitação de abastecimento de água potável para a cidade de Itatiba, 1882. (IO 82.3). Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/alesp/documento-historico/?idDocumento=12229 . Acesso em: 07 de out. de 2025.	
	Criação de duas escolas nos bairros dos Pereiras e dos Mansos, 1889. (IP 89.14). Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/alesp/documento-historico/?idDocumento=14601 . Acesso em: 07 de out. de 2025.	
	Código de posturas da cidade de Itatiba. Documento legislativo, 1889. (CP 89.23). Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/alesp/documento-historico/?idDocumento=11291 . Acesso em: 07 de out. de 2025.	
	Solicitação de garantia de juros para o capital da Companhia Carris de Ferro Itatibense. Documento legislativo, 1889. (CF89.052). Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/alesp/documento-historico/?idDocumento=10098 . Acesso em: 07 de out. de 2025.	
	Informação sobre a extinção de um quilombo em Itatiba, 1883. (CJ8327.1). Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/alesp/documento-historico/?idDocumento=13371 . Acesso em: 31 de out. de 2025.	
Bragança Paulista (Nova Bragança)	Divisas da Vila de Nova Bragança, 1829. (FCGP-ES 2923). Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/alesp/documento-historico/?idDocumento=23168 . Acesso em: 07 de out. de 2025.	
	Divisas entre a cidade de Bragança e a vila de Belém de Jundiá, 1866. (EE 66.6). Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/alesp/documento-historico/?idDocumento=2380 . Acesso em: 07 de out. de 2025.	

f. Livros de Atas da Câmara Municipal de Itatiba (1857-1898)

Também consultamos os livros de atas da Câmara Municipal de Itatiba, sendo o primeiro correspondente ao ano de 1857, quando a Freguesia de Belém de Jundiá foi elevada a vila, até o livro de atas nº 7, de 1898, quando Morungaba já era freguesia. Os livros contribuíram para identificar menções a bairros rurais e capelas no território em estudo.

Quadro 4 – Documentos da Câmara Municipal de Itatiba Consultados. Fonte: Câmara Municipal de Itatiba.

DOCUMENTOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITATIBA CONSULTADOS	
1.	Livro de Atas nº 1 (1857-1860)
2.	Livro de Atas nº 2 (1860-1867)
3.	Livro de atas nº 3: (1867-1878)
4.	Livro de atas nº 4: (1878-1880)
5.	Livro de atas nº 5: (1880-1891)
6.	Livro de atas nº 6: (1892-1896)
7.	Livro de atas Nº 7: (1896-1898)
8.	Livro de leis municipais: (1892-1908)

g. Biblioteca Luso-Brasileira – Projeto Resgate

A partir da pesquisa realizada no acervo digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo, nos deparamos com o acervo do Projeto Resgate da Biblioteca Luso-Brasileira. Neste acervo, foi possível encontrar diversas cartas de sesmarias digitalizadas que integram o Arquivo Histórico Ultramarino. Os documentos se encontram organizados por capitanias e províncias. Para a presente pesquisa, foram consultados os acervos: “São Paulo – avulsos (1644-1830)” e “São Paulo – Alfredo Mendes Gouveia (1618 – 1823)”.

Quadro 5 – Documentos consultados no Projeto Resgate da Biblioteca Luso-Brasileira. Fonte: APESP.

DOCUMENTOS CONSULTADOS NO PROJETO RESGATE DA BIBLIOTECA LUSO BRASILEIRA	
1.	Carta de sesmaria concedida a Maria Leme Ferreira – junho de 1780; (caixa 35. Doc. Nº2945). Disponível em: https://resgate.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=023-1_SP_MG&hf=resgate.bn.gov.br&pagfis=19174 . Acesso em 15 de out. de 2025.
2.	Carta de sesmaria concedida a Francisco Correa Pupo – setembro de 1802; (caixa 51. Doc. Nº3952). Disponível em: https://resgate.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=023-1_SP_MG&Pesq=%22Francisco%20Correia%20Pupo%22&pagfis=24556 . Acesso em 15 de out. de 2025.
3.	Documento nomeando Lourenço Antonio Leme a Capitão da Companhia de ordenanças do bairro do Couto na freguesia do Jaguari; Mapa da população do bairro do Couto – novembro de 1806; (caixa 60. Doc. Nº4581). Disponível em: https://resgate.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=023-1_SP_MG&Pesq=%22Francisco%20Correia%20Pupo%22&pagfis=30927 . Acesso em 15 de out. de 2025.

h. Cartografia dos séculos XVIII, XIX e XX

Esta pesquisa também faz uso da cartografia dos séculos XVIII, XIX, e XX a fim de compreender, espacialmente, as informações encontradas nos documentos manuscritos. Segundo Panerai (2014, pp. 45-48), a cartografia se impõe como um dos únicos meios para evidenciar localizações, possibilitando comparações que revelem traçados e permanências no território. Desse modo, a cartografia da época é “uma chave interpretativa importante para o reconhecimento de territorialidades”. Outro detalhe importante dos mapas é o registro dos topônimos, estes que “lhes conferiam ‘locus’ e ‘identidade’” (Bueno, 2012, p. 26).

Por outro lado, ressalta-se que a produção cartográfica está vinculada ao contexto histórico e ideológico em que foi produzida, uma vez que aqueles que as produziram detinham a autoridade sobre a informação representada. Nesse sentido, ao se promover análises sobre a cartografia histórica, deve-se considerar que sua produção esteve, majoritariamente, ligada às elites, e que muitas informações poderiam ser omitidas ou enfatizadas de acordo com os interesses particulares de quem as produziu (Nunes, 2016, p. 99).

Os mapas que compreendem o território de Morungaba foram localizados no departamento de cartografia do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Nesse acervo, foi possível levantar os mapas da *Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo*¹⁰, mais especificamente a folha de Campinas, que abrange o território de Morungaba, nos anos de 1900, 1911 e 1925. Além do acervo mencionado, foi possível acessar a coleção de mapas do Arquivo Aguirra, disponibilizada em domínio público pelo Museu Paulista.

¹⁰ Cartografia representando a topografia, hidrografia, caminhos, cidades, vilas, distritos de paz, bairros e fazendas.

Quadro 6 – Cartografias consultadas referentes aos séculos XVIII, XIX e XX. Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

CARTOGRAFIA CONSULTADA - SÉCULOS XVIII, XIX e XX			
	Nome	Ano	Acervo
1.	Mapa da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo – <i>Folha de Campinas</i>	1900, 1911, 1925	Arquivo Público do Estado de São Paulo; Departamento de Cartografia
2.	Mapa da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo – <i>Folha de Jundiá</i>	1905	Arquivo Aguirra – disponibilizada pelo Museu paulista. Disponível em: Wikipédia:GLAM/Museu Paulista/Listas/Mapas da coleção Aguirra – Wikipédia, a enciclopédia livre
3.	Mapa da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo – <i>Folha de Bragança</i>	1911	Arquivo Aguirra – disponibilizada pelo Museu paulista. Disponível em: Wikipédia:GLAM/Museu Paulista/Listas/Mapas da coleção Aguirra – Wikipédia, a enciclopédia livre
4.	Mapa da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo – <i>Folha de Atibaia</i>	1907	Arquivo Aguirra – disponibilizada pelo Museu paulista. Disponível em: Wikipédia:GLAM/Museu Paulista/Listas/Mapas da coleção Aguirra – Wikipédia, a enciclopédia livre
5.	Mapa Geral da viação Férrea dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais por Gustavo Koenigswald. Esc: 1:200000.	1893	Arquivo Público do Estado de São Paulo; Departamento de Cartografia.
6.	Mapa indicando a situação de cidades, vilas, e distritos de paz decretados até o fim do ano de 1897 do Estado de São Paulo organizado por Canuto Thorman. Esc: 1:2000000.	1898	Arquivo Público do Estado de São Paulo; Departamento de Cartografia.
7.	Mapa Corográfico da Capitania de São Paulo (colonial)	s/d.	Arquivo Aguirra – disponibilizada pelo Museu paulista. Disponível em: Wikipédia:GLAM/Museu Paulista/Listas/Mapas da coleção Aguirra – Wikipédia, a enciclopédia livre
8.	Mapa da costa do Brasil desde a ponta de Itapetininga	1750	Arquivo Aguirra – disponibilizada pelo Museu paulista. Disponível em: Wikipédia:GLAM/Museu Paulista/Listas/Mapas da coleção Aguirra – Wikipédia, a enciclopédia livre
9.	Mapa do Município de Itatiba – produzido pelo Instituto Geográfico e Geológico – contendo as plantas da cidade de Itatiba e do distrito de paz de Morungaba. Esc: 1:100000	1938	Arquivo Público do município de Itatiba “Norberto Carride”. (Consulta presencial)
10.	Mapas do IBGE. Esc: 1:50000	1970-72	Consultado através da base de dados do software: Qgis.
11.	Mapa produzido para o plano diretor de Morungaba-SP	1968	Prefeitura Municipal de Morungaba-SP

	desenvolvido por Ruy Ohtake (página 53).		
12.	Croqui da cidade de Morungaba. Esc: 1:4000	Década de 1980	Cópia disponibilizada do acervo da Prefeitura do Município de Morungaba-SP (acervo da autora).
13.	Mapa da distribuição de propriedades rurais na zona de Campinas. Esc: 1:100000. Produzido por Mario Neme: "Apossamento do solo e evolução da propriedade rural na zona de Campinas".	1755-1900	Arquivo Aguirra - disponibilizada pelo Museu paulista. Disponível em: Wikipédia:GLAM/Museu Paulista/Listas/Mapas da coleção Aguirra - Wikipédia, a enciclopédia livre
14.	Mapa do Município de Jundiá. Esc: 1:100000. Produzido pela diretoria de obras do município de Jundiá. Instituto Geográfico e Geológico.	1934	Arquivo Aguirra - disponibilizada pelo Museu paulista. Disponível em: Wikipédia:GLAM/Museu Paulista/Listas/Mapas da coleção Aguirra - Wikipédia, a enciclopédia livre
15.	Mapa da Macrozona do Município de Morungaba-SP. Plano diretor de Morungaba-SP. Anexo II. Esc: 1:20000.	2006	Prefeitura Municipal da Estância Climática de Morungaba-SP. Disponível em: https://www.morungaba.sp.gov.br/ .

Fontes Secundárias

Como fonte de apoio, consultamos os Almanques de Itatiba disponibilizados pelo Museu Pe. Francisco de Paula Lima correspondentes aos anos 1905, 1916, 1917 e 1925. Nos almanques, foi possível verificar os nomes de proprietários de terra locais e fotografias do núcleo urbano e de fazendas.

Método

Através do método histórico propõe-se a análise dos documentos de origem primária, de modo que, após a sistematização dos dados encontrados em cada documento acima descrito, buscamos, através do cruzamento das informações, promover análises que elucidem o processo de formação territorial e a origem do núcleo urbano de Morungaba.

O processo de análise dos documentos manuscritos se deu da seguinte forma: após o acesso ao documento, foi realizada a leitura integral, organizando as informações relevantes. Na etapa seguinte, foi realizado o cruzamento dos dados,

como, por exemplo, entre as Listas Nominativas de Habitantes e os Registros Paroquiais de Terra.

Quadro 7 – Quadro explicativo do processo metodológico da pesquisa. Elaborado pela autora, 2025.

Primeira etapa	Segunda etapa	Terceira etapa	Resultado
Levantamento da documentação primária	Leitura do documento e organização das informações	Cruzamento das informações levantadas nos documentos	Produção das análises

Georreferenciamento de dados históricos

Os mapas produzidos nesta pesquisa foram elaborados com base nos de Ferreira (2022). Procedemos ao georreferenciamento de localidades, como os bairros rurais e as fazendas, no território estudado. Dessa forma, o método consistiu na localização das informações históricas retiradas de diversas fontes textuais primárias, iconográficas, cartográficas em cartografia georreferenciada. Para isso, no *software QGIS*, utilizamos como base: a cartografia da CGGSP¹¹, que compreende o território estudado, a carta do IBGE (1970-72)¹² e a imagem de satélite. A escolha dessas bases tem como objetivo viabilizar a espacialização de informação histórica e verificação das permanências.

¹¹ Os mapas utilizados como base foram os da CGGSP, sendo a folha de Campinas (1911), a folha de Jundiá (1905), a folha de Bragança Paulista (1911) e a folha de Atibaia (1907). A folha de Campinas de 1911 foi escolhida em detrimento da de 1900, pois a mais próxima da data de fundação da cidade de Morungaba (1900) não continha informações sobre as propriedades rurais.

¹² A cartografia do IBGE produzida na década de 1970, nos serviu de vasto auxílio ao promover a espacialização das localidades. Uma vez que, as cartas possuíam uma maior permanência de topônimos se comparados as imagens de satélites atuais. Cartografia disponível em: <https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#homepage>. Acesso em 12 jan. de 2026.

Quadro 8 – Quadro explicativo do processo metodológico da produção dos mapas. Elaborado pela autora, 2025.

Processo de troca de informações			Resultado
Informações textuais sobre o território	+	Cartografia histórica	Espacialização georreferenciada de informações históricas
	+	Bases georreferenciadas: mapas IBGE 1970-72; Imagem de satélite (2024-2025)	

Outro esclarecimento pertinente refere-se à forma de localização dos bairros rurais e das fazendas no processo de georreferenciamento: após a identificação do bairro rural, um ponto que geralmente corresponde a uma capela é marcado como o "centro" da localidade. No caso das fazendas, a casa-sede foi escolhida como ponto de referência. Entretanto, embora alguns locais estejam descritos nos mapas, tanto no da CCGSP, quanto na carta do IBGE (1970-72), ao promover a localização exata na base da imagem de satélite, notamos que a materialidade foi perdida ou que a paisagem foi totalmente alterada e, diante disso, optamos por supor a localização aproximada dos pontos com base em características naturais do território que permanecem ao decorrer do tempo, como hidrografia e relevo.

Levantamento iconográfico

Todo o material fotográfico levantado e utilizado nesta pesquisa corresponde ao início do século XX e ao momento em que esta dissertação é escrita. A opção por trabalhar com material fotográfico próximo ao recorte temporal desta pesquisa, juntamente com fotografias atuais, reflete a disponibilidade de registros fotográficos sobre o objeto de estudo.

Estrutura da pesquisa

A fim de atender aos objetivos propostos, essa pesquisa se divide em três capítulos, sendo o primeiro dedicado à escala da rede urbana, no qual trabalhamos o processo de ocupação do território a partir da formação dos primeiros bairros rurais ao norte da vila de Jundiaí. Em seguida, trataremos da elevação do bairro rural do

Atibaia à condição de freguesia e, mais tarde, em condição de vila, encerrando o capítulo com o processo de doação de terras ao patrimônio religioso para construção da capela e posterior elevação da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Barra Mansa. No capítulo dois, tomando como base o campo da morfologia urbana como método de análise, trabalhamos a gênese da forma urbana de Morungaba, caracterizando os aspectos do sítio natural e entendendo seu papel na formação do traçado urbano. Por fim, no último capítulo, discutiremos os agentes modeladores do espaço urbano de Morungaba, esclarecendo o papel da Igreja Católica e dos proprietários de terra na formação urbana.

Quadro 9 – Denominações anteriores das cidades da rede microrregional de estudo. Fonte: IGC (2011).
Elaborado pela autora, 2025.

DENOMINAÇÕES ANTERIORES DAS CIDADES DA REDE MICROREGIONAL DE ESTUDO			
Município atual	Bairro rural	Freguesia	Vila
Morungaba (1964)	Barra Mansa/ dos Mansos/Couto	Nossa Senhora da Conceição de Barra Mansa (1898)	-
Itatiba (1876)	Atibaia	Nossa Senhora do Belém de Jundiaí (1830)	Belém de Jundiaí (1857)
Campinas (1842)	Mato Grosso	Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiaí (1774)	São Carlos (1797)
Bragança Paulista ¹³ (1856)	Jaguari	Nossa Senhora da Conceição do Jaguari (1765)	Nova Bragança (1797)
Atibaia ¹⁴ (1864)	-	São João Batista do Atibaia (1747)	São João do Atibaia (1769)
Amparo (1865)	-	Nossa Senhora do Amparo (1839)	Nossa Senhora do Amparo (1865)

¹³ Foi elevada a categoria de cidade na Lei nº 21 ou 541 de 24/04/1856 com a denominação de Bragança. Altera a denominação para Bragança Paulista no decreto-Lei nº 14.334 de 30/11/1944. (IGC, 2011).

¹⁴ Altera a denominação para Atibaia na Lei nº 975 de 20/12/1905. (IGC, 2011).



CAPÍTULO 1

A formação do território ao norte da Vila de Jundiaí

Nesse capítulo, discutiremos brevemente a formação da rede urbana do Estado de São Paulo desde o período colonial até o final do século XIX. Abordaremos a formação do território atualmente compreendido pelas cidades de Itatiba e Morungaba, região que pertenceu ao termo da vila de Jundiaí até meados do século XIX. Como primeira forma de ocupação, identificaremos os bairros rurais que surgiram nessa região a partir do final do século XVIII, momento em que a região começou a ser povoada. Em seguida, discutiremos o processo de elevação do bairro rural do Atibaia à condição de freguesia, denominada Belém de Jundiaí, no termo da vila de Jundiaí, ocorrido em 1830. Posteriormente, analisaremos o processo da conquista da autonomia de Belém de Jundiaí e a definição de seus limites territoriais, em meados do século XIX. Partiremos da análise dos Registros Paroquiais de Terras e da cartografia histórica a fim de identificar os bairros rurais pertencentes ao que iria se tornar território de Morungaba. Finalmente, chegaremos ao final do século XIX, demonstrando o processo de doação de terras ao patrimônio de Nossa Senhora da Conceição para a construção da capela no bairro dos Mansos e sua elevação à condição de freguesia denominada Conceição de Barra Mansa na cidade de Itatiba.

1. A formação do território ao norte da Vila de Jundiáí

A fim de compreender o processo de formação da rede urbana que antecede a formação do território estudado, apresentaremos um breve histórico do início da colonização do Brasil, empreendida pela Coroa Portuguesa, até o momento da ocupação do território ao norte da vila de Jundiáí, objeto de interesse dessa pesquisa.

No século XVI, Portugal estava desinteressada no território descoberto nas Américas, “uma vez que ele parecia oferecer pouco aos famigerados intentos da política mercantilista em vigor”. Sendo assim, Portugal manteve seu interesse no vasto império colonial do Oriente, deixando a América Portuguesa “esquecida” por mais de trinta anos. Com o abandono, despertou-se, em sua maioria, o interesse estrangeiro — sobretudo dos franceses — para explorar o pau-brasil. Dessa forma, preocupado com a posse das terras, D. João III decidiu, em 1532, colonizar oficialmente a América portuguesa. E então, Martin Afonso de Souza é enviado ao Brasil e funda a vila de São Vicente, dando início ao processo de formação da rede urbana (Bueno, 2009, pp. 259-260).

A fim de viabilizar a colonização, a partir de 1534, Portugal opta pelo sistema das capitanias hereditárias, dividindo as terras da colônia entre fidalgos portugueses. Esses donatários tinham a função de dar continuidade ao processo de colonização, fundando vilas (Bueno, 2009, p. 260). Essa função era determinada pelas cartas régias e era um meio da Coroa garantir seu domínio sobre o território recém-colonizado (Azevedo, 1956, p. 11).

Porém, devido às adversidades do território inexplorado, essa primeira tentativa colonizadora não foi tão eficaz, o que levou, em meados do século XVI, a Coroa a criar uma sede do Governo Geral em Salvador. Além disso, juntamente com o governador-geral, vieram os jesuítas, ordem religiosa que desempenhou papel importante no processo de colonização do território brasileiro (Bueno, 2009, p. 260).

Por mais de cem anos, a “política urbanizadora” que se formou na colônia funcionava da seguinte forma: a Coroa fundava cidades reais com o intuito de serem cabeças de redes regionais e incentivava a formação de vilas por iniciativa dos

donatários. Entretanto, “no século XVI e nos princípios do XVII, a área efetivamente povoada limitava-se à costa”, com exceção de São Paulo do Piratininga, fundada no planalto pelos jesuítas (Bueno, 2009, p. 260).

A concentração de assentamentos na costa e a demora na exploração do planalto foram resultado de ordens impostas pela coroa portuguesa. A princípio, as próprias cartas de doação das capitanias reforçavam que os donatários, de preferência, só fundassem vilas próximas ao mar e de rios navegáveis. Portanto, em um primeiro momento, o objetivo da coroa era explorar toda a costa brasileira, firmar os assentamentos, através do estabelecimento da agricultura e do crescimento da população. Somente a partir da criação de raízes no litoral se deveria explorar o sertão; no entanto, não foi o que se sucedeu (Holanda, 1990, p. 66).

A travessia da Serra do Mar até o Planalto Paulista não era simples e só foi possível devido a uma antiga trilha indígena chamada *Caminho de Paranaíacaba*. Essa rede inicial, que se formava, era de grande fragilidade e só se sustentou devido à “simbiose com os indígenas”, que compunham a maior parte da população local e conheciam o território (Bueno, 2009, p. 261).

Nesse contexto, Prado Júnior (1989) discute os fatores do sítio natural como primordiais na forma como o território foi ocupado, reforçando que a escolha do local para a fundação de São Paulo não se deu ao acaso. Esse território já era conhecido pelos indígenas e acessado por suas trilhas. São Paulo do Piratininga foi fundada em uma clareira natural em meio à densa floresta da Mata Atlântica.

Dessa maneira, os portugueses utilizaram os saberes dos povos originários para percorrer melhor o território, visto que os atalhos utilizados pelos indígenas serviram como principais rotas de locomoção para vencer a densa floresta (Holanda, 1975, p. 15). Nessas primeiras fases do povoamento, a floresta sempre foi inimiga do homem branco. Portanto, não se pode ignorar o meio físico como fator determinante na escolha do local dos assentamentos, resultado da combinação favorecida entre o fator geológico e o conhecimento dos povos originários.

De 1580 a 1640, temos o período da dominação espanhola na colônia, resultado da união das coroas ibéricas. Além da expulsão de grande parte dos franceses, promoveu-se a elaboração de relatórios sobre o território recém-colonizado denominados *Relaciones Geographicas de Indias*, o que resultou na interiorização em busca de metais preciosos, “articulada à abertura de caminhos, ao povoamento e à conquista do sertão em torno à Vila de São Paulo” (Bueno, 2009, p. 261).

A urbanização, nesse momento, caracterizou-se por duas maiores concentrações urbanas: na região que Azevedo (1956, p. 23) chama de “baiano-pernambucana”, baseada na economia açucareira, e na região “paulista-fluminense”, onde se destacavam, entre diversos fatores econômicos, a produção de açúcar e a criação de gado no Rio de Janeiro, além do aprisionamento dos indígenas em São Paulo.

Os colonizadores que exploraram o sertão desconhecido em busca de riquezas, em geral, não contavam com o apoio da metrópole e, muitas vezes, o faziam em oposição aos desígnios da Coroa. Durante o século XVIII, devido à descoberta de minas, o fluxo de colonizadores no planalto paulista aumentou significativamente (Holanda, 1990, p. 68).

Como resultado da busca por locais de mineração, promoveu-se a interiorização. Além disso, os colonizadores, em sua maioria aqueles que vieram junto com Martim Afonso de Souza, foram obtendo sesmarias, nas quais se desenvolveram agrupamentos que, aos poucos, geraram a necessidade de auxílio espiritual (Bueno, 2009, p. 264).

Nesse período, cinco novos núcleos urbanos formaram-se e foram elevados à categoria de vila, sendo dois deles no planalto paulista: Santana de Moji Mirim (atual Mogi das Cruzes) e Santana de Parnaíba. Dessa última, décadas depois, derivaria a povoação “no sertão do rio Jundiaí”, que daria origem à vila de Nossa Senhora do Desterro do Campo Alegre de Jundiaí (Bueno, 2009, p. 261).

Azevedo (1956, p. 29) classifica a vila de Nossa Senhora do Desterro do Campo Alegre de Jundiaí como uma das “bocas do sertão”. Curitiba, Sorocaba, Itu e

Guaratinguetá também recebiam essa denominação, pois eram os pontos de povoamento mais afastados do litoral. Aqui fazemos destaque para a vila de Jundiaí, pois, ao norte desta “boca de sertão”, mais tarde surgiriam os bairros rurais que deram origem aos núcleos urbanos de Itatiba e Morungaba.



Figura 5 – Trecho do mapa da costa do Brasil desde a ponta de Itapetininga, São Paulo (1750). No recorte é possível ver a rede urbana em formação. Na direção norte, dois caminhos bifurcam da cidade de São Paulo, um em direção à Vila de Jundiaí, o outro em direção ao povoado do *Jaguary* (Bragança Paulista). Fonte: Acervo do Museu Paulista da USP. Mapas da Coleção Aguirra. Disponível online: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:GLAM/Museu_Paulista/Listas/Mapas_da_col%C3%A7%C3%A3o_Aguirra

No início do século XVIII, foi criada a Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, resultado do interesse da Coroa em controlar esse território, que ganhava cada vez mais importância. Como sede da capitania, foi escolhida a vila de São Paulo de Piratininga, elevada à categoria de cidade, em 1711 (Bueno, 2009, p. 268).

No contexto de disputas pelo controle das riquezas minerais, ocorreu a guerra dos Emboabas (1707-1709), que resultou na expulsão dos paulistas das minas de Cataguases. Forçados a buscar novas áreas de exploração, eles se deslocaram ainda mais para o interior, descobrindo minas de ouro em Mato Grosso, em 1719, e em Goiás, em 1725 (Bueno, 2009, p. 270).

Bueno (2009, p. 270) também destaca como funcionou a lógica da colonização, pois a importância atribuída pelo controle metropolitano em certa região

“condicionava a redefinição do papel nas demais regiões”, gerando decadências em outras áreas, onde o interesse da Coroa perdia força.

Com um território tão vasto para administrar, em 1720 a Coroa decidiu desmembrar “as minas e suas repartições”, separando de São Paulo as Minas Gerais (1720), Rio Grande de São Pedro e Santa Catarina (1738), Goiás (1744) e, por último, Mato Grosso (1748). Dessa maneira, o foco da política urbanizadora voltou-se para “os territórios que simbolizavam lucratividade”. Nesse momento, a rede urbana no território paulista expandiu-se devido às melhorias na comunicação com as regiões desanexadas. Embora não fosse do interesse da Coroa criar vilas nesse território, São Paulo tornou-se “cabeça da rede” e, a partir dela, irradiavam-se diversos caminhos de comunicação em todas as direções (Bueno, 2009, pp. 272-273).

Nesse sentido, segundo Benincasa (2007), a agricultura paulista manteve-se em proporções modestas devido à ausência de mão de obra indígena, mas a comunicação com as regiões auríferas do Mato Grosso e de Minas Gerais contribuiu para manter o território paulista como principal rota de abastecimento. Segundo Holanda (1990), o indígena mostrou-se inadequado para atingir os propósitos portugueses; isso só foi solucionado com a introdução de mão de obra africana escravizada.

Sobre a rede de caminhos, segundo Bueno (2009, p. 276), é possível observar, por meio da cartografia da época, a ampliação da rede em direção a Goiás e ao Mato Grosso. O caminho principal para o Mato Grosso era feito por via fluvial através dos rios Tietê e Paraná e, para Goiás, iam por terra pelo *Caminho dos Goiazes* ou *Caminho do Anhanguera*.

Ao longo do eixo do Caminho do Anhanguera, em poucos anos foram se formando áreas colonizadas, com organização de vida rural que permitisse o suprimento dos passantes e o envio de produtos para o litoral. Nessas regiões formavam-se pequenos bairros rurais e povoações. (Reis Filho, 2014, p. 36)

Quando os sertanistas portugueses desejavam transpor as matas, foi pelas rotas primitivas já existentes que o fizeram; de início, eram caminhos estreitos e incipientes, percorridos em fileiras. Essas rotas eram conhecidas pelos indígenas e possuíam

sistemas de indicação, como galhos e marcas de corte nas árvores. (Holanda, 1975, p. 17)

O *Caminho dos Goiazes*, como ficou conhecido após a fundação da Vila Boa de Goiás, já era utilizado pelos indígenas que se dirigiam ao “Brasil Central” (Reis Filho, 2014, p. 21). Esse caminho partia de São Paulo, passando por Santana de Parnaíba e, posteriormente, por Jundiaí. A partir desse ponto, seguia em direção ao norte, atravessando diversos rios – como o Atibaia e o Jaguari, que passam pelo território estudado. Ao longo do Caminho dos Goiazes, surgiram diversos pousos utilizados pelos sertanistas, que deram origem a cidades, entre elas, Campinas, Mogi Mirim, Mogi Guaçu, Franca e Casa Branca (Bueno, 2009, p. 276).

No que diz respeito a outras rotas relacionadas ao território estudado, temos o *Caminho Velho*, também chamado *Caminho Geral do Sertão*, que partia de São Paulo, passando por Atibaia e Bragança Paulista, no sentido de Minas Gerais (Campos, 2016, pp. 61-62). Este caminho, segundo Nunes (2021), foi iniciado por Matias Cardoso Almeida e, posteriormente, utilizado pela expedição de Fernão Dias Paes Leme em busca de minérios em Minas Gerais. Da mesma forma que o caminho dos *Goiazes*, o caminho Velho, também chamado de caminho do Piqueri, era um caminho aberto sobre uma rota anterior à colonização (Kurimoto, 2023, p. 331).

Na Figura 6, podemos ver os dois caminhos em destaque que passam em paralelo ao território de estudo, atravessando os rios Atibaia e Jaguari onde, mais tarde, o núcleo urbano de Morungaba teria sua gênese.

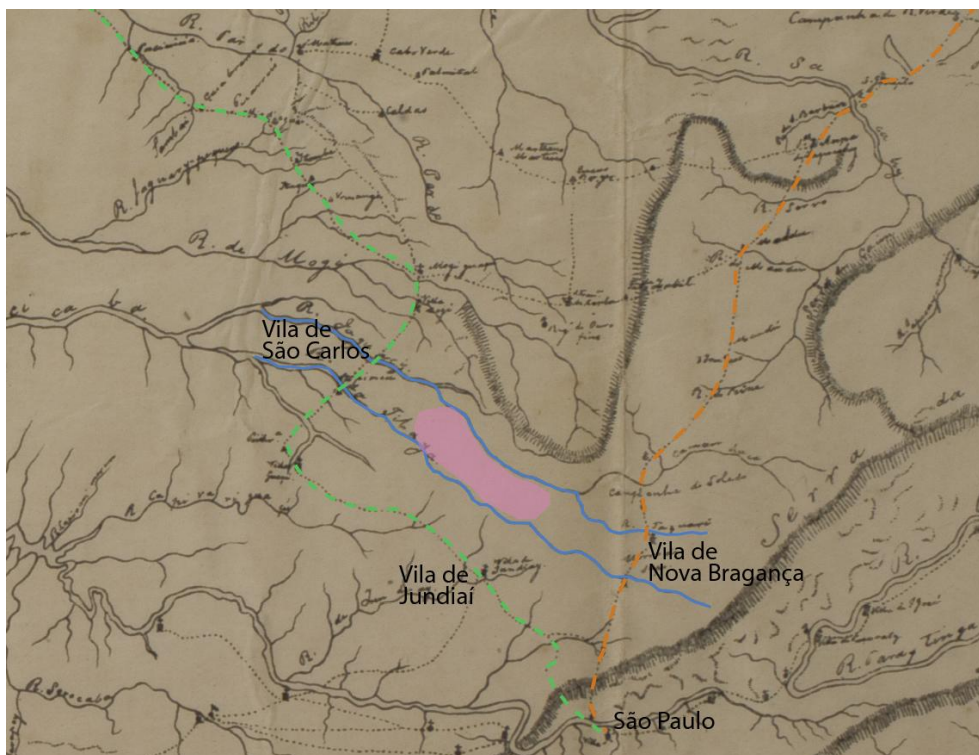


Figura 6 – Trecho da Carta Corográfica da Capitania de São Paulo. No mapa vemos as duas rotas que partiam da cidade de São Paulo em direção ao norte. Em verde, o Caminho dos Goiaes; em laranja, o Caminho Velho; em azul, os rios Atibaia e Jaguari. Na mancha rosa, conjectura-se a localização do território onde mais tarde surgiria o núcleo urbano de Morungaba. Fonte: Acervo do Museu Paulista. Arquivo Aguirra. Disponível em:

https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:GLAM/Museu_Paulista/Listas/Mapas_da_col%C3%A7%C3%A3o_Aguirra. Acesso em: 26 de março de 2025. Editado pela autora em 2025.

Enquanto os caminhos para o interior se consolidavam, a organização política do território também passava por transformações. Em 1748, a Capitania de São Paulo foi extinta, perdendo sua autonomia ao tornar-se uma comarca subordinada à Capitania do Rio de Janeiro. No entanto, em 1765, foi restaurada, tendo como governador D. Luís Antônio Botelho Mourão, o Morgado de Mateus (1765-1775) (Bueno, 2009, p. 284).

A restituição da Capitania de São Paulo ocorreu no contexto da transferência da capital do Vice-Reino para o Rio de Janeiro (Feldman, 2023, p. 223) e se deu, em primeiro lugar, por necessidade geopolítica, pois a sede no Rio de Janeiro não conseguia administrar o vasto território. Em segundo lugar, a partir de meados do século XVIII, a escassez de minérios revalorizou áreas com potencial agrícola, e isso o território de São Paulo possuía de sobra. Essa revalorização fez parte das medidas

centralizadoras propostas pelo Marquês de Pombal¹⁵, que decidiu promover um povoamento mais intenso e, como consequência, “foi elaborada assim toda uma política de urbanização, com características específicas em cada região do território brasileiro” (Bueno, 2009, p. 284).

Nas palavras de Bueno (2009, p. 284), “São Paulo, a não ser nas pequenas manchas da lavoura de subsistência, era campo virgem e aberto a um possível renascimento da agricultura.” Devido à crise econômica que a metrópole enfrentava, provocada pela escassez do ouro brasileiro, surgiu o interesse da Corte em explorar as novas possibilidades que a terra fértil tinha a oferecer. Diante disso, houve o estímulo ao cultivo da cana-de-açúcar, tanto no litoral quanto no planalto, o que resultou em prosperidade nas regiões de Itu, Campinas, Piracicaba e no litoral norte.

A introdução da cana-de-açúcar no processo da colonização do território brasileiro surgiu de uma conveniência da produção e do mercado naquele momento. Não foi resultado de condições específicas da colônia, mas também se deve ao fato de que a industrialização na Europa ainda não havia ocorrido no momento da colonização da América. Com isso, a escassez de gêneros alimentícios de climas quentes fomentou o sistema agrário nas colônias tropicais (Holanda, 1990, p. 17).

Desde o início do século XVIII até dois anos após a restauração da Capitania (1705-1767), nenhuma vila foi fundada no território paulista, pois, durante a primeira metade do século XVIII, os interesses da Coroa estavam voltados exclusivamente às áreas de mineração. Essa política foi revista pelo Morgado de Mateus, que defendia uma urbanização mais intensa, com fins estratégicos de fortalecer o território (Bueno, 2009, p. 286).

Desse modo, houve determinações régias contra a dispersão da população, com finalidades militares e de urbanização. As finalidades militares diziam respeito ao recrutamento para eventual combate no Sul, em conflito com os espanhóis. Em suma, o governo do Morgado de Mateus possuía objetivos estratégicos em sua política

¹⁵ Sebastião José de Carvalho e Melo, o “Marques de Pombal”, era ministro de José I, que ascendeu ao trono português após a morte de Dom João V, em 1750. Influenciado pelo iluminismo assumiu a administração a partir de um caráter reformista. (Delson, 1997, p. 49).

urbanizadora, os quais visavam assegurar os domínios e viabilizar seus planos militares, econômicos, políticos e sociais (Bueno, 2009, p. 286).

Portanto, em resposta a quatro estímulos interligados – a distribuição de terras; a descoberta de ouro; a necessidade de implantar a lei e a ordem no sertão; e a ameaça pendente dos interesses espanhóis –, os portugueses resolveram-se a cobrir a hinterlândia com um sistema de cidades, vilas e povoações organizadas. (Delson, 1997, p. 14)

Nessa nova estratégia de povoamento, impulsionada pelos planos do novo governo, ocorreu o povoamento das terras férteis de Jundiaí em diante, ao longo do *Caminho do Anhanguera* e por novas trilhas, derivadas deste caminho. “Foi o caso das regiões de Campinas, Itu, Piracicaba e do arco que de Jundiaí se estendia na direção de Amparo, Atibaia e Bragança.” (Reis Filho, 2014, p. 61)

Na direção sul, a meta da colonização englobava Lajes, Faxina e Itapetininga, povoações importantes, pois asseguravam o monitoramento do *Caminho do Viamão*, rota importante que ligava São Paulo ao sul. Em conjunto, diversas outras aglomerações foram elevadas à vila na faixa litorânea sul (Bueno, 2009, p. 288).

No sentido norte, com o intuito de assegurar as fronteiras com Minas Gerais, foram elevadas as vilas de São João Batista de Atibaia, São José de Mogi Mirim, e a freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiaí, que viria a ser nomeada vila de São Carlos (Campinas), em 1797 (Bueno, 2009, p. 289). No mesmo ano é elevada a condição de vila o antigo povoado de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari, com a denominação de Vila Nova de Bragança (Bragança Paulista) (IGC, 2011, p. 50). Essas duas últimas vilas criadas no final do século XVIII desempenharam um papel importante na formação do território de Morungaba.

Diante disso, podemos afirmar que a ocupação do território ao norte da vila de Jundiaí foi impulsionada pelas políticas do governo do Morgado de Mateus, que incentivou a povoação de áreas até então não ocupadas, mas que possuíam terras férteis para a agricultura.

O governador argumentava que, segundo as ordens reais que recebera nas instruções de 26 de janeiro de 1765, e em outras, que recebera na sequência, seria muito conveniente ao serviço real que na Capitania de São Paulo se

originassem vilas naquelas partes que fossem mais próprias e que nelas se congregassem os “vadios” e dispersos, ou aqueles que viviam em sítios volantes, para morarem em povoações civis, nas quais se pudessem administrar os sacramentos. (Salgado; Pereira, 2017, p. 5)

Durante o governo do Morgado de Mateus, a freguesia de São João Batista de Atibaia, pertencente ao termo de São Paulo, foi elevada à condição de vila. Com a nomeação de Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça (1797-1802), como novo governador, os esforços para incentivar a povoação da capitania tiveram continuidade, resultando na elevação das freguesias de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari e Nossa Senhora da Conceição do Mato Grosso de Jundiá à condição de vila. Essas elevações tinham como objetivo “animar a agricultura e o comércio” (Salgado; Pereira, 2017, pp. 6-7).

Segundo as autoras, cada elevação à condição de vila, de 1797 a 1802, correspondia a uma estratégia de consolidação do território, desenhada ainda no governo anterior. Nesse contexto, a freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari, como mencionado por Bueno (2009), assegurava a fronteira com a Capitania de Minas Gerais, já a freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá era importante produtora de açúcar (Salgado; Pereira, 2017, p. 7).

Quadro 10 – Desmembramentos e elevações das freguesias e vilas ao norte da vila de Jundiá na segunda metade do século XVIII. Fonte: IGC (2011). Elaborada pela autora, 2025.

LINHA DO TEMPO DOS DESMEMBRAMENTOS E ELEVAÇÕES DAS FREGUESIAS E VILAS AO NORTE DA VILA DE JUNDIÁ NA SEGUNDA METADE DO SÉC. XVIII					
Vila ou cidade de origem	Ano	Freguesia	Ano	Vila	Nome atual
São Paulo	1747	Freguesia de São João Batista de Atibaia	1769	Vila de São João de Atibaia	Atibaia
Jundiá	1751	Freguesia de São José de Moji-Mirim	1769	Vila de São José de Moji-Mirim	Moji-Mirim
São Paulo (1769 – transferida para Atibaia)	1765	Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguari	1797	Vila Nova de Bragança	Bragança Paulista
Jundiá	1774	Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Campinas do Mato Grosso de Jundiá	1797	Vila de São Carlos	Campanas

De modo geral, as elevações das freguesias à categoria de vilas no entorno do território de estudo contribuíram para a ampliação da rede urbana que, aos poucos, iria se irradiar, por meio dos primeiros caminhos, para a área compreendida atualmente pelas cidades de Itatiba e Morungaba. Nesse sentido, “O trajeto da estrada, bem como os atalhos criados a partir do leito principal, buscavam atender às propriedades próximas, para o escoamento da produção e dentro da lógica do caminho de *bacia de drenagem*” (Campos, 2016, p. 70). Seguindo a tese da autora sobre a existência de ramificações dos caminhos principais, e considerando o *Caminho dos Goiaes* e o *Caminho Velho* como “estradas-tronco”, podemos considerar que essas ramificações partiram das *estradas-tronco* em direção ao território do que viria a ser Morungaba, à medida que a região era gradativamente ocupada.

Na produção agrícola, Benincasa (2007, p. 11) aponta que a Capitania de São Paulo iria se reerguer com o plantio de cana-de-açúcar, sendo sua principal zona de produção o chamado “quadrilátero do açúcar”¹⁶, compreendido pelas cidades de Mogi-Guaçu, Jundiaí, Sorocaba, Piracicaba, Itu e Campinas. Nesse meio, diversas propriedades foram abertas e o “interior” ia sendo povoado.

Segundo Navarra (1977), a região de Morungaba e Itatiba foi povoada tardiamente e em menor escala do que os principais centros produtores do “Quadrilátero do Açúcar”. De acordo com a autora, na região de Itatiba, após a fase da cultura de subsistência, a cana-de-açúcar pode ter sido cultivada; no entanto, foi pouco duradoura, não deixando marcas na estrutura rural.

A fase da lavoura canavieira foi menos duradoura do que nas outras áreas, uma vez que o povoamento teve início no começo do século e em 1850 o café já era introduzido em suas terras. Assim, a fase da cana-de-açúcar foi interrompida pelo café que, dentro de poucos anos, constituiu-se na grande fonte de riqueza de Itatiba. (Navarra, 1977, pp. 17-18)

¹⁶ O termo “quadrilátero do açúcar” foi criado por Petrone (1968, p. 53), para denominar a área que consistiu na mais importante pelo ciclo do açúcar paulista.

Navarra (1977) afirma, em sua tese, que a região de Morungaba e Itatiba começou a ser povoada no início do século XIX e, de fato, a ocupação só se intensificou em meados daquele século. Contudo, no final do século XVIII, enquanto a Capitania de São Paulo passava por transformações políticas e administrativas e os núcleos de povoação limítrofes ao território de estudo foram elevados à condição de vila, as Listas Nominativas consultadas indicam que, nesse período, o território hoje compreendido por Morungaba e Itatiba, inserido no termo da vila de Jundiaí (Figura 7), já estava sendo ocupado, mesmo que de forma incipiente, iniciando a formação dos primeiros bairros rurais.

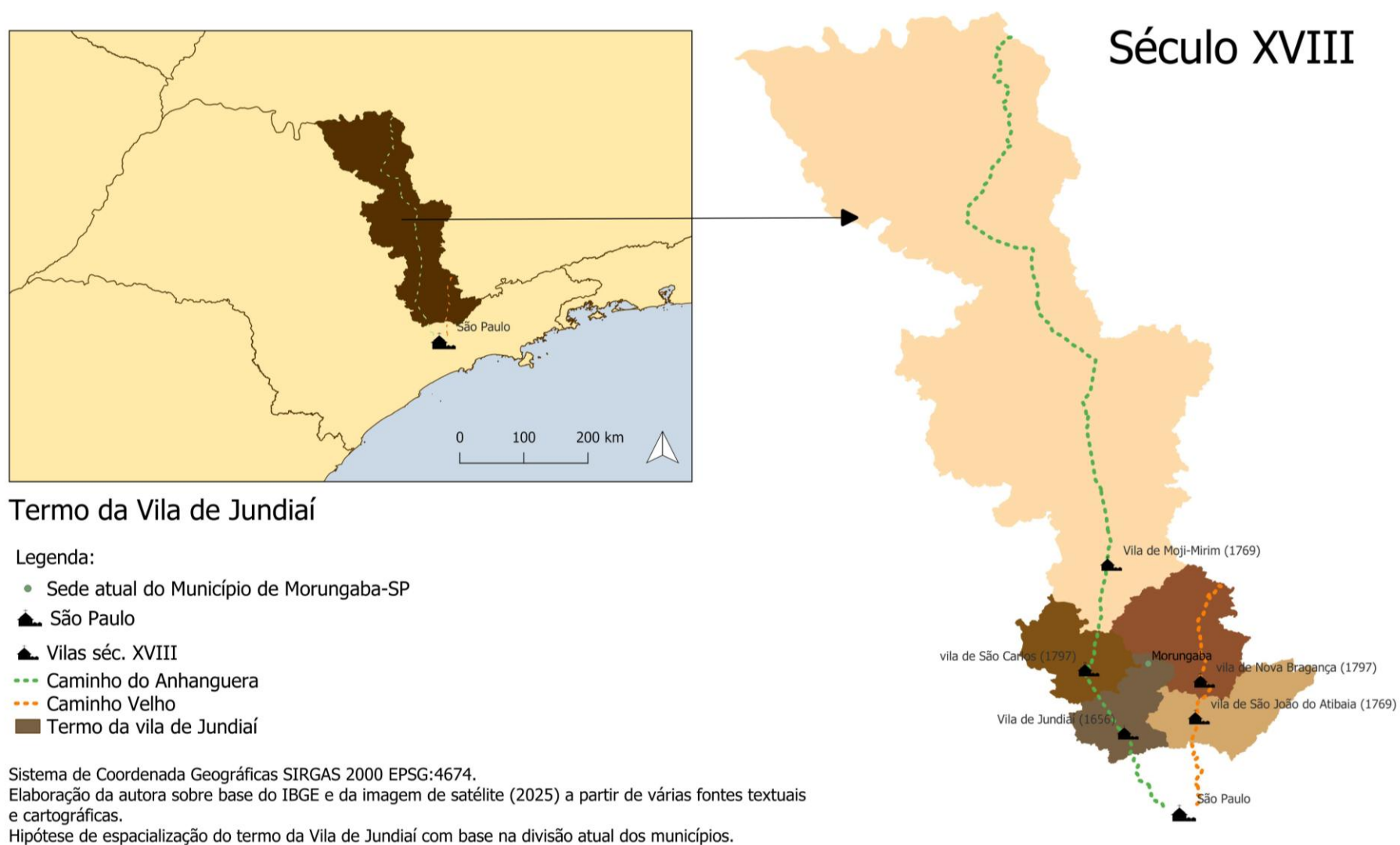


Figura 7 – Termo da vila de Jundiá e seus desmembramentos na segunda metade do século XVIII. Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

1.1. Os bairros rurais no território compreendido por Itatiba e Morungaba-SP

Uma cidade não surge isolada ou de forma aleatória. Portanto, é necessário compreender os núcleos urbanos articulados em uma rede para que seja possível investigar o nascimento de uma cidade (Reis Filho, 1968, p. 79). Nesse sentido, serão realizadas análises na escala da rede sobre o território de estudo, com o intuito de compreender as razões que levaram determinados assentamentos a se consolidarem. Todavia, a rede urbana não é composta apenas por cidades. Segundo Campos (2016), entende-se por rede urbana o conjunto de diversos pontos do território, como núcleos urbanos, pousos e portos, interligados por caminhos.

Em um primeiro momento, analisamos a rede composta por bairros rurais. Isso não significa ignorar as vilas e freguesias próximas, mas sim entender o bairro rural como uma primeira forma de ocupação, que poderia evoluir ou não para um núcleo urbano. Dessa maneira, com base no conceito de bairro do século XIX, identificamos os bairros rurais inseridos no território atualmente compreendido por Itatiba e Morungaba.

O termo “bairro rural” refere-se à forma como a população está distribuída no território, que pode estar dispersa em várias localidades; além disso, esses locais não eram referidos como sedes de freguesias ou vilas (Nunes; Salgado, 2021). De acordo com Ferreira, Menegaldo e Pereira (2022, p. 47), o bairro rural poderia ser entendido como “(...) uma unidade espacial rural onde relações sociais embasavam sua estrutura, fossem elas por meio de laços de parentesco e/ou de vizinhança, reforçados pela existência da unidade religiosa (capela)”.

Da mesma forma, segundo Candido (2010), o bairro rural pode ser definido como grupos rurais que se agrupam em vizinhança:

As habitações podem estar próximas umas das outras, sugerindo por vezes um esboço de povoado ralo; e podem estar de tal modo afastadas que o observador muitas vezes não discerne, nas casas isoladas que topa a certos intervalos, a unidade que os congrega. (Candido, 2010, p. 76)

Ainda segundo o autor, nos documentos antigos, o bairro era uma forma de divisão administrativa da freguesia, inserida em uma vila. Assim, o bairro

compreendia os moradores esparsos em uma freguesia ou vila e poderiam ter sua própria capela e, em alguns casos, um cemitério (Cândido, 2010, p. 77).

De forma complementar, no trabalho sobre a história da fundação de Campinas-SP, Pupo (1983) descreve como o bairro rural era formado:

O bairro rural se forma com a multiplicação dos roceiros que constituem suas roças dentro de uma região geralmente escolhida pela excelência da terra produtiva. São lavradores que se estabelecem em glebas próximas ou confinadas e que, multiplicadas, constituem o bairro rural. (Pupo, 1983, p. 17)

A concepção comum de um bairro costuma estar associada à ideia de um espaço caracterizado pela concentração de pessoas. Todavia, no período de colonização da América portuguesa, entendemos que a população poderia estar dispersa, isto é, espalhada pela grande propriedade que predominava, de modo que não se concentrava em aldeias. Como observa Deffontaines¹⁷ (2004, p. 119) “Em nenhuma parte do Brasil a aldeia é a unidade de povoamento. Esta é a grande propriedade, a fazenda, com sua colônia de empregados rurais, ora agrupada em pequenas cidades operárias, ora dispersa em retiros ou currais.”

Navarra (1972, p. 41), descreve que “em Itatiba, a distância entre as habitações dentro de um mesmo bairro é, por vezes, tão grande, que se perde completamente a visão de conjunto”. Sendo que, o que os congrega é a existência de um “nódulo” constituído por uma venda, capela ou escola.

A partir das considerações dos autores, e com a documentação da região de estudo analisada, entendemos que o bairro rural é uma divisão administrativa interna de uma freguesia ou vila, mas que esse modo de organização é antes baseado na forma como a população ocupou o território, sendo sua divisão uma consequência desta

¹⁷ Em texto originalmente publicado em 1938 na *Geographical Review*, 28(3), 1938, como *The Origin and Growth of the Brazilian Network of Towns*, e no *Bulletin de la Societé de Géographie de Lille*, 82(9), 1938, como *L'Origine et Croissance du Réseau des Villes Brésiliennes*. Publicado em português no *Boletim Geográfico* n. 14, 1944, pp. 141-148 e n. 15, 1944, pp. 299-308. Tradução de Orlando Valverde, revisada para CIDADES por Roberto Lobato Corrêa.

ocupação. Além disso, essa primeira ocupação pode ter ocorrido de diversas formas, como a concessão de uma sesmaria, a compra de terras etc.

A partir da contextualização do bairro rural, para identificá-los no território estudado, de início, recorreremos às Listas Nominativas da vila de Jundiaí (1766-1842). A data de produção do documento abrange o período em que o território de Itatiba e Morungaba estava sendo ocupado e os primeiros bairros rurais estavam se formando.

No documento, o bairro denominado do Atibaia, que deu origem à cidade de Itatiba, é citado pela primeira vez em 1786, com 12 fogos¹⁸. Nesse momento, segundo o documento, o termo da vila de Jundiaí possuía cerca de onze bairros rurais: Ivoturuaia, Rio das Pedras, Japi, Jacaré, Itupeva, Rio Abaixo, Capão, Jundiaí Mirim, Capivary, Atibaia e Rocinha¹⁹. Neste ano, a vila de Jundiaí também possuía, em seu termo, a freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiaí (atual Campinas).

Dentre os bairros rurais e a freguesia, citados no ano de 1786, temos aqueles localizados ao norte da vila de Jundiaí, que mais tarde se tornariam vilas, como é o caso da freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiaí, que seria elevada à categoria de vila, denominada vila de São Carlos (Campinas), em 1797, e o bairro do Atibaia (atual Itatiba), que seria elevado à condição de vila em 1857. Também temos o bairro da Rocinha (atual Vinhedo), que mais tarde, em 1908, seria elevado à condição de distrito. E, por fim, o bairro de Itupeva, que se tornaria município, com o mesmo nome, somente na década de 1960.

1.1.2. A origem da população do bairro do Atibaia

Sobre o território de Itatiba, Navarra (1977, p. 15) afirma que “a corrente povoadora proveniente de Atibaia era a mais vigorosa”. A origem dos habitantes

¹⁸ Denominação para domicílio.

¹⁹ Ao analisar as Listas Nominativas da Vila de Jundiaí, observamos que alguns bairros são mencionados em um determinado ano, mas deixam de ser citados no ano seguinte, voltando a ser mencionados posteriormente, dessa forma, consideramos que alguns bairros podem ter sido omitidos em determinados anos, mesmo estando presentes no território.

mencionada nas Listas Nominativas diz respeito, além da própria vila de Jundiaí, sede do termo do qual o bairro do Atibaia fazia parte, às vilas de São João do Atibaia (atual Atibaia) e de Nova Bragança (atual Bragança Paulista). Na sistematização dos dados, considerou-se a naturalidade do “líder” do domicílio (Quadro 11).

Outro fator que pode estar relacionado ao fato de a maioria dos habitantes ser proveniente da vila de São João do Atibaia é que esta vila – depois da própria vila de Jundiaí – foi uma das mais antigas formadas nessa rede, sendo a vila de Bragança um povoado desmembrado do termo dela.

Quadro 11 - Origem dos habitantes do bairro do Atibaia no termo da vila de Jundiaí, em 1801. Fonte: APESP, Lista Nominativa de habitantes de Jundiaí (1801). Elaborado pela autora, 2025.

ORIGEM DOS HABITANTES DO BAIRRO DO ATIBAIA NO TERMO DA VILA DE JUNDIAÍ EM 1801²⁰		
	Local de origem	Domicílios
1.	Vila de São João de Atibaia (Atibaia)	65
2.	Vila de Jundiaí	17
3.	Vila Nova de Bragança (Bragança Paulista)	15
4.	Freguesia de Nossa Senhora de Nazaré (Nazaré Paulista)	5
5.	Cidade de São Paulo	3
6.	Demais localidades [Mogi Mirim, Guaratinguetá, Juquiri]	3
Total de domicílios		108

Além disso, apesar do bairro do Atibaia também estar próximo da então vila de São Carlos (atual Campinas), não houve uma população significativa que migrou desta vila para o bairro. Supomos que isso ocorreu devido à geomorfologia do território de estudo, que, por sua vertente oeste, possui dois eixos serranos significativos: a Serra dos Cocais (hoje pertence ao território de Itatiba) e a Serra das Cabras (hoje parte em Campinas e parte em Morungaba). Estes divisores de águas podem ter configurado limites naturais (Figura 4).

²⁰ Nas Listas Nominativas da vila de Jundiaí (1766 - 1842), a naturalidade dos líderes dos domicílios é mencionada a partir de 1800, contudo, no ano de 1800 o bairro do Atibaia não é citado. Dessa forma, utilizamos os dados da lista do ano de 1801.



Figura 8 – Vista do bairro Clube de Campo para a Serra das Cabras em Morungaba-SP. Fonte: Acervo da autora, 2025.

Ao final século XVIII, segundo as Listas Nominativas, o termo da vila de Jundiaí, além da sede da vila e das freguesias de Mogi Guaçu²¹ (1740), São José de Moji-Mirim (1751) e de Nossa Senhora da Conceição de Campinas do Mato Grosso de Jundiaí (1774), possuía no total cerca de vinte bairros rurais: Rio Abaixo, Cachoeirinha, Japi, Rio das Pedras, Ivoturucaia, Capão, Itupeva, Jacaré, Cururú, Atibaia, Jundiaí Mirim, Capivary, Rocinha, Anhumas, Mato Dentro, Dois Córregos, Campo Grande, Lagoa, Olaria e Mato Grosso²². A presença dos bairros nas listas nominativas de habitantes variava de acordo com o ano²³, como pode ser visto no Quadro 12.

²¹ Segundo a informação disponível em IGC (2011, p. 101), a freguesia de Mogi Guaçu é transferida para Moji-Mirim em 1769.

²² O bairro do Mato Grosso permanece como bairro rural até o ano de 1774, ano em que foi elevado a condição de freguesia denominada Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiaí (atual Campinas). Fonte: APESP.

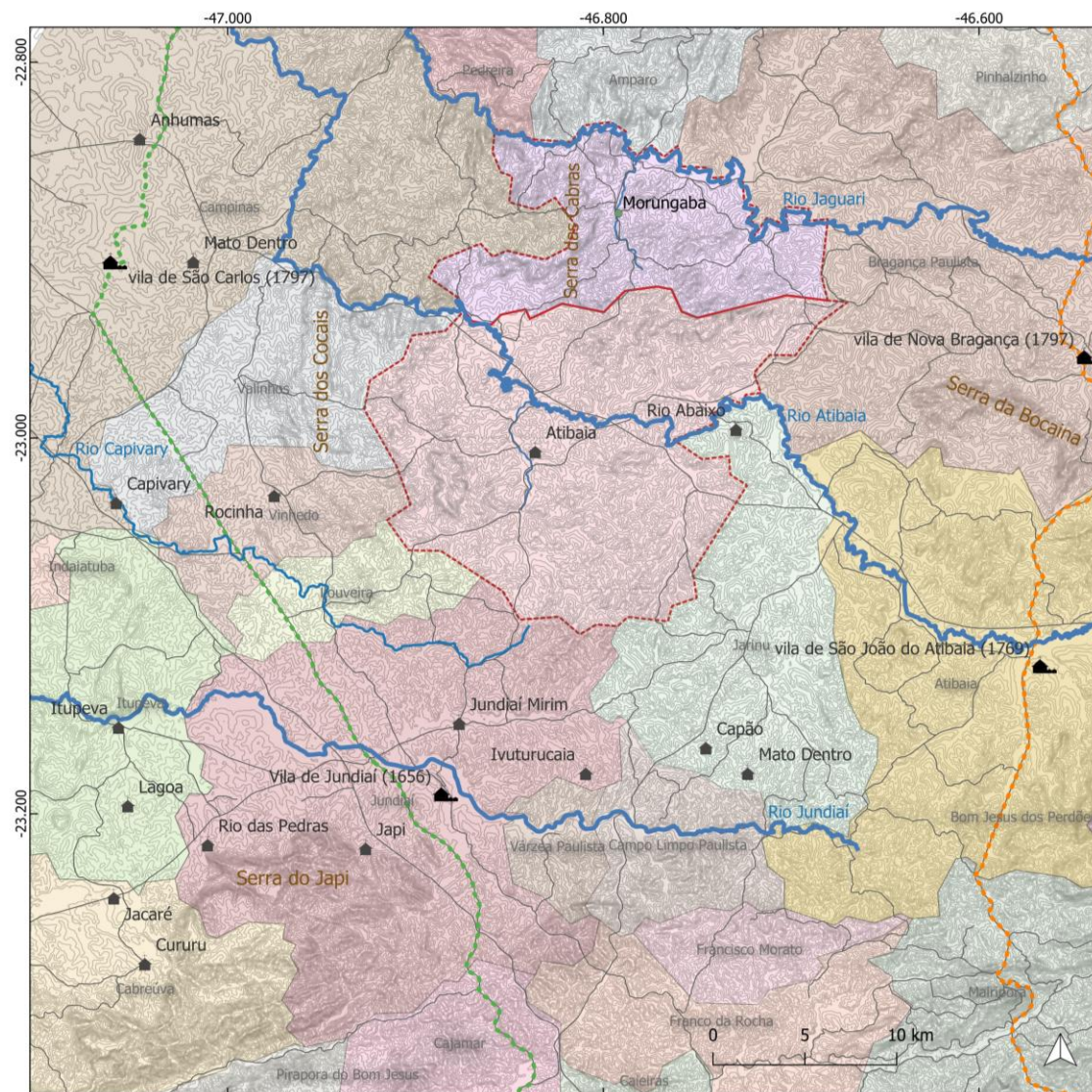
²³ Bacellar (2021, p. 119) aponta alguns problemas identificados na produção das Listas Nominativas de habitantes, como, por exemplo, a simples cópia da lista do ano anterior, com atualização apenas das idades dos moradores, bem como na repetição da produção de gêneros alimentícios, produzindo uma falsa regularidade dos dados, além de incoerências nos registros de nascimentos e falecimentos. Ademais, o difícil deslocamento na época também pode ter provocado irregularidades na menção dos bairros, como observado nas listas da vila de Jundiaí analisadas nesta pesquisa, nas quais determinados bairros são citados em um ano e deixam de aparecer no seguinte, voltando a ser mencionados apenas

Quadro 12 - Bairros rurais citados nas Listas Nominativas da vila de Jundiaí, no século XVIII. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo. Elaborado pela autora, 2025.

	Rio Abaixo	Cachoeirinha	Japi	Rio das Pedras	Ivoturucaia	Capão	Itupeva	Jacaré	Cururú	Atibaia	Jundiaí Mirim	Capivari	Rocinha	Anhumas	Mato Dentro	Dois Córregos	Campo Grande	Lagoa	Olaria	Mato Grosso
1799																				
1798																				
1797																				
1796																				
1795																				
1794																				
1793																				
1792																				
1791																				
1790																				
1789																				
1787																				
1786																				
1785																				
1783																				
1782																				
1781																				
1779																				
1778																				
1777																				
1776																				
1775																				
1774																				
1773																				
1770																				
1768																				
1766																				

A partir do georreferenciamento dessas localidades (Figura 9), nota-se que, durante o século XVIII, no termo da vila de Jundiaí, dentre os bairros mencionados, os mais próximos do território de estudo são: Jundiaí Mirim, Rio Abaixo e Rocinha (atual Vinhedo).

anos depois. Em alguns casos, o autor destaca ainda que os próprios moradores se dirigiam até o censenteador, o que poderia interferir na sequência dos registros dos domicílios, dificultando a realização de um estudo contínuo sobre o surgimento de novas habitações em determinados bairros e sua possível representação cartográfica (Bacellar, 2021, p. 129).



Bairros rurais no termo da Vila de Jundiá - Séc. XVIII

Sistema de Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000 EPSG:4674

Elaboração da autora sobre base do IBGE (1970-72) e da CGGSP (1900-1911) a partir de várias fontes textuais e cartográficas.

Legenda:

- ▲ Vilas século XVIII
- ▲ Bairros Rurais sec. XVIII
- Sede atual do Município de Morungaba-SP
- Rios
- Ribeirões
- Caminho do Anhanguera
- Caminho Velho
- Trecho rodoviário atual
- Limite Administrativo atual - Morungaba e Itatiba-SP

Figura 9 - Mapa dos bairros rurais no termo da vila de Jundiá no século XVIII, segundo as Listas Nominativas 1766-1799. Elaboração da autora no Qgis sobre base do IBGE (1970-72), da CGGSP (1905-1911), e da imagem de satélite. Fonte dos dados: (APESP 1766-1799).

No final do século XVIII, os bairros do Mato Grosso, Mato Dentro, Anhumas, Rocinha, Capivary, Rio Abaixo e Atibaia eram os mais distantes da sede da vila de Jundiá. Na medida em que essas povoações crescem em número de habitantes, a demanda por auxílio espiritual também aumenta. Sendo o deslocamento difícil na época, supõe-se que a população desses locais desejasse ter uma capela com um padre que a frequentasse regularmente para que pudesse realizar suas devoções e os serviços da igreja. Dessa forma, a capela do bairro poderia ser elevada à condição de capela curada e passaria a ser freguesia.

Dentre os bairros mais distantes da sede da vila nesse período, o primeiro a ser elevado à condição de freguesia, em 1774, foi o bairro do Mato Grosso, denominado freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá. Como observamos no Quadro 12, o bairro deixa de ser mencionado na vila de Jundiá em 1775. Além disso, os bairros Mato Dentro e Anhumas, próximos ao bairro do Mato Grosso (Campinas), foram compreendidos na freguesia, e como vemos no Quadro 12, assim que a freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas é elevada à condição de vila, denominada São Carlos, em 1797, os bairros deixam de ser mencionados no termo de Jundiá.

Nesse sentido, Marx (1991, p. 26) reforça que após um povoado atingir uma população considerável, este poderia ser reconhecido pela sociedade por meio da elevação de sua capela simples à condição de capela curada.

Por meio da elevação da categoria de sua simples capela ou capela curada a outro patamar, patamar antes de tudo de cunho religioso, já agora, contudo, eivado de um cunho civil explícito hoje menosprezado: a ereção de lugarejo, da “capela”, em paróquia, cujo nome corriqueiro tradicional foi freguesia e que constituía o módulo da organização eclesiástica, como que a sua unidade territorial. (Marx, 1991, p. 26)

Na primeira metade do século XIX, de 1800 a 1842, nas Listas Nominativas da vila de Jundiá, são mencionados dezesseis bairros rurais, a maioria deles existente desde o século XVIII (Quadro 13). Todavia, no período entre 1828 e 1835, as listas não

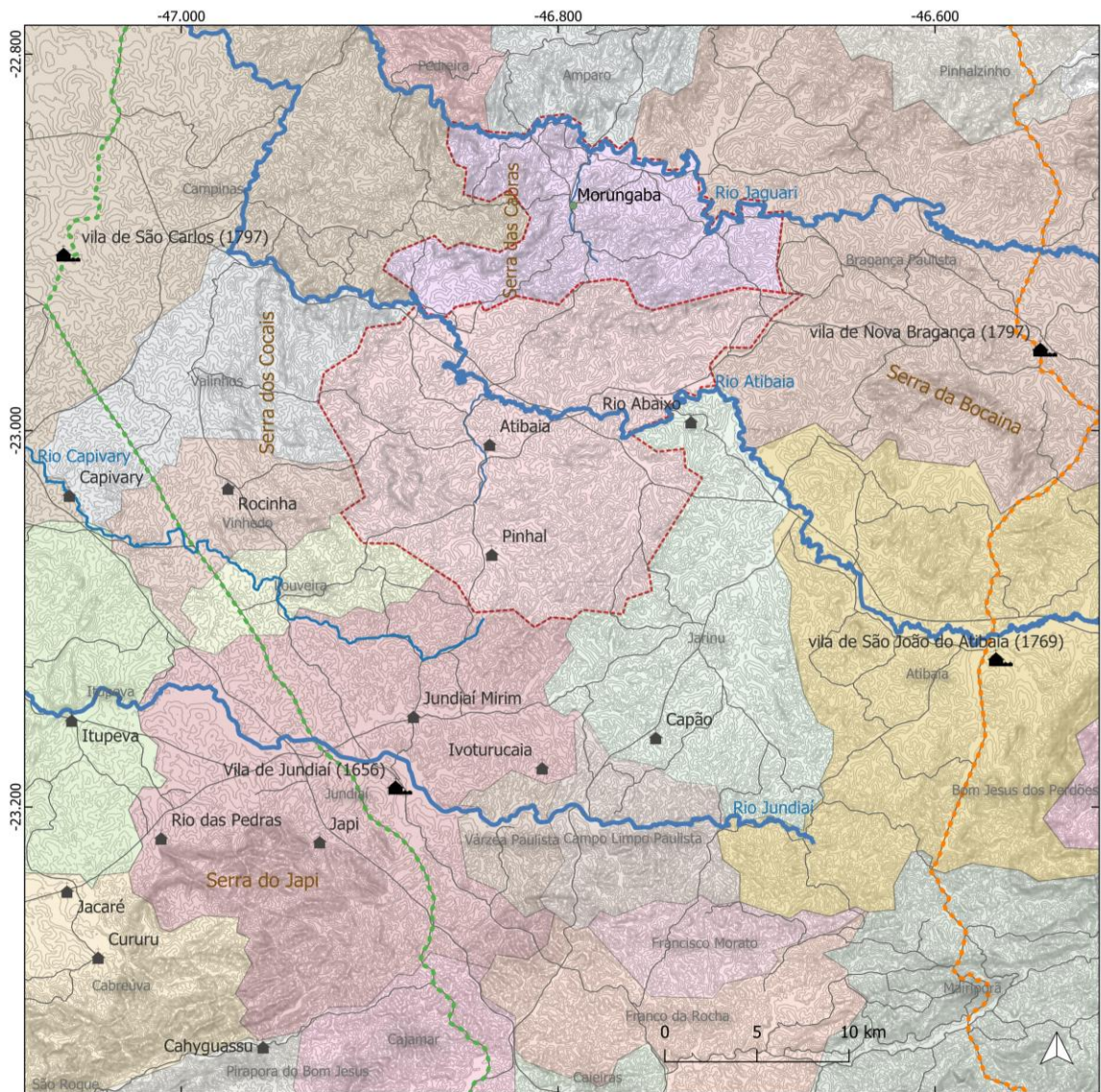
registraram os nomes dos bairros, nesse momento, as localidades eram separadas por cinco *Companhias de Ordenanças*²⁴.

Durante o século XIX, os bairros que surgiram pela primeira vez no termo da vila de Jundiaí foram Pinhal, Chapeleira e Cahyguassú. Além disso, temos bairros que não são mais citados nas listas, como é o caso de Anhumas, Mato Dentro, Dois Córregos, Campo Grande e Olaria. Apesar de não ter sido possível localizar todos estes bairros na cartografia, supomos que todos tenham passado a compor o termo da vila de São Carlos (Campinas), já que não são mais arrolados no ano em que Campinas foi elevada à condição de vila (1797). (Quadro 12).

²⁴ A organização dos domicílios poderia ocorrer através das *Companhias de Ordenanças*, sua quantidade era determinada pela quantidade de habitantes na vila. Houve a tentativa de separar as *Companhias de Ordenanças* da vila de Jundiaí por bairros, contudo, após proceder a comparação entre os nomes dos habitantes dos bairros e das companhias notamos uma inconsistência na menção de bairros, sendo alterado conforme os anos. Segundo Mazzuia (1976, p. 146), em 1818, a divisão dos bairros se dava da maneira seguinte: 1ª Companhia: sede da vila e bairro da Lagoa; 2ª Companhia: bairro do Cururu e Jundiaí Mirim; 3ª Companhia: bairros Japi, Rio das Pedras, Ivoiturucaia e Capon; 4ª Companhia: bairros Itupeva, Rio Abaixo e Cachoeirinha; e 5ª Companhia: bairros Capivari e Atibaia.

Quadro 13 - Bairros rurais citados nas Listas Nominativas da vila de Jundiaí, no século XIX. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo. Elaborado pela autora, 2025.

	Rio Abaixo	Cachoeirinha	Japi	Rio das Pedras	Ivoturucaia	Capão	Itupeva	Jacaré	Cururú	Atibaia	Jundiaí Mirim	Capivari	Pinhal	Chapeleira	Cahyguassú	Rocinha
1842																
1836																
1835	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1832	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1830	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1829	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1828	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1827																
1825																
1824																
1822																
1818																
1817																
1816																
1815																
1814																
1813																
1812																
1811																
1810																
1809																
1808																
1807																
1806																
1805																
1804																
1803																
1802																
1801																
1800																



Bairros rurais no termo da vila de Jundiá - Primeira metade do séc. XIX

Sistema de Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000 EPSG:4674
 Elaboração da autora sobre base do IBGE (1970-72) e da CGGSP (1900-1911) a partir de várias fontes textuais e cartográficas.

- Legenda:
- ▲ Vilas
 - ▲ Bairros Rurais XIX
 - Rios
 - Ribeirões
 - Sede atual do Município de Morungaba-SP
 - Caminho do Anhanguera
 - Caminho Velho
 - Trecho rodoviário atual
 - Limite Administrativo atual - Morungaba e Itatiba-SP

Figura 10 - Mapa dos bairros rurais no termo da vila de Jundiá no século XIX, segundo as Listas Nominativas 1800-42. Elaboração da autora no Qgis sobre base do IBGE (1970-72), da CGGSP (1905-1911), e da imagem de satélite. Fonte dos dados: (APESP, 1800-42).

Dentre os “novos” bairros citados no século XIX, vemos no mapa que o bairro do Pinhal está inserido no território de Itatiba. Dessa forma, por meio da análise das Listas Nominativas e da tentativa de localização na cartografia, observamos que, entre os bairros citados de 1766 a 1842 no termo da vila de Jundiaí, os bairros rurais que se inserem no território atualmente compreendido por Itatiba e Morungaba são: o bairro do Atibaia, mencionado pela primeira vez em 1786, e o bairro do Pinhal, citado em 1815. Além disso, o bairro do Rio Abaixo também se encontra bem próximo ao local que viria a ser o núcleo urbano de Itatiba.

No século XIX, vemos que as vilas no entorno do território de estudo passaram a receber o título de cidade. As então denominadas vilas de Jundiaí, São João do Atibaia, Nova Bragança, e São Carlos são elevadas à categoria de cidade. São Carlos (Campinas) foi a primeira, em 1842, depois Bragança Paulista, em 1856, seguida por Atibaia, em 1864, e, por último, Jundiaí, em 1865. Ainda no século XIX, houve a criação da freguesia de Nossa Senhora do Campo Largo (Jarinu), em Atibaia, em 1842, que foi transferida para Jundiaí dois anos depois e, em 1846, retornou para Atibaia (IGC, 2011). Ademais, a freguesia de Amparo (território com o qual Morungaba atualmente faz divisa ao norte) é elevada à condição de vila, sendo desmembrada de Bragança Paulista em 1857, no mesmo ano em que Belém de Jundiaí (Itatiba) também é elevada a vila.

Por meio das informações levantadas nas Listas Nominativas sobre o território de Jundiaí nos séculos XVIII e XIX, observou-se que, nos documentos referentes à vila de Jundiaí, não há menção a bairros rurais no território atualmente compreendido por Morungaba. Entretanto, além das Listas Nominativas, há outros documentos que mencionam bairros rurais na área de estudo.

1.1.3. Esclarecimentos sobre o bairro do Atibaia arrolado tanto na vila de Jundiaí como na de São Carlos (Campinas)

Segundo Menegaldo e Pereira (2025), as listas nominativas de habitantes da vila de São Carlos (Campinas) mencionam, entre 1797 e 1817, um bairro também

denominado Atibaia como parte do território da vila. Segundo as autoras, os bairros arrolados na lista nominativa da vila de São Carlos, em 1797, foram seis: o da vila, Anhumas, Capivari, Ponte Alta, Atibaia e Dois Córregos (Menegaldo; Pereira, 2025, p. 432). E, segundo Menegaldo (2024, p. 168), o bairro do Atibaia é mencionado até 1857 nos Registros Paroquiais de Terras de Campinas.

Observamos, no Quadro 12, que, nas Listas Nominativas da vila de Jundiaí, durante o século XVIII, são mencionados os bairros Anhumas, Capivari, Atibaia e Dois Córregos, todos pertencentes ao território da vila de Jundiaí. Contudo, com exceção dos bairros Capivari e Atibaia, a partir do momento em que a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Campinas do Mato Grosso de Jundiaí é elevada à condição de vila (1797), os bairros Anhumas e Dois Córregos deixam de ser mencionados na vila de Jundiaí. No entanto, o bairro do Atibaia continua a ser mencionado até 1825, quando se tornaria freguesia.

Assim, com o intuito de verificar se o bairro do Atibaia, arrolado na vila de São Carlos (Campinas) era o mesmo bairro que deu origem a freguesia de Belém de Jundiaí no termo da vila de Jundiaí, promovemos a comparação dos nomes dos habitantes citados nas Listas Nominativas da recém elevada vila de São Carlos (1797), com a Lista Nominativa da vila de Jundiaí do ano de 1797.

O bairro do Atibaia, citado na vila de São Carlos (Campinas) em 1797, possuía 32 fogos; no entanto, o bairro do Atibaia, na vila de Jundiaí, possuía 81 fogos. Ao comparar os bairros de ambas as vilas em 1797, foi possível identificar apenas uma moradora com o mesmo nome nos dois registros, denominada *Rita Cardozo*. Na vila de São Carlos, a moradora que possuía 40 anos, possuía 14 filhos²⁵. Por outro lado, a moradora *Rita Cardozo*, citada no bairro do Atibaia, na vila de Jundiaí, possuía 60 anos, e a lista separa os filhos dos agregados²⁶; entretanto, a semelhança nos nomes dos

²⁵ Segundo a Lista Nominativa da vila de São Carlos (1797), a residente do bairro do Atibaia denominada Rita Cardozo possuía os filhos: Bernarda, Anna, Maria, Salvador, Vicente, João, Bernardo, José, Gertrudes, Custódia, Vicencia, Ana, Joaquina e Marianna. Fonte: APESP.

²⁶ Segundo a Lista Nominativa da vila de Jundiaí (1797), a residente do bairro do Atibaia denominada Rita Cardozo possuía os filhos: Bernardo, Vicente, Maria, Anna e Gertrudes; e agregados: João, José, Anna, Custódia e Vicencia. Na lista de Jundiaí, os filhos e/ou agregados denominados Bernarda, Salvador, Ana, Joaquina e Marianna não são mencionados. Fonte: APESP.

filhos/agregados é evidente. Podemos supor que a moradora denominada *Rita Cardozo*, citada no bairro do Atibaia na vila de São Carlos (Campinas) e na vila de Jundiaí, seja a mesma pessoa.

Bacellar (2008, p. 119) destaca que ao promover análises nas listas nominativas, é preciso “não aceitar de antemão as informações prestadas como verdades absolutas, pois podiam ser imprecisas ou deliberadamente deturpadas”. Nesse sentido, o autor destaca alguns problemas identificados na produção das listas, como, por exemplo, a “má vontade” de produzi-las, o que gera a cópia da lista do ano anterior, aumentando as idades dos moradores, e a cópia da produção de gêneros alimentícios do ano anterior, gerando uma falsa regularidade, assim como incoerência nos falecimentos e nascimentos. A partir disso, podemos supor que a incoerência nas informações dessa moradora tenha ocorrido devido a problemas no processo de elaboração da lista.

Também, na hipótese de espacialização elaborada por Menegaldo e Pereira (2025, p. 441), vemos que a *Segunda Companhia de Ordenanças* da vila de São Carlos, que abrangia os bairros do Atibaia, Anhumas, e Mato Dentro em 1818, fazia divisa com o território que seria desmembrado do termo da vila de Jundiaí, para a constituição da freguesia de Belém de Jundiaí (Itatiba), em 1830.

Além disso, as Listas Nominativas da vila de Jundiaí, dos anos 1793 e 1794, mencionam um bairro do Atibaia como parte da freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiaí. Em 1793, o bairro é citado com cinco fogos e, em 1794, apenas quatro.

Outro fator é a relação entre o nome do bairro e os elementos naturais presentes no local. Pupo (1983, p. 121) comenta sobre os bairros que fizeram parte da formação do território de Campinas, como os da Ponte Alta e Anhumas, que se estendiam pelo caminho para Goiás que passa pelo território de Campinas. Também cita o bairro do Atibaia, afirmando que sua localização podia se estender por todo o percurso do rio de mesmo nome e, assim, como também comenta Menegaldo (2024, p. 84), não possui uma localização tão precisa. Nesse sentido, o bairro do Atibaia se refere ao curso do

rio Atibaia, que passa tanto pelo território de estudo quanto por Campinas; a origem dos dois nomes certamente está atrelada à presença do rio.

Por outro lado, no documento que descreve o processo de elevação do bairro rural do Atibaia à condição de freguesia de Belém de Jundiáí, consta que a capela do bairro foi desmembrada das vilas de Jundiáí, Atibaia, Nova Bragança e São Carlos. Isso indica que, antes de se tornar freguesia, os limites do bairro ainda eram incertos. Assim, por estar localizado próximo à sede dessas vilas (Figura 12), é possível supor que parte do território fosse considerada pertencente à vila de São Carlos (Campinas), por estar mais próxima desse núcleo urbano do que da vila de Jundiáí, termo do qual fazia parte.

Ademais, a fim de verificar se houve perda no número de domicílios do bairro do Atibaia citado na vila de Jundiáí, para o bairro do Atibaia citado na vila de São Carlos (Campinas), comparamos o número de domicílios do bairro do Atibaia na vila de Jundiáí antes da freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso ser elevada a condição de vila (1797). Concluímos que não houve perda no número de fogos do ano de 1796 para o de 1797; pelo contrário, observa-se um aumento de 5 fogos no bairro do Atibaia, na vila de Jundiáí (Quadro 14).

Quadro 14 – Número de fogos no bairro do Atibaia, no termo da Vila de Jundiáí (1786-1797). Fonte: APESP, Lista Nominativa de habitantes da vila de Jundiáí (1786-1797). Elaborado pela autora, 2025.

NÚMERO DE FOGOS NO BAIRRO DO ATIBAIA NO TERMO DA VILA DE JUNDIAÍ - 1786-1797	
Ano	Nº de fogos
1786	12
1787	19
1789	24
1790	31
1791	32
1792	43
1793	50
1794	44
1795	52
1796	76
1797	81

Propondo a localização desses moradores do bairro do Atibaia, da vila de São Carlos (Campinas), recorremos a Ribeiro *et al.* (2016) e a Menegaldo e Pereira (2025). Segundo as autoras, alguns antigos moradores do bairro do Atibaia citados na vila de São Carlos (Campinas) eram sesmeiros e possuíam terras onde hoje se encontram os distritos de Souza e Joaquim Egídio, no município de Campinas, próximas ao território compreendido atualmente por Morungaba.

Segundo as autoras (2025, p. 435), em conjunto com o levantamento de Ribeiro *et al.* (2016, p. 121), os sesmeiros mediante consórcio eram: Cláudio Furquim de Campos, João Monteiro de Oliveira, João Franco, Ângelo Cordeiro, João Monteiro de Oliveira, Francisco de Camargo, Francisco de Camargo Pimentel, Francisco Xavier da Rocha e José Domingues da Rocha.

Ao cruzar esses nomes com a lista de moradores do bairro do Atibaia, da vila de São Carlos, em 1797, localizamos três sesmeiros: Ângelo Cordeiro, Francisco de Camargo Pimentel e José Domingues da Rocha. E, a partir da localização dessa sesmaria, promovida por Ribeiro *et al.* (2016, p. 120), que replicamos na Figura 11, entendemos, especialmente, onde se encontrava parte desses moradores; consequentemente, o que era território compreendido pelo bairro do Atibaia, na vila de São Carlos (Campinas).

Quadro 15 – Lista de moradores do bairro do Atibaia, na Vila de São Carlos (Campinas), em 1797.
 Fonte: APESP, Lista Nominativa de habitantes da vila de Jundiá (1797). Elaborado pela autora, 2025.

LISTA DE MORADORES DO BAIRRO DO ATIBAIA NA VILA DE SÃO CARLOS (CAMPINAS) EM 1797					
Nº	Nome	Nº	Nome	Nº	Nome
1.	Francisco Pinho	13.	Francisco Roiz Barbosa	25.	Fernando Munhoz de Ponte
2.	Thomas Ferreira de Camargo	14.	José Domingues da Rocha	26.	Ignacio José de Moraes
3.	Justo Lopez	15.	Luiteria Lopes	27.	João Roiz de Oliveira
4.	Inácio Pedrozo	16.	Ignácio José da Cunha	28.	Francisco Fernandes
5.	Angelo Cordeiro	17.	Antonio Soares de Siqueira	29.	Agda Bicuda
6.	Ignácio Leme de Siqueira	18.	José de Siqueira	30.	Francisco de Oliveira
7.	Feliberto Pirez	19.	Manoel Joaquim	31.	Francisco Bueno
8.	Antonio Lopes	20.	Ritta Cardozo	32.	Ignácio Cabral de Camargo
9.	José Ricardo	21.	Antonio de Lima		
10.	Francisco de Camargo Pimentel	22.	José Carvalho Lisboa		
11.	José Soares de Camargo	23.	José Carvalho Lisboa		
12.	Aleixo Antonio de Godoi	24.	Manoel (ilegível)		

Na Figura 11, na área compreendida pela sesmaria, supõe-se que o bairro do Atibaia – pertencente à vila de São Carlos – esteja inserido nessa região; contudo, devido às dificuldades em delimitar os verdadeiros limites dos bairros, sua extensão permanece incerta. O mapa também evidencia a proximidade dessa área com o local onde, mais tarde, se formaria o núcleo urbano de Morungaba (Barra Mansa).

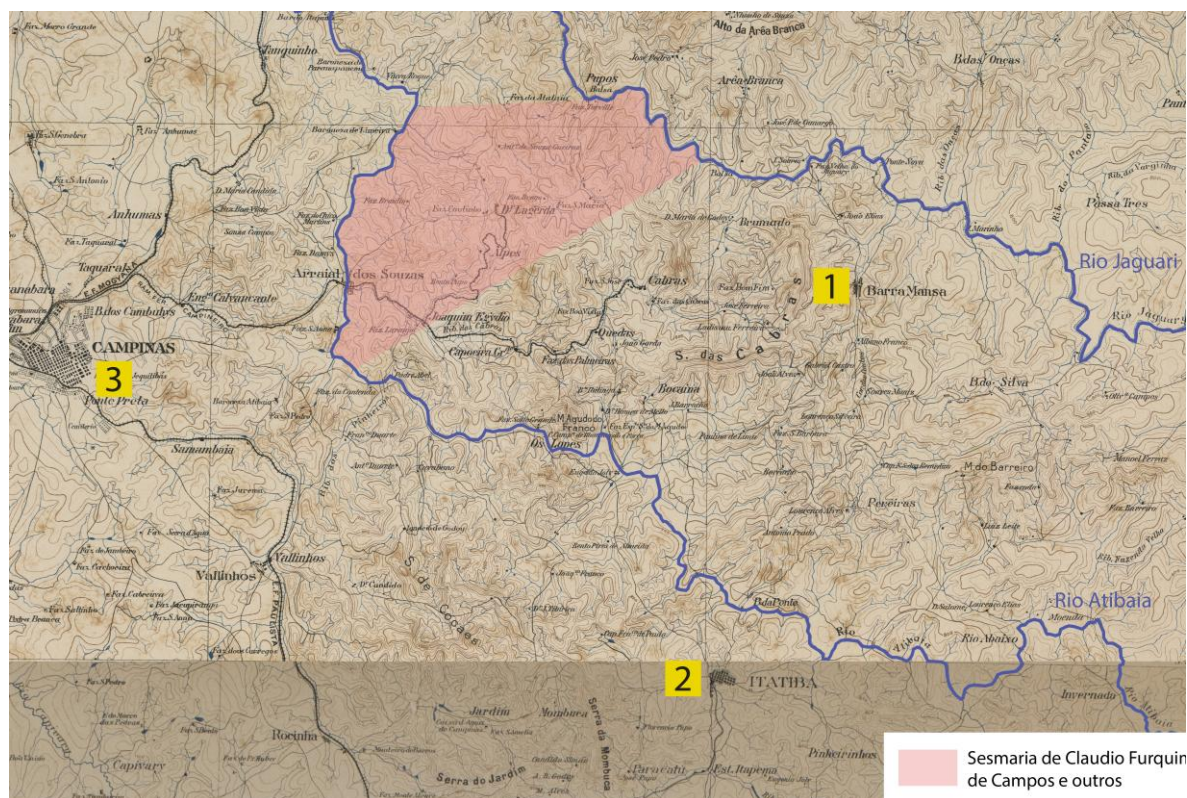


Figura 11 – Trecho do mapa da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo. Folha de Campinas (1911), e de Jundiaí (1905). Em rosa, espacialização de sesmaria a partir do desenho de Ribeiro *et al.* (2016, p. 120), que incluem os moradores arrolados no bairro do Atibaia, na vila de São Carlos (Campinas): Angelo Cordeiro, Francisco de Camargo Pimentel e José Domingues da Rocha. Em destaque: (1) Barra Mansa (atual Morungaba); (2) Itatiba; (3) Campinas. Fonte do mapa: APESP. Elaborado pela autora, 2025.

De forma geral, compreende-se que o bairro do Atibaia, da vila de São Carlos (Campinas), e o bairro do Atibaia, da vila de Jundiaí, possam ter compartilhado moradores em razão da proximidade entre os territórios e da imprecisão dos limites. No entanto, diante dos fatos aqui discutidos e da menção ao bairro do Atibaia na vila de São Carlos (Campinas), mesmo após o bairro do Atibaia, da vila de Jundiaí, ser elevado a freguesia de Belém de Jundiaí, em 1830, consideramos que eram bairros distintos.

1.2. A elevação do bairro rural do Atibaia à condição de freguesia no termo da vila de Jundiá e posterior conquista de sua autonomia

O início de um aglomerado urbano se dava por meio de uma primeira concentração de casas e, a partir da vontade religiosa daquela população, edificava-se uma capela, inicialmente simplória. Contudo, apenas a construção não era suficiente e logo, a população almejava que a capela fosse assistida regularmente por um pároco. A primeira instalação das estruturas eclesiásticas ocorria com a constituição de um curato na capela. Posteriormente, com o crescimento desse povoado, seus moradores desejariam constituir uma paróquia ou uma freguesia (Marx, 1991, p. 12).

Além do acesso ao atendimento religioso, ao se estabelecer um curato na capela, obtinha-se o reconhecimento da Igreja Católica e, como consequência, o reconhecimento perante o próprio Estado. Desse modo, a população daquele aglomerado teria acesso às implicações jurídicas e civis de que necessitava (Marx, 1991, p. 18).

O bairro do Atibaia, que mais tarde se tornaria freguesia no termo da vila de Jundiá (1830), encontra-se próximo ao rio Atibaia. Como podemos observar na Figura 9, durante o século XVIII, é um dos bairros mais distantes da vila de Jundiá, juntamente com Campinas (Mato Grosso), Capivary e Rocinha. Segundo os documentos, a capela do bairro do Atibaia começou a ser construída em 1815, sob a invocação de Nossa Senhora do Belém, com o patrimônio doado por Antônio Rodrigues²⁷.

Não bastava, contudo, erguer a ermida; não bastava construir, por melhor que fosse, uma capelinha; era necessário oficializá-las. Não era suficiente dotar o povoado de um abrigo para o exercício religioso em comum; era necessário sagrá-lo. A sacralização iria tornar esse abrigo uma ermida também para a igreja, uma capela reconhecida como tal, uma capela curada, ou seja, visitada regularmente por um padre. (Marx, 1991, p. 19)

As solicitações para elevar a capela do bairro do Atibaia a outro patamar, tanto o curato quanto a freguesia, iniciaram-se em 1826. Segundo as datas oficiais, os

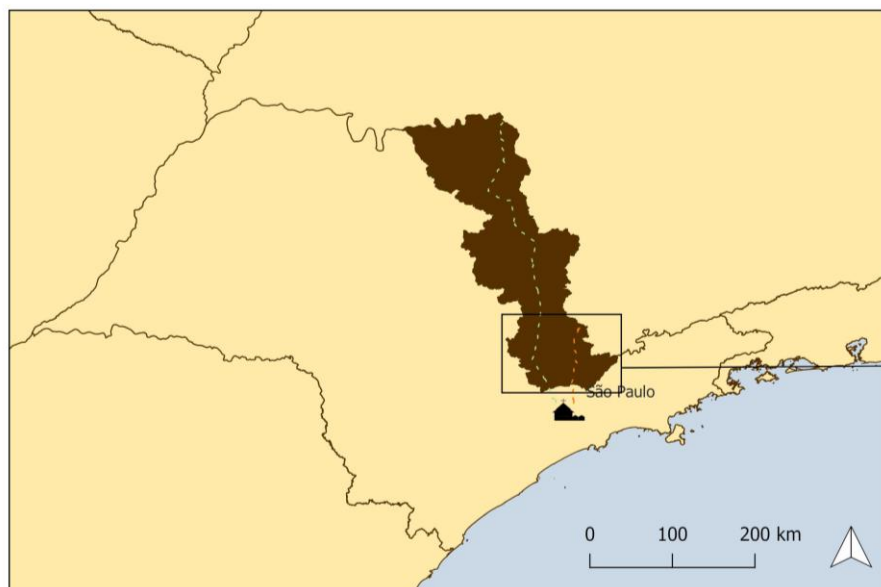
²⁷ ACMSP. Arquivo Da Cúria Metropolitana De São Paulo. *Registros de Visitas Pastorais em Belém de Jundiá*, 1853-1857, p. 30; p. 47. Cota 7-3-45.

requerimentos foram atendidos; a capela de Nossa Senhora do Belém, no bairro do Atibaia, foi curada em 26 de fevereiro de 1829²⁸. Nesse mesmo ano, os moradores do bairro localizado no termo da vila de Jundiaí solicitam, por meio de requerimento elaborado em São Paulo pelo Reverendo Cabido Francisco Marianno de Oliveira, que a capela curada de Nossa Senhora do Belém fosse elevada à condição de freguesia, tendo seu pedido sido atendido em 9 de abril de 1830.

Senhor: dizemos os habitantes circonvezinhos da Capella de Nossa Senhora de Belém, Freguezes das Parochias de Jundiah, Atibaya, Nova Bragança, e São Carlos, que achando-se a dita Capella no Bairro d'Atibaya termo da Vila de Jundiah na distância de cinco legoas d'esta Vila na de seis legoas da Vila d'Atibaya, na de quatro, para cinco legoas da Vila de São Carlos, e finalmente na de oito para nove legoas da Vila de Nova Bragança, são incalculaveis os danos, e prejuizos, temporaes, e espirituais que sofrem por não terem de perto hum pastor, que os socorra, e proteja em suas diárias precizões, o que os obrigou a recorrerem ao Reverendo Vigário Capitular em sede vacante da Província de São Paulo, expondo-lhe muidamente seus males, o que tudo se depreende do documento junto, e despacho do Reverendo Vigário Capitular; por cujo motivo, e importante razão e respeitosa, recorrem a Vossa Magestade Imperial, para que na brilhante qualidade de deffensor da Sagrada religião de Jesus Cristo se digne atender benigno a justa petição, e rogativa dos supplicantes fundada, elaborada pelo Concilio Trento secção vinte e quatro, Capítulo treze de Reformatione mandando que se erga em Freguezia a supra mencionada Capela de Belem, ad'judicando-se-lhe limites certos, com a porção de rebanho, que couber no seu Districto respectivo para assim abreviarem os prejuizos, que sobreveem diariamente os supplicantes pelas conhecidas distnacias das Parochias das Villas mencionadas, de que ora são fregueses; (...) (Alesp, 1829, id. 23077)

No trecho do documento, menciona-se o desejo dos moradores de auxílio espiritual, devido às grandes distâncias a serem percorridas para acessar as capelas do entorno. A partir desta descrição, é possível compreender que os moradores do bairro de Atibaia utilizavam as capelas das vilas vizinhas para atendê-los. Isso reforça a relação importante entre o bairro e a rede urbana microrregional. Na Figura 12, observamos que o território em formação ao norte da vila de Jundiaí, compreendido atualmente por Morungaba e Itatiba, estava “cercado” pelas vilas de São Carlos, Nova Bragança e São João de Atibaia, o que evidencia essa proximidade.

²⁸ ALESP. Assembleia Legislativa do Estado De São Paulo. *Elevação de capelas a freguesia*. Documento legislativo, 1829. Acervo Histórico da ALESP. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/alesp/documento-historico/?idDocumento=23077>. Acesso em: 1 out. 2025.



Termo da Vila de Jundiá

Legenda:

- Termo da vila de Jundiá
- ▲ Vilas séc. XIX
- Sede atual do Município de Morungaba-SP
- ⊙ Cidades séc. XIX
- Caminho Velho
- Caminho do Anhanguera

Sistema de Coordenada Geográficas SIRGAS 2000 EPSG:4674.

Elaboração da autora sobre base do IBGE e Google satélite (2025) a partir de várias fontes textuais e cartográficas.

Hipótese de espacialização do termo da Vila de Jundiá com base na divisão atual dos municípios.

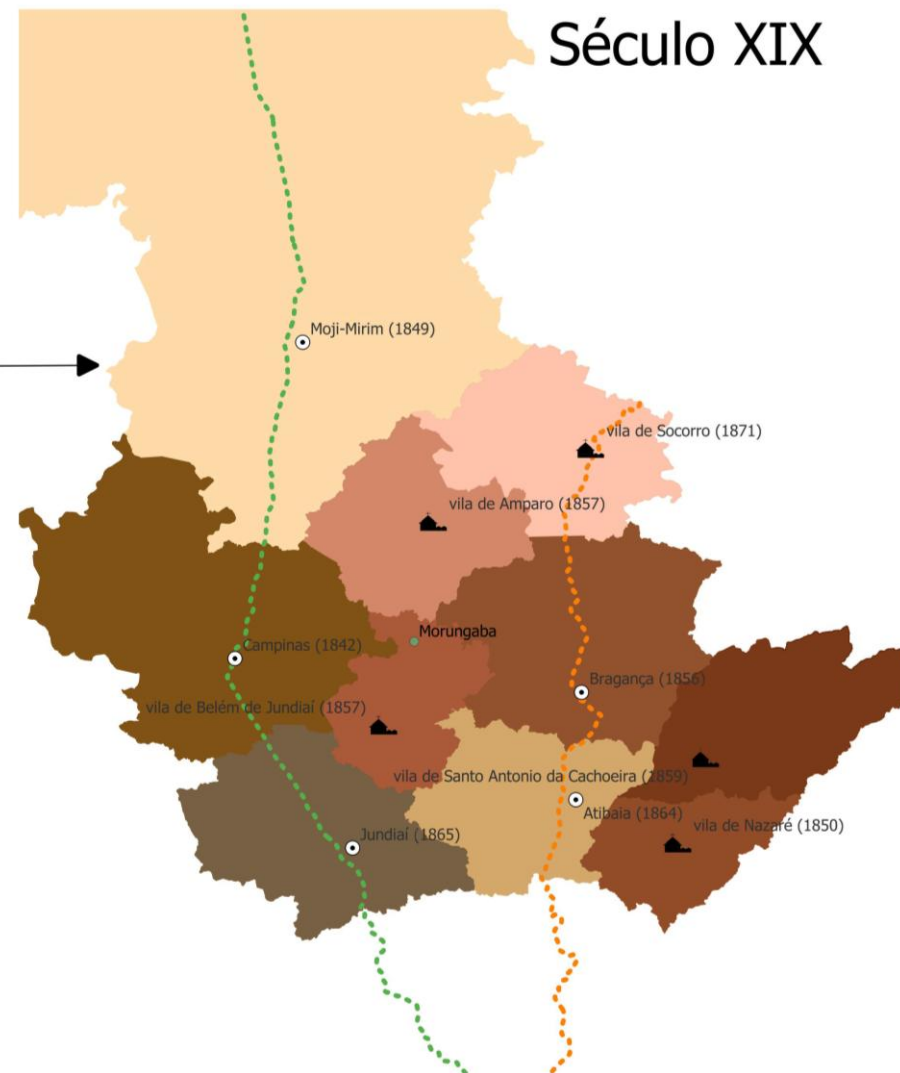


Figura 12 – Hipótese de espacialização dos territórios desmembrados do termo da vila de Jundiá, no século XIX. Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Outro fator que reforça essa proximidade é mencionado no documento em que é solicitada a criação da freguesia ao governo provincial²⁹: a capela é desmembrada das capelas de Jundiá, Atibaia, Nova Bragança e São Carlos (Campinas). Também consta que os reverendos das freguesias limítrofes poderiam conceder parte de seus fregueses em benefício da nova matriz.

Informasse os requerimentos, que os moradores da Capela de Nossa Senhora do Bellem, filial da Parochia de Jundiahy levarão a sua augusta presença, pedindo-lhe erigisse em Freguezia denominada capella desmembrada de Jundiahy, Atybaia, Nova Bragança e São Carlos, mandando-se proceder informação pelo reverendo vigário Cabido da Vila de Parnahiba, acerca da pretensão dos suplicantes da mesma, em data de trinta de agosto de mil oitocentos e vinte e seis consta a necessidade de se criar alli huma Freguezia em benefício dos povos d'aquelles contornos, no que os reverendos vigários das freguezias limitrofes, de bom grado concordão cedendo parte dos seus Freguezes em beneficio da nova matriz (...) (Alesp, 1829, id. 23077)

Ainda no mesmo ano, um vigário visita a capela de Nossa Senhora do Belém com o intuito de verificar sua condição para receber o título solicitado e reforça que a capela está apta a ser elevada à condição de capela curada (Figura 13).

(...) passei ao lugar da capella de Nossa Senhora do Belém no bairro d'Atibaya da Villa de Jundiahy, e observado o estado d'ella a informar a vossa senhoria , que prezenemente só está levantada a capella mor de taipa de pilão, coberta de telha de cincoenta palmos de cumprimento, e vinte e cinco de largo, com pouca differença, com porta no arco por horas tapado, com hum pequeno retabulo liso ao pé do altar, e nixo da senhora, com calio, e o precizo, para a celebração do sacrificio, corredor em cumprimento de toda a capela da parte esquerda, para a sachristia, também de taipa, e coberta de telha, com algumas taboas serradas para o forro da mesma capella, com partio, esse fim d'elle huma cruz, que e afignalado o corpo da Igreja, que pretendem levantar, entre tanto servindo de cemitério para a sepultura dos mortos. Está em hum assento de campestre, algum tanto estenço no cumprimento; porém dos lados logo vai adeçer proporcionadamente a hum ribeirão, e de outra parte a hum correjo, estando assim a Capella circulada de agoas, e de hum olho de agoa em pouça a distancia d'ella. Tem huma sorte de terras lavradeiras que estão a vista, e forão avaliadas em duzentos mil reis, além do terreno campestre, ou feital, que foi dado para edificação da capella, tem já algumas pequenas cazas e outras principiadas, e demarcadas, havendo-se feito detalhes de arruamento. (Alesp, 1829, id. 23077)

²⁹ ALESP. Assembleia Legislativa do Estado De São Paulo. *Elevação de capelas a freguesia*. Documento legislativo, 1829. Acervo Histórico da ALESP. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/alesp/documento-historico/?idDocumento=23077>. Acesso em: 1 out. 2025.



Figura 13 – Igreja do Rosário, em Itatiba-SP. Primeira capela da freguesia de Belém de Jundiá. Fonte: <https://circuitodasfrutasoficial.sp.gov.br/local/igreja-nossa-senhora-do-rosario-e-largo-do-rosario/>. Acesso em: 1 out. 2025.

No levantamento em planta da cidade de Itatiba produzido em 1938 (Figura 14), destacamos o local da capela relatada no documento, assim como, o ribeirão e o córrego. No entanto, a capela descrita é atualmente dedicada a Nossa Senhora do Rosário³⁰ e, no terreno mais à frente da primeira capela, foi construída a nova matriz, que abriga a imagem de Nossa Senhora do Belém.

Na Figura 14, observa-se também o cemitério descrito no documento, ao lado da capela que, no momento da produção do mapa, estava em processo de desapropriação. Mais afastado do núcleo urbano encontra-se o novo cemitério. Em frente à primeira capela temos a praça “Comendador Lourenço Alves Cardoso”, nomeada em homenagem ao proprietário da fazenda Pereiras, propriedade que foi produtora de café em Itatiba-SP.

³⁰ Segundo o IBGE, a matriz de Nossa Senhora do Belém (atual basílica menor), começou a ser construída em 1830, e foi concluída em 1850. Com isso, supõe-se que a transferência da imagem de Nossa Senhora do Belém para a então matriz ocorreu em 1850, e a primeira capela passou a ser designada a Nossa Senhora do Rosário. Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=450081> Acesso em: 23 de abr. de 2025.



Figura 14 – Planta cadastral da cidade de Itatiba, em 1938. Escala 1:2000. Em azul, ribeirão Jacaré e córrego; em vermelho, a primeira capela - Igreja de Nossa Senhora do Rosário; em amarelo, a Matriz de Nossa Senhora do Belém. Fonte: APESP. Editado pela autora, 2025.

No mesmo documento da constituição da freguesia há o comunicado às paróquias limítrofes para que cedam seus fregueses; contudo, o pedido foi negado pelo vigário de Bragança Paulista e não foi respondido a tempo ao comunicado pelo de Campinas.

(...) comunicando com os senhores reverendos senhor vigário de Jundiahy, de boa vontade cede dos seus freguezes dos bairros d'Atibaya, e parte de **Jundiahy-mirim**, e suposto ter lhe a sua fazenda, e a Senhora sua mãe, e família algum tanto vezinha a capella; por que tem relações a sua igreja, a sua Igreja não são das suplicantes para a nova freguezia, e fica a sua matriz muito diminuta; e por tanto não contempla estas cazas, a maior parte provem dos seus vezinhos e **Bairro do Bom Jardim**, intentão e querem ser desmembrados. O reverendo vigário d'Atibaya, declara, que os moradores do **Bairro Rio Abaixo** confinantes com a capela são os principais d'aquella igreja; e por tanto me limitei a suas legoas e meia da capella para aqueles moradores, e ficando computados os freguezes, que tem relação a sua igreja. O Reverendo Vigário de Bragança me declara, que poucas estão nas circunstâncias de serem desmembrados, e se limita a serra do Jatahy por diviza, e que muitos dos circonvizinhos à capella tem suas

cazas, irmandades na sua patria, pelo que parece não devem ser desmembrados, como já refferi. Do Reverendo Vigário de São Carlos inda não tive resposta, e por não demorar mais está agora a concluo e me reporto, que vistas estas declarações não passará ao membro de povos de almas mil almas, ou talvez não cheguem a duas mil. (Alesp, 1829, id. 23077)

No trecho, consta que parte do bairro Jundiaí Mirim foi cedida pela vila de Jundiaí, assim como o bairro do Bom Jardim, localizado próximo ao bairro da Rocinha. Além disso, a vila de São João do Atibaia concordou em ceder os moradores do bairro do Rio Abaixo, com a justificativa de que eram fregueses da capela de Nossa Senhora do Belém. A vila de Nova Bragança não concede nenhum novo freguês e reforça as divisas estabelecidas na criação da freguesia. No caso da vila de São Carlos, por não haver resposta, podemos supor que nenhum morador tenha sido agregado. Esse trecho do documento reforça o quanto as divisas ainda eram “flutuantes” no momento da criação da freguesia.

Quando o bairro do Atibaia solicitava a capela curada, segundo as Listas Nominativas de 1829, a 5ª *Companhia de Ordenanças*, em que o bairro estava inserido³¹, compreendia 273 fogos e 1597 habitantes, sendo 1237 livres e 360 escravizados.

Quadro 16 - População da 5ª Companhia de ordenanças da Vila de Jundiaí em 1829. Fonte: APESP, Lista Nominativa de habitantes da vila de Jundiaí, 1829.

POPULAÇÃO DA 5ª COMPANHIA DE ORDENANÇAS DA VILA DE JUNDIAÍ EM 1829							
Ano	Livres		Escravos		Total de hab.		Total
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens e Mulheres Livres	Homens e Mulheres Escravos	
1829	605	638	208	152	1243	360	1597

³¹ A identificação do bairro do Atibaia na 5ª *Companhia de Ordenanças* só foi possível devido a um documento encontrado na compilação de arquivos realizada por Mazzuia (1976, p. 146). Em um ofício de 16 de março de 1818, encontramos a informação sobre a divisão da vila de Jundiaí em cinco companhias. Para o ano de 1818, o bairro do Atibaia e do Capivary encontram-se na 5ª companhia, e com o intuito de verificar a permanência do bairro na companhia foi comparado os nomes dos habitantes. Contudo, apesar de confirmarmos a permanência do bairro do Atibaia, os bairros citados em conjunto com o bairro do Atibaia variam, ora sendo citado Capivary, ou Jundiaí-Mirim.

Nesse ano, a população total da vila de Jundiaí era de 5855 habitantes; desse total, 2079 eram escravizados. Portanto, a área do bairro do Atibaia contava com um número significativo de habitantes em relação ao total do termo ao qual pertencia, o que justifica a solicitação de um pároco para atender à população que crescia e estava distante da sede da vila.

A primeira citação dos bairros rurais do termo da freguesia de Belém de Jundiaí remonta a 1835. Segundo o mapa da população da freguesia³², cinco anos após a concessão do título, havia cerca de 2112 habitantes nos limites da paróquia, distribuídos em seis bairros. Também observamos um aumento de 515 habitantes em relação ao levantamento de 1829 (Quadro 17).

Quadro 17 - Bairros Rurais do território da freguesia de Belém de Jundiaí, em 1835. Fonte: ACMSP, 1835, p. 17, 03-02-21).

BAIRROS RURAIS NO TERRITÓRIO DA FREGUESIA DE BELÉM DE JUNDIAÍ EM 1835		
Nº	Bairro	Nº de habitantes
1.	Bairro da Freguesia	351
2.	Bairro do Couto	595
3.	Bairro do Pinhalzinho	216
4.	Bairro do Rio Abaixo	314
5.	Bairro do Capivary	118
6.	Bairro do Pinhal	225
7.	Bairro do Morro Azul	283
Total		2112

³² ACMSP. Arquivo da Cúria Metropolitana De São Paulo. *Mapa da divisão dos bairros da freguesia de Belém de Jundiaí*, 1835, p. 17. Cota 03-02-21.

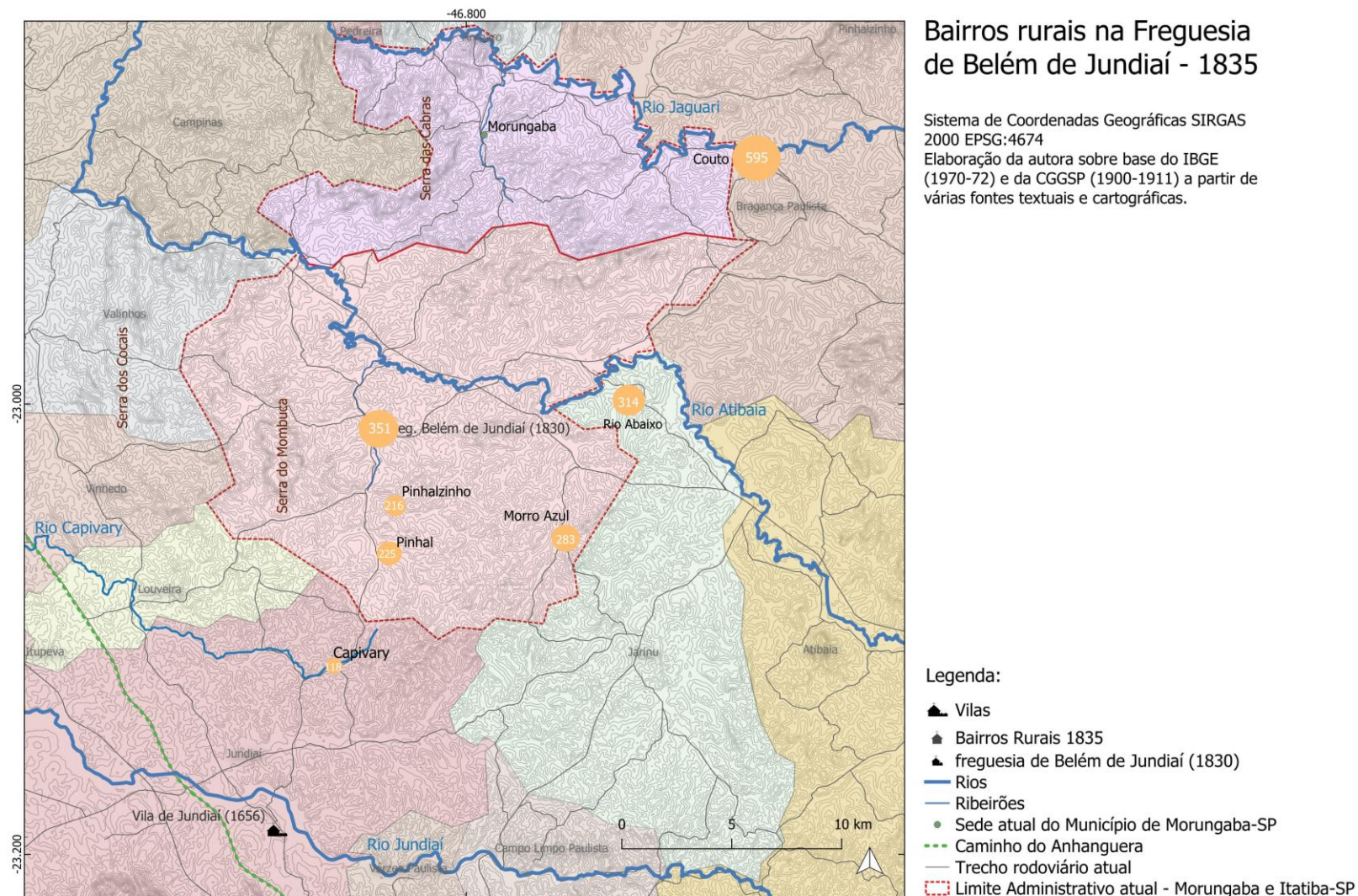


Figura 15 - Mapa dos bairros rurais na freguesia de Belém de Jundiá, em 1835. Elaboração da autora no Qgis sobre base do IBGE (1970-72), da CGGSP (1905-1911) e da imagem de satélite. Fonte dos dados: (ACMSP, 1935).

A partir desse mapa da população da freguesia, vemos que o mais populoso dos bairros mencionados é o do Couto, com 595 habitantes. O que chama a atenção é a localização desse bairro. Ao promover sua localização na Figura 16, notamos sua proximidade da divisa entre Morungaba e Bragança Paulista.

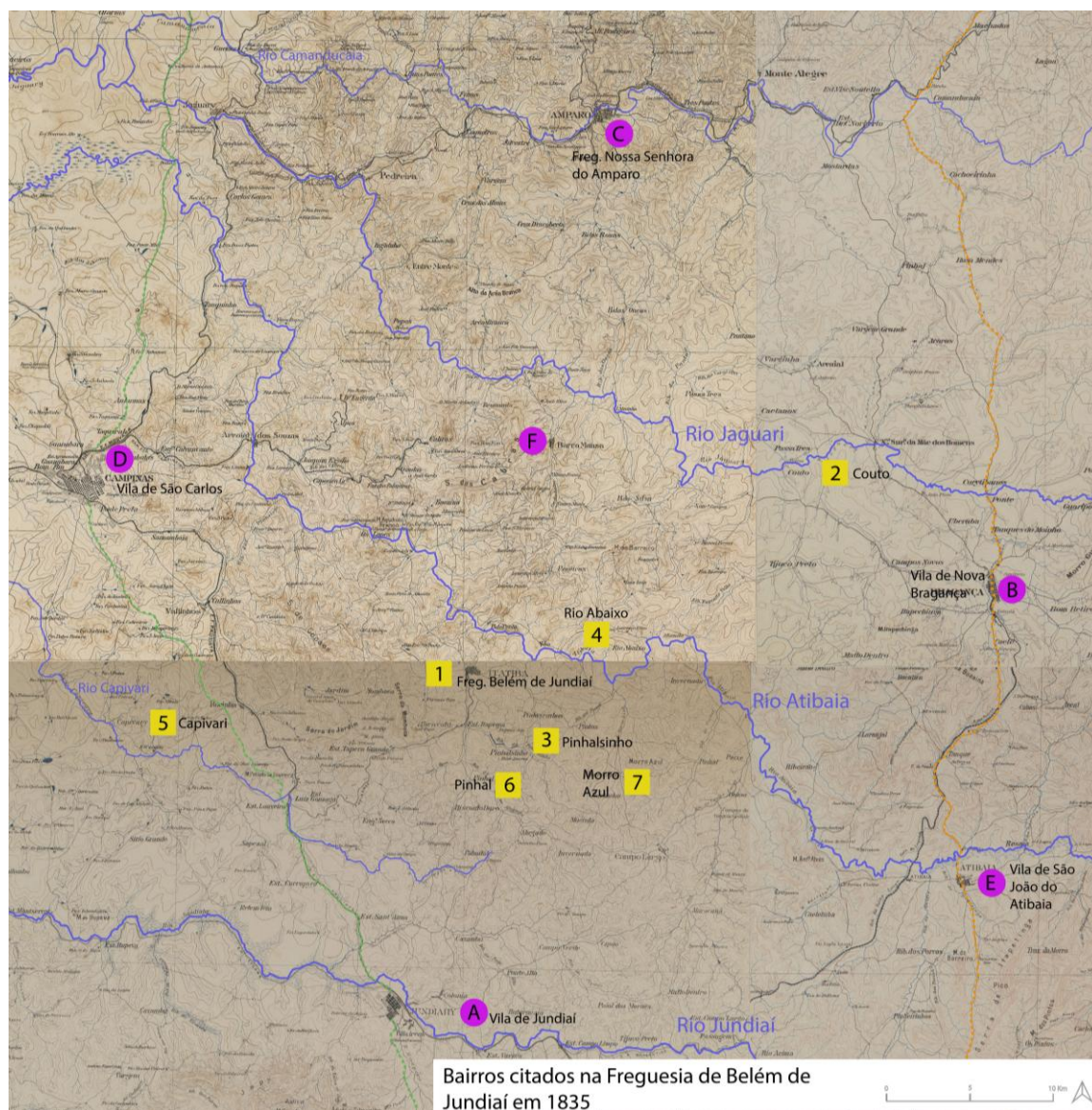


Figura 16 – Trecho dos Mapas da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo. Folha de Campinas (1911), Bragança (1911), Atibaia (1907) e Jundiá (1905). Destacamos os bairros identificados a partir do mapa de população da Freguesia de Belém de Jundiá de 1835, sendo: (1) Freguesia; (2) Couto; (3) Pinhalzinho; (4) Rio Abaixo; (5) Capivari; (6) Pinhal; e (7) Morro Azul. Em azul, os rios Jaguari, Atibaia, Jundiá, Capivari e Camanducaia. Em rosa, destacam-se: [A] vila de Jundiá; [B] vila de Nova Bragança; [C] Freguesia de Amparo; [D] vila de São Carlos (Campinas); [E] vila de Atibaia; e [F] Barra Mansa (Morungaba). Fonte: APESP e Acervo do Museu Paulista. Editado pela autora, 2025.

O bairro do Couto também é mencionado em outros documentos consultados, que se referem ao período anterior à gênese urbana de Morungaba. Segundo Nunes (2021, pp. 49-50), o bairro do Couto foi identificado como rural, pertencente à vila de Nova Bragança. Esse local, conforme indicado pela autora, aparece pela primeira vez nos recenseamentos de 1796, com 250 habitantes.

No entanto, devido à ausência de informações sobre a extensão exata dos bairros mencionados, recorreremos à cartografia da época para obter esclarecimentos. É possível supor que a população desse bairro rural tenha se estendido até as proximidades do local de fundação do núcleo urbano de Morungaba. Atualmente, o bairro denominado Couto permanece com a mesma nomenclatura, situado na divisa administrativa entre os municípios de Morungaba e Bragança Paulista, estabelecendo a conexão por meio do caminho que passa pelo bairro dos Silva.



Figura 17 – Placa indicando o acesso ao bairro do Couto em Bragança Paulista. Rodovia Alkindar Monteiro Junqueira. Fonte: Acervo da autora, 2025.

Essa suposição torna-se ainda mais evidente quando, no mapa da CGGSP de 1911 (Figura 18), localizamos o ribeirão que atravessa a área onde hoje está a cidade de

Morungaba, com a nomenclatura “córrego dos Coutos”. Esse ribeirão, em destaque, é conhecido atualmente como ribeirão dos Mansos.

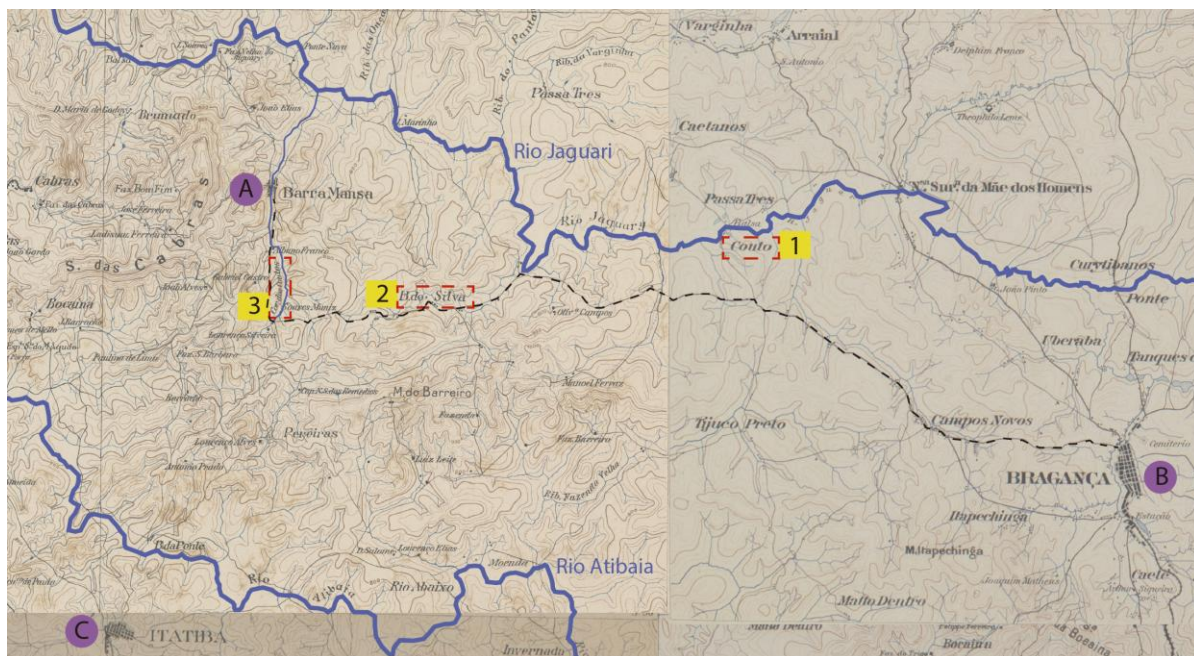


Figura 18 - Trecho dos Mapas da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo. Folhas de: Campinas (1911); Bragança Paulista (1911); Jundiaí (1905); e Atibaia (1907). Em amarelo: [1] bairro do Couto; [2] bairro do Silva; [3] córrego dos Coutos. Em roxo: [A] Barra Mansa (Morungaba); [B] Bragança (Bragança Paulista); [C] Itatiba. A linha tracejada destaca o caminho principal entre o local da gênese do núcleo urbano de Morungaba, e o núcleo urbano de Bragança. Em azul, os rios Jaguari, Atibaia, e o ribeirão. Fonte: APESP; Acervo do Museu Paulista. Editado pela autora, 2025.

Dessa forma, é possível supor que, em determinado momento, parte do bairro do Couto, na vila de Bragança, tenha sido incorporada ao termo da freguesia de Belém de Jundiaí. No mesmo documento, consta a descrição dos limites da nova freguesia:

Sobre os limites da Villa de Jundiahy, a **corrego fundo** legoa e meia, antes da capela, compreendendo o bairro do Atibaya até duas legoas e meia diante da dita capella, e parte do **bayrro Jundiahy-Mirim**, na indireitura do dito Corrego fundo. Da Vila de Bragança o **ribeirão Ximbé**, além da **Serra de Jatahy**, compreendendo os seus moradores, d'aquem e d'alem até fazer barra no **rio Jaguary**, na distância da capela quatro legoas. De São Carlos á **morro de Pirapora** em indireitura á Serra de Jatahy referido na distância de três legoas da Capela de São João d'Atibaya os sitios do **bairro Rio Abaixo** na distância de duas legoas e meia da referida capela, pelo que cinco para seis legoas em quadra me parece ser o território que se deve demarcar esta nova Freguezia e igreja; (...) (Alesp, 1829, id. 23077, grifo nosso)

A partir da descrição dos limites da freguesia de Belém de Jundiaí, produzimos um mapa conjectural³³ sobre a cartografia da CGGSP (Figura 19). Como não foi possível localizar alguns dos topônimos informados no documento, utilizamos como base o mapa do município de Itatiba e de Jundiaí, ambos da década de 1930³⁴, e um mapa dos limites da Paróquia de Itatiba de 1911³⁵. No processo de espacialização, notamos que as divisas tomam elementos da topografia e hidrografia como base. Observa-se que basear as divisas de um determinado território nesses elementos era comum, pois essas características naturais eram permanentes e inalteráveis. No trecho analisado, grifamos alguns elementos do relevo e da hidrografia mencionados, tais como o córrego Fundo, o ribeirão Ximbé, a Serra de Jatahy e o morro do Pirapora. Além dos bairros de Jundiaí Mirim e Rio Abaixo.

³³ Abreu (2021, pp. 193-194), em sua reconstituição do Rio de Janeiro quinhentista, aponta as dificuldades impostas à reconstrução da paisagem da antiga cidade, uma vez que o sítio original foi totalmente alterado e não existem registros cartográficos do período, o que conduz o pesquisador para um "exercício de dedução". Além disso, ao promover esse tipo de reconstituição, geralmente utiliza-se documentação posterior, a qual deve ser analisada com cautela. Ainda assim, o autor considera ser possível aproximar-se do estado primitivo da cidade, embora não seja viável recuperá-la de forma perfeitamente fiel à sua configuração original. Esse processo de reconstituição é denominado por ele como elaboração de mapas conjecturais. Desse modo, é necessário considerar que, "devido a exiguidade das fontes e à dificuldade mesmo de interpretá-las, nada nos pode garantir que a cidade tenha sido exatamente como ela será aqui apresentada."

³⁴ Mapa do Município de Itatiba elaborado pelo Instituto Geográfico e Geológico no decreto nº311 de 2 de março de 1938. Escala 1:100000. Fonte: Arquivo Municipal de Itatiba "Norberto Carride". Consulta em: 16 de maio de 2024; Mapa do Município de Jundiaí produzido pelo Instituto Geográfico e Geológico em 1934. Escala 1:100000. Fonte: Acervo do Museu Paulista. Disponível em: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/77/Mapa_do_Munic%C3%ADpio_de_Jundia%C3%AD-1%2C_Acervo_do_Museu_Paulista_da_USP_%28cropped%29.jpg. Acesso em: 02 de out. de 2025.

³⁵ ACMSP. Arquivo da Cúria Metropolitana De São Paulo. *Livro de Mapas de Paróquias de 1911*, p. 20. Cota 55-1-2. Consulta em: 18 de out. de 2024.

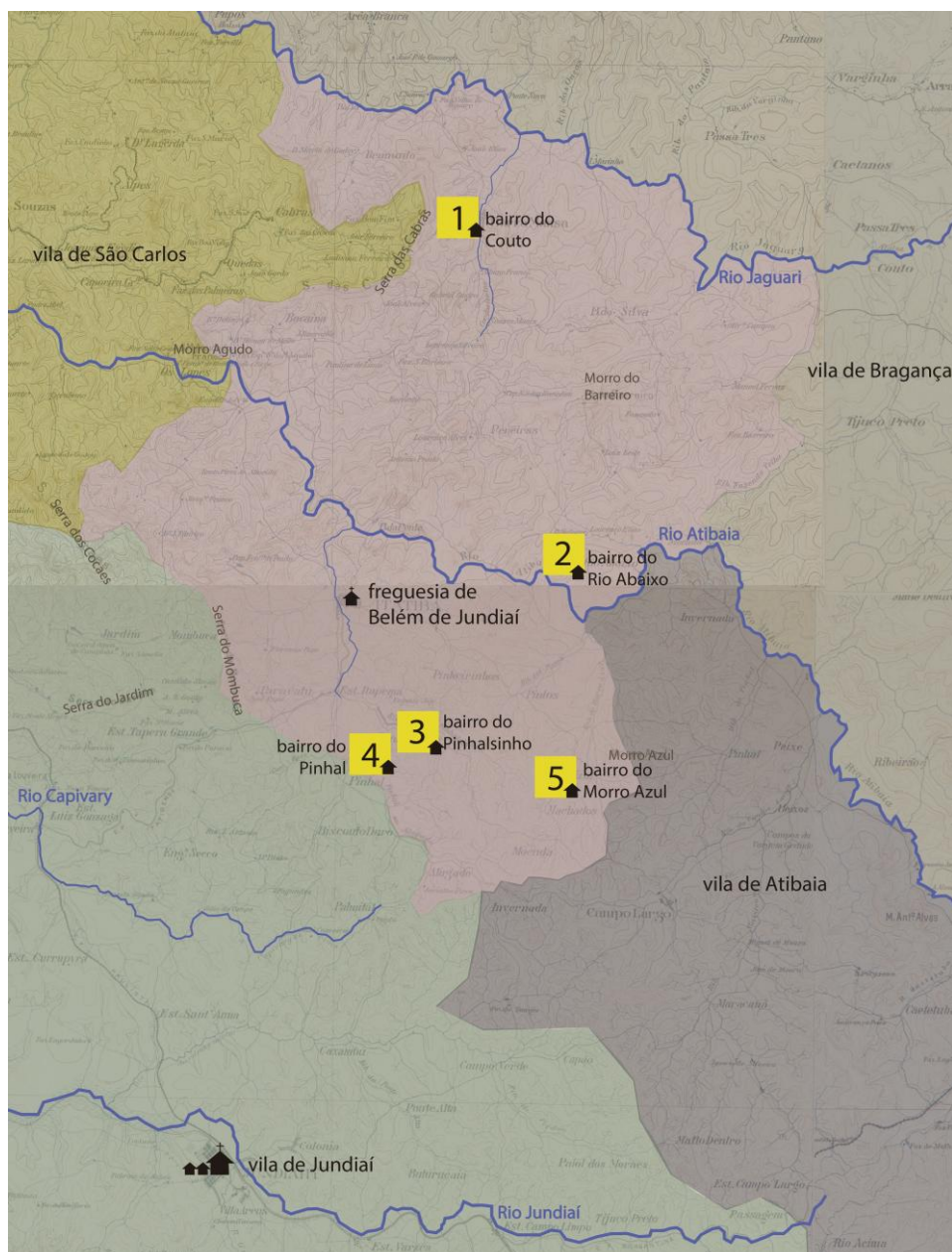


Figura 19 - Trecho dos Mapas da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo. Folhas de: Campinas (1911); Bragança Paulista (1911); Jundiaí (1905); e Atibaia (1907). Em rosa, hipótese de espacialização a freguesia de Belém de Jundiaí e bairros rurais (1830). Em amarelo, [1] bairro do Couto; [2] bairro do Rio Abaixo; [3] bairro do Pinhalzinho; [4] bairro do Pinhal; e [5] bairro do Morro Azul. Fonte do mapa base: APESP e Acervo do Museu Paulista. Editado pela autora, 2025.

Quando procedemos à localização dos bairros rurais na cartografia, conjecturamos que alguns deles possuíam extensões territoriais significativas. A impossibilidade de delimitar a verdadeira extensão dos bairros não nos permite comprovar a hipótese; no entanto, o bairro rural do Couto, pertencente à vila de Bragança, é um exemplo da extensão que esses bairros podiam alcançar. Na Figura 19,

como o bairro rural do Capivary encontra-se com sede em maior distância dos limites da freguesia de Belém de Jundiáí, não o mencionamos. Contudo, como o rio Capivary se aproxima da hipótese de espacialização da freguesia, podemos supor que este bairro abrangia a área próxima ao curso do rio, como demonstrado na Figura 15.

Para complementar a lista dos bairros mencionados na primeira metade do século XIX, recorreremos aos Registros Paroquiais de Terras de Belém de Jundiáí³⁶, que abrangem o período de janeiro de 1855 a fevereiro de 1857. No último ano da elaboração desses registros, a freguesia de Belém de Jundiáí foi elevada à condição de vila.

Identificamos 28 bairros mencionados nas descrições de 115 registros de um total de 175 registros, dos quais 20 não fazem referência a uma localidade, marcados com N/C. No processo de sistematização, optamos por adicionar à tabela apenas as localidades que mencionavam o termo “bairro”; no entanto, outras formas de se referir aos locais foram identificadas, como sítios, fazendas e a própria vila de Jundiáí.

³⁶ Os Registros Paroquiais de Terras foram produzidos após a promulgação da Lei de Terras de 1850 (Lei nº 601 de 18 de março de 1850). Foi o primeiro instrumento jurídico a regulamentar o acesso a propriedade fundiária no Brasil, após o fim do regime de sesmarias (17 de julho de 1822). As declarações das terras eram realizadas pelos proprietários a um vigário encarregado de cada freguesia, a descrição continha o nome do proprietário, a forma de aquisição das terras, a extensão, e os limites. O Registro Paroquial de Terras consultado nesta pesquisa é referente à freguesia de Belém de Jundiáí (Livro 118), pertencente ao acervo do APESP. O documento tem início com o termo de abertura datado de 1º de agosto de 1854; o primeiro registro foi realizado em 10 de outubro de 1854 e o último em 20 de fevereiro de 1857. Ao todo, o registro reúne 175 declarações, numeradas originalmente de 1 a 169. A partir do 170º registro, a numeração é reiniciada, sendo os lançamentos identificados como pertencentes ao “segundo prazo”. O livro possui 199 folhas, das quais 79 contêm registros. Os vigários responsáveis pelos registros da paróquia de Belém de Jundiáí foram Miguel Correa Pacheco, responsável pelos registros de 1 a 119, e Gaudencio Antônio de Campos, encarregado dos registros de 120 a 175. Fonte: APESP.

Quadro 17 – Bairros citados no Registro Paroquial de Terras de Belém de Jundiaí 1855/1856/1857.
Fonte: APESP.

BAIRROS CITADOS NO REGISTRO PAROQUIAL DE TERRAS DE BELÉM DE JUNDIAÍ 1855/1856/1857					
Bairros		Nº de registros	Bairros		Nº de registros
1.	Couto	23	16.	Camargos	2
2.	Pinhal	19	17.	Pedrosos	2
3.	Atibaia	9	18.	Antunes	2
4.	Pinhalzinho	7	19.	Posse	2
5.	Jaguari	5	20.	Paracatú	1
6.	Morro Azul	5	21.	Ponte Nova	1
7.	Morro Grande	4	22.	Alagado	1
8.	Rio Acima	4	23.	Bom Retiro	1
9.	Lavapés	4	24.	Tapera Grande	1
10.	Feital	3	25.	Correinha	1
11.	Mato Dentro	3	26.	Córregos	1
12.	Lopes	3	27.	da Ponte	1
13.	Jundiaí Mirim	3	28.	Ponte de Atibaia	1
14.	Rio Abaixo	2		N/C	20
15.	Pereiras	2			

A partir da identificação dos bairros nos Registros Paroquiais da freguesia de Belém de Jundiaí, utilizamos a cartografia CGGSP para espacializar as informações. Na figura 20, observamos que, na metade do século XIX, o território hoje compreendido por Morungaba já possuía formações de bairros rurais próximos, como é o caso dos bairros: Couto, Pereiras, Lopes, Ponte e Rio Abaixo.

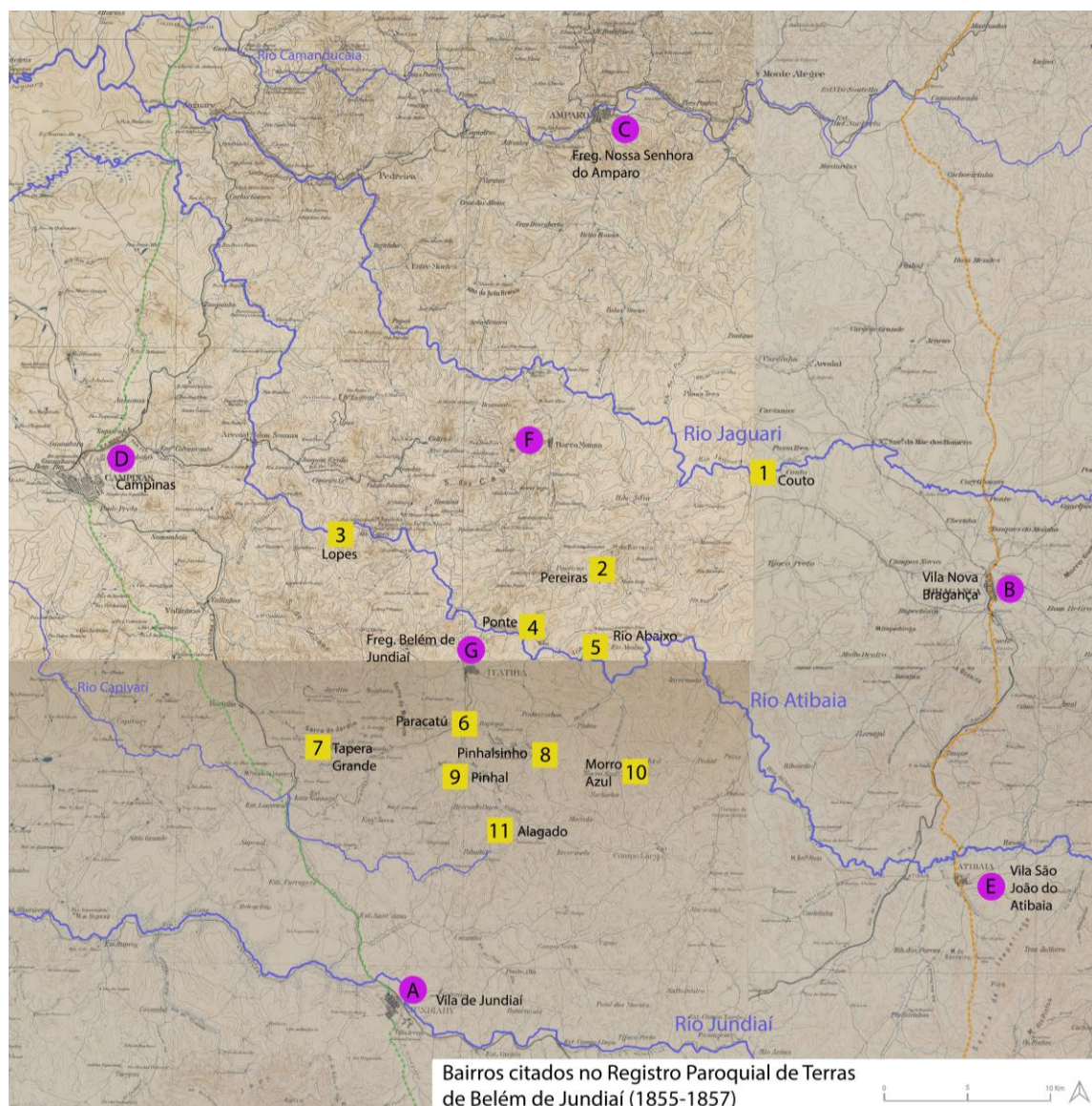


Figura 20 – Trechos dos Mapas da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo. Folhas de: Campinas (1911), Bragança (1911), Atibaia (1907) e Jundiá (1905). Em amarelo, destacamos os bairros contidos no Registro Paroquial de Terras de Belém de Jundiá 1855-1857: [1] Couto; [2] Pereiras; [3] Lopes; [4] da Ponte; [5] Rio Abaixo; [6] Paracatú; [7] Tapera Grande; [8] Pinhalzinho; [9] Pinhal; [10] Morro Azul; e [11] Alagado. Em azul, os rios Jaguari, Atibaia, Jundiá, Capivari e Camanducaia. Em rosa, (A) vila de Jundiá; (B) vila de Nova Bragança; (C) Freguesia de Amparo; (D) Campinas; (E) vila de Atibaia; (F) Barra Mansa (Morungaba); e (G) Freguesia de Belém de Jundiá (Itatiba). Fonte: APESP e Acervo do Museu Paulista. Editado pela autora, 2025.

A princípio, localizamos, na cartografia, onze bairros: Couto, Pereiras, Lopes, da Ponte, Rio Abaixo, Paracatú, Tapera Grande, Pinhalzinho, Pinhal, Morro Azul e Alagado. Devemos salientar que há uma lacuna temporal de quase cinquenta anos entre os Registros Paroquiais de Terras (RPT) e a elaboração do mapa-base. Esse fator

provavelmente contribui para possíveis alterações ou para a perda de alguns topônimos; no entanto, esse mapa é o documento mais próximo da data dos RPT.

Localizamos também, na cartografia, duplicidade de nomes em alguns bairros, como o Pinhal, que aparece duas vezes e em certa proximidade, e o bairro Mato Dentro, o primeiro mais próximo ao núcleo urbano de Jundiaí e o segundo próximo a Bragança Paulista.

Apesar dos bairros Atibaia, Bom Retiro, Jaguari, Feital, Correinha, Córregos, Camargos, Morro Grande, Ponte Nova, Pedrosos, Antunes, Lavapés e Posse não terem sido localizados no mapa da CGGSP, supomos a localização por meio de referências encontradas nas descrições dos limites das terras contidas nos Registros Paroquiais e nas informações sobre bairros que possuem permanência no território (Figura 21).

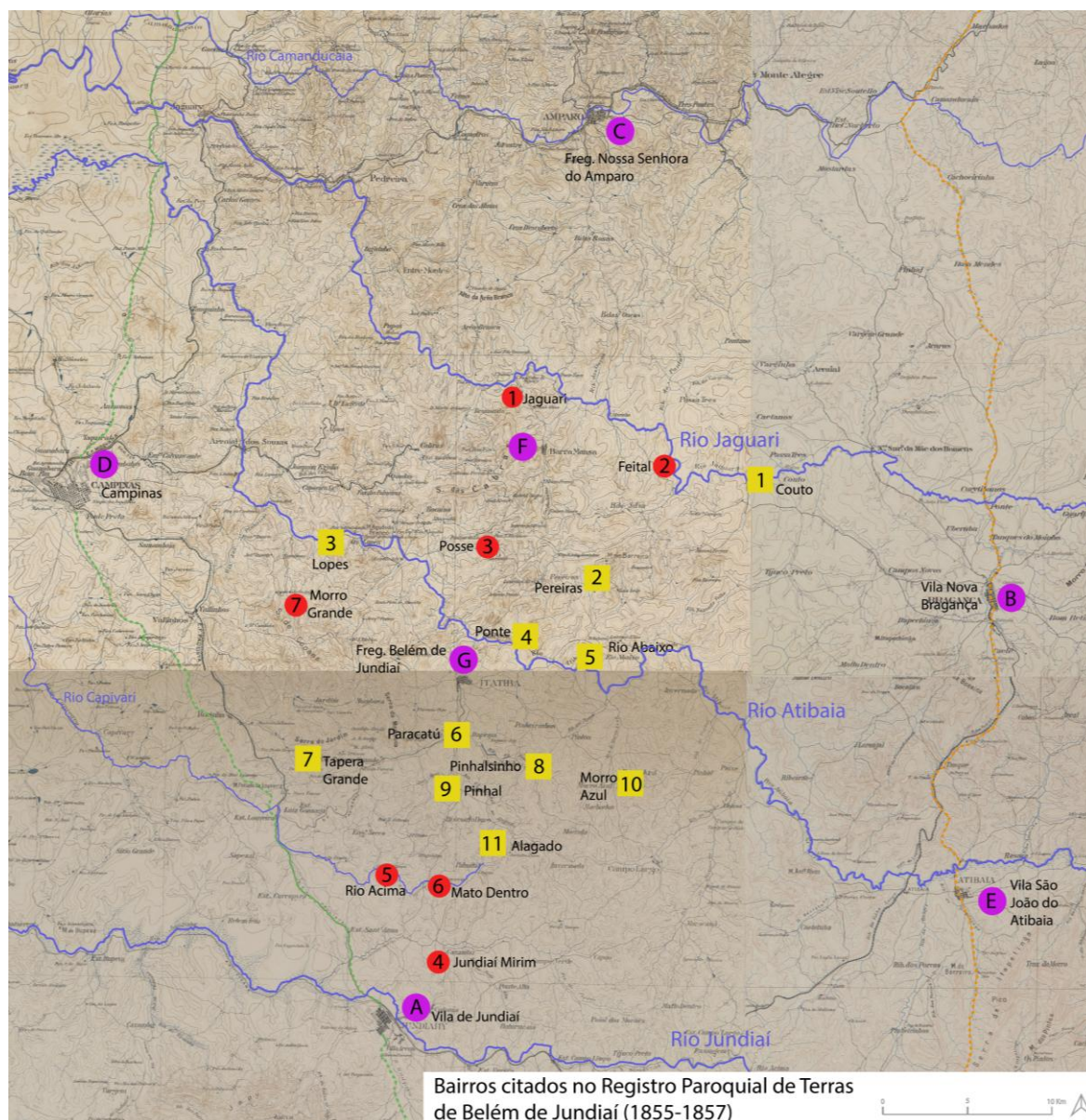


Figura 21 – Trechos dos Mapas da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo. Folhas de: Campinas (1911), Bragança (1911), Atibaia (1907) e Jundiá (1905). Em amarelo, destacamos os bairros contidos no Registro Paroquial de Terras de Belém de Jundiá 1855-1857: [1] Couto; [2] Pereiras; [3] Lopes; [4] da Ponte; [5] Rio Abaixo; [6] Paracatú; [7] Tapera Grande; [8] Pinhalzinho; [9] Pinhal; [10] Morro Azul; e [11] Alagado. Em azul, os rios Jaguari, Atibaia, Jundiá, Capivari e Camanducaia. Em vermelho, através do processo de cruzamento de informações localizamos os bairros: {1} Jaguari; {2} Feital; {3} Posse; {4} Jundiá Mirim; {5} Rio Acima; e {6} Mato Dentro. Em rosa, (A) vila de Jundiá; (B) vila de Nova Bragança; (C) Freguesia de Amparo; (D) Campinas; (E) vila de Atibaia; (F) Barra Mansa (Morungaba); e (G) Freguesia de Belém de Jundiá (Itatiba). Fonte: APESP e Acervo do Museu Paulista. Editado pela autora, 2025.

Por meio da análise da descrição dos limites das terras nos RPT, conseguimos localizar o Bairro do Jaguari, mencionado, nas descrições do registro nº 81, da declarante Francisca Maria de Jesus, à beira do Rio Jaguari. Devido à impossibilidade

de localização exata, consideraremos, por ora, as terras que fazem divisa com o rio como parte dos limites atuais do território de Morungaba. Com base na cartografia, o local escolhido para a demarcação corresponde ao da “fazenda do Jaguari”.

Dentro dos limites atuais de Morungaba temos um bairro denominado Feital, ainda com caráter rural. Após a leitura de todos os registros de terras nessa área, foi encontrada uma referência no registro nº 60 do declarante *Mariano Antônio Franco*, que descreve terras confrontando o rio Jaguari. Dessa forma, é possível supor que o bairro Feital atual corresponda ao mesmo bairro mencionado na metade do século XIX (Figura 22). Na mesma linha das permanências, há também um bairro denominado Posse, localizado atualmente no município de Itatiba, próximo ao limite administrativo atual de Morungaba (Figura 23).



Figura 22 – Placa indicando o acesso ao bairro Feital em Morungaba-SP. Ao lado, vemos a capela da Fazenda Santo Onofre, cuja capela original foi demolida e substituída em 2024. Fonte: Acervo da autora, 2025.



Figura 23 – Imagem do *Google Street View* no quilômetro 93 da rodovia Eng. Constâncio Cintra (SP-360) que conecta a cidade de Itatiba a Morungaba. Na placa, a indicação do acesso ao bairro da Posse.
Fonte: *Google Maps* (set. 2024).

Após o cruzamento de informações sobre os bairros, contidos nas Listas Nominativas de Jundiaí e nos Registros Paroquiais de Terra da freguesia de Belém de Jundiaí (Itatiba), vemos que o território estudado contemplava, na metade do século XIX, cerca de 28 bairros rurais: Pinhal, Pinhalzinho, Rio Abaixo, Morro Azul, Jaguari, Tapera Grande, Feital, Correinha, Córregos, Camargos, Pereiras, Lavapés, Ponte Nova, Pedrosos, Alagado, Morro Grande, Antunes, Rio Acima, Mombuca, Ponte, Paracatú, Posse, Lopes, Couto, Atibaia e Capivari.

Para a localização dos bairros rurais na cartografia georreferenciada (Figura 25), o primeiro passo foi localizar o topônimo - encontrado nas fontes manuscritas - na cartografia da CGGSP. Por outro lado, em caso de o topônimo não ser localizado na CGGSP, promoveu-se a localização nos mapas do IBGE (1970-72), georreferenciados no *software* Qgis. Na imagem de satélite, procuramos por uma capela ou remanescente de fazenda para demarcar como sendo a sede do bairro; todavia, na impossibilidade de encontrar um edifício remanescente, optou-se por demarcar um elemento do sítio natural ou alguma característica que possui maior permanência, como os caminhos (Figura 24).



Figura 24 – Diagrama do método utilizado para georreferenciamento dos bairros rurais mencionados nas fontes primárias e na cartografia histórica. Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Nota-se, após o georreferenciamento, que a formação de bairros ocorreu com maior incidência na margem sul do rio Atibaia. Novamente, essas localidades estavam mais próximas das sedes das vilas e freguesias às quais pertenciam ou das quais se desmembraram. Na vasta área situada entre os rios Atibaia e Jaguari, que abrange Morungaba, há quatro bairros dentro dos limites atuais do município: Jaguari, Feital, Posse e Couto. Além disso, como não se conhece a extensão exata desses bairros, supomos que os bairros em certa proximidade - ao local que daria origem ao núcleo urbano de Morungaba - também poderiam integrar esse território, como é o caso do

bairro do Couto, que teve origem na vila de Nova Bragança (Bragança Paulista), e parte foi incorporada ao território da freguesia de Belém de Jundiáí.

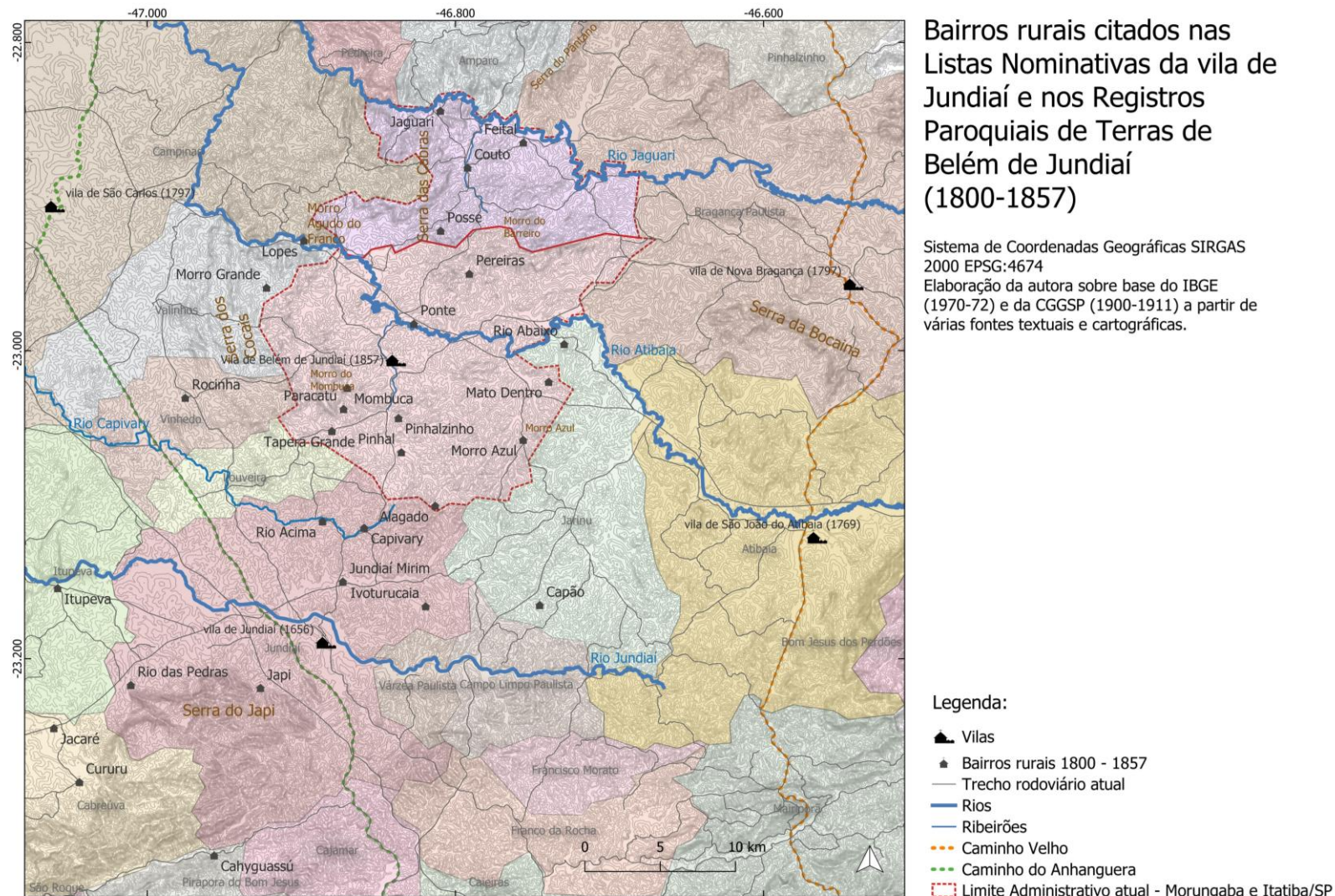


Figura 25 - Mapa dos bairros rurais citados nas Listas Nominativas da vila de Jundiá e nos Registros Paroquiais de Terras de Belém de Jundiá (1800-1857). Elaboração da autora no Qgis sobre base do IBGE (1970-72), da CGGSP (1905-1911), e do Google Satélite. Fonte dos dados: (ACMSP, 1935); (APESP, 1800-42).

1.3. O quadro fundiário no território de Itatiba e Morungaba no século XIX

Segundo Abreu (2014), o sistema agrário atual se baseia na herança fundiária legada pelo sistema sesmarial no período colonial. Este sistema teve origem na Idade Média, na Península Ibérica.

É na distribuição das terras dos conselhos que está a origem do sistema sesmarial, uma forma de apropriação territorial que se difundiu pelo sul de Portugal a partir do século XIII e que se converteu em verdadeira política de povoamento. (Abreu, 2014, p. 267)

Dessa forma, foi aplicado um “antigo instrumento greco-romano” chamado de enfiteuse, conhecida por sesmaria. Esse instrumento concedia ao beneficiário o direito de utilizar a terra e nela fazer benfeitorias, contudo, era proibida a transferência do bem para terceiros. O beneficiário também era obrigado a pagar uma pensão anual (foro) ao proprietário, e, caso não a cumprisse, o imóvel retornaria ao possuidor, que detinha domínio direto. Todavia, no caso da sesmaria, era exigido o uso da terra por um período, ao invés do pagamento do foro (Abreu, 2014, p. 268).

Portanto, “sesmaria” configurava uma forma de apropriação da terra, e não de propriedade. Esse sistema tinha o intuito de garantir o uso produtivo da terra e o povoamento do território. Como a estrutura jurídica portuguesa foi replicada em suas colônias, esse sistema permaneceu vigente no Brasil até perto da independência (Abreu, 2014, p. 269).

No início da colonização do território brasileiro, o primeiro documento de sesmaria foi outorgado a Martin Afonso de Sousa. Ao chegar ao Brasil, o nomeado capitão-mor da armada trouxe três cartas régias, e uma delas lhe garantia o direito de conceder sesmarias a quem as solicitasse. Contudo, já de início, ocorreram problemas, como o desrespeito às regras das concessões de uso da terra, quanto ao direito de transferir o uso a seus herdeiros, justificadas pela hostilidade do lugar e pela distância do reino. Além disso, foram concedidas extensas terras, em comparação com as de Portugal. Também se exigiu uma espécie de comprovação do colono da capacidade de tornar as terras produtivas, como, por exemplo, construir engenhos de açúcar, o que impediu o acesso à terra de diversos solicitantes (Abreu, 2014, p. 272).

A partir da pesquisa realizada no acervo do Projeto Resgate da Biblioteca Luso-Brasileira, foi possível identificar diversos arquivos de sesmarias digitalizados do Arquivo Histórico Ultramarino. Além disso, utilizamos o livro Repertório das Sesmarias (1994), que contém as descrições das sesmarias abrangendo o estado de São Paulo entre 1721 e 1821. Dessa forma, priorizamos as sesmarias localizadas ao norte da vila de Jundiaí. Notamos que as concessões de sesmarias próximas a este território ocorreram a partir de 1780³⁷, o que coincide com a data de estabelecimento dos primeiros bairros rurais no território de Itatiba/Morungaba.

Em proximidade ao território de estudo, a carta de sesmaria mais antiga, datada de 1780, foi concedida a Maria Leme Ferreira³⁸ (viúva de Martinho da Silva Prado). Apesar da sesmaria ter sido solicitada pelo marido em 1758, só foi concedida vinte anos depois. Na descrição consta uma sesmaria de terras com meia légua de testada e outra de sertão, no local denominado Jundiaí-Mirim, confrontando com os campos de João Monteiro das Neves e de Manuel Gonçalves Alentado.

Segundo Petrone (1968, p. 55), na região paulista do Quadrilátero do Açúcar³⁹, em diversos casos, as sesmarias eram solicitadas após a posse das terras, que poderiam ter ocorrido por compra ou herança, sendo a carta de sesmaria um modo de assegurar o direito de uso, como é o caso da solicitante Maria Leme Ferreira.

O bairro rural Jundiaí-Mirim mencionado na solicitação é citado nas Listas Nominativas da vila de Jundiaí desde 1766 e, de acordo com a sua localização na cartografia, supomos que estas terras poderiam ter se aproximado de parte do território atual de Itatiba. Se observarmos na cartografia, a légua de sertão estaria em direção ao território, onde mais tarde, nasceria o bairro rural do Atibaia. Outro fator

³⁷ Ressaltamos que encontramos diversos documentos referentes a sesmarias de terras doadas no território da freguesia de Campinas (1774), que ainda fazia parte do termo da vila de Jundiaí, contudo, devido ao foco dessa pesquisa, não trataremos das sesmarias concedidas na freguesia de Campinas.

³⁸ Descrição da sesmaria de Maria Leme Ferreira (viúva de Martinho da Silva Prado), da Vila de Jundiaí: Meia légua de terras de testada na paragem Jundiahy Mirim, com uma légua de sertão, principiando onde findam as terras que a suplicante e o dito seu marido possuíam de uma banda, digo possuíam por título de compra, partindo de uma banda com terras de João Monteiro das Neves e da outra com Manoel Gonçalves Alentado e a largura de sertão até onde findar-se o inteiro comprimento. (L. 21 Fls. 83v); (São Paulo, 1994, p. 420).

³⁹ A cidade de Morungaba e Itatiba estão inseridas no polígono denominado “quadrilátero do açúcar”.

relevante é que a palavra sertão utilizada impõe que o local poderia ainda estar composto de mata virgem, ou seja, não ocupado. Segundo Fonseca (2011), o conceito de sertão no período colonial opõe-se ao do território; consiste em um espaço bruto, ainda inexplorado.

Apesar de áreas mais distantes do termo da vila de Jundiaí já terem sido ocupadas nesse momento, devemos entender que o processo de povoamento não ocorreu de forma linear, pois, à medida que a ocupação avançava, eram deixados trechos de terras devolutas que seriam reabsorvidos muito tempo depois (Fonseca, 2011, p. 54). Desse modo, supomos que o território de estudo corresponde a uma dessas áreas de sertão.

No início do século XIX, os documentos indicam a concessão de uma sesmária a Francisco Correa Pupo⁴⁰, em solicitação datada de 1802. A descrição refere-se a terras incultas e despovoadas, confrontando-se a leste e a oeste com o sertão e, ao norte e ao sul, com terras de Raimundo da Silva Prado. Na descrição, menciona-se o córrego da Cachoeira da Mombuca. Esse topônimo foi localizado como bairro rural no período em que Belém de Jundiaí tornou-se vila.

De forma a reforçar se esta sesmária estava próxima ao território atual de Itatiba, verificamos a descrição de sesmária concedida a Raimundo da Silva Prado⁴¹, onde consta a descrição de uma légua de terras em quadra na paragem denominada Tapera Grande, outro topônimo de bairro rural, que mais tarde seria descrito como pertencente à vila de Belém de Jundiaí e que ainda permanece como bairro com características rurais de Itatiba.

⁴⁰ Descrição da sesmária concedida a Francisco Correa Pupo, da Vila de Jundiaí: Umas terras com uma légua de testada e uma de sertão correndo o rumo da testada de Leste a Oeste e o Sertão de Norte a Sul principiando a testada pelo rumo do Capitão Raymundo da Silva Prado, meia légua para a parte de Oeste e o sertão correndo para o Norte, ficando no meio do rumo da testada o córrego da Cachoeira da Mombuca, com a condição que se neste rumo ficarem compreendidos alguns moradores, entrarem em rata. (L. 30. Fls. 148v); (São Paulo, 1994, p. 150).

⁴¹ Descrição da sesmária concedida a Raymundo da Silva Prado, morador da Vila de Jundiaí: Uma légua de terras em quadra, na paragem chamada a Tapera Grande, servindo de pião o Paiol onde o suplicante tem a sua fábrica.

Além disso, nos Registros Paroquiais de Terra de Belém de Jundiaí, no registro nº 110⁴², localizamos o nome de Francisco Correa Pupo, como antigo proprietário do sítio Mombuca, sendo declarado por seus herdeiros no ano de 1856. Com essa informação, sabemos que a sesmaria de Francisco Correa Pupo, concedida em 1802, localizava-se no território atual de Itatiba, próxima à sede do bairro de Atibaia.

Também, confrontante a Raimundo da Silva Prado, localizamos a sesmaria de terras de Ricardo Barbosa de Siqueira⁴³, descrita na paragem Monte Alegre. Na descrição, somos informados de que esta confronta com a sesmaria de Raimundo da Silva Prado no local denominado Tapera Grande. Outro topônimo mencionado nessa sesmaria é o local denominado Capivary e, observando a cartografia, supomos que as terras poderiam ter abrangido o local onde mais tarde surgiria o bairro rural denominado Rocinha, próximo à Serra dos Cocaís, onde passa o rio Capivary.

Portanto, a partir da análise das cartas de concessão e da cartografia, sabemos que havia duas sesmarias localizadas no território que seria compreendido, mais tarde, pela freguesia de Belém de Jundiaí (1830): as sesmarias de Raimundo da Silva Prado,

⁴² Descrição do Registro Paroquial de Terra nº110: “Nós abaixo (*trecho ilegível*) somos senhores e proprietários de hum sítio denominado Mumbuca no districto da freguesia do Belém; suas divisas são as seguintes: Principia na estrada na bocaina a rumo direito a huma pedra, donde passou numa sismaria divisao com José Bueno e Antonio Cardozo até a quadra, aqui dividindo com terras dos herdeiros do finado Ignacio Caetano; e deste seguindo outro vento, a rumo direito com os mesmos herdeiros, e Alexandre Rodrigues Barbosa, Francisco de Paula, athe o ribeiram e junto por este acima até a barra de hum correjo no canto do grammal (*ilegível*), e daqui seguindo o mesmo ribeiram, athe o correjo da estiva; e seguindo por este acima a cabecera, e daqui a rumo direito até o alto do espigam do sítio denominado Jardim; seguindo pelo espigam dividindo com o mesmo Jardim, athe a fronteira de um (*ilegível*); e segue por outro espigam dividindo com terras de João Gabriel; descendo por este até a bocaina, onde principiava a divisa. Este sítio havemos por herança de nossos pais Francisco Correa Pupo e D. Francisca da Silva Prado. Belém 7 de março de 1856. Joaquim Correa Pupo, Antônio Correa Pupo, Francisco Correa Pupo, João Maria Batista, Antônio da Silveira Pupo, Joaquim Ferreira Gandra, Francisca da Silva Prado, José de Almeida Pupo, Pedro Correa Pupo, Florêncio Correa Pupo da Silveira, Alexandre Rodrigues Barbosa, Gertrudes Maria de Jesus. Apresentado na freguesia de Nossa Senhora do Belém aos 25 de maio de 1856. Vigário E. Miguel Correa Pacheco.” Fonte: Registro Paroquial de Terra de Belém de Jundiaí, 1856, p. 56v-57. APESP.

⁴³ Descrição da sesmaria de Ricardo Barbosa de Siqueira, da Vila de Jundiaí: Uma sorte de terras na paragem chamada Monte Alegre, termo de Jundiahy, a começar do engenho do supplicante até as capoeiras onde tem o seu paiol, servindo-lhe de confrontação e limite as cabeceras do segundo córrego Norte Sul até dar no rumo da medição que fez o capitão Raymundo da Silva Prado que vem para o Alto do Barreiro, servindo ao suplicante de confrontação o mesmo segundo córrego, por ele abaixo mea légua e deste lugar donde ella completar, para a parte do Poente a rumo direito até a estrada de Goyaz e por ella adiante, para a banda de Capivary até entestar com as terras do Alferes Francisco Xavier e João Manoel. (L.28, Fls. 85v); (São Paulo, 1994, pp. 460-461).

no local denominado Tapera Grande, e a sesmaria de Francisco Correa Pupo, que confronta com Raimundo da Silva Prado, no local denominado Sitio Mombuca. Outro fator a ser lembrado é que o bairro rural do Atibaia já constava das Listas Nominativas de Belém de Jundiá desde 1786. Talvez por isso, na descrição da sesmaria de terras de Francisco Correa Pupo, consta que alguns moradores poderiam ser compreendidos em suas terras (Figura 26).



Figura 26 - Trecho dos Mapas da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo. Folhas de: Campinas (1911); Bragança Paulista (1911); Jundiá (1905); e Atibaia (1907). Em rosa, espacialização do território que se tornaria termo da vila de Belém de Jundiá, em 1857. Fonte das informações sobre as sesmarias: (Ribeiro *et al.* 2015, p. 26); (São Paulo, 1994). Fonte dos mapas: APESP e Acervo do Museu Paulista.

Na Figura 26, optamos também por demonstrar as sesmarias localizadas por Ribeiro *et al.* (2015)⁴⁴ na vila de São Carlos (Campinas). De acordo com a espacialização elaborada pelos autores, supõe-se que trechos dessas sesmarias tenham abrangido parte do território atual de Morungaba, sobretudo a sesmaria de Antônio Raposo da Cunha Leme (1798). Além disso, a data da concessão dessa sesmaria coincide com a data da primeira citação do bairro do Couto nas Listas Nominativas da vila de Nova Bragança (Nunes, 2021), o que reforça a nossa hipótese sobre o período inicial de ocupação do território em estudo.

Além das cartas de sesmarias, outros documentos referentes ao quadro fundiário da região datam de pelo menos cinquenta anos após a concessão das primeiras sesmarias. Nesse intervalo de tempo, é possível supor que o povoamento se intensificou e que as propriedades foram gradualmente subdivididas, transmitidas por herança e por outros meios. Embora a Lei de Terras tenha sido promulgada somente em 1850, já havia um mercado de terras em curso.

Portanto, em meados do século XIX - momento em que o bairro do Atibaia já havia se tornado a Freguesia de Belém de Jundiá, estando prestes a tornar-se vila (1857) - nos registros Paroquiais de Terras de Belém de Jundiá, consta como descrição da forma de aquisição de terras os seguintes termos: *compra*, *herança*, *compra e herança em conjunto*, *troca*, *doação*, *posse e compra e posse*. Como tipificação dessas propriedades, encontramos os termos: *sítio*⁴⁵, *terras*, *fazenda e sítio e terras*⁴⁶ em conjunto.

As formas de aquisição de terras mais frequentes nos registros são a *compra* e a *herança*, seguidas da *compra e da herança em conjunto*. As demais formas de aquisição de terras, como *posse*, *doação* ou *troca*, têm menor incidência. O termo *posse* aparece somente em dois bairros, o do Rio Acima e o do Rio Abaixo. O termo *arrematação* aparece em conjunto com o termo *troca* em apenas uma propriedade.

⁴⁴ O trabalho de Ribeiro *et al.* (2015), baseado em documentação primária, promoveu a localização de quatro cartas de sesmarias concedidas na vila de São Carlos (Campinas), na região entre os rios Atibaia e Jaguari. Essa região atualmente é compreendida pelos distritos de Souza e Joaquim Egídio, este último faz fronteira a oeste com atual limite administrativo do município de Morungaba-SP.

⁴⁵ O termo *sítios* também foi identificado em alguns casos.

⁴⁶ Encontramos o termo *sítio de terras* em alguns casos.

Quadro 18 – Forma de aquisição das propriedades registradas no Registro Paroquial de Terras de Belém de Jundiá (1855-1857). Fonte: APESP.

FORMA DE AQUISIÇÃO DAS PROPRIEDADES REGISTRADAS NO REGISTRO PAROQUIAL DE TERRAS DE BELÉM DE JUNDIAÍ	
Forma de aquisição	Total de registros
Compra	63
Herança	63
Compra e herança	36
Posse	2
Doação	2
Troca	4
Posse e compra	8
N/C	10

Além dos bairros, outras formas de se referir ao local da propriedade foram identificadas nos registros, como “sítios” e “fazendas”. Dentre os sítios e fazendas que citaram o nome da propriedade, foi possível localizar os topônimos das seguintes propriedades na cartografia: Mombuca, Chapéu de Sol, Jaguari, Boa Vista e Pereiras. Dessas, duas estão localizadas no território de Morungaba-SP (Jaguari e Boa Vista). As fazendas Chapéu de Sol (Figura 27) e Pereiras (Figura 28), produtoras de café, ainda possuem edifícios remanescentes do século XIX.

Quadro 19 – “Sítios” e “fazendas” citados no Registro Paroquial de Terras de Belém de Jundiá, 1855/1856/1857. Fonte: APESP.

“SÍTIOS” E “FAZENDAS” CITADOS NO REGISTRO PAROQUIAL DE TERRAS DE BELÉM DE JUNDIAÍ 1855/1856/1857			
Nº do registro	“Sítios”	Nº do registro	“Fazendas”
03	Sítio Jaguari	08	Fazenda Chapéu de Sol
04	Sítio Morro Grande	11	Fazenda da Boa Vista
19	Sítio do Campo	18	Fazenda da Paciência
43	Sítio do Morro	20	Fazenda da Palmeira
48	Sítio do Taquará	52	Fazenda Pereiras
50	Sítio do Pinheirinho	68	Fazenda Cachoeira
57	Sítio Pedra Rara	69	Fazenda do Jaguari
65	Sítio da Palmeira	130	Fazenda do Pinheirinho
67	Sítio Pedra Branca	143	Fazenda Pinheiros
78	Sítio Boa Vista		
84	Sítio do Morro das Pedras		
90	Sítio Paiol Velho		
110	Sítio Mumbuca		
137	Sítio Varadouro		
143	Sítio de Atibaia		
154	Sítio Capela Velha		
157	Sítio da Cachoeira		
170	Sítio da Posse		
TOTAL: 18 registros		TOTAL: 9 registros	

Como vemos na tabela, há mais propriedades descritas como “sítios” do que “fazendas”; entretanto, não podemos associar os termos à dimensão das propriedades, pois, na descrição dos registros, não foram mencionadas, apenas as divisas e os confrontantes. Segundo Ferreira, Menegaldo e Pereira (2022), os termos utilizados para designar as propriedades variavam de uma região para outra e não necessariamente se referiam ao tamanho das propriedades.



Figura 27 – Fazenda Chapéu de Sol, em 1916. Fotografia para o Almanaque de Itatiba de 1916. Fonte: Acervo Parodi.



Figura 28 – Capela de Nossa Senhora dos Remédios e armazém da Fazenda Pereiras, Itatiba-SP. Fonte: Acervo da autora.

Por meio das possibilidades oferecidas pelas ferramentas de georreferenciamento, foi possível localizar diversas fazendas remanescentes do século XIX no território de Itatiba e de Morungaba (Figura 29). Além das propriedades citadas nos RPT, foi possível espacializar outras fazendas que produziram café no século XIX. Entretanto, como muitas dessas propriedades não foram citadas nos registros manuscritos ou tiveram sua denominação alterada, recorreremos aos registros da carta do IBGE (1970/72) e ao levantamento de campo.

Dessa forma, o método consistiu em verificar se a fazenda permanecia na imagem de satélite atual, identificando vestígios de uma implantação do período de produção cafeeira, como a casa-sede e os terreiros. Em alguns casos, constava a fazenda na carta do IBGE (1970/72); no entanto, ao proceder à localização na imagem de satélite, constatou-se a ausência das construções da fazenda; de todo modo, optamos por mencioná-las, já que muitas das fazendas encontradas nesta situação eram conhecidas na região por terem produzido café (Figura 29). Além disso, no Quadro 20, propomos uma hipótese para identificar os nomes dos proprietários⁴⁷ das fazendas georreferenciadas.

⁴⁷ Informações sobre antigos proprietários encontradas em diversos documentos textuais e cartográficos do século XIX e XX. Fonte: (APESP, CGGSP, folha de Campinas, 1911 e Jundiaí, 1905); (APESP, Registro Paroquial de Terras de Belém de Jundiaí); (Almanaque de Itatiba, 1916); Acervo do Museu Paulista, mapa da distribuição de propriedades rurais na zona de Campinas, 1755-1900); (Navarra, 1972) e (Sangiorgi, 1962).

Quadro 20 – Fazendas georreferenciadas do período da lavoura cafeeira no território de Itatiba e Morungaba-SP. Fonte das informações: APESP. Elaborado pela autora, 2025.

FAZENDAS GEORREFERENCIADAS DO PERÍODO DA LAVOURA CAFEIEIRA NO TERRITÓRIO DE ITATIBA E MORUNGABA-SP				
Cidade (atual)	Possui remanescente construído do séc. XIX	Antigo proprietário	Não possui remanescente construído do séc. XIX	Antigo proprietário
Morungaba-SP	D. Maria de Godoy	Gertrudes Maria de Godoy	do Jaguary	Anna Miquelina Dutra
	São Bento	Pedro Elias de Godoy	São Sebastião	s/i
	Barra Mansa	s/i	dos Barreiros	s/i
	Sant' Ana (faz. da Cachoeira)	Anna Miquelina Dutra; Lourenço Antônio Leme; Francisco Bueno de Aguiar	das Palmeiras	João Paiva Baracho
	Santa Leopoldina	Major Francisco Bueno de Aguiar Neto	de João Alves	João Alves Cardoso
	Santa Maria	Aristides da Silveira	Do Braga	s/i
	Santo Aleixo	Aleixo José de Godoi; Lourenço Antonio da Silveira; e Aristides da Silveira	Buenópolis	Francisco Bueno de Aguiar
	Santa Barbara	Paulino de Lima		
	Santa Gertrudes	Major Antonio Augusto da Fonseca		
	Santa Adelaide	Oliveira Campos		
	Santa Clara	s/i		
	Santo Antônio	s/i		
	Pinheirinho	Antônio Soares Muniz		
	Boa Vista	Joaquim Alves Cardoso		
Itatiba-SP	Santa Júlia	João Bueno de Aguiar e irmãos	Santa Barbara (próxima a faz. Pereiras)	João Paiva Baracho
	Pereiras	Antônio Alves Cardoso	Paraíso	Camilo José Pires
	Palmeiras	Manoel Ferraz		
	D. Carolina	s/i		
	Barreiro	João Alves Cardoso		
	São Sebastião	Luiz Leite		
	Serra d' Água	Antônio Prado; Tobias Franco Cardoso		
	Atibainha	Eugenio Joly		
	Boa Vista	Joaquim Antonio da Silveira/ Antonio da Silva Franco		
	Vista Linda (Santa Cruz)	José Tibiriça Piratininga		
	São Miguel	s/i		
	São José	João Batista Passos		
	Alagado	Jacintho Pires		
	Santa Ana	s/i		
	Chapéu de Sol	Urbano Soares Muniz		
	Vila Rica	s/i		
	Santa Rosa	Cel. Antonio Rangel		
	Santa Adelaide	Cel. Antonio Rangel		
	Santa Barbara (próxima a faz. Paraíso)	s/i		
	Nova Esperança	A.B. Godoy		
	São Gabriel	s/i		
	Santa Maria	s/i		
	Mombuca	Francisco Correia Pupo		
	Paracatú	Inácia Caetano da Silveira		

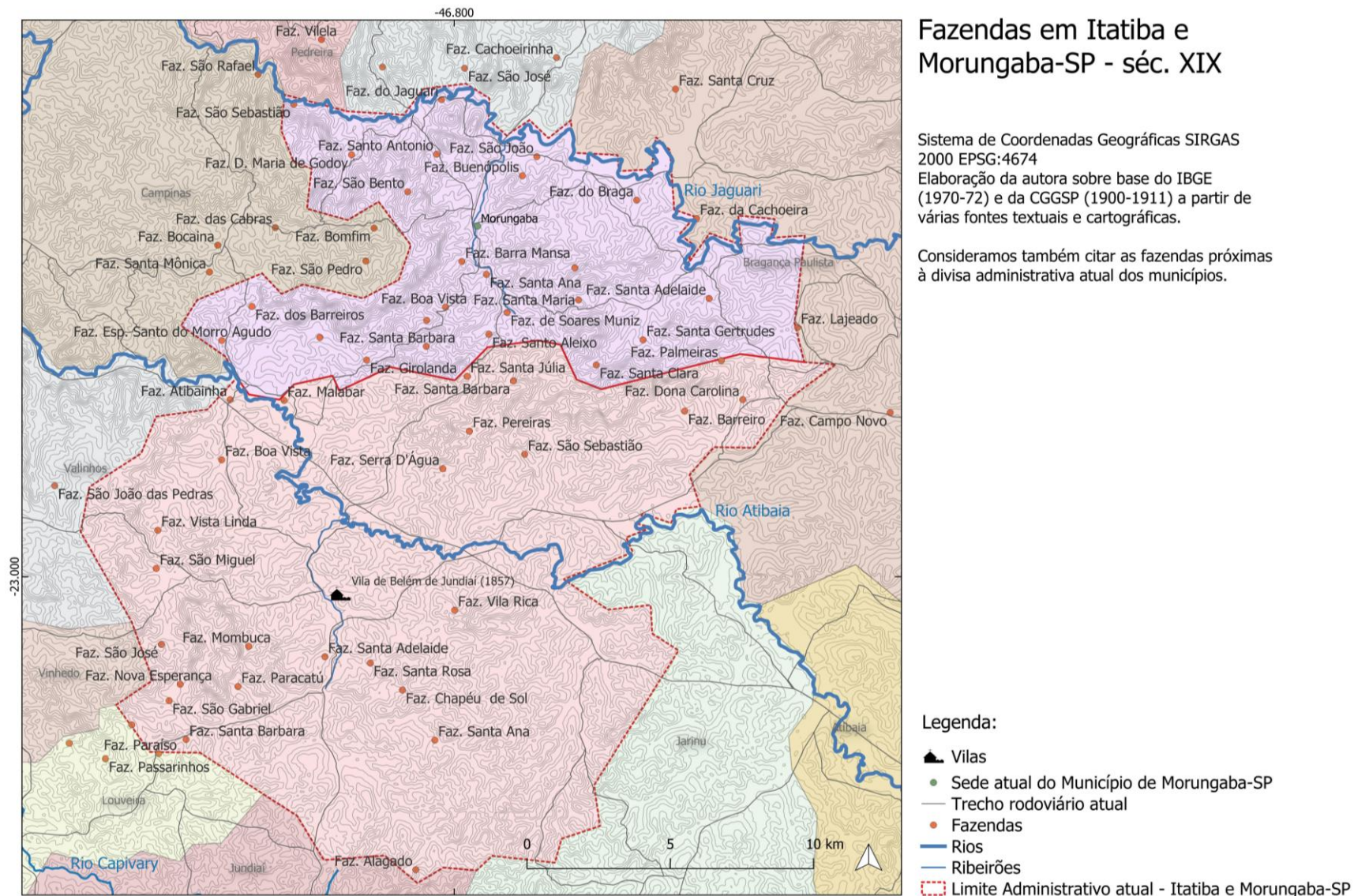


Figura 29 – Mapa das fazendas no território compreendido por Itatiba e Morungaba-SP e entorno. Elaboração da autora no Qgis sobre base do IBGE (1970-72), da CGGSP (1905-1911), e da imagem de satélite. Fonte: (ACMSP, 1835); (APESP, 1855-57).

No processo de georreferenciamento, optamos por demarcar a fazenda pelo nome que consta na cartografia do século XX. No entanto, em determinadas localidades que constam no mapa, foi registrado apenas o nome do proprietário. Dessa maneira, marcamos o nome mais recente da propriedade, localizado através da imagem de satélite. Na ausência de um nome atual, manteve-se o nome do antigo proprietário. Assim, foi possível georreferenciar 50 fazendas no território de estudo, sendo 24 em Morungaba-SP. Além disso, na Figura 29, nota-se que as fazendas estão, em sua maioria, entre os rios Jaguari e Atibaia.

Essa região entre os rios Jaguari e Atibaia no trabalho de Ribeiro *et.al.* (2016) foi denominada como *Entre Rios*. Neste trabalho, com o foco no território compreendido atualmente pelos distritos de Souzas e Joaquim Egídio em Campinas-SP, baseados em documentos primários, os autores constroem hipóteses da espacialização de quatro sesmarias identificadas nessa região: as pertencentes aos irmãos Barboza, a José Fernandes de Almeida e outros, a Claudio Furquim de Campos e outros, e a Antônio Raposo da Cunha Leme. A espacialização desta última sesmaria nos interessa, pois diz respeito ao local de divisa administrativa atual entre as cidades de Morungaba e Campinas (Ribeiro *et. al.* 2016, p. 17).

A sesmaria de Antônio Raposo da Cunha Leme, concedida no final do século XVIII e que mais se aproxima do território hoje pertencente a Morungaba, subdividiu-se em fazendas pertencentes aos herdeiros de Floriano de Camargo Penteado, que adquiriu as terras em 1820 (Ribeiro *et. al.* 2016, p. 27). Entre as treze propriedades desmembradas desta sesmaria, temos as fazendas das Cabras, São Pedro e Bonfim sendo as mais próximas do território em estudo.

Além disso, nota-se que, no perímetro da cidade de Itatiba, há uma aglomeração de fazendas que, segundo os documentos consultados, coincide com as terras das sesmarias de Raimundo da Silva Prado (1799) e de Francisco Correia Pupo (1802). Trata-se das seguintes fazendas: Paraíso, Santa Bárbara, Santa Maria, São Gabriel, Mombuca, Nova Esperança, São José, Santa Adelaide e Paracatú (Figura 29).

Outro aspecto revelado pelo RPT é que em algumas declarações, como na de nº 52 da Fazenda Pereiras, no processo de compra das terras por Antônio Alves Cardoso, foram declarados como sendo vendedores sete proprietários, cujo sobrenome dizia respeito a famílias distintas, fato que aponta para a existência de “(...) um regime de cultivo da terra em sociedade” (Ferreira; Menegaldo; Pereira, 2022).

Nesse mesmo sentido, ao analisar o quadro social dos habitantes do bairro do Atibaia nas Listas Nominativas, percebemos que a maioria possuía agregados e que a população escravizada, em um primeiro momento, era menor em relação aos demais bairros da vila de Jundiá. Além disso, a produção desses fogos era majoritariamente de milho, feijão, arroz e de animais como gado vacum, porcos, galinhas e, em alguns casos, gado muar. Esse cenário mudaria com o cultivo do café, a partir da segunda metade do século XIX.

Sobre a localização das fazendas, segundo Navarra (1972, p. 38), a constituição das propriedades rurais em Itatiba foi condicionada pelas particularidades do relevo e dos cursos d’água, dando preferência aos fundos de vale, contudo, evitando áreas inundáveis.

No período em estudo, a vida urbana, como afirma Reis Filho (2001), caracterizava-se por uma dinâmica intermitente entre o rural e o urbano. O núcleo urbano funcionava principalmente como espaço de atendimento às práticas religiosas da população rural e, quando um proprietário de terras mantinha uma casa na vila, ela era utilizada apenas em datas específicas. A vida cotidiana desenvolvia-se, de fato, no meio rural — no caso de Itatiba e Morungaba em meados do século XIX, nas fazendas produtoras de café.

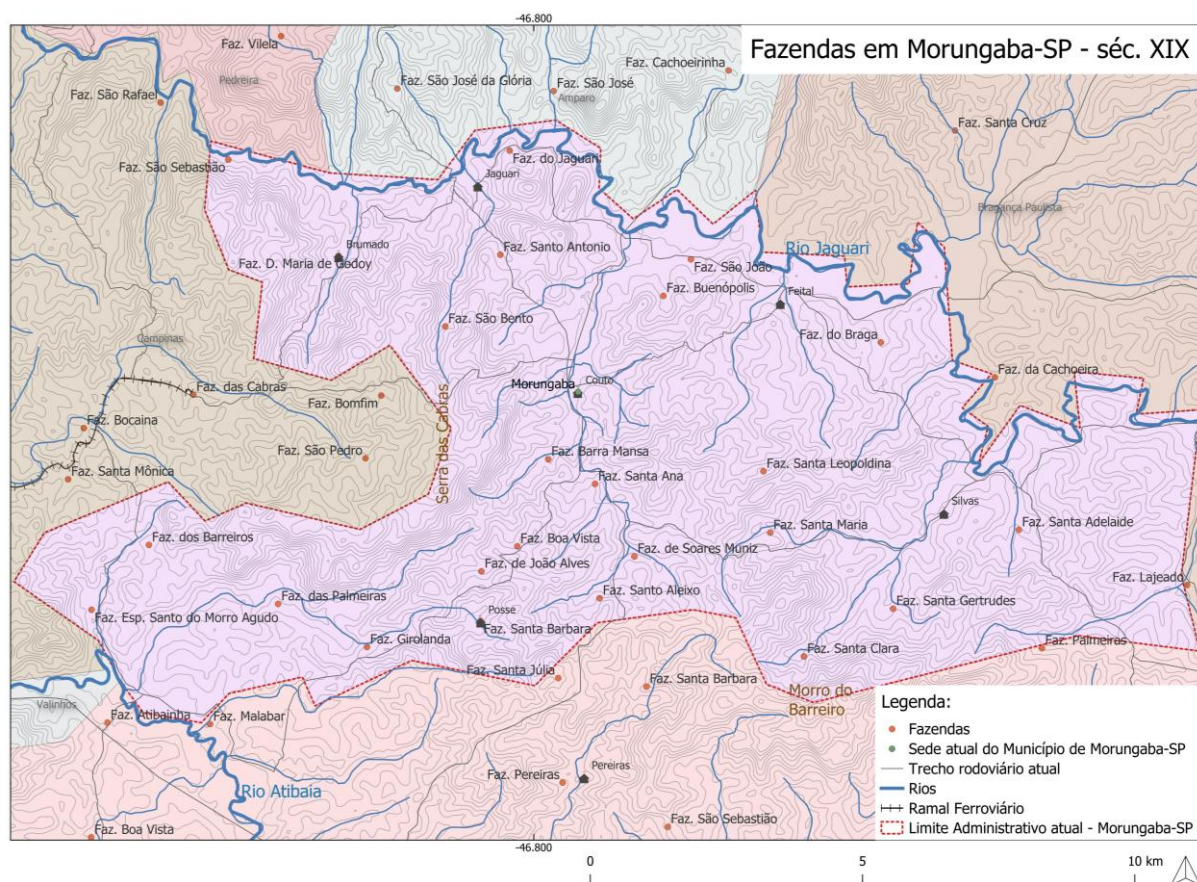


Figura 30 – Mapa das fazendas no território de Morungaba-SP. Fonte: Elaboração da autora no Qgis sobre base do IBGE (1970-72), da CGGSP (1905-1911) e da imagem de satélite.

Na Figura 30, vemos que as fazendas georreferenciadas no território de Morungaba estão próximas a um ribeirão ou a um córrego, o que confirma as afirmações de Navarra (1972). Segundo Benincasa (2007, p. 124), a escolha do local para a implantação da fazenda produtora de café era determinada pela orientação solar e pela presença de água, fatores essenciais ao bom funcionamento da produção.

1.3.1. Introdução do café em Itatiba e Morungaba e posterior chegada do ramal ferroviário

Em 1857, último ano da produção do Registro Paroquial de Terras da freguesia de Belém de Jundiá, a localidade foi elevada à condição de vila. Nesse momento, conforme aponta Navarra (1977, p. 26), o território de Itatiba e Morungaba já estava

inserido na cultura do café. De acordo com a autora, estima-se que o café tenha sido introduzido na região por volta de 1850, pela iniciativa de Inácio Correa de Lacerda e Antônio da Silva Franco. O nome de Antônio da Silva Franco⁴⁸ foi localizado no registro nº 11 do RPT de Belém de Jundiá, como proprietário da fazenda da Boa Vista. Além disso, no mesmo documento, nas terras declaradas por membros da família Alves Cardoso⁴⁹, que faziam divisa com propriedades localizadas no bairro do Couto, consta a presença de cafezais.

A década de 1850 assinalou, pois, para a acanhada freguesia de Belém de Jundiá um acontecimento decisivo: com a entrada do café em suas terras, ingressava ela decididamente em um sistema de economia voltado para os mercados externos, sistema que o café comandaria sozinho por quase um século. (Navarra, 1977, p. 27)

Em meados do século XIX, o café também foi introduzido na região onde hoje temos os distritos de Souza e Joaquim Egídio, na cidade de Campinas (Ribeiro *et. al.*, 2016, p. 52). Como já mencionado, o distrito de Joaquim Egídio faz divisa com a cidade de Morungaba atualmente.

Quanto às datas de estabelecimento das fazendas identificadas na Figura 30, para as quais há registro, observa-se que, no território de Morungaba, a maior parte foi construída na segunda metade do século XIX, sobretudo entre 1870 e 1890 — período anterior à gênese urbana, que se iniciaria a partir de 1893.

⁴⁸ Transcrição do registro nº11 do declarante Antônio da Silva Franco, proprietário da fazenda da Boa Vista: Fazenda da Boa Vista, pertencente a Antônio da Silva Franco, (ilegível) por herança, que trocou a Joaquim Antônio da Silveira, e compra que fez de Francisco da Silveira Cesar, por escritura nas notas e compra também cita a José Pereira da Silva também por escritura pública nas divisas seguintes: principia no córrego (ilegível) da Serra, o qual desce no Atibaia, e subindo por este a serra dividindo com José Vicente Ferreira, até ganhar o espigão seguindo por este até subir na estrada do Couto, e daí corta (ilegível) a subir no córrego, e sobe por este acima dividindo com o mesmo Ferreira até o espigão mais alto e daí (ilegível) dividindo com Antônio Alves Cardoso pelo mesmo até subir na mesma estrada do Couto, e segue por ele adiante até o morro mais ou menos, e daí (ilegível) a estrada (ilegível) a direita por um espigão abaixo atravessando o córrego que vem dos Pereiras, e segue outro que se dá por mesma encurvatura, e subindo por este (ilegível) dividindo com Custódio José Pereira até o espigão mais alto, e por este mesmo que a direita dividindo com Fernando Pires (ilegível) Córrego e desce por ele abaixo até o ribeirão que divide o sitio do finado Antônio Joaquim Pereira, por ele abaixo até o rio de Atibaia, e desce por ele abaixo até o córrego, onde teve princípio as divisas. (...) Belém 28 de setembro de 1855. Fonte: (Registro Paroquial de Terras de Belém de Jundiá 1855-1857, pp. 06-06v) APESP.

⁴⁹ Registro nº66 declarado por Manuel Alves Cardoso, em 1855, pp. 34v-35. Fonte: APESP.



Figura 31 – Fazenda Santa Leopoldina no distrito de Morungaba-SP, em 1916. Propriedade da família Bueno de Aguiar, fundada por volta da década de 1880. Na colina ao fundo da casa-sede vemos o cafezal. Fonte: Acervo Parodi.

Com a inserção na cultura do café para exportação no território de estudo, verificamos, como reflexo do crescimento econômico, um crescimento no meio urbano e reforço das conexões entre os núcleos da rede urbana, com ampliação dos caminhos para escoamento da produção.

Nesse sentido, a cultura do café demandava o escoamento da produção por tropas de muares, meio de transporte amplamente utilizado à época. Esse deslocamento, contudo, era dificultoso, sobretudo no trajeto pela Serra do Mar até os portos, o que frequentemente acarretava a perda de parte da carga (Monbeig, 1998, p. 98).

Dez anos depois da freguesia de Belém de Jundiaí ser elevada a condição de vila, a ferrovia Jundiaí-Santos foi criada (1867). Assim, as tropas transportavam o café até a cidade de Jundiaí, reduzindo o percurso até o porto de Santos. A partir de então, os fazendeiros da região conseguiram o direito de prolongar a ferrovia, de forma a beneficiar o escoamento de sua produção, e cerca de cinco anos depois, o trem já circulava de Jundiaí a Campinas (Monbeig, 1998, p. 98). Pouco tempo depois, um ramal ligaria à região de estudo.

1.3.2. O ramal ferroviário de Itatiba

O ramal da Ferrovia Itatibense foi inaugurado em 1890. A solicitação para a construção do ramal foi feita pela câmara de Itatiba ao governo provincial em abril de 1872, pedindo que o ramal se conectasse à linha inglesa ou à linha paulista. Contudo, o governo provincial negou a solicitação, alegando que o ramal não era de interesse da província. Com maior insistência, em 13 de setembro de 1883, foi deliberada a lei, iniciando os trâmites para a construção do ramal. A primeira proposta do ramal foi projetada da cidade de Itatiba à estação de Campo Limpo (Jundiaí), pela companhia São Paulo Railway; todavia, o projeto foi novamente negado pelo governador da província, que justificou o veto por ir contra os interesses da Companhia Paulista. Com isso, decidem, para atendê-los, traçar a linha até a estação de Louveira⁵⁰.

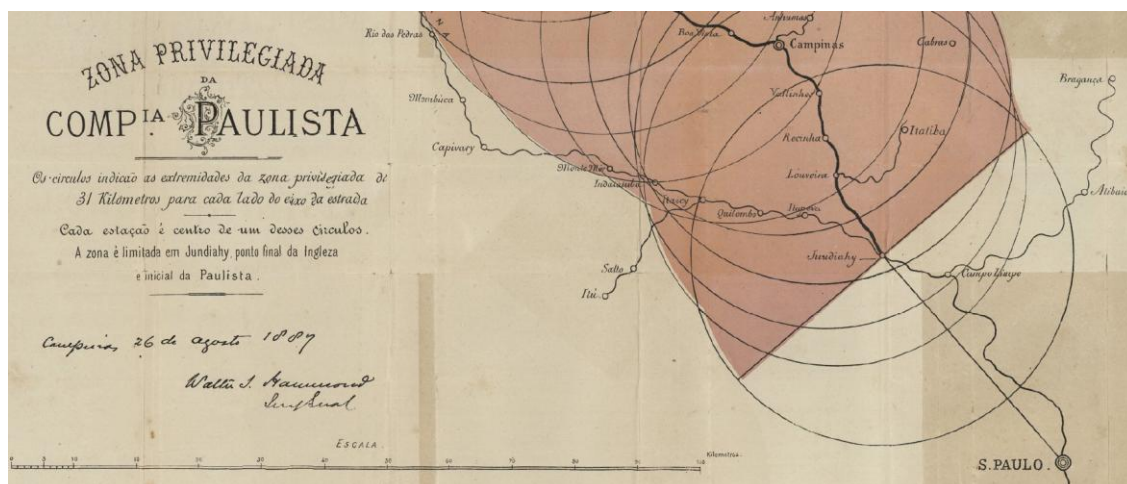


Figura 32 – Trecho do mapa da zona privilegiada da Companhia Paulista de Estrada de Ferro. No mapa encontra-se o trecho do ramal itatibense conectado a estação de Louveira. Fonte: (RCP, nº38, 1887, p. 100) Disponível em: <https://atom.arquivoestado.sp.gov.br/br-spapesp-empresas-g001-b001-s019-b007-d038-bib-imp-pd00008>. Acesso em 08 dez. 2025.

⁵⁰ A partir das informações que constam na cartografia da CGGSP, entende-se que o local denominado Louveira ainda era um bairro rural pelo qual a Estrada de Ferro Paulista atravessava seguindo em direção a cidade de Campinas. O distrito de Louveira foi criado na Lei 119.456 de 30/12/1953 no Município de Vinhedo (antigo bairro rural denominado Rocinha). O município de Louveira foi criado em 1964.

No documento⁵¹ consta que, sem o auxílio da província, que atrasou a ligação do ramal por quinze anos, em outubro de 1886, pelos interesses dos fazendeiros locais, foi criada a Companhia Carril de Ferro Itatibense, que firmou acordo com a Companhia Paulista, conectando um ramal da estação de Louveira até a cidade de Itatiba. Para a construção dos 20 quilômetros da estrada, o engenheiro estrangeiro William Huggins foi contratado.



Figura 33 – Estação final do ramal da ferrovia itatibense. Fonte: Acervo Parodi.

No mesmo documento, menciona-se que os interesses da Companhia Paulista eram levar os trilhos da cidade de Itatiba até o bairro das Cabras, mais especificamente até a fazenda Bocaina, propriedade do Barão de Ibitinga⁵². Contudo, a conexão entre os ramais nunca ocorreu. Se esta conexão tivesse ocorrido, provavelmente teria cruzado um trecho do território hoje compreendido por Morungaba.

⁵¹ ALESP. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Província). Documento legislativo. *Solicitação de garantia de juros para o capital da Companhia Carris de Ferro Itatibense*, 1889. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/alesp/documento-historico/?idDocumento=10098>. Acesso em: 07 out. de 2025.

⁵² Joaquim Ferreira de Camargo Andrade (1832-1915) foi o único barão de Ibitinga, era filho de Joaquim Ferreira Penteado e Francisca de Paula Camargo, os barões de Itatiba.

O bairro das Cabras, que atualmente pertence ao distrito de Joaquim Egídio em Campinas-SP, possuía um ramal denominado Ramal Ferroviário Campineiro que conectava a fazenda das Cabras à estação central de Campinas, que por sua vez se conectava com a Estrada de Ferro da Companhia Paulista e com a Estrada de Ferro Mogyana. Este foi o ramal ferroviário mais próximo do núcleo urbano de Morungaba. Devido a esta proximidade, supomos que este ramal tenha servido ao escoamento da produção das fazendas da região de Morungaba, pois o ramal da Estrada de Ferro Itatibense demandava transportar a mercadoria por uma maior distância.

1.4. Vila de Belém de Jundiaí (1857)

Com o crescimento populacional, a freguesia desejava alcançar a autonomia política e administrativa; portanto, desejava tornar-se sede própria, zelando pelas questões administrativas do território (Marx, 1991, p. 52). A freguesia de Belém de Jundiaí seria elevada à condição de vila em 1857.



Figura 34 – Foto aérea oblíqua do núcleo urbano de Itatiba-SP em 1940. Fonte: IGC.

Ainda segundo Marx (1991, p. 62), nesse momento, eram necessárias diversas providências, como a delimitação do novo termo – isto é, o estabelecimento das divisas do território desmembrado, que, no caso da vila de Belém de Jundiaí, ocorreu em relação à cidade de Jundiaí. Também se fazia imprescindível demarcar o local destinado à construção da casa de câmara e cadeia e erguer o pelourinho, símbolo da autonomia recém alcançada.

Nesse contexto, segundo documentos da Assembleia Legislativa de São Paulo⁵³, as obras da casa de câmara e cadeia de Itatiba iniciaram-se em outubro de 1878, após concurso de engenheiros e empreiteiros, sendo vencedores o engenheiro Thomas Alves Nogueira e o carpinteiro Eduardo Ricci.



Figura 35 – Foto aérea das quadras centrais de Itatiba-SP. s/d. No canto inferior direito vemos a casa de câmara e cadeia, e o teatro São Joaquim. Fonte: Acervo Parodi.

⁵³ ALESP. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Província). *Solicitação de verba para a construção da casa de câmara e cadeia de Belém de Jundiaí*, 1880. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/alesp/documento-historico/?idDocumento=6889>. Acesso em: 07 de out. de 2025.

Quando a freguesia de Belém de Jundiá foi elevada à condição de vila (1857), o território do que viria a ser Morungaba fazia parte de seu termo e estava ocupado por bairros rurais, compreendendo propriedades com cultivos de subsistência que, aos poucos, passaram a cultivar café. Nesse momento, o bairro rural mais antigo, que compreendia o território de Morungaba, era o do Couto.

1.5. Os bairros rurais no território compreendido por Morungaba-SP

Como observamos anteriormente, o bairro mais antigo mencionado, situado próximo ao núcleo urbano de Morungaba, é o do Couto. Segundo Nunes (2021), o bairro é mencionado pela primeira vez nas Listas Nominativas da vila de Nova Bragança, em 1796, com 250 habitantes.

Contudo, devido à impossibilidade de precisar a extensão do bairro, recorreremos a outras fontes documentais para confirmar se os limites do bairro faziam parte do território em questão. Além da menção ao córrego dos Coutos no detalhe da Figura 18, outro documento importante confirmou que o local de gênese urbana de Morungaba, antes de ser nomeado Barra Mansa ou bairro dos Mansos, era chamado de bairro do Couto.

No final do século XIX, na declaração sobre a doação de terras ao patrimônio da capela de Conceição de Barra Mansa por João Rodrigues Leme e sua esposa, Escolástica Maria Franco, consta que a gleba contém “metade de uma casa e pasto no dito bairro do Couto” (Livro do Tombo nº 1 de Morungaba, 1893, p. 4).

Com base nas informações levantadas, podemos supor que a população do bairro do Couto, pertencente à freguesia da vila de Nova Bragança, se estendeu até o local onde mais tarde seria fundado o núcleo urbano de Morungaba. E, posteriormente, no ano da elevação do bairro do Atibaia (Itatiba) à condição de freguesia (1830), devido ao fato de parte das terras do bairro em questão estarem mais próximas da nova freguesia, parte do bairro do Couto foi cedida pela vila de Nova Bragança, incorporando-se à paróquia de Nossa Senhora do Belém.

O Mapa de população do bairro do Couto, de 1805, localizado no Arquivo Ultramarino, mostra que, em quase dez anos, houve um crescimento populacional significativo, passando de 250 habitantes, em 1796, para 1203 habitantes (Figura 36). Nesse momento, também vemos que o nome do capitão do bairro era Lourenço Antonio Leme.

*Mapa da População do Bairro do Couto de que
 he Capitão Lourenço Antonio Leme extrahido das Listas Gerais
 de Anno de 1805*

<i>Indios</i>	<i>Brancos</i>	<i>Pretos</i>	<i>Pardos</i>	<i>Total</i>
<i>207</i>	<i>754</i>	<i>51</i>	<i>398</i>	<i>1203</i>



Figura 36 – Mapa da população do Bairro do Couto da vila de Nova Bragança, em 1805. Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino. Acervo do Projeto Resgate. (APESP, 1805).

O nome Lourenço Antônio Leme é citado como antigo proprietário em quatro registros paroquiais de terras de Belém de Jundiá no bairro do Couto. O então capitão do bairro do Couto e sua esposa, Ana Jacinta de Oliveira, aparecem nas declarações: nº 44, de Aleixo José de Godoi; nº 46, de Elias de Godoi Moreira; nº 68 e 69, de Anna Miquelina Dutra; e nº 130, de Antônio Soares Muniz⁵⁴. Dentre essas terras declaradas, três possuem nome no registro: a fazenda da Cachoeira e a do Jaguari, declaradas como propriedade de Anna Miquelina Dutra, e a fazenda do Pinheirinho, propriedade de Antonio Soares Muniz.

⁵⁴ As terras foram passadas por herança e parte por compra, não conseguimos estabelecer qual a relação de parentesco de Antônio Soares Muniz com Lourenço Antonio Leme.

Para analisar o número de fogos existentes no bairro, consultamos as Listas Nominativas da vila de Nova Bragança referentes aos anos anteriores e posteriores à elevação do bairro do Atibaia à condição de freguesia, a fim de verificar uma possível perda de domicílios. No ano de 1830, ano em que o bairro do Atibaia foi elevado a condição de freguesia, o bairro do Couto na vila de Bragança foi declarado contendo 171 domicílios.

No ano de 1829, o bairro do Couto, pertencente à vila de Nova Bragança, possuía 178 domicílios, uma diferença de sete domicílios em relação a 1830, entretanto, a diferença não é significativa. Também pretendíamos promover a comparação com as listas dos anos posteriores a 1830; porém, as Listas Nominativas da vila de Nova Bragança, referentes a 1835 e 1836, não arrolam os moradores por bairros, apenas por quarteirões, o que dificulta a identificação do local. Contudo, com base nas informações apresentadas em outros documentos, podemos afirmar que parte da população do bairro do Couto foi incorporada à freguesia de Belém de Jundiá na primeira metade do século XIX.

Além do bairro do Couto, na metade do século XIX, nos Registros Paroquiais de Terras, consta a citação de cinco bairros rurais no território compreendido por Morungaba, ou próximo a ele, sendo eles: Feital, Jaguari, Lopes, Posse e Pereiras. Dentre esses bairros, há algumas permanências, como a do bairro Feital, ainda de caráter rural, em Morungaba.

Além dos bairros identificados a partir do Registro Paroquial de Terras, localizamos em um ofício da Câmara Municipal de 1885, uma nomeação de inspetores de caminhos de sacramento do município. Essa nomeação, além de mencionar o bairro do Couto, também menciona os bairros do Brumado e do Silvas, localizados no mapa da CGGSP.

A câmara resolveu em sessão de hoje que fossem nomeados inspetores de caminhos do sacramento deste município os senhores: - Manoel da Silveira Franco Damasio para o **bairro do Brumado**, Ezequiel de Faria para o do Morro, Francisco Elias de Godoy Moreira para o do **Couto**, José Soares de Camargo para o do **Silvas**, José Mariano para o do **Feital**, Joaquim Antônio de Camargo para o do Morro Azul. Lourenço Alves Cardoso para o dos Pereiras, Antônio Franco do Amaral para o dos Lopes, Lourenço Elias de Godoy Moreira para os do Barreiro e Moenda, Miguel da Silveira Franco

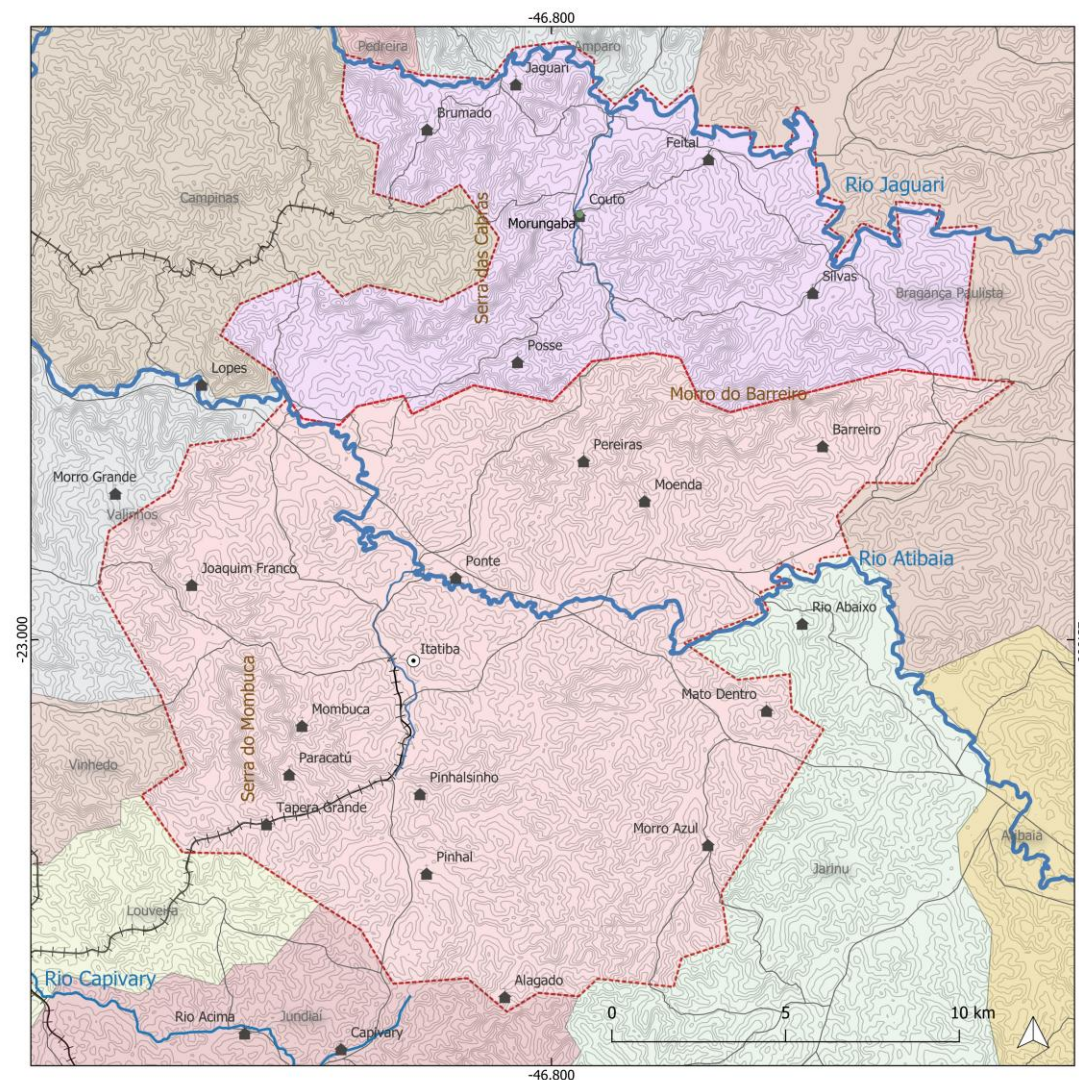
Alves para o da Tapera Grande, Carmilho José do Amaral para o do Pinhal, Joaquim Franco de Camargo para o de Joaquim Franco, Capitão Sergio Seraphim Passos para o do Jardim, Joaquim José de Araújo para o do Mombuca e José Franco para o da Posse. (Livro de atas nº5 da Câmara Municipal de Itatiba, 1885, p. 98, grifo nosso)

Em 1885, Itatiba já havia se tornado um município, com os bairros: Brumado, Morro, Couto, Silvas, Feital, Morro Azul, Pereiras, Lopes, Barreiro, Moenda, Tapera Grande, Pinhal, do Joaquim Franco, Jardim Mombuca e Posse. Dessa forma, próximo ao momento da gênese urbana de Morungaba, conforme o georreferenciamento desses locais, o território hoje compreendido por Morungaba possuía os seguintes bairros: do Couto, Feital, Brumado, Silvas e Jaguari. No mapa, decidimos também demarcar o bairro da Posse, pois no processo de georreferenciamento, devido ao levantamento de campo, sabemos que o caminho indicado pela placa “bairro da Posse” (Figura 23), leva à Fazenda Santa Bárbara - dentro dos limites administrativos atuais de Morungaba - e que, no caminho, é o único remanescente construído mais antigo que ainda permanece.

Como conclusões parciais, podemos dizer que o núcleo urbano de Morungaba se formou a partir do bairro rural denominado Couto, citado pela primeira vez nas Listas Nominativas da freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguary (Bragança Paulista) em 1796, um ano antes de esta ser elevada à condição de vila. Os demais bairros, como, até o momento, não há citação mais antiga, supomos que foram sendo formados ao longo do século XIX.

BAIRROS RURAIS CITADOS NO TERRITÓRIO ATUALMENTE COMPREENDIDO POR MORUNGABA-SP					
Couto (1796)	Posse (1855-57)	Feital (1855-57)	Jaguari (1855-57)	Brumado (1885)	Silvas (1885)
Data referente a primeira menção do bairro encontrada nos documentos.					

Figura 37 - Quadro demonstrativo dos bairros rurais citados no território atualmente compreendido por Morungaba-SP. Fonte: (Nunes, 2021); (APESP, Registros Paroquiais de Terras de Belém de Jundiá, 1855-57); (Livro de atas nº5 da Câmara Municipal de Itatiba, 1885). Elaboração da autora, 2025.



Bairros rurais citados no território de Itatiba e Morungaba-SP (1855-1885)

Sistema de Coordenadas Geográficas SIRGAS
2000 EPSG:4674
Elaboração da autora sobre base do IBGE
(1970-72) e da CGGSP (1900-1911) a partir de
várias fontes textuais e cartográficas.

Legenda:

- Cidades séc. XIX
- Sede atual do Município de Morungaba-SP
- Trecho rodoviário atual
- Rios
- Ribeirões
- ++ Ramal Ferroviário
- Limite Administrativo atual - Morungaba e Itatiba-SP

Figura 38 - Mapa dos bairros rurais citados no território de Itatiba e Morungaba-SP (1855-1885). Elaboração da autora no Qgis sobre base do IBGE (1970-72), da CGGSP (1905-1911), e da imagem de satélite. Fonte: (ACMSP, 1835); (APESP, 1855-57); (Câmara Municipal de Itatiba, 1885).

1.6. Questões sobre as definições dos limites do território de Itatiba e Morungaba no século XIX

No processo de leitura dos documentos, notamos uma certa divergência de interesses no estabelecimento das divisas, desde o momento em que Itatiba torna-se freguesia e sua paróquia é delimitada, até o período final do século XIX, quando as divisas da vila seriam consolidadas. Essa divergência ocorre principalmente nas divisas de Bragança Paulista e de Jundiaí. Segundo documentos encontrados no acervo histórico da Assembleia Legislativa de São Paulo, localizamos requerimentos solicitando o cumprimento das divisas estabelecidas entre Bragança Paulista e a vila de Belém de Jundiaí, o que reforça que os moradores de Belém não as estavam cumprindo. Em um requerimento de fevereiro de 1866, a Câmara de Bragança pede que suas divisas com a vila de Belém de Jundiaí, estabelecidas em 1829, sejam respeitadas:

As divisas entre a cidade de Bragança e a Vila do Bethlem de Jundiahhy ficão estabelecidas do modo seguinte: - Começando nos limites entre Atibaia, e Bragança seguira pelo rio Atibaia até a barra do ribeirão denominado de Cap. João Francisco, e d'esta em linha reta ao alto do morro do Jatahy, d'este á cabeceira do ribeirão Ximbé, por este até o rio Jaguary, seguindo por este abaixo até as divisas de Bragança, e Amparo. (ALESP, 1866, p. 6, id. 2380)

Contudo, apesar dos conflitos entre a vila de Belém de Jundiaí e Bragança Paulista, notamos que, em contrapartida, as divisas com o território de Campinas e Amparo eram, de certa forma, mais respeitadas. Supomos que isso ocorreu devido a questões relacionadas aos aspectos naturais do território. Todavia, já podemos supor que o rio Jaguari, que separa Morungaba de Amparo, e a Serra das Cabras, entre Morungaba e Campinas, foram determinantes na constituição de seus limites territoriais e que prevalecem atualmente.



Figura 39 – Rio Jaguari (nov. de 2024). Vista da ponte que conecta o município de Morungaba ao de Amparo, no caminho para o bairro da Areia Branca. Fonte: Acervo da autora.

Os requerimentos para a transferência de uma propriedade para outra paróquia limítrofe se intensificam no final do Império; contudo, há a primeira solicitação em abril de 1866, na qual é concedida a *José Penteado* a transferência de seu sítio, pertencente ao território de Belém de Jundiaí, para Campinas. Do mesmo modo, em 1874, há uma solicitação de *Júlio Cezar de Cerqueira Leite* para que mude seu sítio do município de Campinas para o de Belém de Jundiaí.

A vila de Belém de Jundiaí foi elevada à categoria de cidade em 1876, passando a se chamar Itatiba. Mesmo após ser elevada à cidade, as questões sobre as mudanças de divisas persistem. Em março de 1880, há um termo de fixação de divisas do município de Itatiba com o de Jundiaí:

A comissão de estatística examinou a representação de Jacintho Franco de Lima e outros moradores nos bairros do Jardim e Guatemy do Município de Jundiahy, que pedem passagem para o município de Itatiba, com alteração de divisas, e achando justas as razões apresentadas é de parecer que sejam atendidas, e por isso oferecem o seguinte (...) Principiando no Alagado, seguindo as divisas antigas entre Jundiahy e Itatiba até dar no sítio denominado – Tapera Grande e fazenda do Paraíso, e d’ahi seguindo pelas divisas das terras da mesma fazenda até dar no espigão do Jardim com o Monte-Alegre, e por este até encontrar o espigão do Guatemy que divide com

o Monte Alegre e Cachoeira e d'ahi até encontrar as divisas de Campinas. (ALESP, 1880, p. 2, id. 21114)

No ano seguinte, há também, uma solicitação de três lavradores, que pedem que suas terras sejam passadas da Freguesia do Campo Largo (atual Jarinu), então parte do Município de Atibaia para o Município de Itatiba, sob justificativa de que os ditos proprietários de terras *Joaquim Antonio de Camargo*, *Quirino Carlos de Camargo*, e *Francisco Franco Penteado*, pelo fato de possuíram casa de morada no núcleo urbano de Itatiba, e também da distância entre suas terras e Itatiba ser menor (9 quilômetros), do que a de Atibaia (30 quilômetros), solicitam que a divisa seja revista incorporando suas terras a Itatiba. Em 1889, o proprietário de terras *José Affonso de Oliveira Fagundes* solicita que sua fazenda denominada Champirra, localizada no bairro do Mato Dentro seja transferida do município de Itatiba para o de Jundiaí. Ao analisar as solicitações feitas à Assembleia Provincial e depois à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, notamos o conflito de interesses locais que culminou na alteração das divisas do município de Itatiba, com as cidades limítrofes.

No mapa do município de Itatiba de 1938 (Figura 40), observa-se que seus limites administrativos se apoiam, em grande parte, em elementos do sítio natural, como os espigões das serras — passando pelo Morro Azul, Serra do Jardim, dos Cocaís e das Cabras — e pelos vales formados nas divisas dos rios Atibaia, Jaguari e demais ribeirões. Verificamos que as divisas territoriais eram mais imprecisas nos trechos em que não havia um elemento físico marcante, como um rio ou uma serra, que servisse de obstáculo natural de delimitação.



Figura 40 – Trecho do Mapa do Município de Itatiba elaborado pelo Instituto Geográfico e Geológico no decreto-lei nacional nº311 de 2 de março de 1938. Escala 1:100.000. No mapa observamos alguns dos bairros das divisas do município, citados nos arquivos da ALESP, também é evidente o destaque para o fator geológico, como a linha que delimita o município baseada no divisor de água das serras e morros do território. Fonte: Arquivo Municipal de Itatiba "Norberto Carride". Consulta em: 16 mai. de 2024. Editado pela autora, 2025.

1.7. Da condição de bairro rural “dos Mansos” à doação de terras ao patrimônio religioso e construção da capela dedicada à Nossa Senhora da Conceição

Não se sabe em qual momento o bairro do Couto, no território do que viria a ser Morungaba, deixou de ter essa denominação e passou a ser chamado de bairro dos Mansos ou Barra Mansa. O nome “Bairro dos Mansos” é citado pela primeira vez em 1891, antes da capela de Nossa Senhora da Conceição ser elevada à condição de capela curada. Já o nome “Barra Mansa” aparece bem antes em um requerimento da Câmara Municipal de Itatiba de 1878.

A discussão desse subcapítulo baseia-se nas informações levantadas no livro do tombo nº 1 da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Morungaba. Dessa forma, é importante esclarecer que, até o período de transição do Império para a República, “a igreja esteve ligada ao Estado” e, como consequência, fortemente ligada à consolidação da rede urbana do território brasileiro (Marx, 1991, p. 17).

O livro do tombo de nº 1 da Paróquia de Morungaba (1893-1924), se inicia sob o título “história”, quando, no ano de 1888, os ditos moradores do “Bairro dos Mansos” denominados Joaquim Pereira Cardoso e sua esposa Constância Maria Cardoso tiveram intenção de erguer uma capela em suas terras, para abrigar uma imagem de Nossa Senhora da Conceição, recém trazida da cidade do Porto, em Portugal.

A capela, que supomos ser pequena, foi benzida em agosto de 1889 pelo Reverendo Padre Pinheiro, da Paróquia do Cambucy. Segundo as declarações do livro, a imagem da santa havia sido primeiramente benzida em um altar improvisado na residência de Joaquim Pereira Cardoso e, posteriormente, levada à nova capela.

Contudo, temos vagas referências sobre a capela pertencente a Joaquim Pereira Cardoso, que teria sido construída antes do processo de doação de terras ao patrimônio religioso. Nos requerimentos de 15 de abril de 1878, no livro de atas nº 3 da Câmara de Itatiba, encontramos um trecho em que Joaquim Pereira Cardoso solicita que parte do imposto recolhido das festas seja revertida em benefício da capela de Conceição de Barra Mansa.

De Francisco Martins de Almeida Guimarães, pedimos pagamento de cem mil reis, quantia pela qual fez cessão de ambos – deferido. De Miguel Aearmy, pedindo concessão de um terreno – á comissões de obras públicas; **De Joaquim Pereira Cardoso, pedindo sessenta em benefício da Capela de Conceição de Barra Mansa o produto das multas que se colherem durante as próximas festas – ficar sobre a mesa e depois for indeferido;** De Antônio Amalfi pedindo reavaliação do despacho de uma petição anterior – a comissão permanente; (Livro de atas nº3 da Câmara Municipal de Itatiba, 1867-1878, p. 172, grifo nosso)

A partir dessa menção à capela de Joaquim Pereira Cardoso, sabemos que, em 1878, já havia a capela mencionada no livro do tombo da paróquia; ou seja, a construção da capela é anterior à data de 1888 apresentada no livro. Também já temos uma referência mais antiga ao nome de Barra Mansa.

Em 24 de abril de 1891, o Bairro dos Mansos é elevado a Distrito de Paz e, no ano seguinte, em 06 de agosto de 1892, o Bispo D. Lins estabelece um curato na referida capela, que está dependente da Paróquia de Itatiba. O vigário Genaro di Rago foi nomeado para proferir os ritos religiosos.

A partir dos documentos consultados, sabemos que o patrimônio religioso doado para a construção da igreja matriz de Morungaba não foi realizado por Joaquim Pereira Cardoso, mas por João Rodrigues Leme e sua esposa, Escolástica Maria das Dores Franco. Podemos então afirmar que houve uma capela curada anterior ao processo de doação de terras para o patrimônio da igreja, no entanto, não sabemos sua localização exata.

Apesar de não comprovada por fontes documentais, temos o seguinte relato sobre uma capela da memorialista Maria Ferraz Sangiorgi, que também faz parte da tradição oral da cidade:

No tempo em que Morungaba ainda era um agrupamento de casas de sapé e se chamava Bairro dos Mansos, ainda não tinha igreja. Só havia uma capelinha no local onde hoje é a residência do Sr. Vitor Frare. O capelão do bairro era Inácio Rodrigues Leme, frequentemente “puxava” o terço e fazia “rezas” acompanhado pelos devotos. (Sangiorgi, 1962, p. 93)

O local mencionado como residência pertencente a Vitor Frare corresponde atualmente à Rua São Judas Tadeu nº 50. Sabemos disso, pois a casa ainda está na

mesma família. Notamos que o local mencionado, possivelmente a capela, está próximo à matriz atual de Morungaba. Contudo, por não encontrar menção a essa primeira capela em fontes primárias, resta-nos supor sua localização. Desse modo, permanece em aberto a possibilidade de estudos futuros sobre sua real localização.

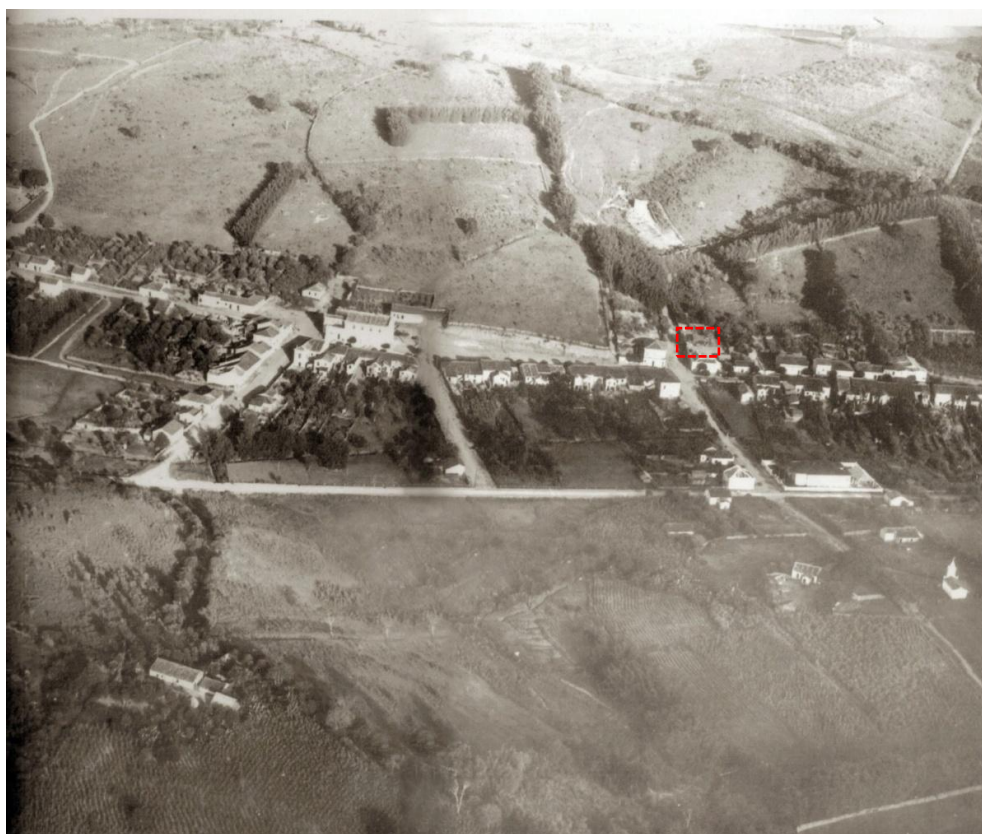


Figura 41 – Foto aérea oblíqua de Morungaba em 1940. Instituto Geográfico e Cartográfico. Em vermelho, destacamos o local mencionado pela memorialista. Fonte: acervo da Prefeitura Municipal de Morungaba.

1.7.1. Constituição do patrimônio religioso da capela de Nossa Senhora da Conceição de Barra Mansa

Para compreender a gênese urbana no Brasil, é fundamental considerar o patrimônio religioso, que integrou o processo fundiário brasileiro desde o período colonial até a instalação da República (Marx, 1991, p. 31).

Os patrimônios religiosos surgiram discreta e timidamente por toda a parte e talvez por isso permaneçam esquecidos ou desprezados em nossos poucos

estudos sobre a evolução urbana. Eram porções de terra doadas nominalmente a uma devoção, a um santo padroeiro. Passam a constituir um patrimônio desse orago, de sua capela, administrado por uma entidade que devia merecer a autorização da Igreja e obedecer também aos preceitos das Ordenações do Reino, controlados pelas autoridades judiciárias. (Marx, 1991, p. 39)

Segundo Abreu (2014, p. 290), o surgimento dos patrimônios religiosos também estava atrelado à existência de muitos colonos sem-terra, estes que geralmente arrendavam a terra e as benfeitorias de um senhor. Desse modo, os patrimônios surgiram para que essa população pudesse fixar residência em sua própria terra.

Segundo Marx (1991, p. 38), compreende-se que essas residências não surgiam em terra sem dono; os patrimônios constituíam uma porção de terras doadas por um senhor a um santo. No caso do bairro dos Mansos, o patrimônio religioso foi doado por João Rodrigues Leme e sua esposa após o falecimento do casal, conforme estipulado em testamento.

A terra, alguma outra dotação em bens móveis, víveres ou dinheiro representavam o dote inicial, e por vezes periódico, do santo predileto, transformado em orago da nova capela. Propiciavam, assim, as condições para a construção do templo, para sua manutenção e reparo, para seu equipamento litúrgico e funcionamento efetivo. Em troca, os fundadores do patrimônio, os que tornavam possível a existência da capela, obtinham atenções especiais para si e para os seus em termos espirituais, como missas após a morte. (Marx, 1991, p. 39)

O patrimônio de Nossa Senhora da Conceição de Barra Mansa foi doado em 20 de março de 1893, após a primeira capela ser elevada a capela curada.

Diz João Dias Aranha, testamenteiro dos finados João Rodrigues Leme e sua mulher Escolástica Maria das Dores, que em virtude de doação de seus bens feita por instrumento público de escritura de testamento para constituir o patrimônio da Capella de Nossa Senhora da Conceição, que se acha fundada no bairro do Couto, intitulada com o nome de Barra-Mança; portanto, digo pertencente ao município de Itatiba; portanto respeitosamente requer a V. Exa. Revma. Se Digue mandar proceder as diligencias Canonicas para a constituição do patrimônio da dita Capella. (ACMSP, 1892, p. 98, cota 1-2-7)

Também foi possível encontrar a descrição dos limites da gleba doada ao patrimônio, conforme a escritura de venda das terras de Antônio Rodrigues Leme e

Maria de Brito Leme a João Rodrigues Leme, contendo uma casa e outras benfeitorias. No documento, consta que esse terreno, que “se acha em pasto”, teria mais ou menos de quatro a cinco alqueires (medida antiga) e que se encontra devidamente cercado. Segundo a descrição do registro de compra e venda, os limites desse terreno contendo uma casa, um paiol e pastos valados eram os seguintes:

(...) sendo senhores e possuidores de uma casa pastos valados, um paiol e dos terrenos que dividem pela forma seguinte: dividindo pelo pasto pertencente a João Alves por vallos, seguindo o mesmo vallo até encontrar vallos que rodeam o pasto até dar em um caraguatá descendo até dar no ribeirão e por este descia até dar em um brejo que sobe de canto da casa dos compradores e deste lugar acima até dar nos vallos do dito João Alves, a qual casa e benfeitorias e terreno como vendido tem a João Rodrigues Leme pela quantia de novecentos e cinquenta mil reis (...) (ACMSP, 1893, cota 1-2-7, p. 114v)

Na descrição das benfeitorias, não há menção à capela; assim, podemos supor que a primeira capela de Morungaba, curada em 1892, não estava no terreno doado ao patrimônio da igreja, onde posteriormente seriam iniciadas as obras da nova capela.

Devido às vagas descrições sobre os limites do terreno doado, não foi possível uma tentativa de espacialização na cartografia; contudo, no trecho da descrição há menção de que o terreno confronta o pasto de João Alves. A fazenda de João Alves Cardoso foi localizada no mapa de CGGSP de 1911, e, na Figura 42, vemos que a fazenda de João Alves se encontra próxima ao núcleo urbano de Morungaba.



Figura 42 – Trecho do Mapa da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo. Folha de Campinas (1911). Em destaque, vemos o nome de João Alves, indicando a localização de sua fazenda. Fonte: (APESP, 1911).

Após a reconstituição da genealogia dos doadores do patrimônio religioso (Apêndice 1), foi possível identificar um parentesco registrado no *Registro Paroquial de Terras* de Belém de Jundiá. Sabe-se que os doadores do patrimônio da capela do bairro dos Mansos foram João Rodrigues Leme e sua esposa, Escolástica Maria das Dores. A análise dos nomes de seus ancestrais permitiu localizar Manuel Rodrigues Leme no registro de terras n.º 152 da referida freguesia.

No registro n.º 152, de 1856, os declarantes — Antonio Rodrigues Leme, Joaquina de Brito Leme, Antonio Rodrigues da Silveira e Maria da Silva Franco — informam possuir terras herdadas de seus pais, Manuel Rodrigues Leme e Josefa Maria dos Santos. A propriedade é descrita como um sítio localizado no bairro do Couto. De acordo com informações constantes no documento do ACMSP, Antonio Rodrigues Leme transmitiu, por herança, parte dessas terras a seu filho, João Rodrigues Leme.

Na elaboração da genealogia da família de Manuel Rodrigues Leme, identificou-se uma relação familiar com Joaquim Pereira Cardoso: sua esposa, Constância Maria Cardoso, é neta de Manuel Rodrigues Leme (Apêndice 2). O nome de Manuel Rodrigues Leme é particularmente relevante, pois a tradição oral de Morungaba o reconhece como fundador da povoação. Diante dessas informações, procedeu-se à transcrição do registro para compreender, espacialmente, a localização das terras mencionadas.

Os abaixo assinados, são senhores, e possuidores de hum sítio de terras de (ilegível), no **bairro do Coto**, distrito d'esta freguezia de Bellem. Seus limites são os seguintes. A divisa principia na beira do tanque em um espigão mais alto segue por ele acima até a **serra**, segue pelo (ilegível) da serra espigão sempre; até outro espigão, este divide com D. **Anna Miquelina Dutra e Francisco Lourenço da Rocha** e D. Joaquina Franco de Oliveira; d'ahi segue outro espigão cercando sempre as cabeceiras d'este lado, até o canto do sítio de **Elias de Godoi Moreira**, este divide com Joaquim Pereira Penteado, segue o espigão da mesma fronteira, até o canto que fronteia a cabeceira do córrego do Cafuiquicé, divide com Elias de Godoi Moreira, d'ahi desce pelo córrego do cafuiquicé abaixo, até a **barra do ribeirão**, sobre o ribeirão, até huma cerca de Caraguatá, que tem entremeio das duas moradas de casas, de Antonio José da Silva, e Maria da Silva Franco, segue o caraguatá até a estrada, d'ahi desce pela estrada até o **córrego do lambedor**, e subindo pelo córrego, até a **estrada a vila de Bragança**, este divide com Aleixo José de Godoi e D. **Anna Miquelina Dutra**, segue pela estrada até o primeiro espigão, segue pelo espigão abaixo até a beira do tanque, fronteando onde principiou. Este sítio possuímos por herança de nossos finados pais, Manoel Rodrigues Lemes, e Josefa Maria dos Santos e confina com primos a Francisco Antonio Lemes, a Joaquim do Amaral, com elle e sua mulher. Bellem, 23 de junho de 1856. Luciano José Lemes, (ilegível) Antonio Rodrigues Lemes, Je. Francisco Lemes, Joaquina de Brito Lemes; Antonio Rodrigues da Silveira e Maria da Silva Franco, João Francisco Lemes. O vigário Gaudencio Antonio de Campos. (RPT de Belém de Jundiá, APESP, 1856, pp. 72-72v, grifo nosso).

A partir dessa descrição, notamos algumas referências que permitem uma hipótese de espacialização desse sítio. Contudo, reforçamos que a declaração dessas terras ocorreu em 1856, já a doação para o patrimônio de Nossa Senhora da Conceição de Barra Mansa ocorreu trinta e sete anos após o registro. Devido à numerosidade da família, supõe-se que a terra tenha sido subdividida entre mais herdeiros. Consideramos que as terras doadas estejam contempladas na descrição do registro nº 152 (Figura 43).

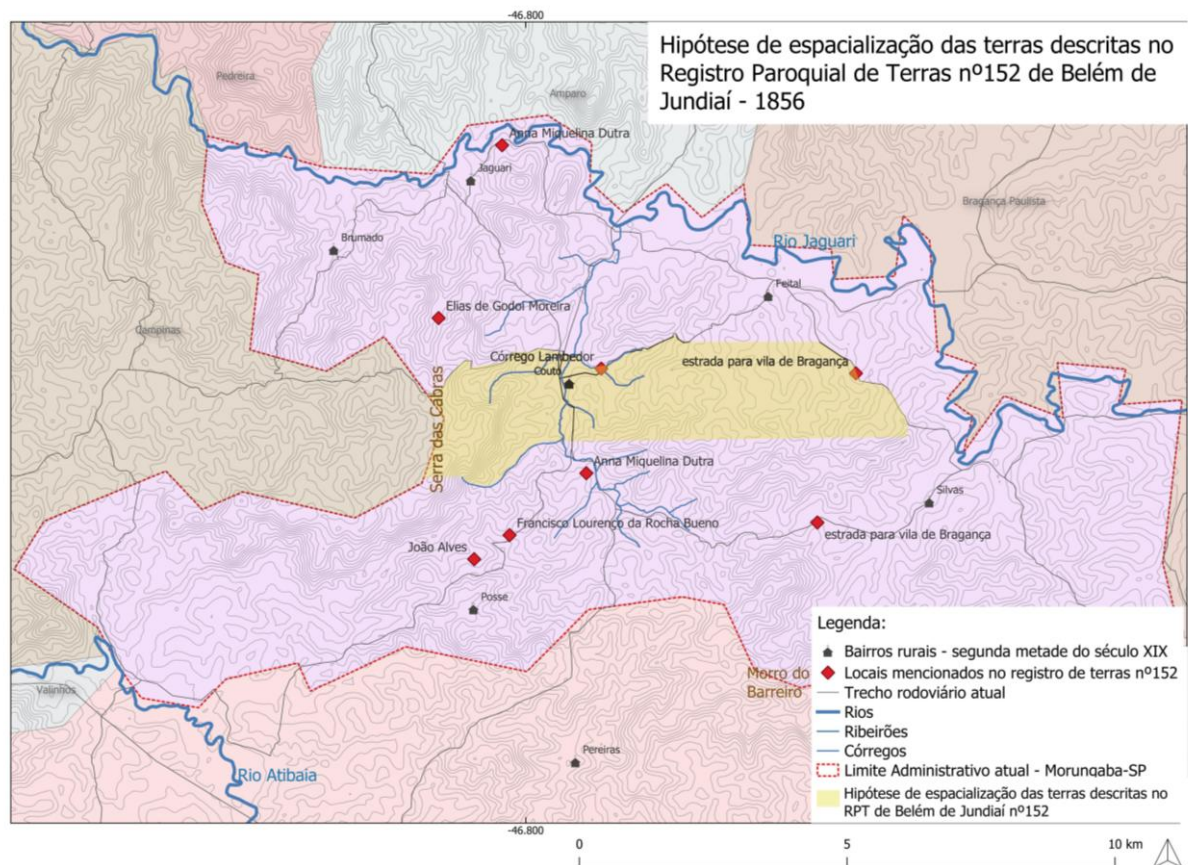


Figura 43 – Hipótese de espacialização das terras descritas no Registro Paroquial de Terras de Belém de Jundiá nº 152. Fonte: Elaboração da autora no Qgis sobre base do IBGE (1970-72), da CGGSP (1905-1911), da imagem de satélite e do mapa da Macrozona do Plano Diretor de Morungaba/SP (2006).

Dos locais mencionados no registro, foi possível encontrar na cartografia os proprietários de terra: Anna Miquelina Dutra, proprietária das fazendas Santa Ana e Jaguari, Elias de Godoi Moreira, proprietário da fazenda São Bento no bairro rural do Brumado, Francisco da Rocha Bueno, proprietário da fazenda Boa Vista e João Alves Cardoso, cuja propriedade não sabemos o nome, mas consta na cartografia da CGGSP. Ademais, localizamos o córrego do Lambedor, cujo bairro ao redor do córrego ainda preserva esse nome e consta no mapa da Macrozona de Morungaba (2006). A estrada mencionada para a vila de Bragança também foi demarcada em dois trechos possíveis. Além disso, a serra mencionada supõe-se ser a Serra das Cabras.

Como o registro n.º 152 do RPT de Belém de Jundiá é o único no qual foi possível identificar um parentesco direto com os doadores das terras destinadas ao

patrimônio de Nossa Senhora da Conceição, supõe-se que a área doada integrava a gleba maior descrita pelos herdeiros de Manuel Rodrigues Leme. Essa hipótese se fortalece ao espacializar as terras mencionadas no registro: a localização do córrego denominado Lambedor evidencia a proximidade com o sítio que, posteriormente, seria doado para a construção da nova capela.

1.7.2. *Construção da nova capela dedicada à Nossa Senhora da Conceição no bairro dos Mansos*

Mais tarde, as terras doadas ao patrimônio religioso possibilitariam a construção do templo para atender à comunidade e, além do espaço do templo, era recomendado um espaço externo para realizar as festas e atividades religiosas, formando o largo da igreja. Também era desejável que o terreno permitisse um contorno livre ao redor do templo (Marx, 1991, p. 40). Após a doação da gleba ao patrimônio religioso, em 4 de julho de 1895, foi estabelecida a comissão para as obras da igreja matriz.

(...) Fazemos saber que attendendo ao que nos representou o Revmo. Padre Bartholomeu Comunal, Vigário da Parochia de Itatiba: Havemos por bem pela presenta nomear uma commissão composta do mesmo Revdo. Vigário, como Presidente e dos senhores Major Francisco Bueno d'Aguiar, vice-presidente, major Gabriel Rodrigues de Castro, thesoureiro, Joaquim Pereira Cardozo, segundo secretario, Eleutério Alves Cardozo, segundo secretario, e Alferes Paulino Amalfi para se incumbirem da direção e administração das obras da Capella de Conceição de Barra Mansa, filial daquella matriz, fazendo-se tudo de comum acordo com o respectivo Parocho. (...) (Livro do Tombo de nº1 de Morungaba, 1895, p. 4v)

A comissão para a construção da capela foi liderada pelo vigário da paróquia de Itatiba, Bartholomeu Comunal, e contava com proprietários de terra locais, como o Major Francisco Bueno de Aguiar, proprietário da Fazenda Santa Leopoldina, e Eleutério Alves Cardoso, proprietário da Fazenda Pereiras. As obras da igreja iniciaram-se após 24 de fevereiro de 1896, quando os requerentes da nova capela receberam a autorização para a construção.

(...) Havemos por bem, pela presente, conceder licença, para que na referida Parochia se possa erigir uma Capella, sob a invocação de N. S. da Conceição

de Barra Mansa, filial aquella Matriz, contando que seja em lugar alto, livre de humidade, desviado quanto possível dos lugares immundos e casas particulares, e que tenha ambito em roda para andarem procissões, devendo ser o local para tal fundação designada pelo Revdo. Padre Parocho respectivo a quem auctorizamos para benzer a primeira pedra do edificio na forma Ritual Romano. Na mesma Capella não se poderão celebrar os officios divinos, sem nova provisão nossa precedendo informação parochial de achar-se ella provida de paramentos, alfaias precisas e habitadas com o competente Patrimonio. Esta será apresentada ao Revdo. Parocho d'aquella Igreja, que a registrara integralmente no livro do tombo da Matriz, para a todo tempo constar. (Livro do Tombo de nº1, 1896, p. 5, grifo nosso)

A construção da nova capela (Figura 44), filial da matriz de Itatiba, teve início em 1896, com algumas recomendações do bispo da Diocese de São Paulo. Essas diretrizes exercidas pela Igreja Católica demonstram uma intenção de ordenamento da gênese urbana, ligada à construção da capela e seu largo.



Figura 44 - Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição de Morungaba-SP. Sem data. Fonte: Grupo do Facebook intitulado “Morungaba antiga: Resgate da história através de fotos e fatos”. Disponível em: MORUNGABA ANTIGA: RESGATE DA HISTÓRIA ATRAVÉS DE FOTOS E FATOS. | Grupos | Facebook. Acesso em 14 nov. de 2025.

Nesse sentido, Marx (1991, p. 40) nos aponta que, para se garantir o rendimento do templo, seriam oferecidas datas de terra aos interessados em habitar próximo à igreja e, dessa forma, garantiam não somente a renda do templo, mas a formação de uma comunidade ao entorno da igreja “que justificasse não só sua construção, como sua manutenção e visita periódica por um cura, atendendo à exigência apontada na constituição 693 do arcebispado de que nunca fossem erguidos ‘em lugares ermos, e despovoados’”.

Após a conclusão das obras da capela, em 24 de agosto de 1898, Conceição de Barra Mansa é elevada à condição de freguesia em Itatiba. No livro do Tombo, consta que “fica instituída no território da capela curada de Conceição de Barra Mansa uma nova paróquia”. Desse modo, o novo templo recebeu o título de Igreja Matriz (Figura 44).

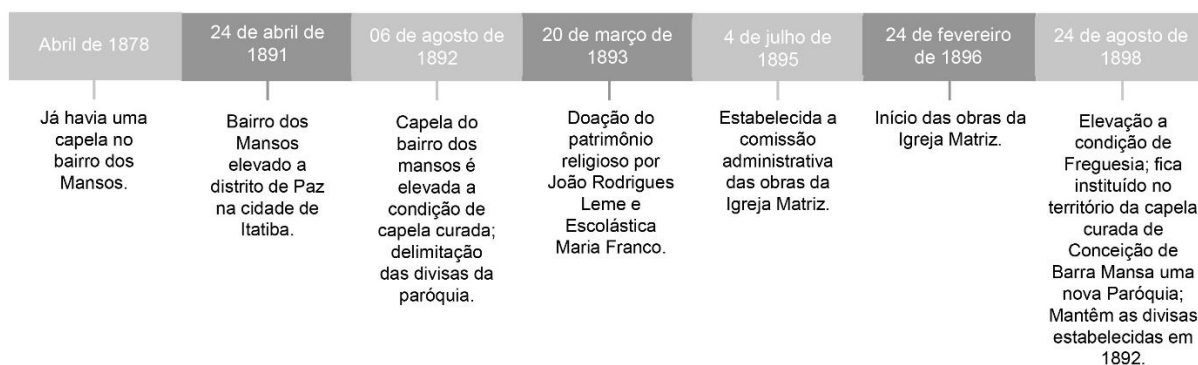


Figura 45 – Linha do tempo da constituição da paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Barra Mansa. Fonte: Livro do Tombo nº 1 da Paróquia de Morungaba-SP e ACMSP. Elaborado pela autora, 2025.

Após Conceição de Barra Mansa ser elevada à condição de freguesia, definem-se os limites da nova paróquia, mantendo-se as divisas estipuladas em 1892.

(...) pela presente portaria erijo e canonicamente instituído no território da Capella Curada de Conceição de Barra Mansa, uma nova Parochia, que se denominará de Conceição da Barra Mansa cuja linha divisória é a seguinte: a Princípio na terra do cafetal de João de Paiva Baracho, Estanislau Ferreira de Camargo Andrade e João Alves Cardoso, á rumo direito no moinho do Snr. Baracho pelo cafetal do mesmo até o espigão do cafetal do Snr. Paulino de Lima e depois pelo mesmo espigão do cafetal de João Alves Cardozo, até as

divisas com Lourenço Antonio da Silveira e Barão de Ibitinga pelo mesmo espigão da posse acima dividindo com Lourenço Antonio da Silveira e Eleutério Alves Cardoso, seguindo pelo espigão e dividindo com Lourenço Antonio da Silveira até o espigão do cafetal de João de Almeida Cezar, á rumo direito ao cafetal de João Soares de Camargo e Manoel da Silveira Franco Damasio; e seguindo pelo espigão, dividindo com José Manoel Leite e Rodrigo Franco de Godoy á rumo direito ao ribeirão da divisa de Bragança com Itatiba, seguindo pelo ribeirão abaixo até o rio Jaguary abaixo até a fazenda de José Alves da Assumpção e subindo que divide Campinas de Itatiba até o espigão da Fazenda Villela, procurando o espigão das Cabras, e seguindo pelo mesmo espigão até onde teve seu princípio. (Livro do Tombo de nº1 de Morungaba, 1898, pp. 6 e 6v)

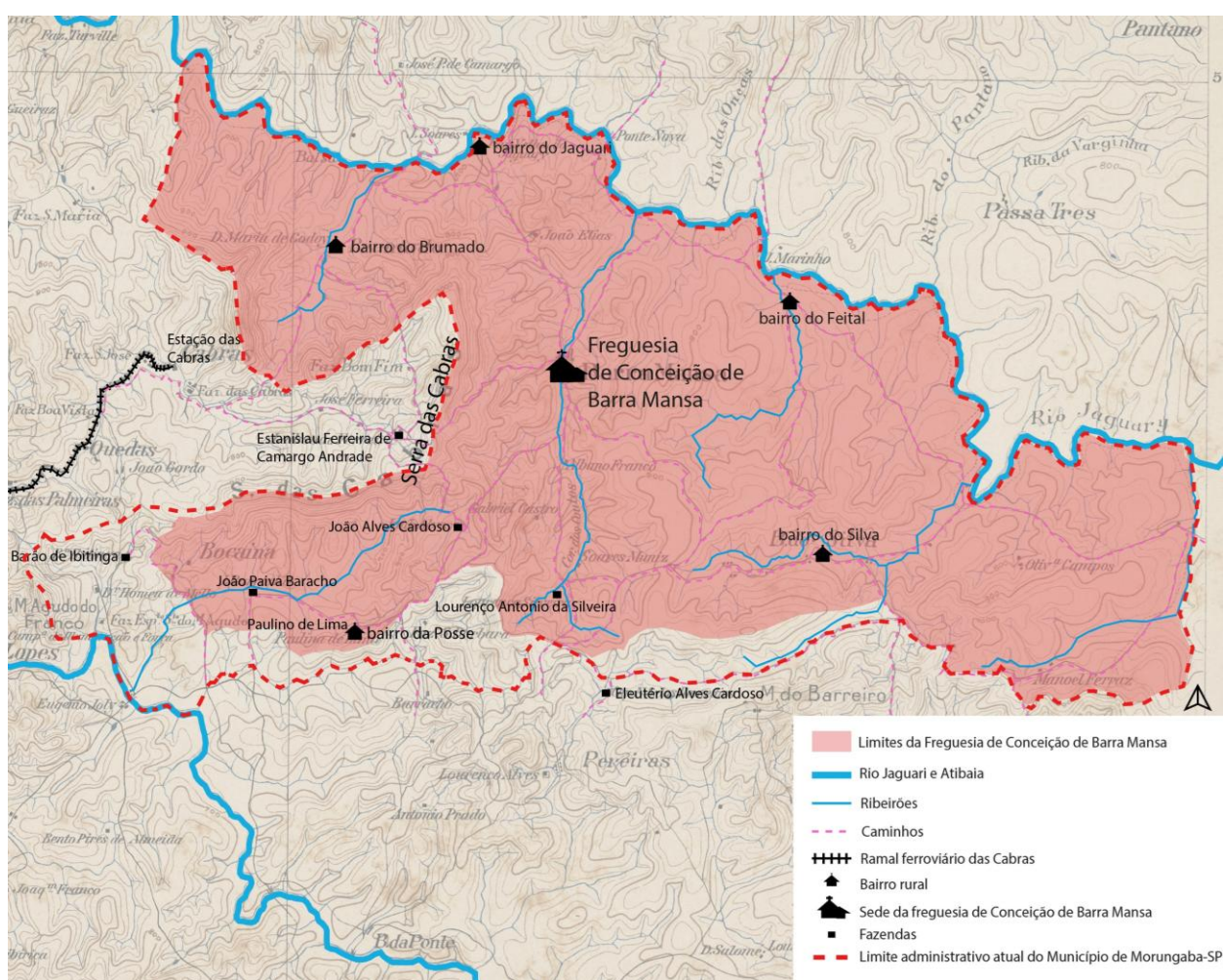


Figura 46 – Hipótese de espacialização do território da Freguesia de Conceição de Barra Mansa de acordo com a descrição dos limites da Paróquia no livro do Tombo. Elaboração sobre a base da CGGSP (1911), folha de Campinas. Localizamos na cartografia os nomes dos proprietários de fazendas cafeicultoras mencionadas no trecho: João Alves Cardoso, Estanislau Ferreira de Camargo Andrade, Barão de Ibitinga (Joaquim Ferreira de Camargo Andrade), João Paiva Baracho, Paulino de Lima (Faz. Santa Barbara), Lourenço Antonio da Silveira, e Eleutério Alves Cardoso (Faz. Pereiras). Fonte: Elaboração da autora, 2025.

A partir da descrição dos limites da Freguesia de Conceição de Barra Mansa em 1898, propomos uma tentativa de espacialização com base na cartografia da CGGSP de 1911 (Figura 46). No trecho da descrição dos limites, nota-se que as divisas quase sempre foram determinadas pelas condicionantes naturais do terreno. Como a Serra das Cabras, o rio Jaguari e os ribeirões. Vemos que as divisas estipuladas em 1898 se assemelham muito às atuais.

A partir dessa descrição, também é possível delinear o cenário fundiário vigente quando o bairro dos Mansos é elevado à condição de freguesia. No entorno do terreno doado ao patrimônio de Nossa Senhora da Conceição, observam-se propriedades rurais produtoras de café, que se estendem ao redor de um núcleo urbano ainda incipiente.

Assim como ocorreu em diversas cidades brasileiras fundadas a partir da criação de uma capela, o núcleo urbano de Morungaba desenvolveu-se em torno da doação de terreno por João Rodrigues Leme e sua esposa, após a definição do local da capela, curada pela alta hierarquia eclesiástica, conforme as normas vigentes no período colonial. A construção da capela orientou, então, o traçado ao seu redor, criando as condições para o surgimento das primeiras edificações e conformando a gênese urbana.

Nesse período, a rede urbana na qual a freguesia de Conceição de Barra Mansa se inseria já era composta por cidades, vilas e distritos. Os núcleos mais próximos — Campinas, Bragança Paulista, Itatiba e Amparo — encontravam-se interligados por estradas de ferro em funcionamento (Figura 47), fortalecendo as conexões regionais e o papel da nova freguesia.



Figura 47 – Trecho do “Primeiro e único completo Mappa indicando a situação de Cidades, Villas e Districtos de Paz decretados até o fim do anno de 1897 do Estado de São Paulo”, organizado por Canuto Thorman em 1898. Vemos o local “Barra Mansa” demarcado com distrito de paz. Em vermelho, a linha férrea. Fonte: APESP.

1.8. Considerações parciais

De acordo com as Listas Nominativas de habitantes consultadas, a área atualmente compreendida pelos municípios de Itatiba e Morungaba passou a ser povoada no final do século XVIII. Nesse período, essas localidades eram conhecidas, na condição de bairros rurais, como o bairro do Atibaia (Itatiba) e o bairro do Couto (Morungaba). A documentação analisada indica que, entre o final do século XVIII e o início do século XIX, foram concedidas cartas de sesmarias no território que hoje corresponde a Itatiba. Contudo, não foi possível localizar cartas de sesmarias que apresentassem referências toponímicas identificáveis nos atuais limites

administrativos de Morungaba. Dessa forma, a partir da análise dos documentos, considera-se que a primeira forma de ocupação da área estudada corresponde à constituição do bairro rural do Couto, que pertenceu ao termo da vila de Nova Bragança (atual Bragança Paulista).

A consolidação da rede urbana no entorno do território de estudo foi reflexo das políticas de incentivo à povoação da Capitania de São Paulo, iniciadas no governo do Morgado de Mateus (1765-1775). No final do século XVIII, os povoados formados ao norte da vila de Jundiaí a partir dos incentivos para reerguer a capitania, são elevados à categoria de vila. De modo geral, essas elevações contribuíram para a ampliação da rede urbana, que, aos poucos, por meio dos caminhos, iria se irradiar para a área compreendida atualmente por Itatiba/Morungaba.

Assim, no final do século XVIII, a área hoje composta pelos municípios de Itatiba e Morungaba encontrava-se organizada em bairros rurais vinculados aos termos das vilas de Jundiaí e de Nova Bragança, configurando um território ainda em disputa territorial. Ainda segundo as Listas Nominativas, observa-se que a origem da população que formou esses bairros rurais - mais especificamente a naturalidade do líder do domicílio - era majoritariamente da vila de São João do Atibaia, seguida pela vila de Jundiaí e, vila de Nova Bragança.

No início do século XIX, a população desses bairros rurais continuou crescendo. A partir de 1826, houve as primeiras solicitações para a elevação do bairro rural do Atibaia à condição de freguesia, o que se concretizou em 1830, com a criação da freguesia de Nossa Senhora do Belém de Jundiaí, vinculada ao termo da vila de Jundiaí. Nesse processo, foram definidos os limites da paróquia de Nossa Senhora do Belém, resultando na incorporação de parte do bairro do Couto - até então pertencente à vila de Nova Bragança - ao território da paróquia de Belém de Jundiaí. Nesse momento, a freguesia, que abrangia a área correspondente aos atuais limites administrativos de Morungaba, era composta por seis bairros: Couto, Pinhalzinho, Rio Abaixo, Capivary, Pinhal e Morro Azul, totalizando 2112 habitantes em 1835.

A partir da metade do século XIX, período próximo às solicitações de autonomia de Belém de Jundiáí em relação ao termo da vila de Jundiáí, 28 bairros rurais compunham a paróquia de Belém de Jundiáí. Com base no georreferenciamento histórico desses bairros, identificou-se que, além do bairro do Couto, outros três bairros - Posse, Feital e Jaguari - seriam posteriormente incorporados aos limites da paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Barra Mansa. Na segunda metade do século XIX, somam-se ainda os bairros do Brumado e do Silvas, mencionados na documentação relativa ao território que viria a constituir a paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Barra Mansa.

Em algum momento na segunda metade do século XIX, o bairro do Couto passou a ser denominado bairro dos Mansos ou Barra Mansa. Nesse contexto, seus moradores, Joaquim Pereira Cardoso e sua esposa, movidos pela devoção a Nossa Senhora da Conceição, construíram em suas terras uma capela inicial destinada a abrigar a imagem da santa, recém-trazida de Portugal. Essa capela recebeu um curato em 1893, todavia, a população local desejou uma capela maior e assistida regularmente por um vigário, de modo que atendesse às necessidades espirituais e civis da povoação.

A construção da nova capela teve início com a doação, por testamento, de um terreno por João Rodrigues Leme e sua esposa, que passou a integrar o patrimônio religioso de Nossa Senhora da Conceição. As terras doadas correspondiam a um desmembramento da propriedade anteriormente pertencente a Manoel Rodrigues Leme, avô do doador. Seguindo as determinações da Igreja Católica, o local para a nova capela foi escolhido e a construção foi iniciada em 1895. Três anos mais tarde, com a capela ainda em construção, o bairro rural do Couto/Mansos foi elevado à condição de freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Barra Mansa, o que constituiu a gênese urbana de Morungaba.



CAPÍTULO 2

O TERRITÓRIO DE MORUNGABA E SUA FORMA: CONDIÇÕES GEOGRÁFICAS, CAMINHOS E ORIGEM DO TRAÇADO URBANO

Este capítulo, a fim de complementar a discussão sobre a origem do núcleo urbano de Morungaba-SP, apoia-se, como método, no campo da morfologia urbana e tem como objetivo promover análises sobre a origem do núcleo urbano e da forma urbana desta cidade, considerando os aspectos econômicos e sociais que a moldaram. Nesse sentido, nos apoiamos no conceito de morfogênese apresentado por Conzen (2004), que foi discutido e aplicado no contexto brasileiro por Costa e Netto (2015). Na escala do território, nos apoiaremos na teoria territorial, conceito desenvolvido por Savério Muratori, que será discutido através do trabalho de Caniggia e Maffei (2001). A partir dos estudos desses autores, propomos caracterizar os principais aspectos do sítio natural e sua influência na formação das rotas, verificando como esses aspectos determinaram a escolha do local de construção da capela e a definição do traçado urbano. Entendemos que a gênese da forma urbana de Morungaba está relacionada à estrutura de rotas que conectam a rede de núcleos urbanos na qual a cidade se insere. Ademais, identificaremos os principais eixos das primeiras expansões urbanas.

2. O território de Morungaba e sua forma: condições geográficas, caminhos, e origem do traçado urbano

Neste capítulo, utilizamos o campo da morfologia urbana como método de análise do tecido urbano. O estudo da morfologia urbana corresponde ao estudo da forma da cidade e dos processos que a produziram, partindo do princípio de que a forma física é resultado das ações humanas sobre o ambiente. Assim, ao desvendar a forma, é possível compreender os processos que a originaram no passado (Costa; Netto, 2015, p. 31).

Considerando a permanência de diferentes períodos na paisagem, conforme discute Abreu (2014, p. 38), o espaço urbano funciona como suporte para as memórias dos indivíduos. No entanto, a cidade não constitui um conjunto homogêneo de vivências.

Coexistem então numa cidade, em qualquer momento do tempo, inúmeras memórias coletivas. Ao eternizarem-se em registros permanentes, essas memórias urbanas não perdem seu caráter específico, sua vinculação ao grupo ou classe que as produziu. Há algo mais a considerar. Nem todas as memórias coletivas urbanas conseguem ser registradas. Muitas se perderam no tempo, o que faz com que os vestígios do passado que subsistiram na paisagem ou nas instituições de memória sejam apenas fragmentos das memórias coletivas que a cidade produziu. E fragmentos muito especiais, pois estão geralmente ligados a estruturas de poder. (Abreu, 2014, p. 39)

Dessa forma, embora seja impossível recuperar integralmente as memórias de uma cidade, é viável identificar e resgatar parte delas, ainda que predominem aquelas vinculadas a grupos hegemônicos (Abreu, 2014, p. 39). Nesse contexto, a partir do campo da morfologia, é possível “exumar” referenciais urbanos do passado, como edifícios e caminhos, resgatando as antigas paisagens da cidade. Esse olhar permite compreender a evolução do plano urbano⁵⁵, desde a conversão da terra rural em terra urbana até o parcelamento desta em lotes progressivamente menores (Abreu, 2014, p. 48).

⁵⁵ O “plano urbano” é composto pelo traçado viário e o parcelamento do solo (Costa; Netto, 2015, p. 65).

Para esse tipo de análise, é preciso reconhecer que o tecido urbano, em determinado espaço de tempo, é a materialização de ocorrências tanto intencionais quanto involuntárias, que se relacionam a uma pré-existência geográfica (Coelho et al., 2014). De forma complementar, como aponta Rossi (2001, p. 17), a cidade é produto da vida coletiva e sua forma é resultado dos fatos urbanos. Lamas (2011) também destaca que o tecido urbano admite inúmeras leituras, determinadas pelo método empregado, o que permite identificar diversos significados no tecido urbano e no tipo arquitetônico, relacionados aos inúmeros fenômenos que lhes deram origem.

Por outro lado, é necessário ter cautela ao considerar a cidade apenas como produto de contextos econômicos, políticos e sociais. A forma urbana também reflete “posições estéticas e culturais de arquitetos e urbanistas”, o que evita a adoção de um olhar determinista (Pereira, 2012).

Ao analisar um tecido urbano, observamos que as transformações ao longo do tempo ocorrem em níveis distintos. Em geral, mudanças “radicais” são mais raras, como, por exemplo, a alteração de uma via. Por outro lado, na escala do edifício, essa mudança é mais viável e tem maior incidência. Assim, o traçado viário tende a apresentar maior permanência do que os edifícios (Kropf, 1996, p. 256). Lamas (2011) reforça que os elementos do plano urbano, como o sistema viário, sofrem menos modificações ao longo do tempo, “devido à escala e à interferência econômica e social”.

Diante disso, a morfologia urbana constitui um recurso apropriado para investigar a configuração das cidades no passado. Ao analisarmos o tecido urbano atual, que conserva elementos herdados de períodos anteriores, torna-se possível elaborar representações, realizar comparações e compreender as razões pelas quais a cidade adquiriu a forma que apresenta hoje.

2.1. As Escolas de Morfologia urbana

Esta pesquisa baseia-se em duas escolas de morfologia urbana. A primeira é a Escola Inglesa, cujo precursor é M.R.G. Conzen, voltada ao estudo das transformações ocorridas no parcelamento do solo, trabalhando a partir da identificação de padrões

recorrentes nesse processo. A segunda é a Escola Italiana, fundada por Savério Muratori, que “elabora o estudo da forma urbana como um modelo projetual para uma cidade” (Costa; Netto, 2015, p. 35). Além disso, essa escola contribui com a teoria territorial, que investiga a estruturação do território por meio de uma visão sistêmica do espaço geográfico, analisando as rotas que, por sua vez, influenciam na formação dos assentamentos humanos (Gimmler Netto, 2020, p. 124).

2.1.1. *A Escola Inglesa de Morfologia*

No final do século XIX, na Alemanha, surgiram as bases conceituais e ideológicas da Escola Inglesa de Morfologia Urbana. Essa vertente desenvolveu-se durante as três primeiras décadas do século XX, sendo este o segundo momento considerado seu período áureo, quando foram formuladas as bases conceituais. Segundo os estudos dessa escola, uma análise morfológica adequada inclui uma avaliação da forma em seu contexto específico, considerando os aspectos sociais e econômicos relevantes para o desenvolvimento de determinada paisagem (Costa; Netto, 2015, p. 54).

Os trabalhos realizados por M.R.G. Conzen em Alnwick e Newcastle Upon Tyne foram referências pioneiras no campo da morfologia urbana e continuam sendo aplicados por seus seguidores. A partir desses estudos, foram desenvolvidos os seguintes conceitos: “a historicidade como característica geral das paisagens urbanas; a paisagem urbana como palimpsesto; a análise da paisagem urbana; a análise do plano urbano; o processo morfológico; os *fringe belts* (hiatos urbanos); os lotes burgueses ou medievais; a combinação dos processos morfológicos; os tipos funcionais; e regionais e os atributos regionais” (Costa e Netto, 2015, pp. 54-56).

Conzen (2004, p. 61) aponta dois axiomas da paisagem urbana histórica a serem considerados, elementos condicionantes de seu desenvolvimento. Em um primeiro momento, deve-se identificar a composição da paisagem, que o autor separa em três categorias, sendo a primeira, o plano urbano. O elemento do plano urbano seria a base, “está associado à ideologia de ocupação do território”, e se reflete na implantação do

traçado viário e no parcelamento do solo. A segunda categoria seria composta pelo tecido urbano, que é a estrutura morfológica compreendida pelos quarteirões e lotes com edifícios semelhantes, e esses se refletem na terceira categoria, que é a de uso e ocupação do solo (Costa; Netto, 2015, p. 66).

A partir dessa estrutura, compreende-se que há uma hierarquia no processo de transformação da paisagem urbana ao longo do tempo. Essas transformações se iniciam pela mudança nos usos dos edifícios, visando adaptações a novos contextos. Posteriormente, podem ocorrer alterações na forma de implantação do edifício no lote, produzindo reflexos perceptíveis no tecido urbano (Costa; Netto, 2015, p. 66).

O segundo axioma discutido pelo autor refere-se aos períodos morfológicos que compõem a paisagem urbana. Assim, entende-se que as formas que compõem a paisagem urbana atualmente possuem características que refletem o contexto cultural e histórico do período em que foram criadas (Costa; Netto, 2015, pp. 69-71). Em geral, a análise morfológica parte do contemporâneo rumo ao momento da gênese urbana, separando as camadas formadas por cada fase evolutiva e compreendendo como cada uma delas reflete as ações da sociedade na produção da forma.

A categoria do plano urbano apresentada por Conzen (2004) apoia-se em uma base geográfica pré-existente, não podendo ser dissociada do suporte geomorfológico que a ordenou. Logo, as características do sítio existente constituem determinantes de seu plano urbano (Lamas, 2011, p. 63).

Dessa maneira, compreendemos que o suporte geomorfológico ordena e sustenta a forma como se constituiu o plano urbano da cidade. Esses reflexos podem ser observados principalmente no traçado viário, condicionado pelas características naturais do território em que se apoia. Para aprofundar a análise dessa relação entre a base geográfica e o plano urbano, na escala do território, recorreremos aos conceitos discutidos pela Escola Italiana de Morfologia.

2.1.2. A Escola Italiana de Morfologia

Segundo Muratori, “existe um modo de construir edificações, um modelo que se manifesta em cada momento e em cada cultura, intrínseco a determinado povo”. Esse modelo foi chamado de “consciência espontânea” quando os edifícios surgem como parte da experiência humana. Essa herança de experiências culturais é utilizada mesmo quando surge um problema novo, uma vez que se recorre a esse saber intrínseco no subconsciente coletivo para adaptar novas soluções às construções dos novos edifícios. “Esse modelo, inconscientemente disponibilizado pela herança cultural, é denominado de “tipo” (...)”. Por outro lado, quando surge uma necessidade técnica na elaboração de um projeto, tem-se a manifestação do que os autores denominam “consciência crítica” abandonando as soluções de origem vernaculares⁵⁶ (Costa; Netto, 2015, p. 154).

Para o autor, a solução era reinterpretar a “consciência espontânea” nas novas práticas projetuais, incorporando elementos da herança cultural. Para realizar o projeto, o autor definiu primeiro qual o modelo intrínseco da cultura italiana. Esse “tipo” segundo o autor, seria “a unidade da estrutura da cidade tradicional” (Costa; Netto, 2015, p. 155).

De modo geral, o método da Escola Italiana é desenvolvido a partir de um elemento isolado, como, por exemplo, o edifício, e, a partir deste elemento, amplia-se a escala de análise até chegar à concepção geral (Costa; Netto, 2015, p. 155). De acordo com esse método, parte-se da investigação do edifício tipo, com suas variações e transformações ao longo do tempo, identificando as séries de edifícios. Essas séries distribuem-se ao longo de caminhos, estes que se conectam aos nós e que se subdividem em outras séries com características semelhantes, formando o tecido urbano. Ao ampliar a escala de análise para o território, compreende-se que o tecido

⁵⁶ Esse abandono das soluções vernaculares foi criticado por Muratori, principalmente na primeira metade do século XX no despontar do movimento modernista. Segundo o autor, havia o risco do desaparecimento das soluções vernaculares, impulsionado pelo preconceito imposto pelos elementos da arquitetura modernista (Costa; Netto, 2015, pp. 154-155). Panerai (2014, p. 122) também aponta que Muratori tinha como objetivo a não ruptura entre as disciplinas técnicas e as disciplinas históricas e teóricas, pois somente com essa interlocução entre tais disciplinas seria possível encontrar soluções arquitetônicas no contexto da crise urbana.

urbano resulta da estrutura de rotas que são previamente implantadas em uma determinada região (Pereira Costa et. al., 2016, p. 1471).

Assim, o primeiro passo para identificar os tipos de edifícios é determinar o edifício de caráter residencial mais comum em determinada cultura. Outro tipo fundamental a ser identificado é o edifício não residencial recorrente, como aqueles destinados ao uso institucional. Em seguida, analisam-se as possíveis variações desses tipos básicos decorrentes das características atribuídas a cada período. Tais transformações estão vinculadas à cultura local e ao processo histórico do lugar, podendo ser classificadas em diferentes variações (Pereira Costa et. al., 2016, p. 1472).

A próxima etapa do método consiste na identificação das séries tipológicas, entendidas como “uma junção incipiente de tipos de edifícios que se confinam sobre uma parcela de terreno para formar uma silhueta urbana reduzida.” (Pereira Costa et. al., 2016, p. 1473, tradução nossa). Esses conjuntos representam uma forma original de organização urbana. Essas séries identificadas estão dispostas sobre rotas, e quando essas rotas se seccionam ou se cruzam, formam-se nós ou polos, que convergem em uma representação de função do corpo urbano. Um nó pode ser exemplificado como sendo uma encruzilhada de caminhos, já o polo pode ter diversas intersecções configurando diversas funções ao seu redor (Pereira Costa et. al., 2016, p. 1474).

Na sequência analítica, amplia-se a escala de observação ao nível territorial, uma vez que os assentamentos e a formação dos núcleos urbanos derivam de rotas previamente estruturadas (Pereira Costa et. al., 2016, p. 1475). Esse processo tem início quando um território ainda não alterado pela ação humana passa a ser percorrido por rotas. Tais rotas correspondem à primeira fase do ciclo territorial e são constituídas por grupos humanos ainda em condição nômade, sem formar vínculos de assentamento.

A opção por analisar a estrutura morfológica do território justifica-se por permitir a compreensão dos processos de ocupação de uma área. Vincular a formação do traçado urbano às rotas pré-existentes em determinado território constitui uma hipótese viável para compreender a ocupação e o desenvolvimento de um

assentamento humano. Como observa Braudel (2009, p. 50), as rotas condicionadas pela estrutura física da geografia tendem a se perpetuar ao longo de gerações, pois refletem limites inalteráveis cuja permanência pode ser interpretada no tempo presente.

Segundo Pereira Costa, Gimmler Netto e Safe (2018, p. 42), três conceitos são fundamentais para a compreensão da estrutura morfológica territorial: o “Território Tipo” diz respeito às características físicas e culturais de um determinado território; a “Área Cultural” refere-se à consciência coletiva bem como às condutas intrínsecas a uma população, que determinam espacialmente formas no território e a “Extensão Cultural” que corresponde ao processo de expansão urbana ao longo do tempo.

Nas análises sobre Morungaba, trabalharemos com o conceito de Território Tipo, que envolve o estudo das paisagens a partir da relação entre a estrutura ambiental e a interação antrópica em determinado tempo e espaço. A estrutura ambiental é determinada pela posição geográfica em que se encontra, e a atuação antrópica refere-se à alteração humana provocada nessa estrutura. Segundo a abordagem da Escola Italiana de Morfologia, o processo de ocupação territorial, ou seja, a ação antrópica sobre o meio ambiente, inicia-se com o estabelecimento das rotas (Pereira Costa; Gimmler Netto; Safe, 2018, p. 43).

Dessa forma, as análises propostas para a cidade de Morungaba-SP concentrar-se-ão na escala do território, adotando a quadra como unidade mínima e o território como unidade abrangente. Para isso, nosso objeto de estudo será abordado com base no método de análise dos ciclos de ocupação territorial, elaborado por Caniggia e Maffei (2001), fundamentado nos pressupostos teóricos de Muratori.

2.2. O ciclo de ocupação territorial

Segundo Caniggia e Maffei (2001), a primeira estrutura que se estabelece em um território são os caminhos, de modo que, não é possível desenvolver nenhuma atividade em determinada área até que seja possível nos conectarmos a ela. No entanto, o uso das rotas em determinado território pode estar ligado ao simples

propósito de atravessá-lo e não essencialmente ao estabelecimento de um assentamento. Os autores reforçam que, para compreender a origem dos assentamentos humanos, é preciso primeiro entender os caminhos estruturantes que compõem o território.

Nesse sentido, o território constitui a maior parcela do organismo produzido pelo homem e é a que sustenta todas as demais. Em *Studi per una operante storia del territorio*, Muratori descreve e compara, na escala ampla da rede urbana, os mecanismos de ocupação territorial, buscando compreender o processo civilizatório (Cataldi, 2003, p. 26). Por abarcar a história da civilização, da natureza e do próprio mundo, o território apresenta maior resistência às transformações do que o tecido urbano. Essa relativa inércia permite que seus estágios evolutivos permaneçam “gravados” em sua estrutura. Além disso, diferentes civilizações apropriam-se do território manifestando nele suas especificidades culturais (Tagliazucchi, 2015, p. 191).

Segundo Caniggia e Maffei (2001), o ciclo de ocupação territorial tem início com a instalação das rotas sobre as linhas de cumeada de um determinado território. As linhas de cumeada correspondem a traçados imaginários que acompanham os cumes dos morros divisores de águas de uma determinada bacia hidrográfica. Em seguida, forma-se uma rota perpendicular à linha de cumeada, que se desenvolve em direção às áreas de nascente situadas nas encostas. No local das nascentes ocorre o primeiro assentamento, implantado em uma conformação geomorfológica denominada promontório. Esse local, “projetado” em relação ao território circundante, proporciona aos indivíduos que ali se estabelecerem a percepção de pertencimento.

Assim, com a formação de outros assentamentos semelhantes, na linha das nascentes, cria-se uma rota, que seguirá paralela à linha de cumeada, porém nas encostas. De forma adjacente, na linha do vale, formam-se outros assentamentos, originando a rota que liga os assentamentos de meia-encosta ao vale. Nesse momento, outra rota vai derivar desses assentamentos no vale, dando origem a um caminho paralelo ao rio. Nesse local, preferencialmente, inicia-se o processo de consolidação do assentamento, originando áreas de produção e centros urbanos (Caniggia; Maffei, 2001).

2.2.1. *Primeiro Ciclo Territorial (Ocupação)*

A ação do homem no meio natural não ocorre em uma situação de “tábula rasa”, pelo contrário, o meio natural já possui uma estrutura baseada em uma hierarquia natural, que é composta pela topografia e hidrografia, anterior e independente da ação humana. Nesse sentido, fica evidente que a primeira estrutura humana em um determinado território acompanhará a estrutura natural. Mesmo que, posteriormente, ocorra uma artificialização dos sistemas estruturais, estes continuarão dependentes da estrutura original do território. E a partir do momento em que o meio ambiente é artificializado, assume-se essa estrutura como uma segunda natureza (Caniggia; Maffei, 2001, p. 169).

Segundo os autores, o processo de cruzamento de um território deve ser facilitado em meio às adversidades naturais. No caso de um território ainda não ocupado, há preferência por linhas de cumeada. A cumeada é composta por uma série contínua de colinas que dividem as principais bacias hidrográficas de uma determinada região. Além disso, um dos motivos da preferência por essa rota é que ela proporciona uma melhor visualização do território inexplorado (Caniggia; Maffei, 2001, p. 170).

O primeiro ciclo territorial tratado é composto por quatro fases. Nesse período, o território começa a ser ocupado pela área mais alta de uma determinada bacia hidrográfica (cume) e segue em direção às cotas mais baixas (vale), formando rotas e assentamentos.

2.2.2. *Primeira fase: Rotas de cumeadas (implantação)*

Na primeira fase, ocorre a implantação da estrutura primordial produzida pelo homem: os caminhos. Inicialmente, privilegiam-se as linhas de cumeada, especialmente aquelas que oferecem maior continuidade — ou seja, percursos mais longos. Contudo, essa rota de crista, utilizada como primeiro acesso a determinado território, não se mantém como uma “rota estável”. À medida que a ocupação avança,

tais linhas passam a encontrar barreiras, como limites linguísticos, territoriais ou de outra natureza (Caniggia; Maffei, 2001, pp. 170-171).

Os autores explicam que qualquer outra forma de atravessar um território possui inconvenientes de cruzar corpos d'água, ou subir e descer encostas íngremes. Para ficar na mesma altitude poder-se-ia utilizar também um amplo fundo de vale, porém, este contém inúmeros afluentes e reduzida visibilidade da paisagem. Outra razão para a preferência pela adoção das rotas de crista e a mais importante de todas é que delas se obtém a melhor visão do território. (Costa; Netto, 2015, p. 203)

Na segunda fase de estruturação, ocorrem os primeiros assentamentos. A rota de cumeada não apresenta um local ideal para a formação de um assentamento, devido à posição em que se encontra e à ausência de características favoráveis, como nascentes. Dessa forma, os primeiros assentamentos ocorrem nas chamadas rotas secundárias de cumeada, nos promontórios (Caniggia; Maffei, 2001, p. 171).

As rotas secundárias surgem para acessar o “nível das nascentes”. Opta-se por formar o assentamento no local dos promontórios, que, devido à sua morfologia, se projeta do território. Segundo Marzot (2001), um promontório é uma área geomorfológica onde dois vales convergem, acessada pela rota de linha de cumeada. Outro fator da escolha dessa paragem é que o local proporciona segurança, já que os limites dessa área são intransponíveis (Caniggia; Maffei, 2001, p. 171).



Figura 48 – Modelo teórico que ilustra a segunda fase, em que surgem os assentamentos de promontório: local onde dois vales convergem. Fonte: Reproduzido de Caniggia e Maffei (2001, p. 168).

Ao longo do tempo, esses assentamentos passarão da fase de caça e coleta para formas permanentes de cultivo. A forma permanente de cultivo permitirá o surgimento de rotas de cruzamento locais, decorrentes das trocas e interações necessárias entre as comunidades e que conduzem à próxima fase de ocupação (Caniggia; Maffei, 2001, p. 177).

A terceira fase corresponde ao momento de produção permanente do assentamento, quando as rotas locais de cruzamento passam a substituir as rotas de cumeada. Nesse contexto, o local pode vir a transformar-se em um núcleo protourbano, articulado por rotas de comércio que o conectam a outros assentamentos. É nesse período que se consolida a preferência pelas rotas de meia encosta, situadas na altura das nascentes (Caniggia; Maffei, 2001, p. 177).

Na última fase de implantação (quarta fase), desenvolve-se a produção do território. O estágio característico da rota nessa fase é a coesão entre o desenvolvimento planejado de “cumeeira contínua” e as cumeeiras sintéticas. A rota secundária que sai do topo da cumeeira e termina no curso d’água produz um “vau⁵⁷”. Caso exista outra

⁵⁷ Um “vau” pode ser caracterizado como um trecho de um curso d’água que, por apresentar menor profundidade, permite a travessia.

rota secundária de topo de cumeeira, é possível que haja uma confluência no ponto em que o vau possibilite a travessia (Caniggia; Maffei, 2001, p. 177).

Segundo Marzot (2001), dois assentamentos de promontório, um em frente do outro, no mesmo vale, formam o vau; esse vau será o local de formação do núcleo urbano, onde duas rotas convergem.

No final do primeiro ciclo, ocorre a consolidação do território, que já se encontra utilizado e povoado. Nesse momento, as rotas de cumeeira perderam seu uso principal; após essa fase, ocorrerá uma inversão no uso dessa estrutura. Pois, nesse momento, o fundo do vale só pode ser explorado por meio da artificialização do meio natural, uma vez que as planícies devem ser controladas pelo homem de modo a conduzir a água para onde é desejado, criando a própria topografia (Caniggia; Maffei, 2001, p. 181).

Fases do primeiro ciclo territorial segundo Caniggia e Maffei (2001)

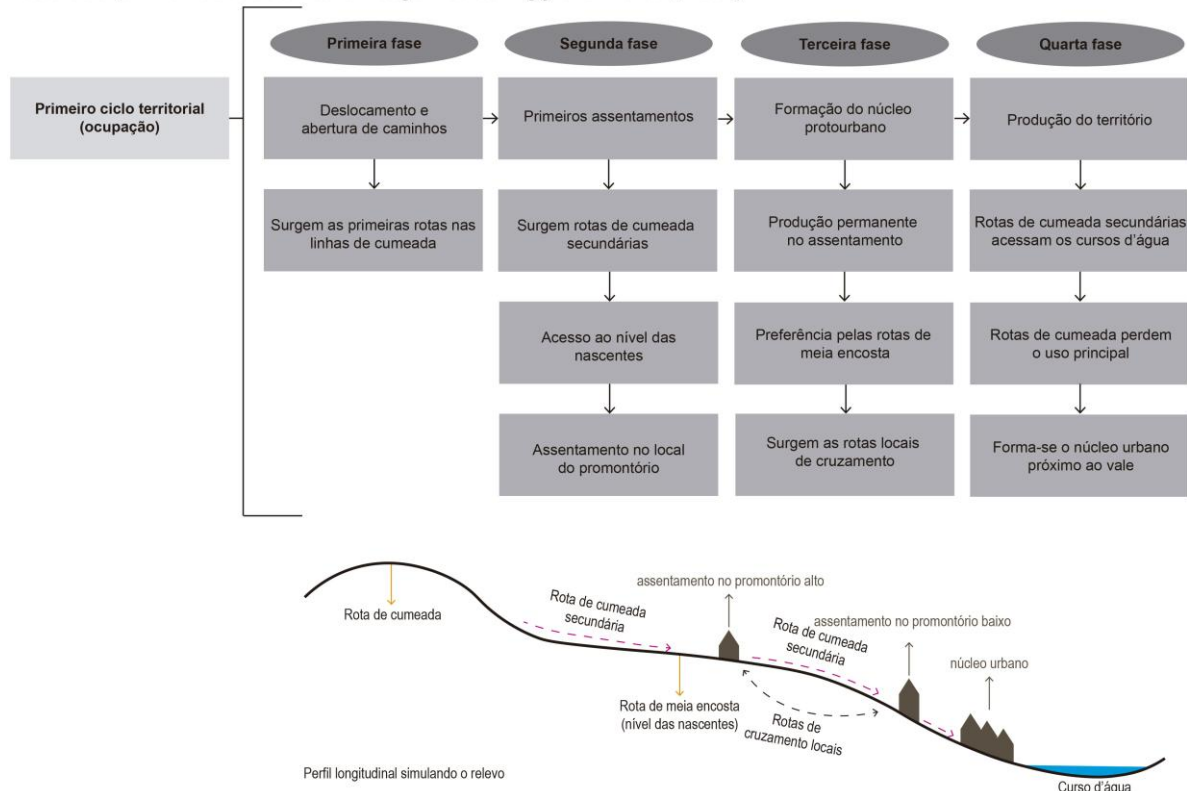


Figura 49 – Organograma das fases do primeiro ciclo territorial segundo Caniggia e Maffei (2001). Esquema longitudinal desenhado com base nas ilustrações de Caniggia e Maffei (2001, p. 168); e Gimmler Netto (2020, p. 128). Elaborado pela autora, 2025.

2.2.3. *Segundo Ciclo territorial (consolidação)*

As fases do segundo ciclo são chamadas de fases de consolidação, nesse momento, ocorre uma reinterpretação da estrutura territorial formada no primeiro ciclo, formando uma nova estrutura. Segundo Caniggia e Maffei (2001, p. 181), a primeira fase deste ciclo é percebida quando os núcleos urbanos formados na quarta fase do primeiro ciclo começam a se conectar por meio das rotas principais de fundo de vale.

Assim como as principais rotas de topo de cumeeira, essas rotas de fundo de vale permitem que polaridades distantes sejam alcançadas rapidamente e o território seja atravessado conectando os principais núcleos urbanos, e não uma instalação local, portanto, nem para produtividade primária nem para assentamentos, que permanecem conectados durante esta fase à estrutura herdada do ciclo anterior. (Caniggia; Maffei, 2001, p. 181, tradução nossa)

A segunda fase de consolidação tem início quando a rede de rotas do vale se estende da base dos morros até os núcleos urbanos e protourbanos. Dessa forma, cada vale, frente ao outro, passa a ter uma rota que os conecta, atravessando o rio, e esses locais de passagem se tornarão locais de encontro e de comércio. Com isso, surge uma hierarquia de centros de encontro e de comércio. Assim, os vales que se conectam prosperam em detrimento dos que não possuem conexão; estes, que sofrem decadência (Caniggia; Maffei, 2001, p. 182).

Na terceira fase de consolidação, formam-se as rotas de vales secundários, que são equivalentes em eficiência às rotas de cumeada previamente estabelecidas. No entanto, nesse momento, essa rota aparenta ser a mais eficiente, já que transpõe vales e montanhas, proporcionando continuidade. Assim, possibilita o acesso aos assentamentos de baixo promontório (Caniggia; Maffei, 2001, p. 182).

Na última fase do ciclo de consolidação, a produtividade do vale aumenta. Isso exigirá a adoção de novas técnicas construtivas, como a formação de terraços, que podem influenciar o parcelamento do solo. Também, as indústrias no vale promoverão a artificialização do modo de coletar e descartar a água (Costa; Netto, 2015, p. 205).

Fases do segundo ciclo territorial segundo Caniggia e Maffei (2001)

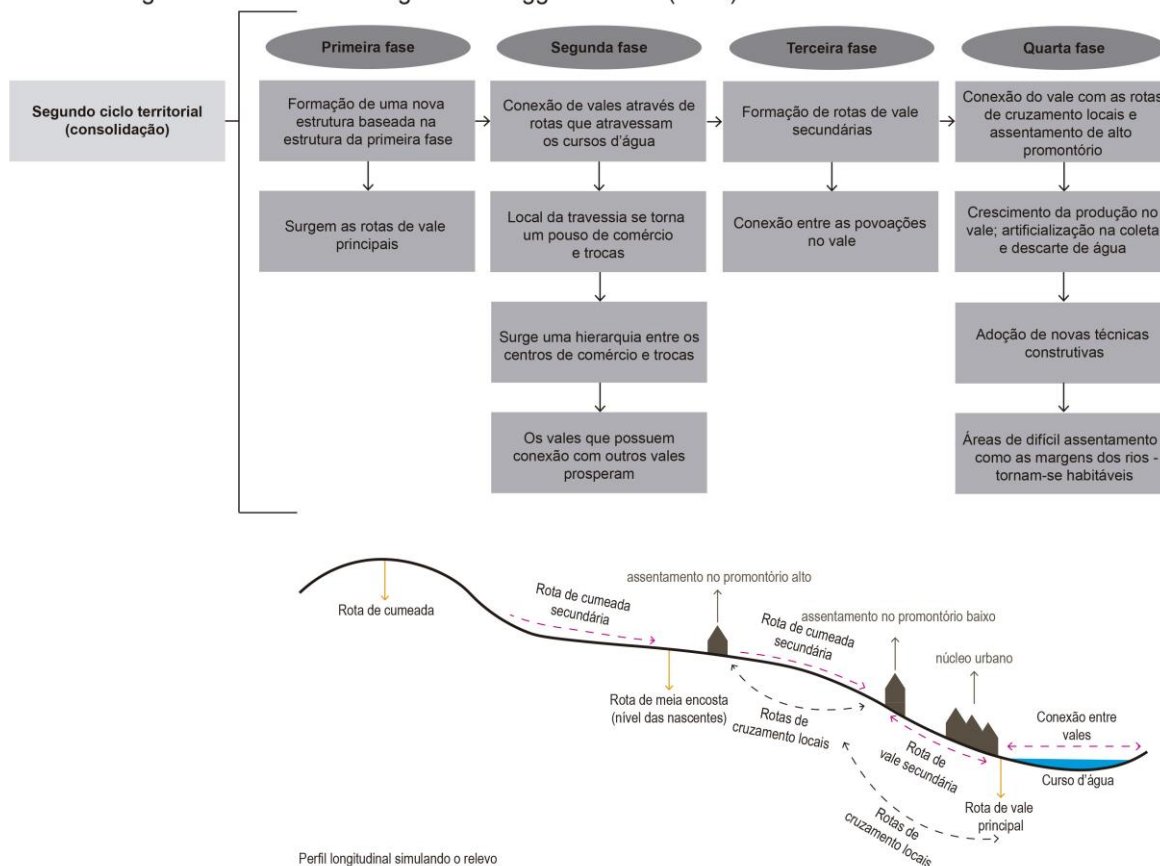


Figura 50 - Organograma das fases do segundo ciclo territorial de acordo com Caniggia e Maffei (2001). Esquema longitudinal desenhado com base nas ilustrações de Caniggia e Maffei (2001, p. 168); e Gimmler Netto (2020, p. 128). Elaborado pela autora, 2025.

2.2.4. Terceiro Ciclo territorial (recuperação)

A fase de consolidação desencadeará o ciclo de recuperação (terceiro ciclo). Nesse período, as rotas de crista e os assentamentos de promontório retomam o desenvolvimento, já que as estruturas criadas no vale desestabilizam o meio ambiente natural, ocasionando a perda de recursos e conduzindo à ocupação da meia encosta novamente (Costa; Netto, 2015, p. 205).

2.2.5. Quarto Ciclo territorial (reestruturação)

Por fim, ocorre o que os autores denominam de quarto ciclo, que no caso europeu, iniciou-se a partir do século XIII, e permanece até os dias atuais. Nesse ciclo

ocorre a reutilização das estruturas do fundo do vale, porém, através da tecnologia recupera-se o local, reestabelecendo o ambiente no fundo do vale (Caniggia; Maffei, 2001, p. 191). Na Figura 51, observamos, a partir da discussão de Caniggia e Maffei (2001), como o território é estruturado através da formação das rotas.

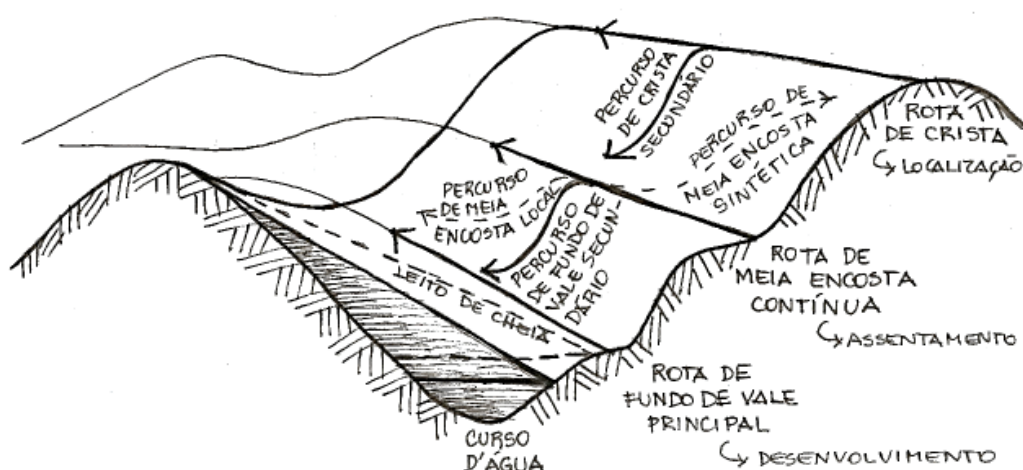


Figura 51 – Croqui do desenvolvimento do território por meio das rotas. Fonte: Gimmler Netto, (2020, p. 128).

2.3. Território tipo: aspectos do sítio natural de Morungaba-SP

A geomorfologia do território condiciona o processo antrópico, ou seja, determina quais áreas são mais propícias a determinadas atividades humanas (Gimmler Netto, 2020, p. 192). Dessa forma, como primeiro passo, caracterizamos o sítio natural a fim de compreender as influências exercidas sobre o plano urbano da cidade de Morungaba, pois, como aponta Panerai (2014, p. 48), essa base que “sustenta” o tecido urbano pode ter orientado sua formação. Além disso, a caracterização do sítio natural permite compreender em qual Território Tipo Morungaba se enquadra, uma vez que esse conceito define como o território foi atravessado e ocupado (Marzot, 2001).

Navarra (1977) descreve o território de Itatiba e Morungaba, como uma região composta por uma unidade topográfica bem acentuada, caracterizada por uma

sucessão de morros e colinas – entre os quais se instalam os vales dos rios Atibaia e Jaguari, sendo o último mais próximo do núcleo urbano de Morungaba. Entre essa sequência de morros de menor altitude mencionada, estão os eixos serranos compostos pelas serras dos Cocais, do Barreiro e das Cabras, sendo esta última a mais próxima do núcleo urbano de Morungaba, onde se dá a divisão administrativa entre Morungaba e Campinas (Figura 52).

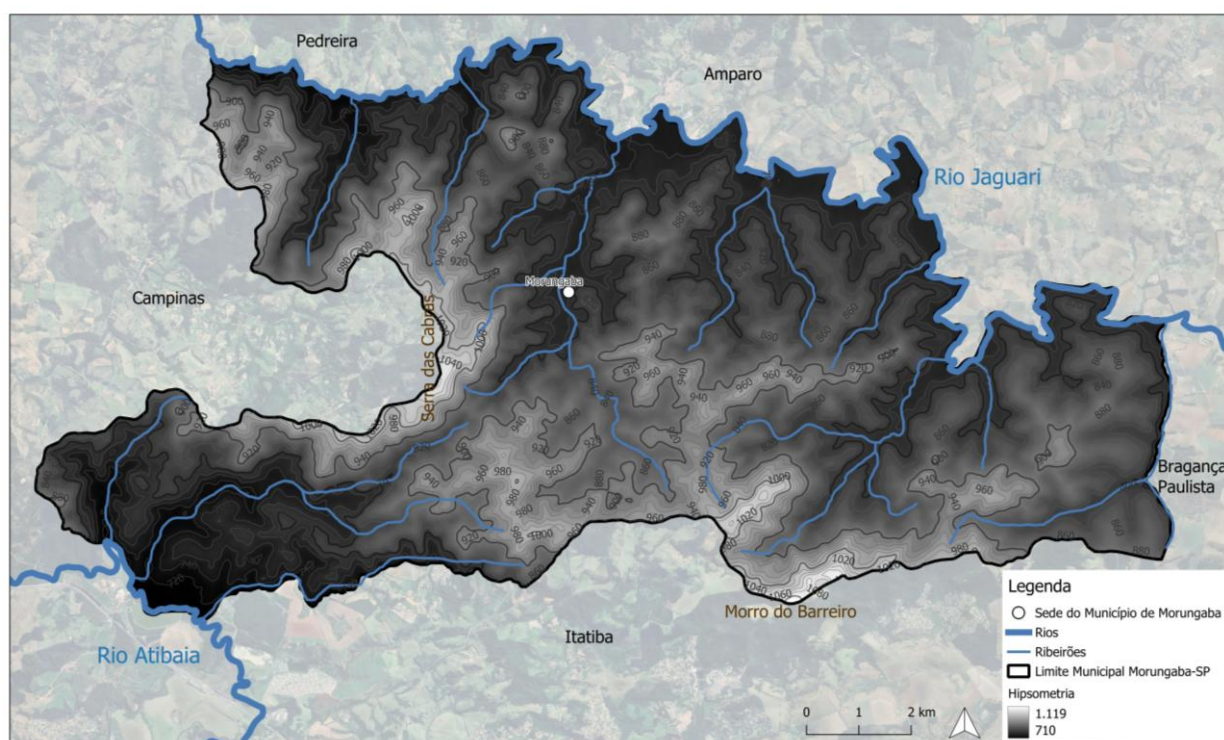


Figura 52 – Mapa topográfico com hipsometria do município de Morungaba-SP. Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Ao promover a leitura do território, observamos elementos da paisagem de Morungaba com características dominantes: a Serra das Cabras, os rios Jaguari e Atibaia e o ribeirão dos Mansos. Consideramos que esses elementos foram responsáveis por ordenar as rotas que se formaram quando este território foi ocupado pela primeira vez.

A Serra das Cabras domina a topografia da cidade como uma espécie de barreira na direção oeste; todavia, embora constitua um obstáculo, sua linha de

cumeada pode ter proporcionado uma visão ampla desse território. Verifica-se, na Figura 53, uma rota remanescente que percorre grande parte da linha de cumeada. Além disso, o rio Jaguari, no trecho correspondente à freguesia de Conceição de Barra Mansa, já possuía três pontes no início do século XX e uma rota adjacente ao seu leito. Da mesma forma, o ribeirão dos Mansos, afluente do rio Jaguari, ordenou a formação de uma rota paralela ao curso d'água, que, mais tarde, foi responsável pela organização do núcleo urbano.

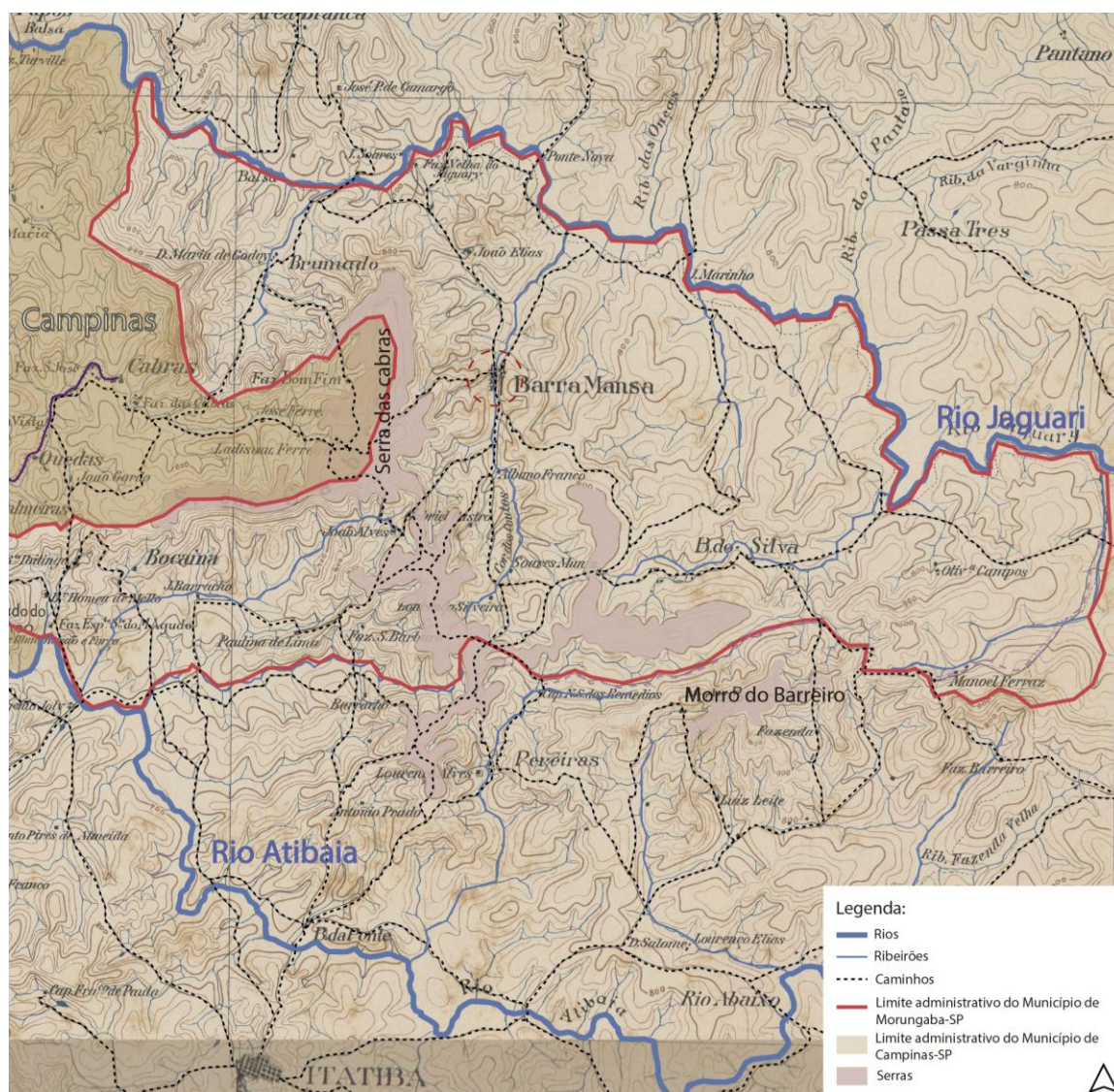


Figura 53 - Trecho do mapa da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo. Folha de Campinas (1900); e folha de Jundiá (1905). Em destaque: em vermelho, núcleo urbano de Morungaba – à época denominado Barra Mansa; em preto, os caminhos; em azul, rios Jaguari, Atibaia e ribeirões; em rosa, a Serra das Cabras e o Morro do Barreiro; em roxo, o ramal ferroviário das Cabras. Fonte: APESP e Acervo do Museu Paulista. Elaborado pela autora, 2025.

A partir das análises cartográficas dos elementos dominantes, compreende-se que a topografia e a hidrografia do território em estudo influenciaram diretamente o modo como o ambiente foi atravessado por rotas e, posteriormente, ocupado. Observa-se que os elementos naturais atuaram como um guia, orientando a formação das primeiras rotas. Além disso, algumas dessas rotas podem ter se definido em determinados locais em razão dos obstáculos que esses mesmos elementos impuseram à travessia e à ocupação humana. Como já discutido, um território ainda inexplorado apresentava diversas inconveniências aos primeiros exploradores; assim, para evitar a travessia do rio em trechos considerados difíceis, optava-se por seguir o caminho até pontos onde o leito oferecesse melhores condições de passagem.

Nesse sentido, segundo Marzot (2001, p. 215), a rota tende a privilegiar o caminho mais direto possível entre dois polos. Contudo, a presença de obstáculos naturais impõe desvios, razão pela qual, em terrenos de topografia mais elevada, as rotas não adotam traçado retilíneo. Essa condição se reflete no traçado de um caminho principal de uma cidade e, como resultado, também se reflete na formação dos lotes e edifícios localizados na testada desse caminho, seguindo a topografia.

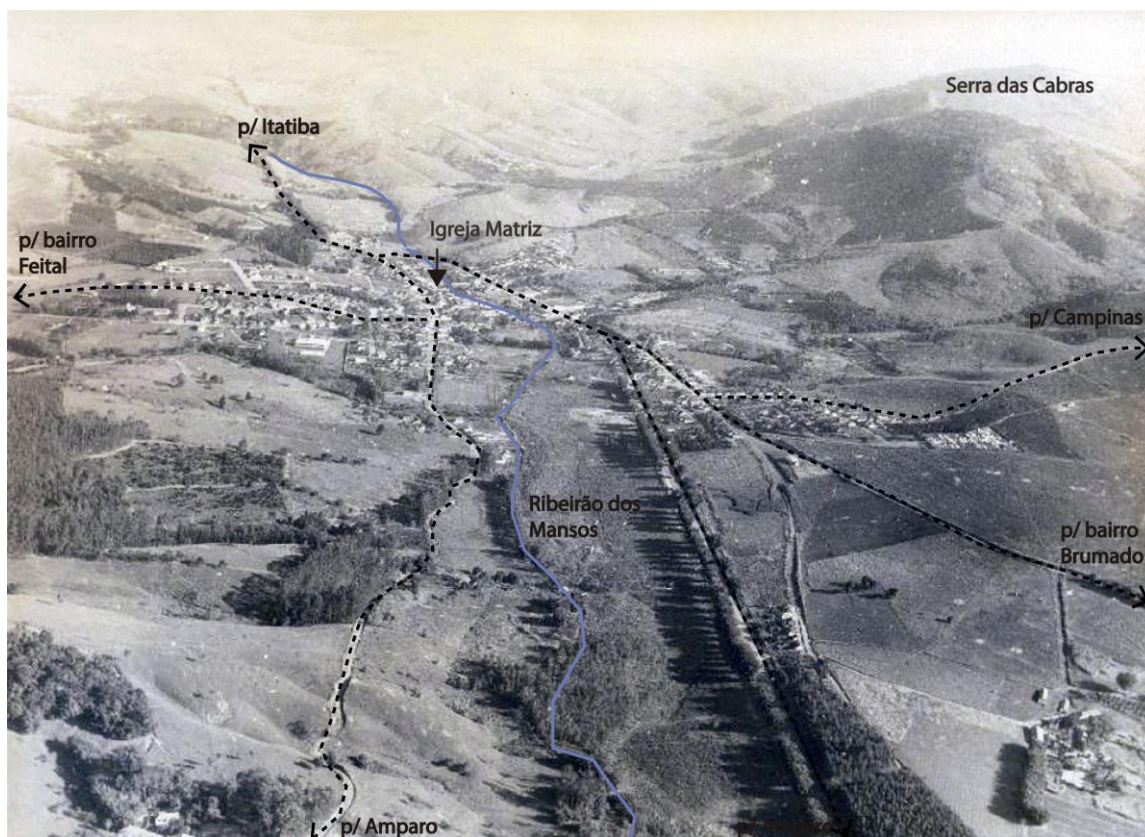


Figura 54 – Foto aérea do núcleo urbano Morungaba-SP. Década de 1980. No canto superior direito, vemos a porção mais alta do território, a serra das Cabras. Fonte: Grupo do Facebook intitulado “Morungaba antiga: Resgate da história através de fotos e fatos” Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/16847343320647/media>. Acesso em: 16 de out. de 2025. Editado pela autora, 2025.

2.4. Nós e Polaridades

Uma rota, eventualmente, sofre ramificações, e essas ramificações podem formar cruzamentos que evoluem para um polo, congregando atividades em um determinado local. Segundo Costa e Netto (2015, p. 188), os nós ocorrem a partir do cruzamento de duas rotas contínuas e, nessa junção em forma de “Y”, formam-se os nós. Por outro lado, o polo remete a várias intersecções e à aglomeração de atividades ao seu redor. Além disso, quando os polos têm várias conexões, têm maior importância no âmbito urbano do que os nós. O polo também é o elemento inicial de uma rota externa (Costa; Netto, 2015, p. 191). Geralmente, o local de surgimento de um polo apresenta características que melhor desempenham seu papel, como, por exemplo,

uma área mais plana e que permita a congregação de pessoas (Costa; Netto, 2015, p. 189).

Dessa forma, a partir da compreensão da dinâmica da formação de rotas, nós e polos, é possível relacioná-la ao modelo do desenvolvimento do território proposto por Muratori. Nesse processo, em um primeiro momento, constituem-se o eixo territorial e seu polo central; este, gradativamente, absorve os demais polos locais. Nas extremidades do referido eixo, formam-se dois subpolos que se tornam cada vez mais autônomos, prolongando-o em ambas as direções (Tagliazucchi, 2015, p. 198).

2.4.1. A formação das rotas estruturantes

Através da cartografia consultada, observamos que, durante o período colonial, havia duas principais rotas paralelas à região de estudo, onde, mais tarde, ocorreria a gênese urbana de Itatiba e Morungaba: o caminho dos *Goiases* e o caminho *Velho/ do Sertão* (Figura 6). Segundo Campos (2016), com o passar do tempo, os caminhos sofriam ramificações; portanto, entendemos que, em algum momento, essas rotas “secundárias”, originárias das rotas principais, cruzariam o território de estudo.

O mapa mais antigo da área de estudo que apresenta os caminhos existentes é a carta da CGGSP de 1900 (Figura 53). De modo geral, conforme os documentos consultados, a região atualmente compreendida por Itatiba e Morungaba passou a ser ocupada no final do século XVIII. Como discutido anteriormente, para que o assentamento ocorra em determinado território, é necessário, primeiro, acessá-lo. Dessa forma, as rotas que cruzavam o território de estudo devem datar desse mesmo período ou ser anteriores ao processo de ocupação.

Entretanto, não é possível afirmar se já havia trilhas neste local antes do processo de colonização. Todavia, considerando a discussão dos autores, podemos supor que, caso houvesse a presença dessas rotas, os colonizadores certamente as utilizariam, em vista da dificuldade de acesso proporcionada pela mata inexplorada.

Em um documento localizado no Arquivo da Assembleia Legislativa do Estado⁵⁸, encontramos um requerimento que reforça o desejo de abrir caminhos por locais planos, em vista da dificuldade de transpor serras. Na primeira metade do século XIX, o então produtor de açúcar alferes José Jacinto de Araújo Cintra, morador da vila de Atibaia, solicita a abertura de um “atalho” para facilitar o escoamento de sua produção de açúcar situada na vila de Mogi Mirim. Essa rota proposta partia de Mogi Mirim, passava pela freguesia de Amparo, no território da vila de Nova Bragança, seguia para Atibaia e se conectava a outras rotas em direção a Santos. Essa proposta versava sobre questões particulares e visava reduzir as perdas de mercadoria decorrentes da dificuldade de transpor as serras do caminho até então utilizado. No documento, menciona-se a Serra do Pântano.

Essa rota entre a vila de Mogi Mirim e Atibaia, segundo Lima (1998, p. 54), refere-se a um caminho identificado na cartografia elaborada por Daniel Pedro Muller em 1837. Na Figura 55, vemos duas rotas que partem da vila de Atibaia em direção à freguesia de Amparo e, posteriormente, seguem rumo à vila de Mogi Mirim.

⁵⁸ ALESP. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. *Requerimento sobre a construção de estrada entre Atibaia, Amparo e Bragança*. Documento legislativo, 1839. Acervo Histórico da ALESP. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/alesp/documento-historico/?idDocumento=1758>. Acesso em: 30 de set. 2025.

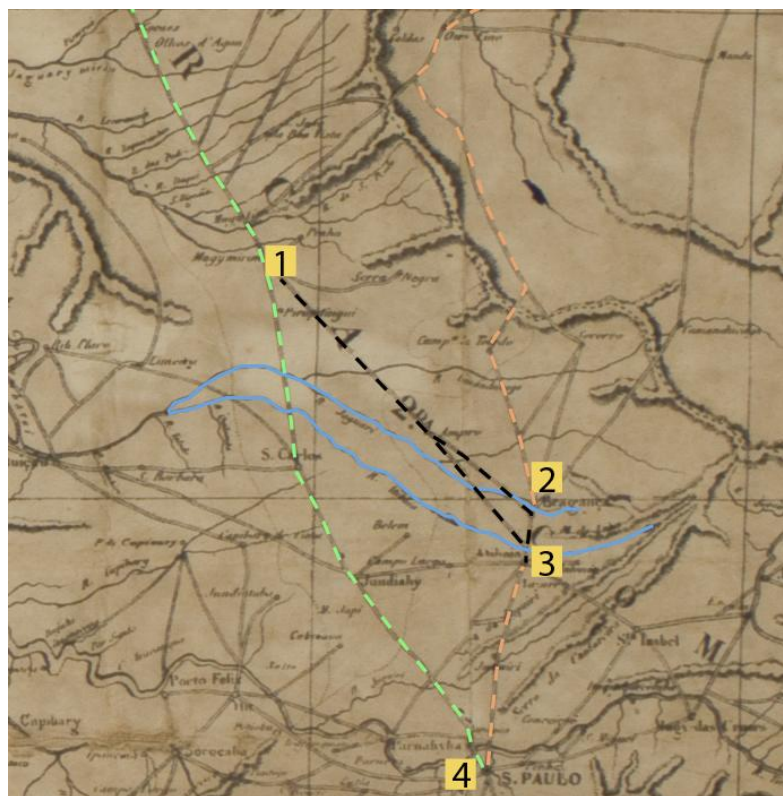


Figura 55 – Trecho do Mapa Corográfico da Província de São Paulo, por Daniel Pedro Muller. 1837. Em verde, caminho dos Goiases; em laranja, caminho Velho; em azul, os rios Atibaia e Jaguari. [1] Vila de Mogi Mirim; [2] Vila de Nova Bragança; [3] Vila de São João de Atibaia; [4] São Paulo. Em preto, o caminho mencionado no documento que transpõe as serras. Fonte: Coleção João Batista Aguirra.

Acervo do Museu Paulista. Disponível em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:GLAM/Museu_Paulista/Listas/Mapas_da_cole%C3%A7%C3%A3o_Aguirra. Acesso em: 30 de set. de 2025. Editado pela autora, 2025.

Ao observar as linhas destacadas no mapa da CGGSP (Figura 56), vemos que essas rotas cruzam a serra do Pântano. O atalho sugerido pelo alferes José Jacinto de Araújo Cintra seria uma rota alternativa, construída sobre uma trilha já existente, que atravessa a propriedade de D. Gertrudes Maria de Godoi em direção ao bairro rural do Campo Novo, local de outra rota já existente na vila de Nova Bragança. Segundo o topônimo constante na cartografia da CGGSP, na região do bairro dos Mansos, supomos que a propriedade de Gertrudes Maria de Godoi localizava-se no bairro rural do Brumado⁵⁹. O topônimo faz referência a uma fazenda cuja proprietária é “D. Maria de Godoi”⁶⁰ e que, segundo o georreferenciamento histórico elaborado nesta pesquisa,

⁵⁹ Ainda, na época do documento, o local fazia parte do bairro do Couto.

⁶⁰ Ainda que o documento citado date de 1839 e a cartografia que menciona D. Maria de Godoi seja de 1900, considera-se que a referência a fazenda tenha se mantido ao longo do tempo, mesmo após a transferência da propriedade aos herdeiros.

corresponde à fazenda Veste, em Morungaba-SP. Além disso, segundo os documentos que discutem a abertura do atalho, a propriedade estaria situada próxima ao rio Jaguari e a uma ponte.

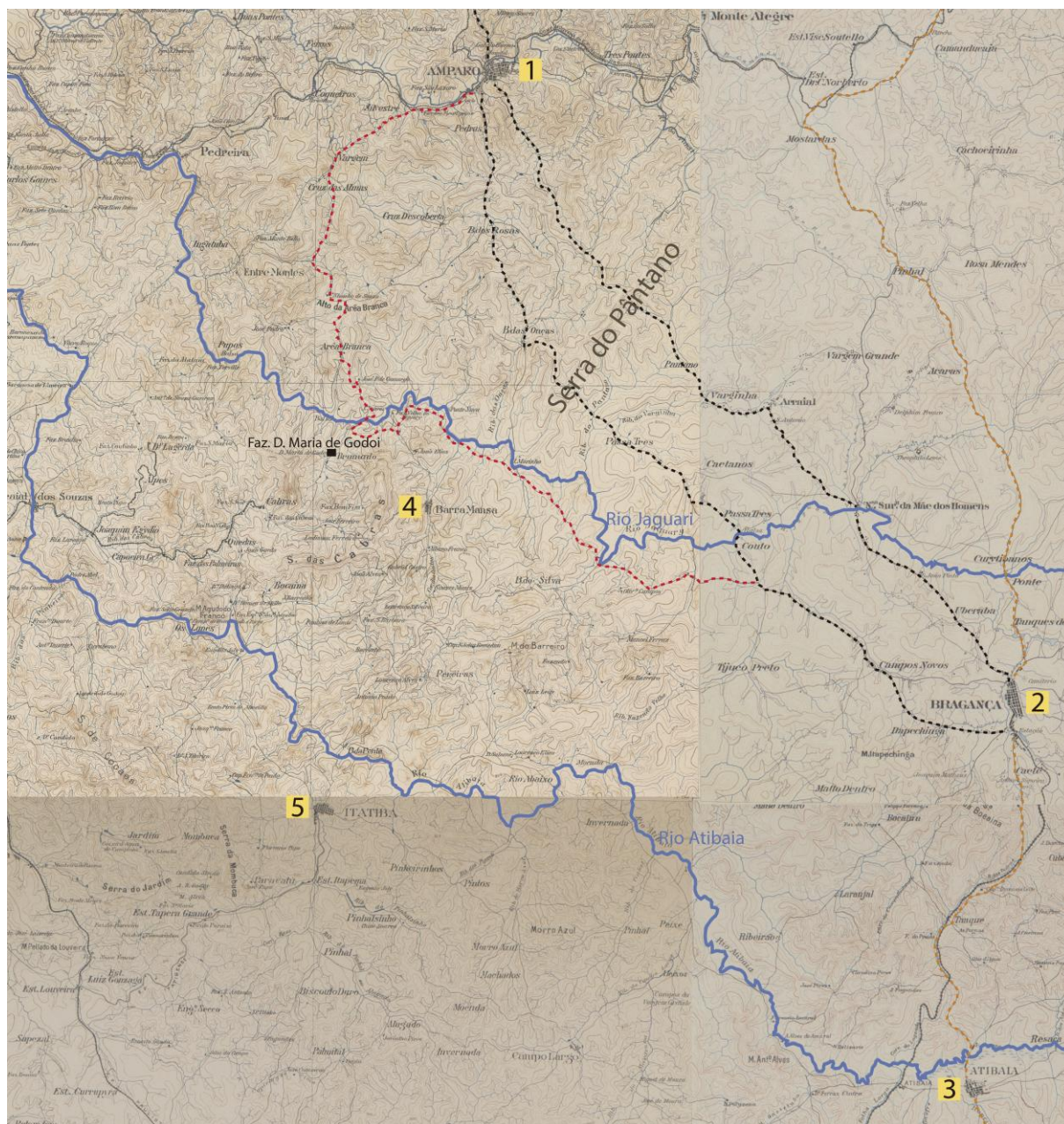


Figura 56 – Trecho do Mapa da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo. Folhas de: Campinas (1911); Bragança Paulista (1911); Jundiaí (1905); e Atibaia (1907). Em preto, caminhos que transpõem a serra do Pantano. Em laranja, Caminho Velho. [1] freguesia de Amparo; [2] vila de Nova Bragança; [3] vila de São João do Atibaia; [4] sede do bairro do Couto (Morungaba); [5] freguesia de Belém de Jundiaí. Fonte: APESP. Elaborado pela autora, 2025.

Além do documento do início do século XIX citar a presença de trilhas no território de estudo “já há muito tempo existentes”, a sugestão da abertura de uma nova rota evidencia o desejo de evitar percursos que cruzassem trechos de serras, preferindo as áreas planas. Logo, a abertura do novo caminho, quando possível, deveria evitar a construção de pontes e desviar das grandes altitudes, procurando o trajeto paralelo ao curso d’água.

Na Figura 57, propomos a sobreposição dos caminhos principais⁶¹ sobre a topografia do território compreendido no limite administrativo atual de Morungaba. Dessa forma, observa-se a preferência pelo estabelecimento de rotas situadas no fundo do vale, que, quando possível, acompanham as linhas de drenagem. No caso de Morungaba, a rota de cumeada, de menor incidência, possivelmente serviu como rota de observação e, a partir dela, promoveu-se a descida em direção ao curso d’água, formando as principais rotas de deslocamento. Uma vez que a preferência pelo fundo de vale se evidencia no local escolhido para a formação do núcleo urbano. Além disso, essa área, significativamente plana, pode ter funcionado como ponto de convergência das rotas, gerando centralidade e, conseqüentemente, a formação de um nó ou de um polo.

⁶¹ Os caminhos principais destacados no mapa (Figura 57) referem-se ao trecho rodoviário atual.

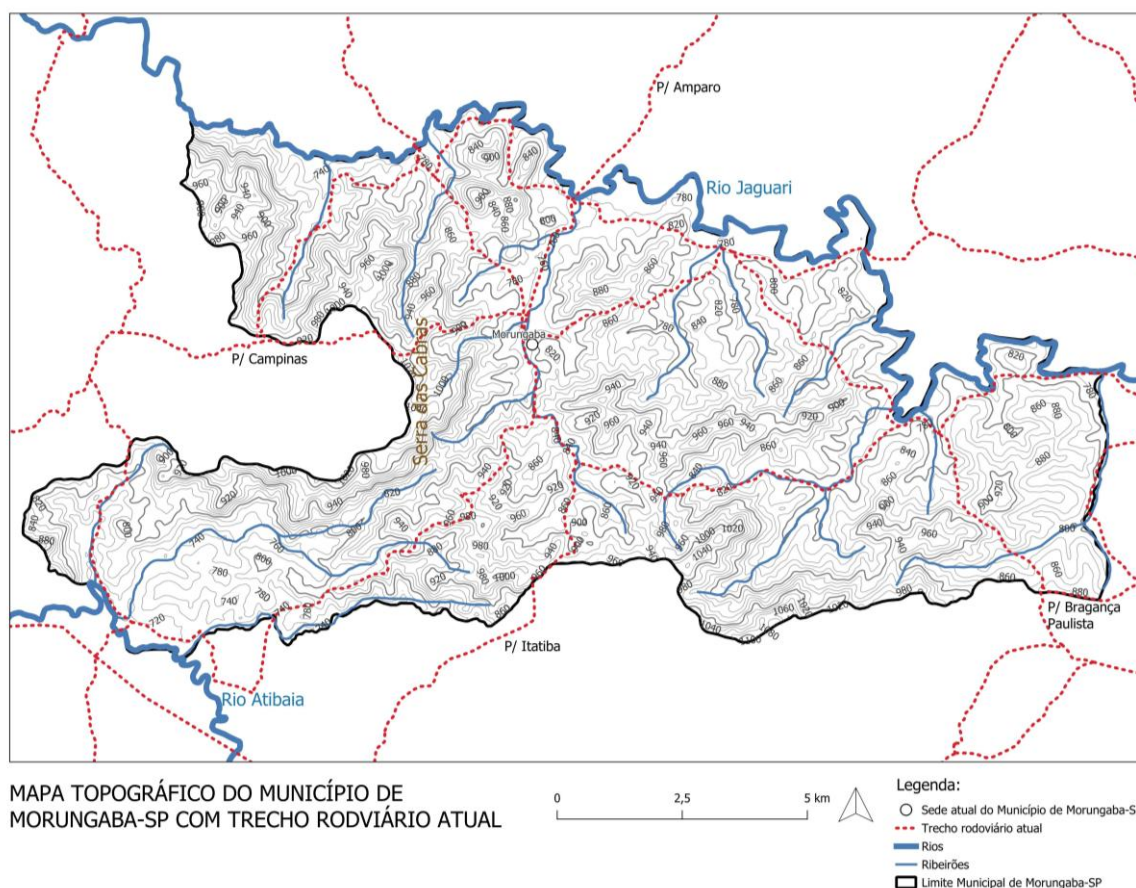


Figura 57 – Mapa topográfico do Município de Morungaba-SP. Em vermelho, rodovias atuais. Em azul, os rios Jaguarí, Atibaia e ribeirões. Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

No sentido da preferência pelas rotas paralelas aos cursos d’água, segundo Costa e Netto (2015), com base na teoria territorial da Escola Italiana de Morfologia, é possível que três fases de estruturação tenham ocorrido no território brasileiro, que devido as características do relevo e vegetação, condicionaram uma preferência às linhas do vale.

Nessas etapas anteriores os índios ocupavam áreas planas, cultivavam áreas de produção, estabeleceram áreas de pousos, defendiam seus territórios e por eles circulavam. No entanto, a prática indígena consistia no deslocamento próximo a cursos d’água, e não nas linhas de cumeeada. Fatores para tais escolhas residem no porte e exuberância da floresta tropical, na qual o deslocamento próximo às águas proporcionavam facilidades para a superação de obstáculos gerados pelo calor excessivo e a sede. A subida até a cumeeira seria apenas para orientação e determinação das rotas efetuadas todas ao nível d’água. (Costa; Netto, 2015, p. 209)

Diante disso, supõe-se que essa situação de abertura de trilhas não tenha se dado de forma diferente no território de Morungaba. A presença de matas pode ter induzido a transpor o território pelos trechos que apresentassem maior facilidade, ou seja, as áreas mais planas situadas paralelas ao curso d'água, como observamos no mapa da Figura 58. Por outro lado, as rotas de cumeada têm menor incidência, como na Serra das Cabras e no Morro do Barreiro.

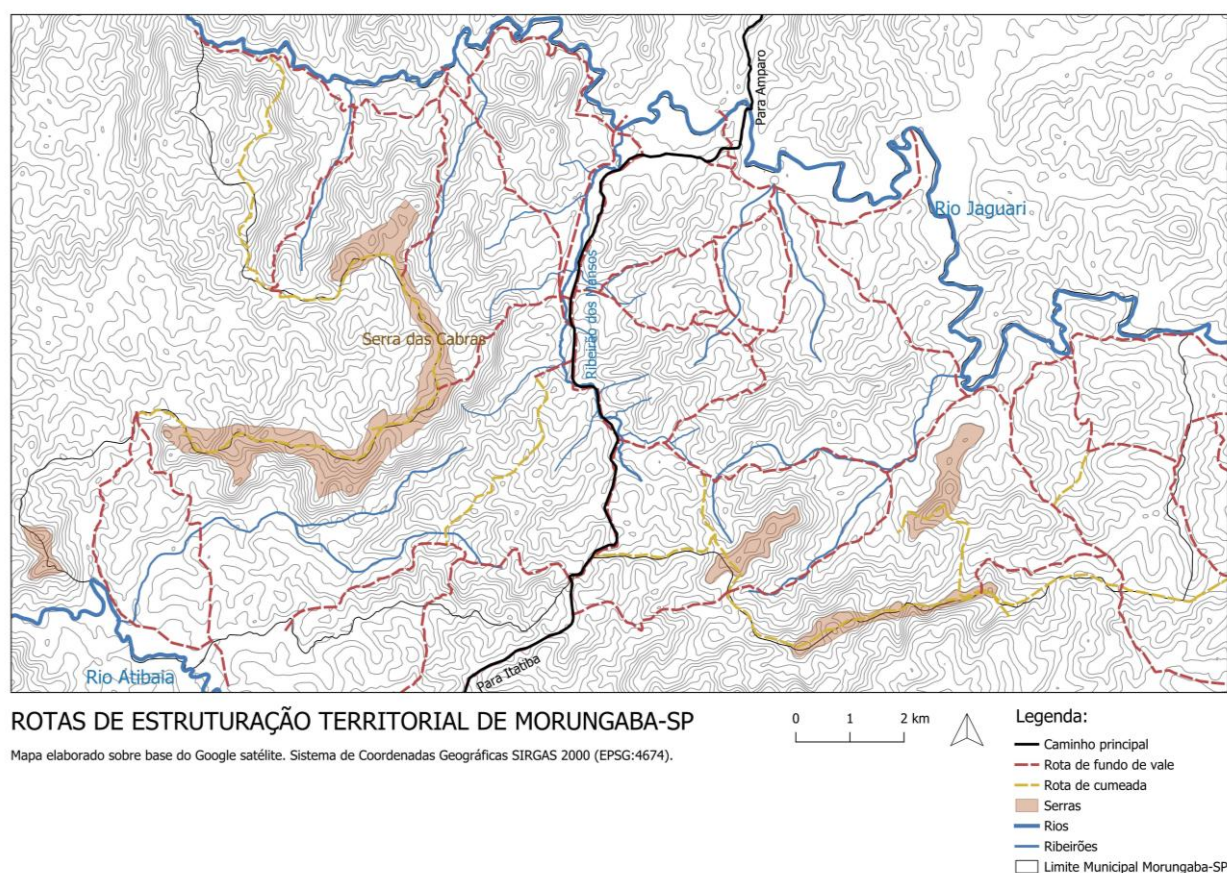


Figura 58 – Mapa de rotas de estruturação territorial de Morungaba-SP. Em vermelho, linhas de fundo de vale; em amarelo, linhas de cumeada. Elaborado pela autora, 2025.

2.4.2. Primeiros assentamentos

O território de Morungaba-SP começa a ser ocupado no final do século XVIII, ainda no período colonial. Nesse momento, a área de estudo pertencia ao termo da vila de Jundiaí, e a povoação avançava, ainda que incipiente, pela porção Sul do território que hoje pertence a Itatiba. É possível que houvesse rotas nesse território antes da

origem dos assentamentos, conectando outras áreas. Além disso, essas rotas podem ter se apoiado em trilhas existentes antes do processo de colonização.

Nessa fase que classificamos como a segunda da formação territorial de Morungaba, ocorre o primeiro assentamento humano. Uma vez que não foi possível localizar nenhuma carta de sesmaria concedida nas terras que abrangem a maior parte do perímetro de Morungaba, consideramos as formações dos primeiros bairros rurais como a primeira forma de ocupação dessas terras. Desse modo, as famílias foram construindo suas casas em áreas próximas aos cursos d'água ou na testada dos caminhos. Assim, constitui-se o primeiro bairro rural que, pelos documentos consultados, sabemos ter sido o bairro do Couto, inicialmente parte da freguesia do Jaguari (Bragança Paulista).

O local central do nó, ou sede do bairro, pode ser considerado uma capela ou uma fazenda. No final do século XVIII, o bairro do Couto pertencia à freguesia do Jaguari, que logo seria elevada à condição de vila, denominada Nova Bragança; portanto, a rota principal deveria ligar o bairro ao polo constituído pela vila (Figura 59).

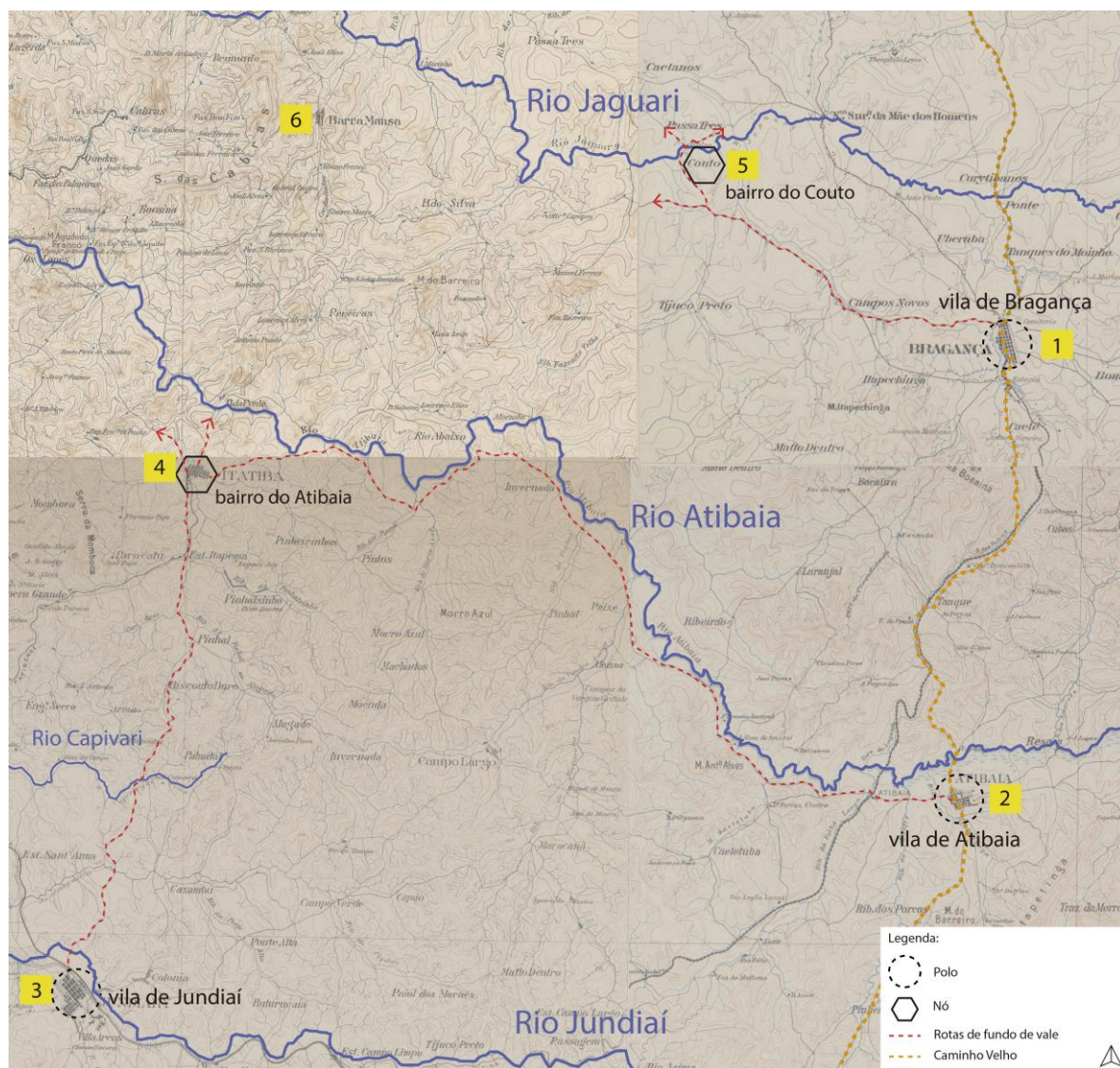


Figura 59 – Hipótese sobre a configuração de nós e polos no período dos primeiros assentamentos no território de estudo. Mapa base da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo. Folhas de: Campinas (1911); Bragança Paulista (1911); Atibaia (1907); e Jundiá (1905). Fonte cartográfica: APESP. Em destaque: (1) vila de Nova Bragança; (2) vila de São João do Atibaia; (3) vila de Jundiá; (4) bairro do Atibaia (Itatiba); (5) sede do bairro do Couto; (6) local da gênese do núcleo urbano de Morungaba. Em vermelho, rotas no fundo de vale. Em azul, rios Jaguari, Atibaia, Capivari e Jundiá. Em laranja, o Caminho Velho. Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

A população do então bairro do Couto ocupou a área que corresponde ao território atual de Morungaba. É provável que os moradores tenham se estabelecido ao longo das rotas existentes e próximos aos cursos d'água, que eram fundamentais para o abastecimento de seus sítios, espalhando-se progressivamente para áreas mais distantes da sede do bairro. Nesse processo, as rotas poderiam sofrer alterações em seu

uso; supõe-se que alguns trechos se tornaram mais utilizados em função do fluxo crescente de habitantes e, com o tempo, novos nós e polos seriam formados.

2.4.3. Mudança no quadro fundiário do território

No período Imperial, a partir da metade do século XIX, as fazendas do território do bairro do Couto passam a cultivar o café. Nesse contexto, a rede em formação constituiu-se por meio de diversas rotas que conectam as propriedades rurais – principalmente as situadas em fundos de vale – e, congregadas, formam a unidade do bairro rural. Essa unidade, por sua vez, conectava-se aos polos, formados pelas freguesias, vilas e cidades da rede microrregional. Além disso, nessa fase, ocorre a subdivisão do bairro do Couto em bairros como Feital, Brumado, Silvas e Posse.

Os nós formados nesse território passaram a integrar-se às rotas que conduziam aos polos regionais, que, no caso da área de estudo, correspondiam às cidades de Campinas, Jundiaí, Atibaia e Bragança, bem como às vilas de Belém de Jundiaí (atual Itatiba) e Nossa Senhora do Amparo (Figura 60).

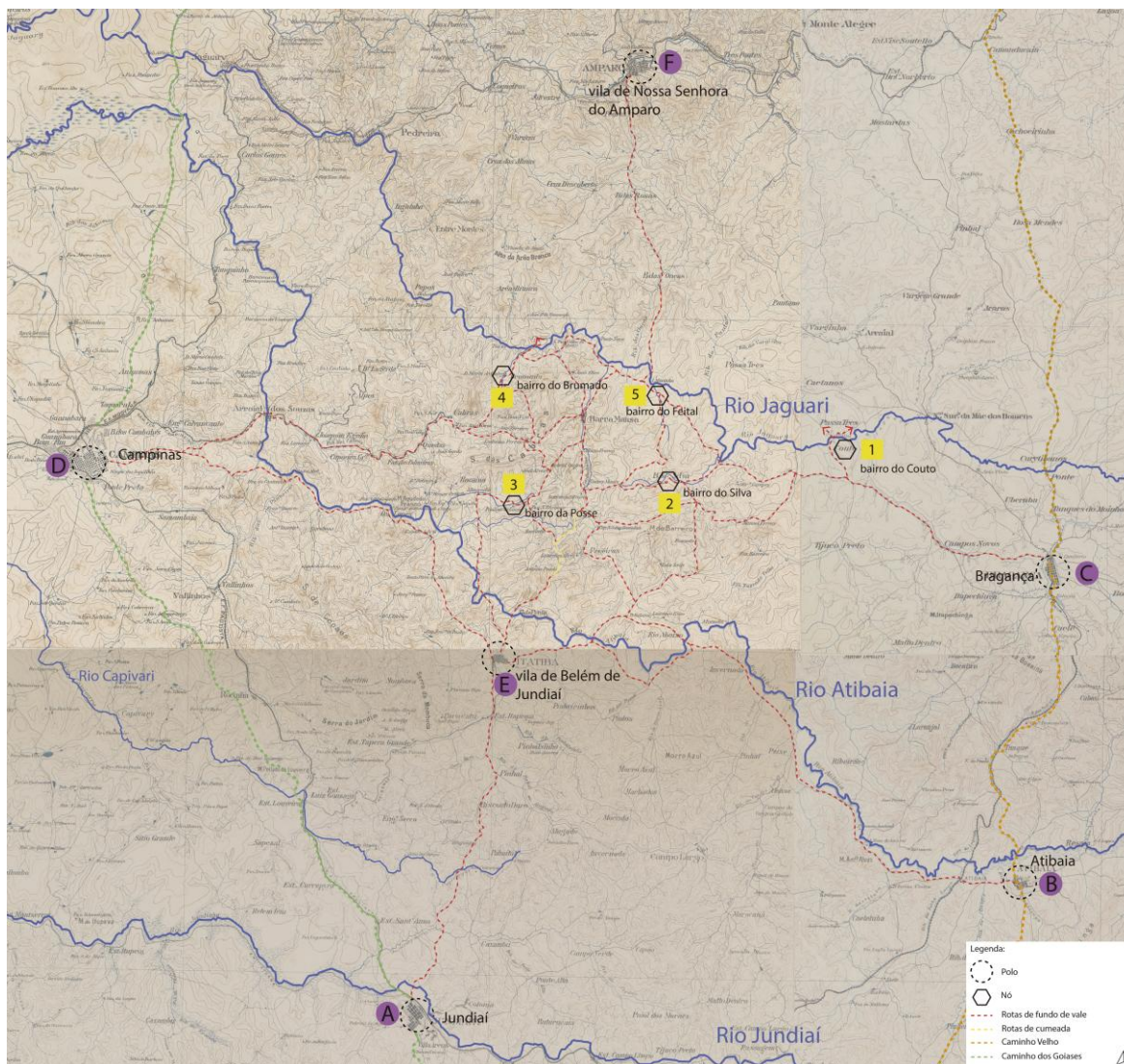


Figura 60 - Hipótese sobre a configuração de nós e polos no período de mudança no quadro fundiário no território de estudo. Mapa base da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo.

Folhas de: Campinas (1911); Bragança Paulista (1911); Atibaia (1907); e Jundiá (1905). Fonte cartográfica: APESP. Em destaque: (A) Jundiá; (B) Atibaia; (C) Bragança; (D) Campinas; (E) Vila de Belém de Jundiá; (F) Vila de Nossa Senhora do Amparo. Os bairros: [1] Couto; [2] Silvas; [3] Posse; [4] Brumado; [5] Feital. Em vermelho, rotas de fundo de vale. Em amarelo, rotas de cumeada. Em azul, rios Jaguari, Atibaia, Capivari e Jundiá. Em laranja, o Caminho Velho. Em verde, caminho do Anhanguera. Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

A rede de rotas já estabelecida conectava as propriedades cafeicultoras aos polos, favorecendo o escoamento da produção. De acordo com Navarra (1972), a morfologia da ocupação da fazenda era marcada pela presença de construções ao longo de determinados caminhos ou alinhadas aos cursos d'água.

Nas fazendas de café de Itatiba, como todas as outras do Estado, apresentam um conjunto de construções que as identificam: sede, colônia, instalações para beneficiamento do café, depósitos, terreiros para secagem dos grãos etc. A

sede quase sempre se localiza à meia encosta, dominando a paisagem em volta. Mais afastadas, dispostas em grupos, espalham-se as casas da colônia, que, as vezes se alinham, acompanhando um fundo de vale, outras se dispersam pelas baixas encostas dos morros sem seguir um traçado geométrico. Os terreiros para secagem do café se escalonam em uma sucessão de patamares em frente à sede, acompanhando a topografia amorreada do planalto nessa zona serrana. As demais edificações se espalham aqui e ali, completando a paisagem que por quase um século, foi assim como um pano de fundo do cenário rural paulista. (Navarra, 1972, p. 40)

O modelo de unidade de produção descrito por Navarra (1972) pode ser identificado nos remanescentes das fazendas cafeicultoras de Morungaba-SP, que aproveitaram as condições naturais do terreno para organizar o processo produtivo de forma mais eficiente. Um exemplo é a antiga Fazenda Santa Ana - atualmente Fazenda Santa Ana de Ouro Preto - em Morungaba (Figura 61).



Figura 61 – Fazenda Santa Ana, em 1916. Fotografada para o Almanaque de Itatiba de 1916. Fonte: Acervo Parodi.

2.4.4. *Constituição de um novo polo*

No final do século XIX, na recém proclamada República, no território de estudo, os nós compostos pelas fazendas/bairros produziram uma centralidade em determinado ponto do território, associado à sua ocupação fundiária, e desejo da comunidade local por uma capela maior que os atendesse, então nesse local formou-se um novo polo, em uma rota entre dois polos, ao lado de um curso d'água.

A partir da construção da nova capela, este local constitui-se em um polo que atrai a ocupação ao seu entorno, aglomerando as primeiras casas na testada do caminho que identificamos como rota principal. As fazendas/bairros rurais continuam a articular as relações de escoamento da produção desse território através dos nós, sendo o novo polo – a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Barra Mansa – uma centralidade de trocas comerciais, sociais e religiosas. Hierarquicamente, o nó seria um bairro ou fazenda em uma categoria de menor importância; já o polo aglomera mais atividades em seu entorno, atraindo maior circulação e número de atividades.

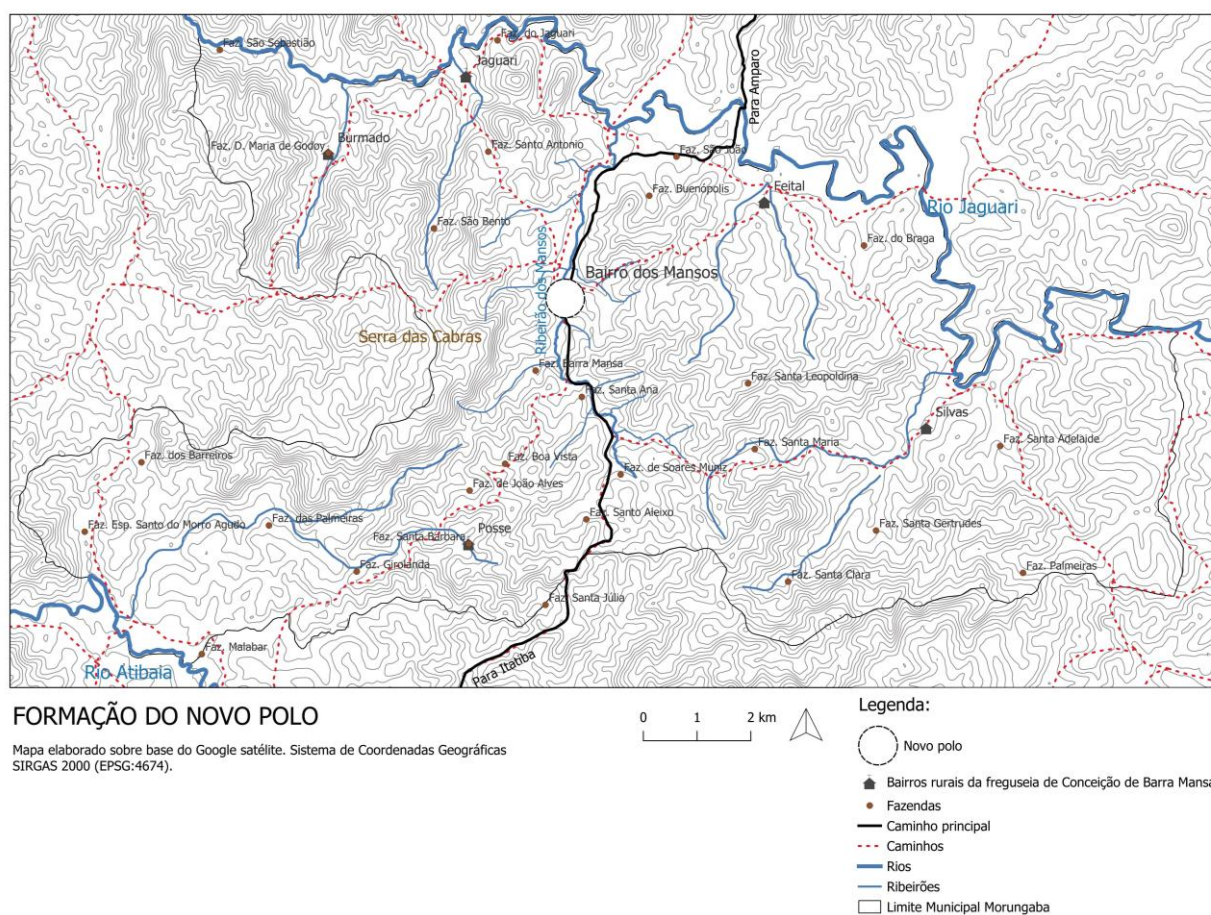


Figura 62 – Constituição do novo polo no território do bairro dos Mansos. Fonte: Elaboração da autora, 2025.

2.5. A influência do sítio natural na constituição dos limites da paróquia

Após a elevação da nova capela à freguesia, eram estabelecidas as divisas da paróquia, com o objetivo de "efetivar o controle sobre a população e estabilizar a administração" (Derntl, 2010, p. 67). A Figura 63 relaciona a divisão administrativa atual de Morungaba ao suporte geográfico; nota-se que as divisas do município se apoiam nas linhas de cumeada, acompanhando a Serra das Cabras e o Morro do Barreiro, e que as cotas mais baixas se situam nas linhas de fundo de vale, onde estão os rios e ribeirões. Essas divisas se assemelham aos limites da paróquia de Conceição de Barra Mansa, estipulados no final do século XIX e descritos no Livro do Tombo:

Principia na serra do cafezal de João Paiva Baracho, Estanislau Ferreira de Camargo e João Alves Cardozo, a rumo direito, no moinho do senhor Baracho, pelo cafezal do mesmo até o **espigão** do cafezal do senhor Paulino de Lima e depois pelo mesmo **espigão** do cafezal de João Alves Cardozo, até as divisas com Lourenço Antonio da Silveira e Barão de Ibitinga, e pelo **espigão** da Posse acima dividindo com Lourenço Antonio da Silveira e Eleutério Alves Cardozo, seguindo pelo **espigão** e dividindo com Lourenço Antonio da Silveira até o **espigão** do cafezal de João d'Almeida Cezar, a rumo direito ao cafezal de José Soares de Camargo e Manoel da Silveira Franco de Damasio, seguindo pelo **espigão**, dividindo com José Manoel Leite e Rodrigo Franco de Godoy, a rumo direito ao **ribeirão da divisa de Bragança com Itatiba**, seguindo pelo ribeirão abaixo até o **rio Jaguary**, e pelo rio Jaguary abaixo até a fazenda de José Alves da Assumpção, subindo pelo **ribeirão que divide Campinas e Itatiba** até o **espigão** da fazenda de Villela, procurando o **espigão das Cabras**, seguindo pelo mesmo espigão até onde teve seu princípio. (Livro do Tombo nº1 de Morungaba, pp. 2v-3, 1893, grifo nosso)

No trecho que descreve os limites da paróquia de Conceição de Barra Mansa, destacamos os espigões citados, referentes às linhas de cumeada presentes no território, bem como a presença das linhas de fundo de vale, marcadas pelos cursos d'água. A presença desses marcos na definição dos limites do termo da paróquia reforça a importância dos elementos do sítio natural como fatores determinantes na estruturação do termo. Além disso, a definição desses elementos como limites decorria de seu caráter de permanência, dificilmente alterável pela ação humana. Nos espigões citados, quase sempre havia uma rota, o que facilitava a visualização da demarcação de diferentes territórios.

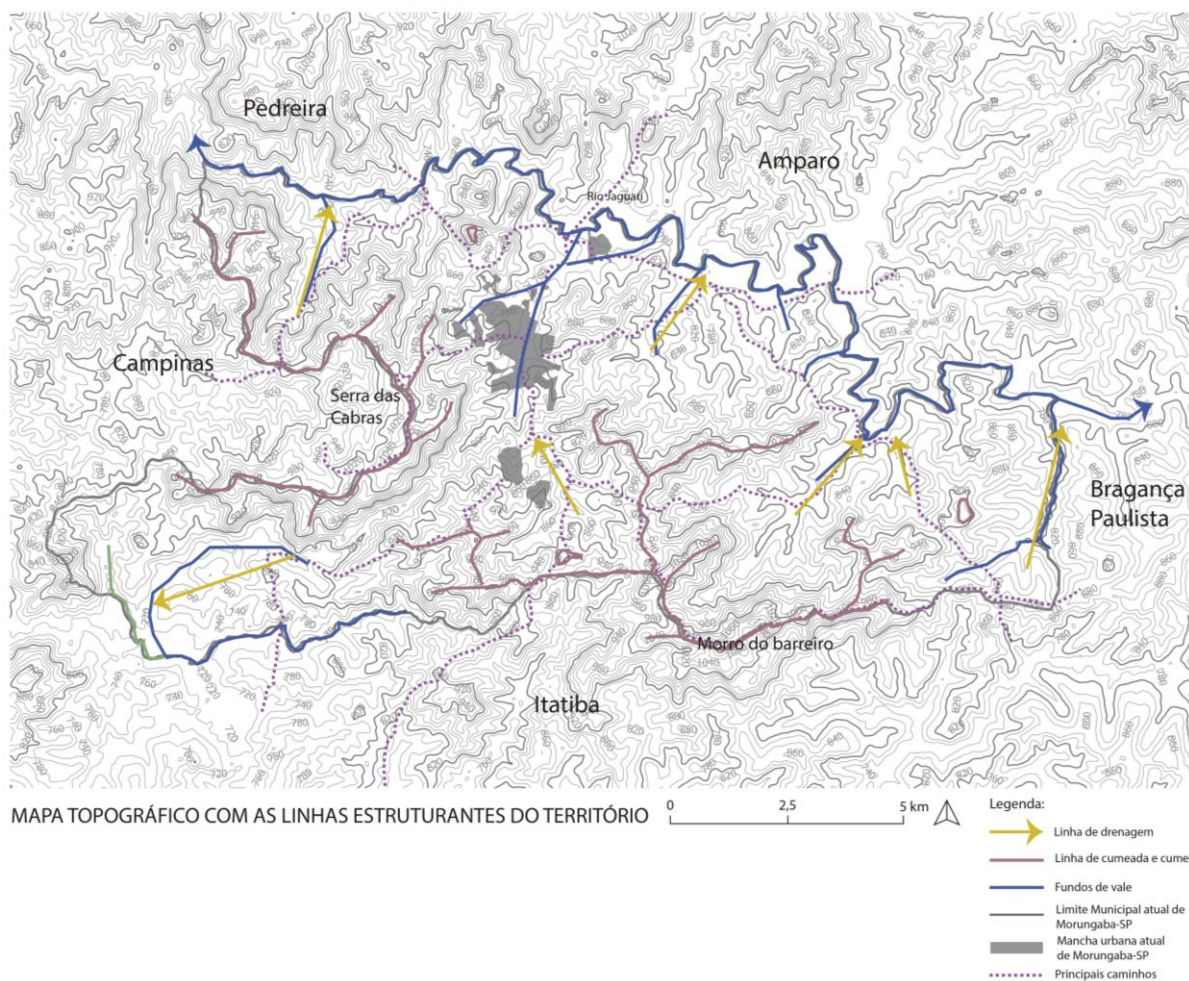


Figura 63 – Mapa topográfico com as linhas estruturantes do território. Com base no método de análise de Guerreiro (2001). Fonte: Elaboração da autora, 2025.

2.6. Morfogênese, Historicidade e a Metáfora do Palimpsesto

A morfogênese é caracterizada como a “configuração inicial das paisagens urbanas”, isto é, “a gênese da forma”. Essa configuração é percebida com maior intensidade nas áreas centrais das cidades, por se tratar de zonas de maior historicidade (Costa; Netto, 2015, p. 64).

Nesse contexto, o conceito de historicidade define-se como “um atributo da paisagem capaz de refletir materialmente as permanências de vários períodos (...)”. Assim, quanto mais períodos morfológicos envolvidos, maior é a historicidade no tecido urbano. Cada período imprime uma marca de seu tempo na forma, que pode ser reconhecida como um período morfológico (Costa; Netto, 2015, p. 64).

O conceito de historicidade e a metáfora do “palimpsesto”⁶² traduzem os períodos morfológicos e devem ser compreendidos quando se almeja realizar uma leitura da paisagem urbana, sendo a historicidade entendida como a capacidade de permanência das formas e o palimpsesto composto pela “dinâmica da transformação”. (Costa; Netto, 2015, p. 64)

Do mesmo modo, Santos (2002, p. 104) discute que a paisagem e o espaço são, de certo modo, uma espécie de palimpsesto, no qual “mediante acumulações e substituições, a ação das diferentes gerações se superpõe.” Assim, a paisagem se manifesta por meio de sua forma — formas criadas em momentos distintos, mas que, na atualidade, coexistem.

Portanto, considera-se que o tecido urbano de uma cidade é o resultado da acumulação histórica de construção, demolição e substituição (Kropf, 1996, p. 255). Além disso, o desenvolvimento da paisagem urbana está vinculado a determinada atividade humana e ao seu resultado econômico-social. Dessa forma, quando há crescimento econômico, há expansão urbana, por outro lado, quando há declínio econômico, percebemos uma estagnação no processo de “substituição das formas” (Costa; Netto, 2015, p. 107).

2.6.1. *Períodos morfológicos de Morungaba-SP*

O tecido urbano⁶³, principalmente na área central, é composto por diversos períodos amalgamados em sua estrutura e que coexistem, formando a paisagem. Esses períodos que compõem o urbano podem ser lidos à luz da definição de períodos morfológicos. Para isso, propomos compreender quais foram os períodos históricos e

⁶² Um palimpsesto é um tipo de pergaminho cujo texto primitivo foi “apagado” para dar lugar a outro texto. A metáfora do palimpsesto associada a cidade refere-se às múltiplas temporalidades da paisagem, uma vez que, uma cidade é constituída do acúmulo histórico de elementos de diversas épocas amalgamados (Sales Júnior, 2023).

⁶³ O conceito de “tecido urbano” utiliza uma metáfora que se refere à tecelagem e/ou à biologia, referindo-se a uma organização cujos elementos possuem um vínculo e se articulam, podendo adaptar-se, modificar-se e transformar-se. “Aplicado à cidade, o termo “tecido” evoca a continuidade e a renovação, a permanência e a variação”. Nesse sentido, Panerai (2014, pp. 77-78) definiu o tecido urbano como constituído por três componentes: “a rede de vias; os parcelamentos fundiários; e as edificações”.

evolutivos que marcaram a paisagem urbana de Morungaba. A junção dos períodos resulta na forma urbana que compõe a paisagem (Costa; Netto, 2015, p. 64).

Para manter a análise dentro do recorte temporal desta pesquisa, e com base no segundo axioma tratado por Conzen (2004), elaboramos um quadro dos períodos morfológicos a partir do período que classificamos como morfogênese da cidade de Morungaba. Consideramos como período de morfogênese o momento de formação do bairro do Couto, que supomos ter sido a primeira ocupação desse território e, portanto, responsável por estruturar e conformar os primeiros caminhos (Figura 64).

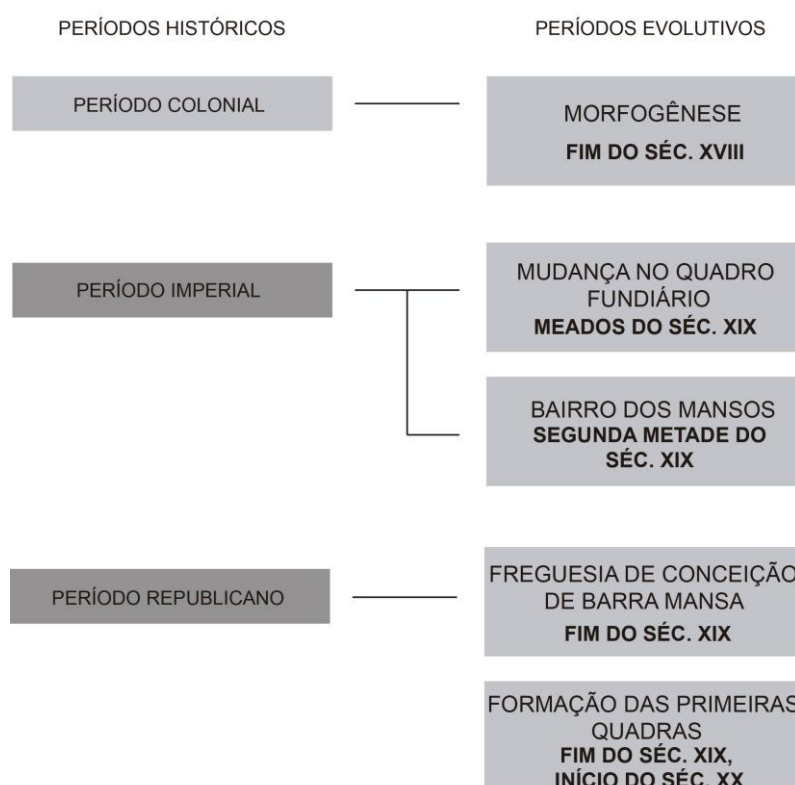


Figura 64 – Organograma dos períodos morfológicos desenvolvido a partir da análise do território e do tecido urbano de Morungaba-SP. Baseado no trabalho de Costa; Netto (2015, p. 71). Elaboração da autora, 2025.

Em um segundo período, houve uma alteração na paisagem, desencadeada pela mudança do quadro fundiário, que pode estar relacionada à introdução da cultura cafeeira no território de Morungaba. A partir desse momento, o então bairro do Couto seria desmembrado em outros bairros rurais: Feital, Silvas, Brumado e Posse. Além

disso, nesse momento surge o bairro rural dos Mansos⁶⁴, uma vez que o então proprietário de terra, Joaquim Pereira Cardoso, e sua esposa edificam uma pequena capela para abrigar uma imagem de Nossa Senhora da Conceição, trazida da cidade do Porto, em Portugal.

A impossibilidade de localizar essa primeira capela nos levou a supor sua localização, devido ao parentesco entre Joaquim Pereira Cardoso e o doador de terras para o patrimônio da nova capela, João Rodrigues Leme. Supomos que esta primeira capela estaria localizada em certa proximidade do terreno doado para a construção da nova igreja.

Durante a transição do Império para a recém-proclamada República, constrói-se uma nova capela dedicada à Nossa Senhora da Conceição. A partir da conclusão de sua obra, o bairro dos Mansos é elevado à condição de freguesia de Conceição de Barra Mansa, em 1898, e é instituída a Igreja Matriz. Nesse momento, ocorre o parcelamento dos primeiros lotes a partir dos caminhos existentes no território. A produção desse raciocínio nos conduz ao entendimento de que a origem da forma urbana de Morungaba está atrelada aos caminhos estruturantes de seu território.

A fim de visualizar essa hipótese, promovemos a separação do sistema viário do plano urbano a partir da planta mais antiga que possuímos do distrito de Morungaba⁶⁵ (Figura 65). Dessa forma, observamos que o plano urbano foi diretamente ordenado pela estrutura das rotas. Nesse sentido, Panerai (2014, p. 78) também aponta que, ao estabelecer relações entre os elementos do tecido urbano – a rede de vias, os parcelamentos e os edifícios – é possível compreender como os tecidos foram constituídos, e o vínculo que possuem com o sítio.

⁶⁴ Não se sabe exatamente quando o bairro do Couto passa a ser denominado de bairro dos Mansos, a documentação consultada indica que tenha sido na segunda metade do século XIX.

⁶⁵ Planta do distrito de paz de Morungaba datada de 1938. Fonte: Produzida pelo IGC. Arquivo Público do Município de Itatiba.

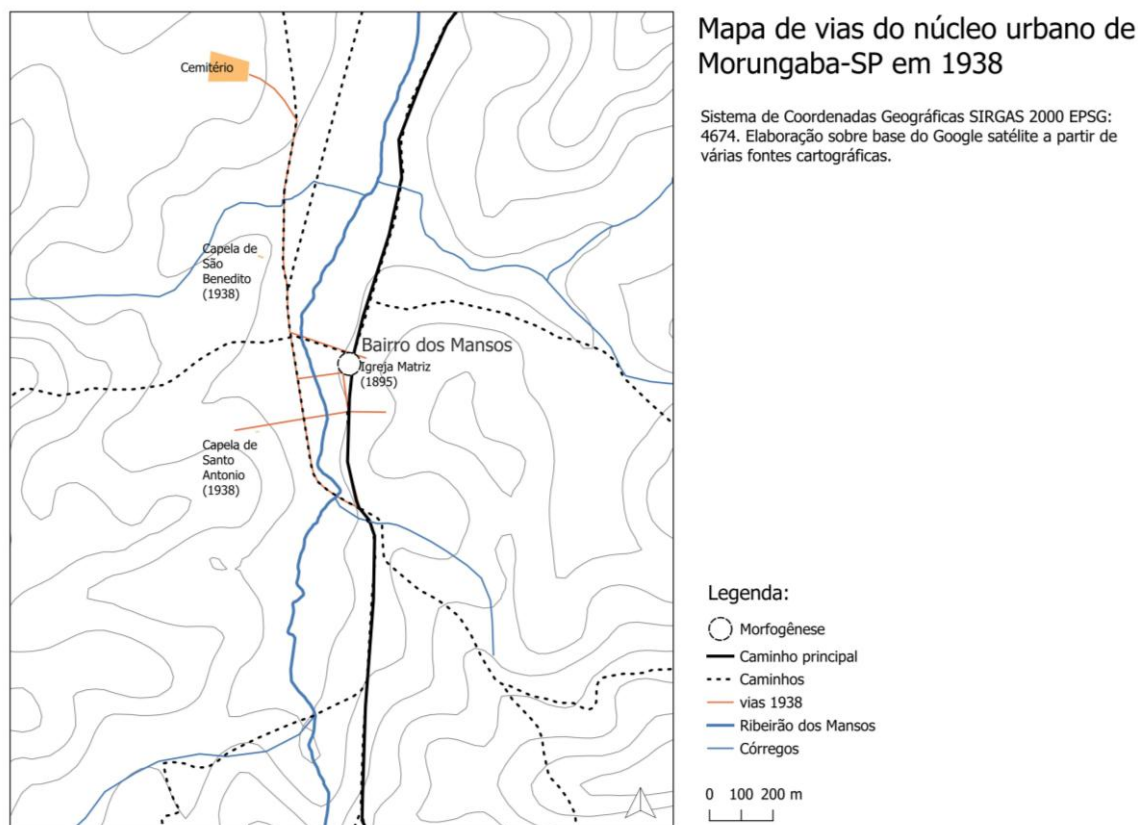


Figura 65 – Mapa de vias do núcleo urbano de Morungaba-SP em 1938. Elaborado pela autora no Qgis com base na imagem de satélite, 2025.

Por meio do desenho, observamos que dois caminhos se formaram paralelamente ao ribeirão dos Mansos, derivados de uma rota oriunda do Sul, que se bifurca em determinado ponto e segue em direção ao norte. Esses dois caminhos seguem lado a lado do ribeirão, pela rota de várzea. A partir do posicionamento da nova capela (Igreja Matriz), o caminho na margem leste do ribeirão passa a ganhar maior importância devido à presença do templo.

Desse modo, aos poucos, os primeiros edifícios foram construídos na testada do caminho que denominamos eixo estruturador do espaço urbano. Diante disso, o núcleo urbano desenvolveu-se linearmente; suas quadras foram formadas ao longo do tempo, sem plano ou desenho prévios.

Na Figura 66, observa-se a persistência do desenho do eixo viário no tecido urbano atual da cidade. A maioria dos edifícios construídos na testada do caminho

principal, entre o final do século XIX e o início do século XX, foi demolida; contudo, o eixo viário e o parcelamento do solo permanecem como heranças do período de morfogênese. Essa permanência evidencia o primeiro axioma proposto por Conzen (2004), que revela a hierarquia das transformações da paisagem urbana ao longo do tempo. As primeiras alterações ocorrem no uso do solo, desencadeando modificações nos edifícios, que podem ser demolidos ou reformados para se adaptarem a novos usos. Isso pode resultar em mudanças na forma dos lotes e até das quadras; entretanto, os elementos do plano urbano tendem a persistir “devido à escala e à interferência econômica e social” (Costa; Netto, 2015, p. 66).

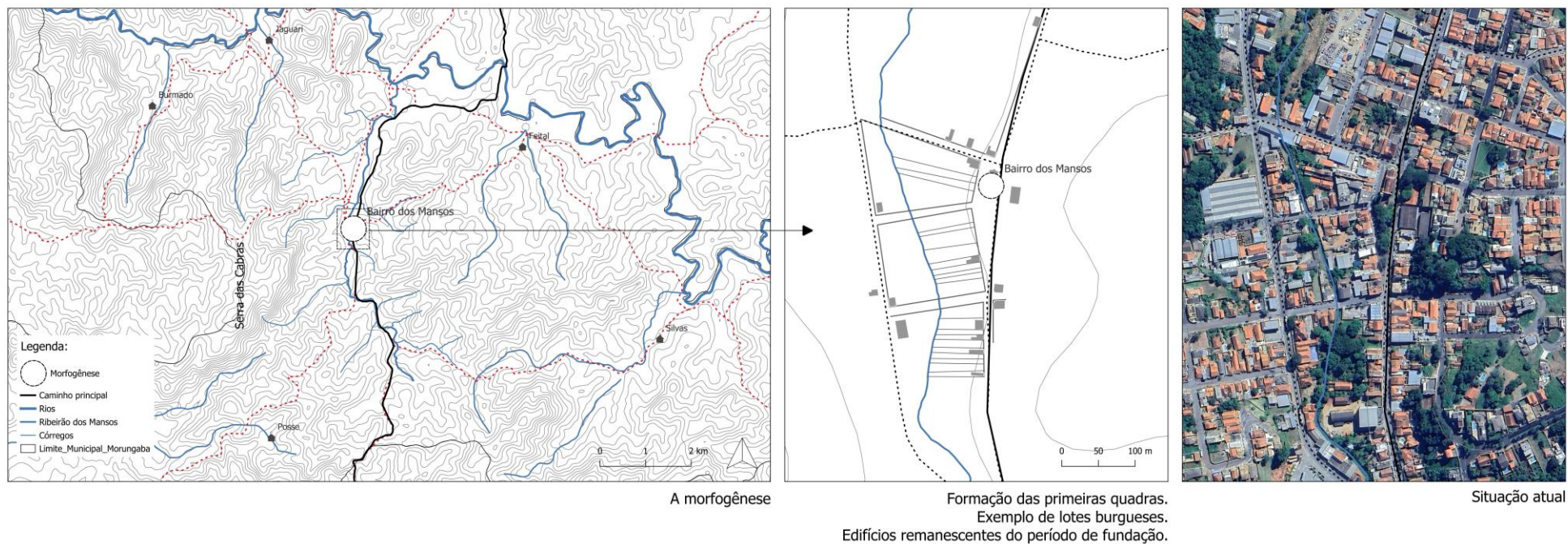


Figura 66 – Reconstituição hipotética da morfogênese. Fonte: Elaborado pela autora no Qgis sobre base do Google Satélite. Sistema de Coordenadas Geográficas: SIRGAS 2000 (EPSG: 4674).

2.7. A origem do traçado urbano de Morungaba-SP

A formação da paisagem urbana⁶⁶ resulta do processo de ocupação territorial e tem início com a escolha de um determinado local para a implantação do núcleo urbano. Esse processo é configurado como um ato de planejamento, no qual a sociedade estrutura as três categorias da forma urbana, que tem início pela estruturação do plano urbano: as vias, e o parcelamento (Costa; Netto, 2015, p. 66).

No caso da cidade de Morungaba, a origem do traçado da cidade está apoiada na pré-existência de rotas, condicionada pela estrutura territorial formada no momento de ocupação do território. Entretanto, a formação das quadras ocorreria a partir de seu crescimento (Figura 67).

⁶⁶ Segundo Santos (2023, p. 103), a “paisagem” é composta por um conjunto de formas que “exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza.” Assim, o termo também pode ser entendido como uma “configuração territorial”, composta por elementos naturais e artificiais que caracterizam uma determinada área. Panerai (2014, pp. 30-33) define que a “paisagem urbana” é composta por elementos marcantes, alinhando-se às categorias de análise propostas por Lynch (1999). Entre esses elementos destacam-se os percursos, os núcleos, os setores, os limites, e os marcos. A identificação desses elementos contribui para uma compreensão da forma urbana.

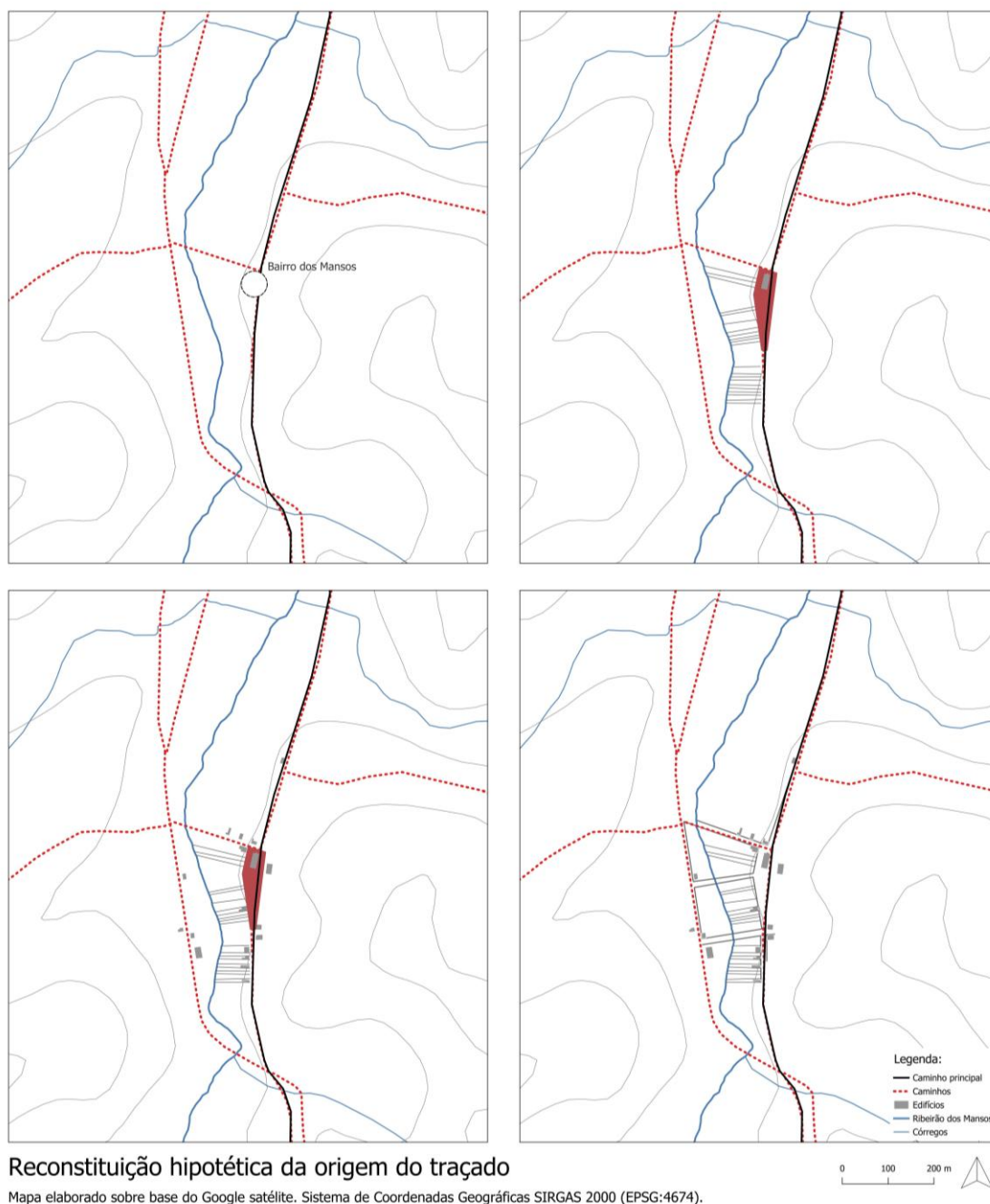


Figura 67 – Reconstituição hipotética da origem do traçado urbano de Morungaba-SP. Fonte: Elaborado pela autora com base na planta do distrito de paz de Morungaba (1938) e da imagem de satélite, 2025.

Após a construção da nova capela (Igreja Matriz) e a definição de seu âmbito em roda, aos poucos ocorre a construção dos edifícios na testada do largo da capela e do caminho principal, ocupando os lotes de acordo com o padrão estabelecido no período colonial, sem recuos frontais ou laterais (Figura 68). Nesse momento, ainda

não havia calçadas; o edifício marcaria a divisão entre o espaço público e o privado (Reis Filho, 2002).



Figura 68 – Largo da Igreja Matriz de Morungaba-SP. s/d. Na fotografia observa-se o casario construído na testada do largo da Igreja. Fonte: Grupo do Facebook intitulado “Morungaba antiga: Resgate da história através de fotos e fatos” Disponível em: [MORUNGABA ANTIGA: RESGATE DA HISTÓRIA ATRAVÉS DE FOTOS E FATOS. | Grupos | Facebook](#). Acesso em: 14 nov. 2025.

Apesar da gênese urbana de Morungaba ter ocorrido no início da República, entendemos que a formação dos núcleos urbanos ainda carregava a herança do modo de fundar cidades no Brasil do período colonial. Segundo Teixeira (2012), a primeira fase da construção dos primeiros núcleos urbanos foi responsabilidade dos próprios colonos, que se inspiraram nos modelos que conheciam na metrópole. Essas referências possuíam uma articulação direta com a topografia.

Segundo o autor, a presença dos fatores que ele denomina civilizacionais gera formas urbanas menos regulares, denominadas vernáculas ou sem planejamento. Nesse primeiro momento de implantação urbana de baixa tecnicidade, observa-se que o traçado urbano mantém relação direta com as condições do sítio natural onde está implantado (Teixeira, 2012, p. 13).

Os principais elementos estruturantes da cidade são as ruas que se implantam sobre as linhas naturais do território e os edifícios singulares localizados em pontos dominantes, que são referência para a organização dos espaços envolventes e para a organização da cidade em seu todo. (Teixeira, 2012, p. 13)

A origem do traçado vernacular remonta à civilização mediterrânea, reforçada pela presença muçulmana articulada ao território, em oposição à forma erudita⁶⁷, herdeira da cultura urbana romana e reformulada no Renascimento. No caso da cidade Portuguesa, Teixeira considera que esta possui tanto o traçado vernacular quanto o erudito em suas cidades (Teixeira, 2012, p. 14).

Independentemente do traçado regular ou orgânico, a cidade portuguesa sempre tirou partido das características físicas do território.

O fato da maior parte das cidades de origem portuguesa não apresentar um caráter absolutamente geométrico não significa que não houvesse os conhecimentos técnicos suficientes para o fazer, mas sim que, da cultura urbana portuguesa, também faziam parte outras tradições, outros princípios e outras concepções urbanas que não tinham necessariamente uma base geométrica e que, ao longo do tempo, sempre permearam os seus traçados.” (Teixeira, 2012, p. 18).

Seja vernácula ou erudita, toda cidade possui planejamento; o que muda é que, no caso da vernácula, esta resulta de acúmulo de sucessivas intervenções ao longo do tempo; porém, no caso da erudita, há um plano prévio; entretanto, a existência de uma não anula a outra. Já que suas distinções estão na escala de tempo, nos atores sociais e nas escalas de intervenção (Teixeira, 2012, p. 19).

Da mesma forma que a Teoria Territorial, Teixeira (2012, p. 39) aponta que a leitura do território se tornou indispensável à sobrevivência do homem. A primeira forma de se aproximar de um território foi “seguir os cursos d’água e as linhas de cumeada, que constituem as primeiras grandes referências, os caminhos e as fronteiras entre territórios”.

⁶⁷ Segundo Teixeira (2012), a forma erudita refere-se ao traçado urbano ortogonal.

Na cidade portuguesa, os edifícios de destaque, como igrejas e castelos, eram posicionados em caminhos que, por sua vez, se sobrepunham às linhas naturais do território, como as de cumeada e de vale. Assim, mesmo que não tão explicitamente, os traçados urbanos de origem portuguesa incorporam ambos os tipos de traçado: o baseado na ordem natural, a partir de aspectos do território, e o geométrico, embora este último não seja tão explícito a uma leitura inicial (Teixeira, 2012, p. 69).

O elemento gerador do traçado do tipo vernacular são as linhas estruturantes do território, ao passo que, no traçado geométrico, o principal elemento gerador é a praça, local das principais funções institucionais do núcleo urbano (Teixeira, 2012, p. 70).

Desse modo, no mesmo sentido da análise de Teixeira (2012), observa-se que o plano urbano de Morungaba se aproxima do que o autor classificou como vernacular, uma vez que decorre das linhas estruturantes do território. Ainda que não tenha sido concebido a partir de um plano prévio, o traçado urbano de Morungaba apresenta certa regularidade. A origem do traçado urbano de Morungaba foi estruturada pela linha de vale, a rota principal que acompanha o ribeirão dos Mansos no eixo Norte-Sul. Esta rota também se reforça no sentido de ligar o local do núcleo urbano à sua sede administrativa, que, no final do século XIX, era cidade de Itatiba.

Além disso, a implantação da capela neste eixo produziu uma bifurcação deste caminho, conduzindo o observador ao elemento dominante da paisagem: a capela. Esta bifurcação também determinou o âmbito necessário em roda para as procissões. Assim, o caminho bifurca-se nas laterais do templo e conflui novamente nos fundos da capela. Por outro lado, de forma perpendicular aos fundos da capela, temos outro eixo que se formou na direção Leste-Oeste, transpassa o ribeirão e liga a capela ao cemitério. Essa rota, que leva ao cemitério, é uma rota pré-existente à origem do núcleo urbano, pois se conecta à rota de cumeada na Serra das Cabras e ao bairro rural do Brumado, em direção a uma das pontes sobre o rio Jaguari.

Na Figura 69, no georreferenciamento da planta do distrito de paz de Morungaba (1938), observa-se que a igreja foi construída próxima do ribeirão,

entretanto, em cotas de nível mais elevadas. Essa escolha do local da igreja em um lugar alto e “são” era uma determinação da Igreja Católica, evitando que o templo fosse construído em locais insalubres⁶⁸.

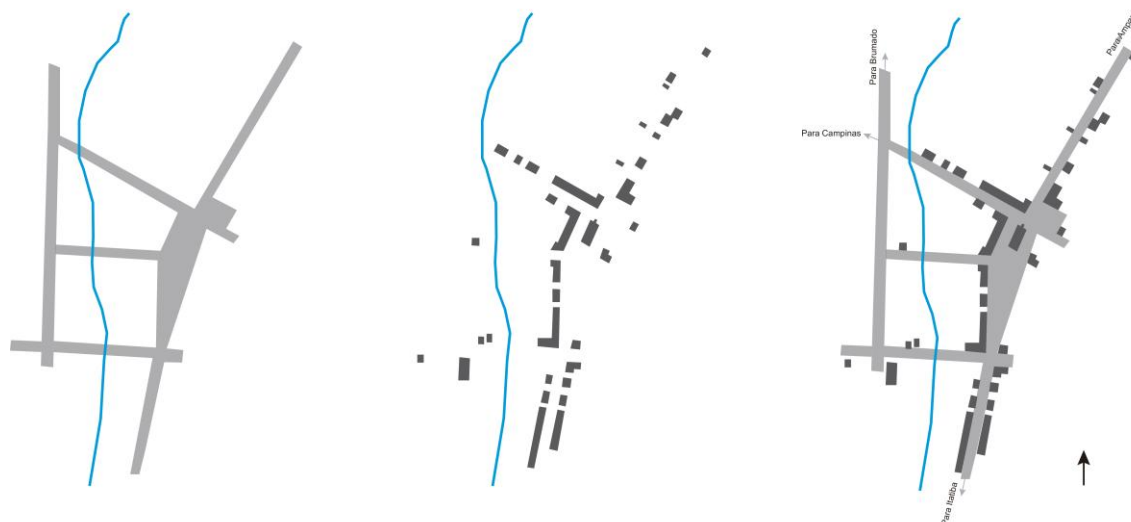


Figura 69 – Elementos que compõem o tecido urbano de Morungaba-SP. Com base na planta do distrito de paz de 1938. Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Além disso, a hierarquia dos espaços urbanos era tratada como essencial para a beleza do núcleo urbano, independentemente do traçado ser de origem vernácula ou erudita, o que definia a hierarquia era a localização dos edifícios institucionais, que no primeiro momento de formação do núcleo urbano eram pontos topograficamente elevados na paisagem (Teixeira, 2012, p. 72). Embora a capela de Morungaba tenha sido implantada próxima à linha do vale, houve o cuidado de posicioná-la em uma cota mais elevada, de modo que o templo fosse visível ao viajante que se aproximasse do núcleo urbano (Figura 70).

⁶⁸ Essas determinações da Igreja Católica eram descritas nas normas eclesiásticas. Segundo Marx (1991, pp. 20-22), as normas eclesiásticas se baseavam nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, documento publicado em 1719, que refletia as normas do Vaticano sobre os ritos elaborados na Contrarreforma, em meados do século XVI. Esse documento nos é importante pois, estipulavam regras que deveriam ser rigorosamente respeitadas, tanto para a edificação da capela, quanto em relação ao local escolhido, de forma a garantir salubridade e de destaque na paisagem.



Figura 70 – Foto aérea do núcleo urbano Morungaba-SP. Década de 1980. Na área central do núcleo urbano destaca-se a Igreja Matriz. Em azul ribeirão dos Mansos. A linha tracejada representa as rotas. Fonte: Grupo do Facebook intitulado “Morungaba antiga: Resgate da história através de fotos e fatos”. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/168473433320647/media>. Acesso em: 16 out. de 2025. Editado pela autora, 2025.

2.7.1. A formação dos primeiros lotes

A partir da planta do distrito de paz de Morungaba (1938), foi possível espacializar uma hipótese da configuração dos lotes naquele período⁶⁹. Esses lotes apresentavam testadas estreitas e grande profundidade, características associadas aos lotes coloniais ou “burgueses”. Conforme a classificação proposta por Conzen (2004), as quadras se formariam pela progressiva ocupação dos fundos desses lotes, resultando na criação de uma nova testada, oposta à original. A ocupação no centro dos lotes, como ocorreu, por exemplo, na Inglaterra logo após a Revolução Industrial, levou a um adensamento que acarretou problemas urbanos, exigindo políticas públicas e as primeiras legislações urbanísticas (Costa; Netto, 2015, pp. 108-109).

⁶⁹ Consultou-se a Prefeitura Municipal de Morungaba em busca de uma planta cadastral referente à área central da cidade. Entretanto, segundo informações dos setores responsáveis, não há registro desse documento, uma vez que se trata de uma área muito antiga.

Trazendo os “lotes burgueses” para o contexto do núcleo urbano de Morungaba, observa-se a presença de parcelas longas e de frente estreita, nas quais as edificações eram construídas sobre a testada do caminho principal, sem recuos frontais ou laterais (Figura 71). Segundo Reis Filho (2002, p. 22), esse modo de construir aproveitou-se de antigas tradições urbanas portuguesas, replicadas no Brasil desde o período colonial. Por outro lado, a construção isolada no lote, com jardim, só foi introduzida no Brasil no final do século XIX.



Núcleo urbano de Morungaba-SP em 1938

Figura 71 – Situação do núcleo urbano de Morungaba-SP, em 1938. Planta conjectural correspondente ao período do início do século XX. Representação da topografia, caminhos, quadras, lotes e edifícios.

Os edifícios demonstrados correspondem aos edifícios remanescentes do período de fundação do núcleo urbano. Fonte: Elaboração da autora, 2025.

Ainda que o núcleo urbano de Morungaba tenha tomado forma somente no final do século XIX, a solução para os lotes e os edifícios foi dada de forma semelhante ao tipo de implantação vigente nos períodos colonial e imperial. Outro ponto a se considerar, é que os edifícios ao entorno da Igreja Matriz foram construídos em alvenaria de tijolos, assim como a igreja, e não mais na técnica de taipa de pilão ou de mão, a qual foi encontrada somente nas fazendas de Itatiba e Morungaba, a partir dos levantamentos de campo.

Na figura 71, também se observa que, no núcleo urbano de Morungaba, as parcelas se estenderam até o ribeirão, que se tornou um limite dos fundos dos lotes. Além disso, vemos que, em um primeiro momento, não houve construções na fachada leste da igreja, o que pode ser associado às limitações provocadas pelo terreno em aclave, ocupado somente no início do século XX.

2.7.2. *Os primeiros eixos de expansão do núcleo urbano de Morungaba-SP*

Segundo Coelho et al. (2014), é possível identificar a expansão e a permanência do traçado da cidade através da observação de um mesmo espaço ao longo do tempo.

A observação de um mesmo espaço da cidade em diferentes momentos no tempo, permite uma leitura cronológica em que podem ser identificados tanto a impressão de novos traços, como origem em processos de formação e transformação da cidade em cada momento ou intervalo temporal, como a permanência de traços antecedentes, que correspondem a uma herança morfológica que atesta a resistência do objeto urbano à transformação. (Coelho *et. al.*, 2014, p. 33)

Para verificarmos a evolução do traçado ao longo do tempo, recorreremos à análise do tecido existente em retrospectiva:

Como os filhos que herdam genes dos progenitores, apesar de serem distintos dos seus antepassados e seguramente terem especificidades que os autonomizam e individualizam, a cidade deve herdar uma identidade genética do lugar que se revele na sua forma e perdure no tempo. (Coelho *et. al.*, 2014, p. 48)

Em 1938, observa-se um crescimento lento em relação ao núcleo urbano original de Morungaba e que a definição das quadras se deu a partir dos principais caminhos. Em um segundo momento, o tecido urbano se expandiu, igualmente condicionado pelas rotas estruturantes, com preferência por cotas mais baixas, situadas nas linhas de vale. Já na década de 1980, nota-se uma ocupação mais ampla dos terrenos em cotas mais elevadas; ainda assim, as quadras cresceram repetindo um padrão linear, ocupando as áreas ao redor do ribeirão. No traçado atual, verifica-se que o crescimento se manteve no eixo norte-sul, acompanhando a linha de vale ocupada pelo Ribeirão

dos Mansos, e privilegiou uma expansão mais intensa no sentido noroeste, também em área de baixa altitude e guiada pelos caminhos existentes desde o período da morfogênese (Figura 72).

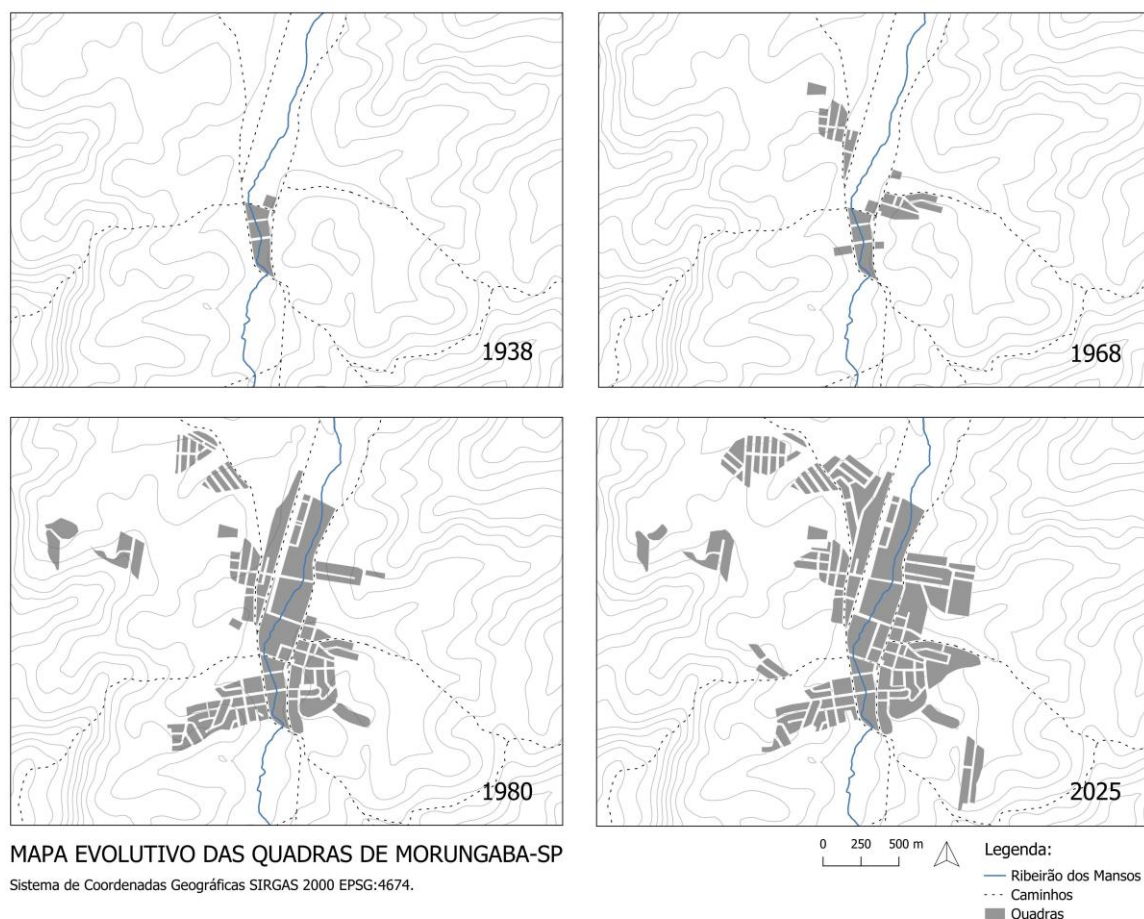


Figura 72 - Mapa evolutivo das quadras de Morungaba-SP (1938; 1968; 1980; 2025)⁷⁰. Fonte: Elaborado pela autora no Qgis sobre base da imagem de satélite, 2025.

⁷⁰ O mapa foi produzido a partir das plantas levantadas correspondentes aos anos de 1938 (Mapa do Município de Itatiba, produzido pelo Instituto Geográfico e Geológico, contendo as plantas da cidade de Itatiba e do distrito de paz de Morungaba; escala 1:100.000; fonte: Arquivo Público da cidade de Itatiba); 1968 (mapa produzido para o Plano Diretor de Morungaba-SP, desenvolvido por Ruy Ohtake, p. 53, disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Morungaba-SP); 1980 (croqui da cidade de Morungaba; escala 1:4.000; cópia disponibilizada pelo acervo da Prefeitura Municipal de Morungaba-SP); e 2025 (imagem de satélite georreferenciada).

De modo geral, a partir da produção do mapa evolutivo das quadras da cidade, nota-se que o crescimento urbano ocorreu preferencialmente de forma linear, respeitando o eixo do caminho principal. No recorte temporal trabalhado na pesquisa, observamos que, desde a gênese urbana, houve um lento crescimento, formando as primeiras quadras entre os caminhos paralelos ao ribeirão. Essa expansão só tomaria força após a emancipação da cidade, em 1964.

2.8. Considerações parciais

As análises realizadas com base nos conceitos de morfogênese e da teoria territorial permitiram visualizar a relação direta entre a estrutura geomorfológica do território e o traçado urbano. A análise conjectural sobre o que era a paisagem no período de ocupação desse território, com a atenção voltada para a primeira estrutura: o caminho, permitiu esclarecer a conexão entre as rotas e o desenho do núcleo urbano formado posteriormente. Por mais que a relação entre o suporte geográfico e o plano urbano pareça clara aos olhos do observador, ela muitas vezes é mais bem identificada quando revelada por meio de mapas e desenhos, uma vez que os eixos das rotas batem perfeitamente com a topografia.

Partindo da tese de que os caminhos são estruturas que tendem a permanecer inalteráveis em determinado território, na elaboração dos mapas, a relação entre a topografia e os caminhos evidenciou a preferência por rotas próximas a cursos d'água, fator que pode ser explicado pela dificuldade de transpor áreas com vegetação densa. Além disso, a localização das rotas próximas à água também pode ser explicada pela necessidade de acesso a água para consumo, fator que pode ter sido determinante no sucesso da ocupação na formação dos primeiros núcleos rurais.

A cartografia do século XVIII evidencia que havia duas rotas importantes que estavam paralelas ao local, onde mais tarde, surgiria o território de Itatiba e Morungaba. Segundo a cartografia, o caminho dos *Goiases* e o caminho *Velho* eram duas rotas importantes que estruturavam essa localidade. Partindo da tese de que os caminhos se bifurcam na configuração de uma “bacia de drenagem”, rotas secundárias

partiram desses caminhos-tronco e adentraram essa região, que, na época, poderia ser considerada ainda sertão. Os documentos manuscritos consultados mencionam caminhos na região de estudo no início do século XIX, esses caminhos podem ser mais antigos, já que a formação do primeiro bairro rural na região de Morungaba, o bairro do Couto, data do final do século XVIII.

No que se refere à classificação dos períodos morfológicos, definimos que o período de morfogênese correspondeu ao período de formação do bairro do Couto. Essa definição parte da suposição de que a formação desse bairro foi a primeira ocupação desse território e, portanto, responsável por estruturar os primeiros caminhos, como uma organização fundiária inicial.

A partir da caracterização do território tipo de Morungaba, foi possível entender a origem da forma urbana da cidade. Com a produção cartográfica, ficou evidente que, a partir do momento da construção da capela (Igreja Matriz), utilizaram-se as rotas existentes – rotas ordenadas pela geomorfologia do território – para traçar o traçado, sem planejamento prévio. Alguns desses elementos que caracterizam o território-tipo merecem destaque: a Serra das Cabras, o ribeirão dos Mansos e o rio Jaguari.

Nesse sentido, o traçado urbano de Morungaba foi conduzido por uma rota paralela ao ribeirão e, após a construção da capela em um ponto mais elevado do que o vale, junto a essa rota, esse caminho passou a ganhar maior destaque na circulação. Os edifícios foram sendo construídos na testada desse percurso, lado a lado. No que se refere à formação das quadras, não houve a adoção de um plano prévio; utilizaram-se rotas paralelas para delineá-las. Além disso, as quadras foram definidas com base na implantação dos edifícios, como resultado do processo de ocupação. E, partindo do caminho como elemento estruturante, a expansão da cidade ocorreu predominantemente de forma linear, privilegiando as cotas de níveis mais baixas.

Ainda que o traçado urbano não possua planejamento prévio, ao determinar a escolha do local para a construção da capela, houve a preocupação de situar o núcleo do povoado em um local mais seguro em relação às adversidades naturais que o local

podia oferecer. De modo geral, consideramos que a estrutura geomorfológica condicionou a forma do núcleo urbano de Morungaba.



CAPÍTULO 3

OS AGENTES MODELADORES DO ESPAÇO URBANO DE MORUNGABA-SP

A partir dos estudos de Vasconcelos (1997) promoveremos a discussão dos agentes modeladores do espaço urbano da cidade de Morungaba-SP. Com as análises realizadas nas fontes documentais, entende-se que a Igreja Católica e os proprietários de terra desempenharam importante papel na formação do núcleo urbano de Morungaba. Com base na documentação apresentada, discutiremos a influência da Igreja e desses proprietários - configurados como agentes econômicos - na origem da cidade. O papel da Igreja Católica será discutido através das normas eclesiásticas, oriundas do século XVIII, que foram decisivas para a escolha do local de implantação da capela, e por consequência da gênese urbana; e dos proprietários de terra, descendentes das famílias que ocuparam esse território no final do século XVIII, que pela devoção à Nossa Senhora da Conceição e do poder econômico que detinham, foram responsáveis pela configuração fundiária, da qual se desmembraria o terreno doado para construção da capela, e pelo financiamento de sua construção.

3. Os agentes modeladores do espaço urbano de Morungaba-SP

Durante toda a história, a paisagem urbana é criada e transformada pela sociedade local, como um artefato comum (Conzen, 2004, p. 116). O conceito de agente modelador urbano foi criado para ajudar a entender as sociedades pretéritas, permitindo compreender os interesses que moveram as ações de pessoas do passado e resultaram na materialidade do espaço urbano que habitamos. A utilização desse conceito pode facilitar o processo de reconstrução do passado das cidades (Vasconcelos, 2009).

Nesse sentido, a importância de identificar os agentes por trás da forma urbana constitui uma contribuição para o entendimento de como as formas foram “criadas”. As pessoas estão envolvidas no processo de formação e alteração da paisagem, seja como indivíduos ou grupos, podem influenciar a escala ou a velocidade dessa mudança e, mesmo que não participem ativamente, serão afetadas por ela (Larkham; Conzen, 2014).

Vasconcelos (1997) caracterizou os agentes modeladores das cidades coloniais brasileiras em cinco categorias principais: (1) a Igreja; (2) as ordens leigas; (3) o Estado; (4) os agentes econômicos; e (5) a população e os movimentos sociais. Assim, compreender as cidades do passado requer a criação de conceitos e termos adequados ao contexto histórico analisado, pois o uso de categorias próprias das cidades contemporâneas pode resultar em anacronismos. Os agentes que promovem a cidade atual, como, por exemplo, a indústria imobiliária, contemplam a cidade capitalista moderna; por isso, não é possível aplicá-los à realidade do período de fundação da maioria de nossas cidades, regidas por outras leis e inseridas em uma etapa pré-industrial (Vasconcelos, 1997, p. 248).

3.1. A Igreja Católica como agente modelador urbano

A partir das primeiras análises realizadas com base no Livro do Tombo da Igreja Matriz de Morungaba, identificamos que a Igreja Católica desempenhou um papel crucial como agente modelador do seu espaço urbano. Suas ações se fundamentavam

em diretrizes eclesiásticas que orientavam a escolha dos locais destinados à construção de capelas, influenciando diretamente a formação inicial do povoado (Marx, 1991).

Com o intuito de disseminar o catolicismo, o regime do Padroado adotado estabeleceu vínculos entre o poder civil e o religioso; assim, compreendemos que a Igreja Católica e a Coroa eram aliadas no processo de colonização da América portuguesa (Derntl, 2010, p. 62).

Por meio do regime instituído, o monarca podia coletar impostos eclesiásticos, propor a criação de dioceses e fundar capelas e paróquias. A unidade territorial básica no domínio eclesiástico era a paróquia/freguesia, que dispunha de um pároco responsável pela administração, tanto para a doutrinação da população quanto para as necessidades civis. As freguesias, por sua vez, eram divididas em comarcas eclesiásticas e submetidas à jurisdição de uma diocese, administrada pelo bispo (Derntl, 2010, p. 63).

Nesse sentido, Vasconcelos (1997, p. 250) separa os papéis da Igreja Católica em dois: o ligado ao Estado, composto pelo clero secular, e o das ordens religiosas ou clero regular, que, de certa forma, era independente do Estado. O clero secular constituía a alta hierarquia da igreja, formada pelos bispos e arcebispos, e suas instituições, bem como abrangia a baixa hierarquia, composta por vigários e párocos, que administravam as freguesias.

A função da alta hierarquia era definir a localização das Igrejas Matrizes e os limites territoriais das paróquias. Esses limites repercutiram nas divisões administrativas atuais das cidades (Vasconcelos, 1997, p. 250).

No Livro do Tombo da Paróquia de Conceição de Barra Mansa, encontramos um trecho que descreve as condições do local ideal para a edificação da nova capela. A recomendação foi transcrita pelo vigário responsável da paróquia e verifica-se que se baseia no título nº 17 do quarto livro das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, elaboradas no século XVIII (Vide, 2011, p. 253).

Havemos por bem, pela presente, conceder licença para que a referida parochia se possa eregir uma capela, sob a invocação de N.S. da Conceição de Barra Mansa, filial aquella matriz, **contando que seja um lugar alto, livre de**

humidade, desviado quanto possível dos lugares imundos e casas particulares, e que tenha âmbito em roda, para andarem procissões, devendo ser o local para tal fundação designada pelo Revo. Parocho respectivo a quem autorizou os para benzer a primeira pedra do edifício na forma ritual romano. (Livro do tombo nº1 da Igreja Matriz de Morungaba, 1892, p. 5, grifo nosso)

O trecho registrado no Livro do Tombo foi transcrito diretamente das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, documento que regulamentava a conduta da baixa hierarquia da Igreja Católica por meio de normas elaboradas pela alta hierarquia, cujos descumprimentos eram passíveis de punições. De modo geral, o documento trata da conduta do vigário perante seus fregueses e das diretrizes litúrgicas. Em busca do trecho citado, identificamos no livro quatro seções, chamadas de “títulos”, tratando das disposições da edificação da Igreja (Vide, 2011, pp. 252-253). Segundo Marx (1991, p. 20) as normas eclesiásticas vigoraram até o início do século XX, mesmo sofrendo mudanças a partir da criação do Império, encerrando-se com a laicização assumida pelo novo Estado.

Nas Constituições, o título de nº 16 reforça que ninguém poderá edificar uma capela sem autorização da alta hierarquia, sob pena de multa e excomunhão. Sendo assim, o povoado que desejasse erguer seu templo deveria, antes, obter a permissão do Arcebispo. Em seguida, no título nº 17, encontram-se as descrições específicas sobre a escolha do local para a construção da Igreja, atentando-se às questões sanitárias de acordo com o sítio. A recomendação era sempre construir em local alto, livre de umidade e com capacidade de erguer uma comunidade em volta (Vide, 2011, pp. 251-252).

Dessa forma, torna-se evidente que a Igreja Católica tinha preocupação com a organização do povoado em formação. Essa atuação revela um planejamento a partir da escolha do sítio, não realizada a esmo, o que define o local da gênese urbana. Assim, entendemos que a Igreja Católica desempenhou um papel importante na consolidação da rede urbana da América Portuguesa, resultado da aliança entre a Coroa e a Igreja. Nesse contexto, o local destinado à construção da capela de Conceição de Barra Mansa foi definido pela baixa hierarquia da Igreja Católica e certificado pela alta hierarquia

que, por sua vez, foi estipulada no livro das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, do século XVIII.



Figura 73 – Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição e praça de Morungaba-SP. Década de 1970.
Fonte: Grupo do Facebook intitulado “Morungaba antiga: Resgate da história através de fotos e fatos” Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/168473433320647/media>. Acesso em: 16 de out. de 2025.

3.1.1. Capelas filiais em Conceição de Barra Mansa

Como já discutido, a primeira capela a ser curada no bairro dos Mansos, dedicada à Nossa Senhora da Conceição, foi construída na segunda metade do século XIX, na propriedade de Joaquim Pereira Cardoso. Esta capela, que acreditamos ter sido muito simples, recebeu o curato em 1892, concedido pelo bispo D. Lins, sob jurisdição da Paróquia de Itatiba. Todavia, o local de construção desta primeira capela não pôde ser identificado. Assim, o núcleo urbano passou a ser definido com a doação do terreno destinado à constituição do patrimônio de Nossa Senhora da Conceição, ocorrida em 1893. As obras da nova capela tiveram início em 1896, estabelecendo-se, assim, a sede do centro religioso e social do bairro. Em 1898, essa capela foi elevada à condição de Igreja Matriz.

Até a década de 1930, além da Igreja Matriz, supomos, através dos remanescentes encontrados nas fazendas, que as únicas capelas no termo da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Barra Mansa — de que temos registro — eram as das fazendas, compondo o núcleo rural, e as localizadas nos caminhos, principalmente no caminho que conduzia à cidade de Bragança Paulista (Figura 74).

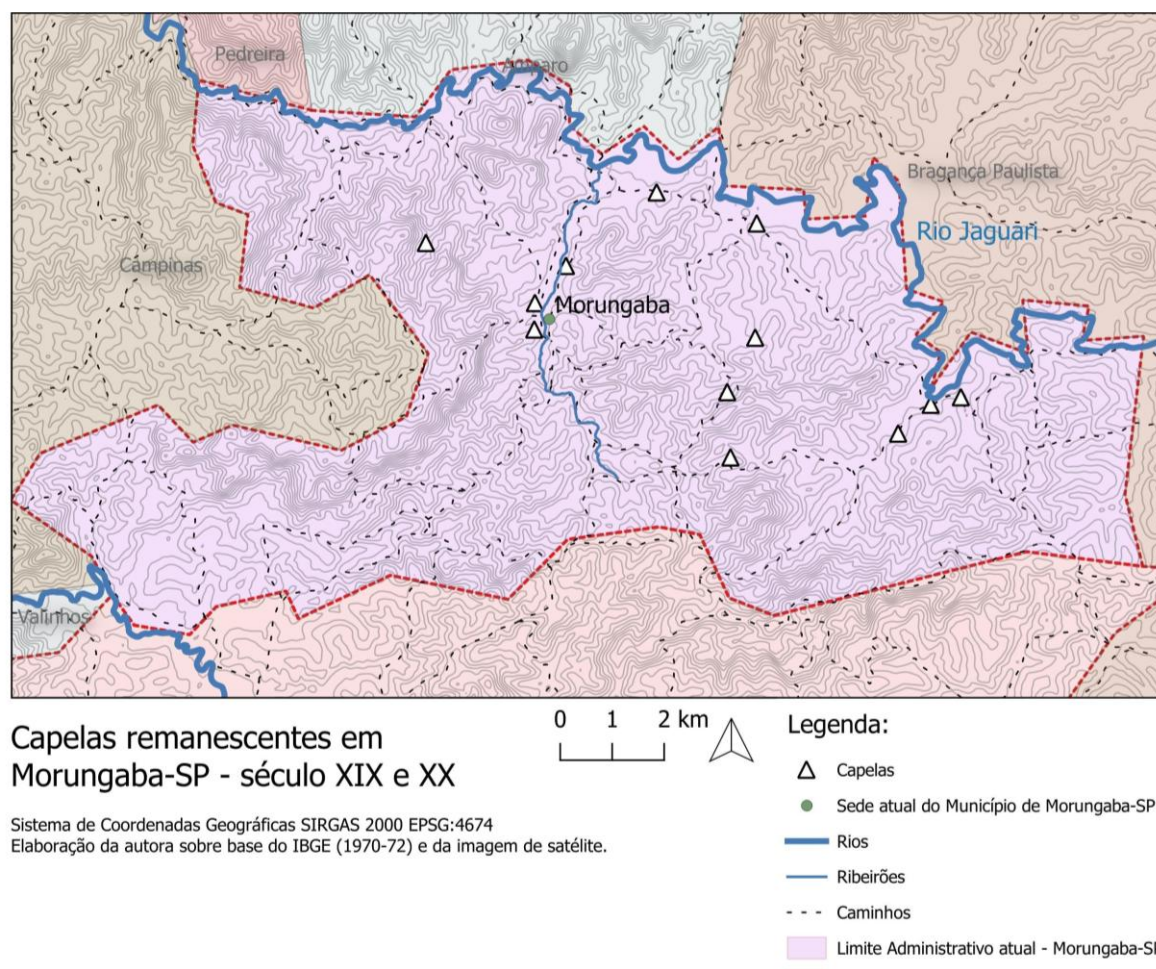


Figura 74 - Capelas remanescentes em Morungaba-SP – séculos XIX e XX. Elaborado pela autora, 2025.

Conforme informações do Livro do Tombo, em 1906, a capela de São Sebastião de Tuiuti, localizada no município de Bragança Paulista, foi anexada à paróquia de Conceição de Barra Mansa, permanecendo sob visita de seu vigário por um ano. Em 1911, os habitantes do bairro rural do Feital solicitaram a presença de um sacerdote para celebrar as orações na capela do bairro, dedicada a São Pedro⁷¹, sob a justificativa

⁷¹ A capela de São Pedro localizada no bairro Feital pertencia ao terreno de Pedro Mazzero. Fonte: Livro do Tombo nº 1 da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Morungaba-SP, 1911, pp. 21-21v.

de que a população do bairro estava distante da sede da freguesia. A solicitação encaminhada ao bispado foi aceita.

Ainda segundo os registros, em 1913, o bairro rural das Onças, até então pertencente a Amparo, foi anexado à paróquia de Conceição de Barra Mansa. Em 1916, durante uma visita paroquial, o vigário percorreu as capelas e os bairros da freguesia, mencionando as localidades das Onças, Brumado, Feital, Buenópolis e Silvas. As capelas registradas eram as de São Benedito, São Roque, Nossa Senhora do Rosário, São José e Santa Luzia. Entre elas, apenas a capela de São Roque foi identificada com precisão, situada na Fazenda Santa Gertrudes⁷², no bairro do Silvas; as demais não puderam ser localizadas.

No que se refere aos templos religiosos que exerceram importância urbana, em 1932 foram construídas duas capelas filiais à Igreja Matriz de Morungaba, ambas com plantas idênticas: uma dedicada a Santo Antônio (Figura 75) e outra a São Benedito (Figura 76). Com o tempo, essas capelas deram origem a bairros que herdaram seus nomes. Atualmente, apenas a capela de Santo Antônio permanece preservada, tendo passado por reformas internas e de cobertura; a capela de São Benedito foi demolida e substituída por uma nova construção no mesmo local.

A capela de São Benedito pode ser associada à devoção de descendentes de pessoas escravizadas na região, pois, até os dias atuais, durante a festa dedicada ao santo, celebrada no mês de maio, mantém-se a tradição da Congada⁷³. Entretanto, informações encontradas no Livro do Tombo da Paróquia de Morungaba⁷⁴ indicam que a irmandade de São Benedito já existia antes da construção da capela, tendo sido fundada em 1906.

⁷² ACMSP, 1892, p. 6, Livro 04-04-09.

⁷³ Segundo Paparidis (2018, p. 22), a Congada é um folguedo brasileiro, formado por uma fusão de culturas de características religiosas cristãs e africanas. As apresentações ocorrem com cantos e danças encenando um cortejo real. No caso da cidade de Morungaba/SP, as apresentações da Congada ocorrem durante os três dias da festa dedicada a São Benedito.

⁷⁴ Livro do Tombo nº 1 da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Morungaba-SP, 1906, p. 09.



Figura 75 – Capela de Santo Antônio em Morungaba-SP. Fonte: Acervo da autora.



Figura 76 – Capela de São Benedito em Morungaba-SP (demolida). Sem data. Fonte: Grupo do Facebook intitulado “Morungaba antiga: Resgate da história através de fotos e fatos”. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/16847343320647/media>. Acesso em: 10 de jun. 2024.

As duas capelas atraíram um eixo de expansão urbana, de modo que, aos poucos, casas foram se aglomerando ao seu redor, formando o bairro. A localização das capelas foi proposta em rotas já existentes, o que evidencia que a presença do templo atraiu pessoas ao seu entorno, formando a comunidade.

Nesse sentido, é importante destacar que, desde o período colonial, os núcleos urbanos eram organizados segundo a lógica religiosa; a igreja interveio no tecido urbano, organizando os elementos urbanos em torno dos templos (Silva; Drach, 2025, p. 2). Apesar da construção dessas capelas filiais ter ocorrido na testada de caminhos existentes, esse fato pode ter criado eixos de expansão urbana ligados a esses locais, como polos que atraíram a aglomeração, resultante da importância religiosa.

Além disso, a capela de São Benedito está localizada na rota que liga a sede da freguesia ao cemitério. Apesar de não encontrarmos registros de procissões e rituais fúnebres, podemos supor que esse caminho se manteve, para a comunidade, como uma rota simbólica.

De modo geral, podemos concluir que a Igreja Católica, aliada ao Império, desempenhou um papel crucial na gênese urbana de Morungaba. Mesmo que sua gênese tenha ocorrido no início do regime republicano, marcado pela laicização, entendemos que as normas eclesiásticas ainda vigoravam como no período imperial, reforçando o caráter de transição entre os regimes.

Todavia, o papel da Igreja Católica estava também associado a devoção da população do local. Segundo informações encontradas no Livro do Tombo⁷⁵, a comissão de obras da capela foi liderada - além do vigário Bartholomeu Comunal da Paróquia de Itatiba - pelos proprietários de fazendas locais, sendo citados: o então Major Francisco Bueno de Aguiar, proprietário da Fazenda Santa Leopoldina; o também Major Gabriel Rodrigues de Castro, que no final do século XIX foi proprietário da Fazenda Boa Vista⁷⁶; Joaquim Pereira Cardoso, que edificou a primeira capela que recebeu a imagem de Nossa Senhora da Conceição; Eleutério Alves Cardoso, filho do

⁷⁵ Livro do Tombo de nº1 da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Morungaba, 1895, p. 4v.

⁷⁶ Informação encontrada através do georreferenciamento histórico. Na cartografia da CCGSP consta o nome de *Gabriel Castro*, que pela localização de sua fazenda, supomos que se refere ao local da fazenda Boa Vista (demolida). No RPT de Belém de Jundiá, em 1855, a fazenda Boa Vista é citada no bairro do Couto, sendo o proprietário Francisco Lourenço da Rocha Bueno, herança de Joaquim Alves Cardoso. Fonte: APESP, 1855, pp. 040v-041.

fundador da fazenda Pereiras e proprietário da fazenda Santa Júlia⁷⁷; e o Alferes Paulino Amalfi.

Apesar da elevação à freguesia do bairro dos Mansos ter ocorrido em 1898, a Igreja Matriz só foi oficialmente inaugurada em 1907. Segundo informações do Livro do Tombo⁷⁸, no dia da inauguração, o então vigário da recém-elevada paróquia celebrou uma missa e, ao final, anexou uma placa com o nome da comissão de construção da capela.

Segundo consta no livro, o capital para a construção da capela foi oferecido pelos proprietários de terra, sendo citados: Pedro Elias de Godoy, Eugênio Elias e irmão, Benedito Franco de Godoy, Lourenço Alves Cardoso, João Bueno, Francisco Bueno de Aguiar, Fernando Araújo Campos, José Miano e José Amalfi. Francisco Bueno de Aguiar Netto foi desanexado da comissão por não ter doado o que havia sido prometido.

Dos nomes citados, sabemos que Pedro Elias de Godoy, era proprietário da Fazenda São Bento, no bairro do Brumado; Benedito Franco de Godoy, nesse momento, era proprietário da Fazenda Santa Ana (que foi propriedade de Ana Miquelina Dutra); Lourenço Alves Cardoso, era proprietário da fazenda Pereiras; João Bueno era proprietário da Fazenda Santa Júlia; e Francisco Bueno de Aguiar, era proprietário da Fazenda Santa Leopoldina. O que entendemos é que havia uma relação direta entre a paróquia e os proprietários de terra, principalmente os cafeicultores, e que o investimento desses agentes foi fundamental para a construção da Igreja.

⁷⁷ Eleutério Alves Cardoso (1846-1914), foi casado com Júlia Guilhermina da Silveira (1850-1935) após o falecimento de seu primeiro marido, Francisco Bueno de Aguiar (1839 -1881) - filho de Ana Miquelina Dutra (Faz. Santa Ana). Do seu primeiro casamento, teve dois filhos: João Bueno de Aguiar, que foi casado com Maria Emília Joly, e Francisca Bueno de Aguiar, que foi casada com Herculano Pupo Nogueira. Fonte: familysearch.org. Segundo informações do Almanaque de Itatiba de 1916, no início do século XX, a fazenda Santa Júlia pertencia a João Bueno de Aguiar e irmãos, referindo-se também aos quatro irmãos do segundo casamento, Francisco, Benedicto, Zerbina e Maria Alves Cardoso. Dessa forma, supomos que a fazenda foi fundada ou pertenceu a Eleutério Alves Cardoso antes de passar para seu filho, João Bueno de Aguiar.

⁷⁸ Livro do Tombo de nº1 da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Morungaba, 1907, pp.09- 09v.

3.2. Os agentes econômicos

Vasconcelos classifica os principais agentes econômicos do período colonial em três categorias: proprietários rurais, comerciantes e artesãos. Diante do quadro fundiário apresentado, daremos ênfase aos proprietários rurais. Em um primeiro momento, esses proprietários permaneciam, grande parte do tempo, afastados dos núcleos urbanos, dedicados às atividades produtivas desenvolvidas nas fazendas (Reis Filho, 2000). Todavia, os proprietários mais abastados construíram e mantiveram casas urbanas, utilizadas principalmente em ocasiões religiosas, como nas festas promovidas pela Igreja Católica e no período da entressafra (Vasconcelos, 1997, pp. 260-261).

Segundo Reis Filho (2001, p. 201), a breve vitalidade dos centros urbanos pode ser compreendida como “vida urbana intermitente”. As fazendas e engenhos eram quase autossuficientes e, em consequência, a vida urbana existia ao mesmo tempo que parecia não existir, conferindo aos centros urbanos uma “breve vitalidade” interrompida por uma “letargia quase permanente”. Diante disso, era no cenário rural que esses proprietários exerciam a maior parte de suas atividades, contudo, suas casas senhoriais próximas à capela eram um reflexo desse cenário produtivo rural.

Os documentos consultados indicam que, no final do século XIX, o território hoje compreendido pelo município de Morungaba era composto por propriedades rurais dedicadas à produção de café. Os proprietários mais abastados também possuíam residências urbanas em Itatiba, uma vez que a recém-elevada freguesia de Conceição de Barra Mansa ainda estava em fase de estruturação do seu núcleo urbano.

Além disso, os proprietários de terra, em razão do prestígio econômico que detinham, ocupavam posições de liderança na sociedade, exercendo cargos nas câmaras municipais e participando de irmandades de prestígio. Dessa forma, podemos dizer que as decisões desses agentes, sustentadas pelo poder econômico que detinham, afetam diretamente as paisagens urbanas (Vasconcelos, 1997, p. 261).

3.2.1. *A família Leme no bairro do Couto*

Conforme indicado pelas Listas Nominativas da vila de Jundiaí, no início do século XIX, o quadro fundiário do território de Morungaba era composto por propriedades que cultivavam principalmente milho, feijão e animais domésticos. Esse quadro mudaria com a chegada do café na segunda metade do século XIX. Assim, a partir de 1850, as propriedades mantiveram a produção de subsistência; contudo, nas fazendas seriam implementadas benfeitorias para a produção cafeicultora.

De acordo com as análises realizadas nos Registros Paroquiais de Terra de Belém de Jundiaí (1855-57), especialmente no bairro do Couto, - área que corresponde à maior parte do atual limite administrativo de Morungaba - o sobrenome Leme destacou-se. Sua recorrência chamou atenção tanto por sua presença na tradição oral local, como sobrenome da família fundadora da povoação, quanto pelo fato de se referir ao sobrenome da família responsável pela doação das terras destinadas ao patrimônio religioso de Nossa Senhora da Conceição.

O sobrenome Leme aparece, em alguns casos, no bairro do Couto, acompanhado de “Brito” e “Rodrigues”, como antigos proprietários de terras, declarados por seus herdeiros. Como não foi possível encontrar nenhum documento de sesmaria referente à área hoje compreendida por Morungaba⁷⁹, consideraremos a primeira forma de ocupação dessas terras, por meio da formação do bairro rural, nesse caso, o primeiro bairro mencionado, o Couto, listado pela primeira vez, em 1796, nas Listas Nominativas da freguesia do Jaguari (atual cidade de Bragança Paulista) (Nunes, 2021).

No início do século XIX, além de “Leme” ser um sobrenome recorrente nos registros desse bairro, era o sobrenome do então capitão do bairro do Couto, denominado Lourenço Antônio Leme. O então capitão do bairro e sua esposa, Ana Jacinta de Oliveira, constam em quatro registros como antigos proprietários de terras declaradas no bairro do Couto, na freguesia de Belém de Jundiaí. Os registros passados

⁷⁹ Além dos documentos de sesmarias citados no capítulo um, devido ao fato de que a formação do bairro do Couto ocorreu em terras compreendidas pela vila de Nova Bragança, em um primeiro momento, foram consultadas cartas de sesmarias concedidas na freguesia de Nossa Senhora do Jaguary (Bragança Paulista), assim como, a tese de Nunes (2021). Entretanto, as descrições das cartas de sesmaria concedidas no território da freguesia do Jaguari (Bragança Paulista) não permitiram uma identificação com a área estudada.

como herança/compra referem-se à fazenda Pinheirinho, de Antônio Soares Muniz⁸⁰, e à fazenda da Cachoeira, de Ana Miquelina Dutra⁸¹, que foi casada com o filho do então Cap. Lourenço Antônio Leme, de mesmo nome, mas que no momento da declaração do registro devido ao falecimento de seu marido, era casada com Francisco

⁸⁰ Transcrição do RPT de Belém de Jundiaí, nº130 de 15 nov. de 1856, pp. 64v-65: Terras que possui Antonio Soares Muniz, abaixo assinado, sou senhor e possuidor das terras seguintes, nesta freguesia do Belém termo da vila de Jundiaí: Um sítio de terras lavradeiras no bairro do Coto, Fazenda do Pinheirinho os quais divide com Aleixo José de Godoi em um espigão que fica entre as terras de Bento José da Silveira e Babiano Antonio da Silveira seguindo o espigão pelo lado da frente até frontear a cabeceira de um córrego, que desagua para o pinheirinho, e desta cabeceira a rumo direito até a cabeceira d'outro córrego que divide os gramais deles confrontantes, seguindo córrego abaixo até uma cerca de caraguatá do Sr. Aleixo, e dela acima até dar em outro caraguatá que desce procurar o mesmo córrego (ilegível) este até a ponta de um valo, subindo por este acima até um espigão, e pelo espigão acima até frontear outro espigão que faz divisa com Elias de Godoi Moreira e por este espigão abaixo procurando o nascente até uma barra do córrego da lagoa subindo por este acima até frontear um espigão alto, subindo por este acima dividindo com Elias de Godoi seguindo o mesmo espigão dividindo com terras de D. Anna Miquelina Dutra, pelo espigão adiante dividindo com terras de Claudino Lemes da Silva e Antonio Alves Cardoso até um córrego denominado da divisa, e por este córrego acima até uma barroca subindo por esta acima até um espigão alto, seguindo por este dividindo sempre com Sr. Alves, até onde teve princípio. Cujas terras possuo por herança do finado Cap. Lourenço Antonio Lemes, e por compra que fiz de Antonio da Cerqueira Cesar. Fonte: APESP.

⁸¹ Transcrição do RPT de Belém de Jundiaí, nº68 de 24 dez. de 1855, p. 35v-36: Terras que possui nesta freguesia Anna Miquelina Dutra, nesta freguesia do Belém. Eu Ana Miquelina Dutra, abaixo assinada sou senhora e possuidora das terras seguintes nesta freguesia de Nossa Senhora do Belém, termo da vila de Jundiaí. Um sítio e terras lavradeiras no bairro do Couto, fazenda da Cachoeira as quais dividem com Elias de Godoi Moreira por um espigão, e por este abaixo até uma cachoeira, descendo pelo ribeirão abaixo até um valo, e por este acima dividindo com Francisco Lourenço da Rocha até o córrego da graminha e por este acima até dar em um espigão e por este acima até a serra do pelado donde divide com terras do finado Manoel Rodrigues Leme, e pelo espigão adiante ao lado direito dividindo com o mesmo Leme até dar em outro espigão adiante ao lado direito dividindo com o mesmo Leme até dar em outro espigão e por este abaixo até o ribeirão atravessando este procurando a ponta de outro espigão por este acima até o caminho velho que seguia para Bragança, por este adiante até o córrego do Lambedor descendo por este abaixo até frontear um espigão que divide com Aleixo José de Godoi, e por este espigão acima até dar em outro espigão alto chamado do Lambedor, por este adiante ao lado direito procurando o cafezal de Manoel Alves Cardoso, seguindo a estrada adiante até dar em outro espigão pequeno que fica a esquerda, e por este abaixo até a cabeceira de um córrego seco, por este abaixo até o ribeirão atravessando este do outro lado a procurar a ponta de outro espigão, e por este acima a estrada velha que seguia por Bragança e por esta adiante até uma barroca, digo (ilegível), que tem uma (ilegível) desta que (ilegível) ao lado direito cortando a rumo direito a procurar uma outra peroba preta seca que fica no meio de uma barroca dividindo com terras do finado José Joaquim de Lima até o espigão; seguindo este pelo lado esquerdo até dar em outro espigão que divide com Claudino Leme da Silva, e por este abaixo até o ribeirão atravessando este e procurando a ponta de outro espigão dividindo com o mesmo Silva, até outro espigão, dividindo com Antonio Soares Muniz, seguindo o mesmo espigão dividindo com Elias de Godoi Moreira, donde tem seis braças de valo de diferentes lugares até o ribeirão no fim do lajeado donde teve princípio, cujas terras possui por herança de meu finado marido Lourenço Antonio Leme, por compra que fiz ao finado (ilegível) José Gomes, e mais compra que fiz ao finado José Joaquim de Lima. Belém, 6 de dezembro de 1855. A rogo de minha mãe Ana Miquelina Dutra, Francisco Bueno de Aguiar. Fonte: APESP.

Bueno de Aguiar. Ademais, o nome de Lourenço Antônio Leme também aparece como antigo proprietário dos registros de Elias de Godoy Moreira⁸² e Aleixo José de Godoi⁸³.

⁸² Transcrição do RPT de Belém de Jundiaí, nº46 de 07 dez. de 1855, p. 24: Terras que possui Elias de Godoi Moreira nesta freguesia do Belém. Eu Elias de Godoy Moreira abaixo assinado, sou senhor e possuidor das terras seguintes nesta freguesia de Nossa Senhora do Belém, termo da Vila de Jundiaí; Um sítio e terras lavradeiras, no bairro do Couto, os quais divisam com Anna Miquelina Dutra por um espigão que sobe (ilegível) acima, e por este espigão acima dividindo com a mesma até dar em outro espigão, descendo por este abaixo dividindo com Antonio Soares Muniz até o córrego da lagoa por este abaixo até uma barroca, atravessando este procurando um espigão por este acima até dar em outro espigão, e descendo por uma pequena barroca, dividindo com Aleixo José de Godoi até o córrego das (ilegível), onde existe uma porteira, pelo córrego acima até a ponta de um valo e por este acima até dar na cabeceira de outro córrego de nome do tijuco preto por este abaixo até (ilegível) por outro córrego, subindo por este acima trinta braças que (ilegível) limita a procurar um espigão, e deste a procurar a cabeceira de uma barroca funda, e por este abaixo até o espigão donde teve princípio, cujas terras possuo por herança do finado capitão Lourenço Antonio Leme, e por compra que fiz ao Antonio Muniz Penteado e Antonio de Oliveira Franco. Belém 6 de dezembro de 1855. Fonte: APESP.

⁸³ Transcrição do RPT de Belém de Jundiaí, nº44^a de 06 dez. de 1855, p. 22-22v – 23-23v: Terras que possui Aleixo José de Godoi nesta freguesia do Belém. Eu Aleixo José de Godoi, abaixo assinado sou senhor e proprietário das terras seguintes nesta freguesia de Nossa Senhora do Belém, termo da Vila de Jundiaí. Um sítio de terras lavradeiras no bairro do Couto, assim principia: divide por um lado (ilegível) por um espigão que divide com terras de Antonio Soares Muniz e João Pires Benito, descendo pelo espigão até frontear a cabeceira do córrego que deságua em outro do Pinheirinho, desta cabeceira corta a rumo direito a procura cabeceira de outro córrego, e descendo por este córrego abaixo até subir no gramado do sítio, e descendo pelo córrego abaixo até uma cerca de caraguatá do lado direito subindo pelo dito caraguatá acima até dar em outro; seguindo por ele abaixo até o córrego atravessando este córrego a procura de um valo do dito Antonio Soares Muniz; e subindo pelo dito valo adiante até frontear o espigão, seguindo pelo dito espigão abaixo até frontear com um barranquinho que divide com Elias de Godoy Moreira, e descendo pelo dito barranquinho abaixo até o córrego do lambedor, e seguindo pelo córrego acima até um valo do dito Elias, esta pelo lado limite do córrego seguindo pelo dito valo até a cabeceira do córrego denominado tijuco preto, e descendo por este abaixo até a barra do dito córrego acima até a cabeceira e descendo acima a rumo direito até o espigão que divide com Francisco Lourenço da Rocha; e seguindo este espigão a esquerda até frontear outro espigão descendo por ele abaixo até frontear uma biquinha atravessando esta descendo o espigão (ilegível) até um valo daí da dita braça de valo a rumo direito a outra braça de valo que está no espigão, daí divide esta com terras de D. Joaquina Maria de Oliveira, e seguindo pelo espigão adiante ao lado esquerdo até contatar com terras de João Ortiz, pelo mesmo espigão até contatar com as terras dos irmãos José e Gabriel, e daí com terras de Antonio Alves Cardoso seguindo por um espigãozinho abaixo o que está entre dois barranquinhos até a cabeceira de um correguinho e descendo por este abaixo até frontear o espigão que segue (ilegível) na estrada que vai para a freguesia, e daí dividindo pelo espigão com Bento José da Silveira pelo espigão que segue ao lado direito com terras de (ilegível) Antonio da Siqueira, Antonio Soares Muniz onde teve princípio estas divisas. Divisas do sítio de baixo são as seguintes é principiando no ribeirão do mesmo sítio onde forma o córrego do lambedor, descendo pelo ribeirão abaixo e dividindo com terras lavradeiras de Manoel Rodrigues Leme e Luciano José Leme até a barra do primeiro córrego, subindo córrego acima ao lado direito até a cabeceira e daí por uma meia (ilegível) até o espigão que divide com Elias de Godoi Moreira, subindo a direita pelo mesmo até frontear o espigão da vertente do cafezal descendo por ele abaixo até o ribeirão; pelo ribeirão abaixo até a primeira barra de um córrego (ilegível) pelo córrego acima dividindo com terras de Anna Miquelina Dutra, e da cabeceira do córrego segue ao lado esquerdo por um caminho até um espigãozinho descendo a esquerda pelo mesmo espigão até frontear a fazenda denominada Laranjeira: terras que possui Manoel Vaz de Lima, pelo córrego acima até frontear uma braça de valo à dividir com Manoel Alves Cardoso; daí a rumo direito a outra braça de valo no espigão seguindo pelo espigão abaixo até o córrego do Lambedor, dividindo com Anna Miquelina Dutra; e os lavradores já dito acima; pelo córrego abaixo até a barra

Apesar de não confirmada por fontes documentais, segundo Sangiorgi (1962), a fazenda Santa Ana, atualmente localizada na franja de expansão do núcleo urbano de Morungaba, pertenceu a Ana Miquelina Dutra e a seu marido, Lourenço Antônio Leme. Se isso se comprovar verdadeiro, em conjunto com a possibilidade de georreferenciamento dessas propriedades citadas, é evidente que, no início do século XIX, parte significativa do território de Morungaba era composta por propriedades que pertenceram à família Leme, descendentes do capitão do bairro do Couto, Lourenço Antônio Leme.

Na descrição da fazenda denominada Cachoeira, de propriedade de Ana Miquelina Dutra, os topônimos identificados, bem como os nomes dos proprietários limítrofes, permitem considerar que essa propriedade corresponde ao local conhecido no século XX como fazenda Santa Ana — atualmente Santa Ana de Ouro Preto (Figura 77). Outro elemento que reforça essa associação é a existência, nas proximidades da casa-sede da antiga Fazenda Santa Ana, do bairro atualmente denominado Parque das Estâncias, que tanto na planta cadastral de Morungaba quanto no mapa da macrozona

onde teve princípio esta divisa. Este sítio me corresponde por herança (ilegível) do meu sogro Cap. Lourenço Antonio Leme e Anna Jacinta de Oliveira, comprei outras partes das divisas Francisco Valle, Antonio da Silveira Franco, Antonio Soares Muniz, (ilegível) da Silveira Franco, Manoel Vaz de Lima, José Mariano Leme. (ilegível). Sítio do Couto, 4 de dezembro de 1855. Fonte: APESP.

consta como bairro da Cachoeirinha. Essa designação decorre da presença de uma pequena queda d'água situada próxima às antigas benfeitorias da fazenda.

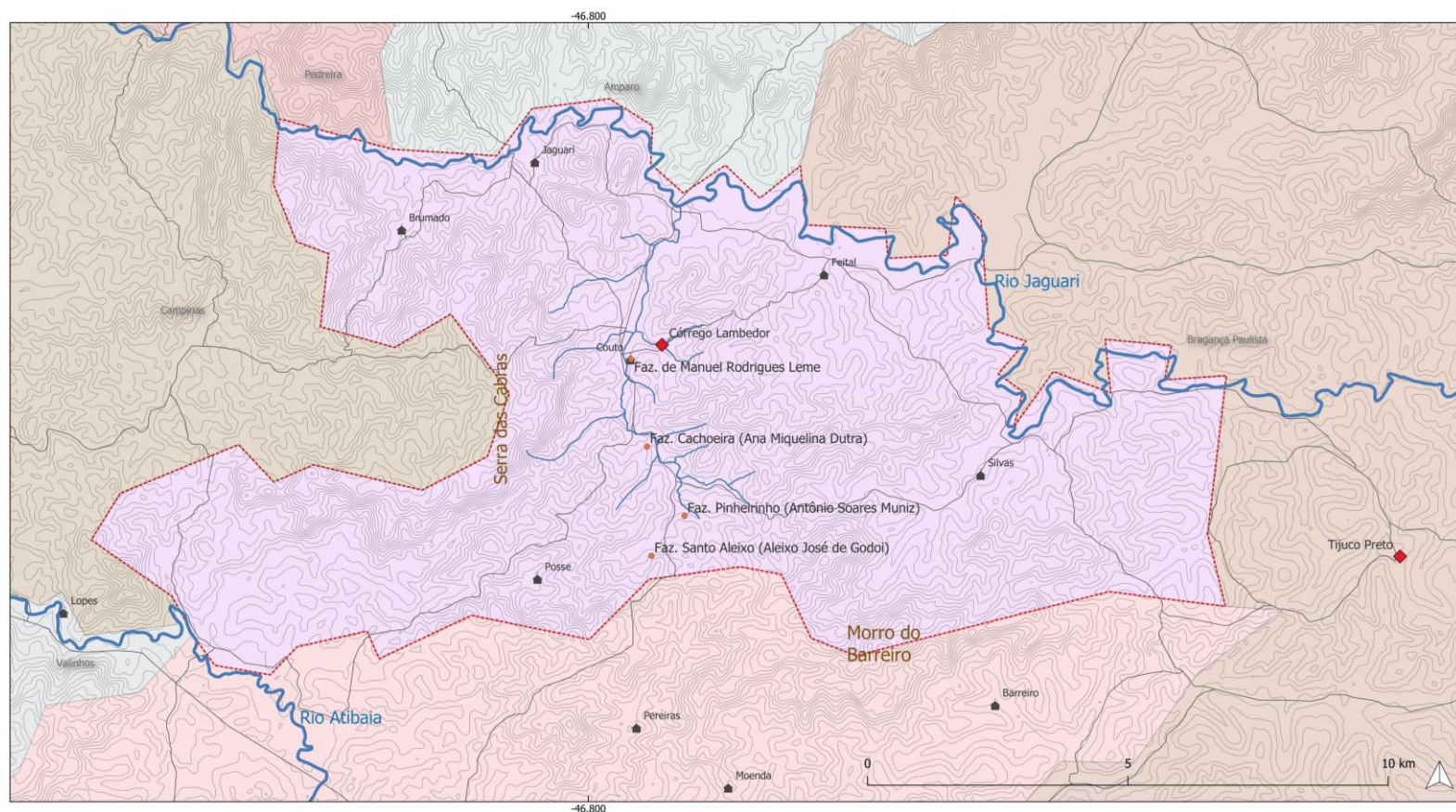


Figura 77 – Imagem de Satélite do remanescente de implantação da Fazenda Santa Ana – atual Santa Ana de Ouro Preto - em Morungaba-SP. Elaborado pela autora no Qgis, 2025.

Ao promover o georreferenciamento histórico dessas propriedades, não foi possível demarcar o local exato do sítio de Elias de Godoi Moreira⁸⁴. Contudo, a partir da descrição das divisas, supõe-se que este sítio estava situado na porção leste do atual território de Morungaba, compreendida pelo bairro rural do Silvas. Essa hipótese nos parece verdadeira devido à menção a um córrego denominado “Tijuco Preto” na descrição das terras de Elias de Godoi Moreira. Esse topônimo foi localizado na

⁸⁴ O nome de Elias de Godoi Moreira aparece em dois registros, localizados no bairro do Couto. Supõe-se que o registro nº45 (1855, pp. 023v-024), refere-se ao local da atual fazenda São Bento, por outro lado, a propriedade mencionada como herança de Lourenço Antonio Leme, registro nº46 (1855, p. 024), não foi possível de ser associada a nenhum remanescente de fazenda. Fonte: APESP.

cartografia da CGGSP como um bairro rural da atual cidade de Bragança Paulista, próximo ao atual limite administrativo de Morungaba (Figura 78).



Terras que pertenceram aos herdeiros da família Leme - século XIX

Sistema de Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000 EPSG:4674

Elaboração da autora sobre base do IBGE (1970-72) e da CCGSP (1900-1911) a partir de várias fontes textuais e cartográficas.

Legenda:

- Propriedades que pertenceram aos herdeiros da família Leme
- ▲ Bairros rurais
- Rios
- ◆ Topônimos mencionados nos registros
- Ribeirão
- Trecho rodoviário atual
- Limite Administrativo atual - Morungaba-SP

Figura 78 – Mapa da hipótese de localização das terras que pertenceram aos herdeiros das famílias de Lourenço Antonio Leme e Manuel Rodrigues Leme.

Fonte: Elaboração da autora no Qgis sobre base do IBGE (1970-72), da CCGSP (1905-1911), e da imagem de Satélite.

Além disso, outro fator é que essas propriedades faziam divisas entre si, como resultado do desmembramento de uma gleba maior. Portanto, a partir do processo de georreferenciamento histórico, entende-se que o local do núcleo urbano de Morungaba se deu em terras que pertenceram ao sítio de Manoel Rodrigues Leme, cercado pelas terras de Lourenço Antônio Leme. Embora não tenha sido possível localizar nenhuma carta de sesmaria na área hoje compreendida por Morungaba, a visualização espacial proporcionada pelo georreferenciamento dessas propriedades permite supor que grandes glebas tenham pertencido a integrantes da família Leme. Considerando a vasta extensão das sesmarias no período colonial, é plausível que essa família tenha sido proprietária de uma parcela significativa das terras que hoje integram os limites administrativos de Morungaba. Além disso, esse dado reforça a hipótese de que a ocupação inicial dessa região tenha ocorrido por meio da fixação dessa família, que formaria o bairro do Couto.

Além disso, o que também reforça a antiguidade da ocupação da família de sobrenome Leme nessa região é o fato de a sesmaria identificada mais próxima desse local ter sido doada, em 1798, a Antônio Raposo da Cunha Leme, em área hoje compreendida pelo distrito de Joaquim Egídio (Ribeiro et al., 2016). Supõe-se que as relações familiares estabelecidas por meio da vizinhança fossem mais estreitas, concentrando o sobrenome dessa família em determinada região (Bacellar, 1987). Nesse sentido, ainda que de forma indireta, as ações dessa família no quadro fundiário contribuíram para os desdobramentos que, mais tarde, deram origem ao núcleo urbano. Isso porque a forma de desmembramento das terras, somada à devoção religiosa, culminou na doação de uma parcela de terras, anteriormente integrante de uma gleba maior, ao patrimônio religioso do santo.

3.2.2. *A origem da família Leme*

A família Leme chega a São Vicente entre 1544 e 1550, proveniente da Ilha da Madeira. O patriarca chamado Pedro Leme casou-se duas vezes: o primeiro, em Portugal, com Isabel Paes, e desse primeiro matrimônio nasceu seu primogênito, Fernando Dias Paes. Após o falecimento da primeira esposa, casou-se novamente, já

estabelecido em São Vicente, com Luiza Fernandes, com quem teve a filha Leonor Leme (Leme, 1904, p. 179).

No século XVII, os descendentes de Pedro Leme, estabelecidos em São Vicente, foram proprietários de um engenho de açúcar chamado São Jorge dos Erasmos. Mais tarde, os herdeiros mudaram-se para São Paulo. A partir de São Paulo, os descendentes da família Leme, por meio do matrimônio, espalham-se por toda a parte explorada do planalto da capitania. O primeiro registro da família Leme em Jundiaí data de 1658. O então capitão Pedro Leme do Prado falece deixando seus herdeiros, moradores da vila de Jundiaí: Pe. Pedro Leme do Prado, Frei Sebastião de Santa Maria, Frei Braz de S. Simão, João do Prado Leme, Timotheo Leme do Prado, Maria Leme, Maria do Prado, Maria da Estrella, Helena do Prado e Ana Maria do Prado (Leme, 1904, p. 210).

No século XVIII, os descendentes da família Leme, naturais da vila de Jundiaí, espalham-se pelo território ao norte da vila, principalmente para São João do Atibaia e para a freguesia do Jaguary (Bragança Paulista), territórios que circundam a área de estudo. Sendo os descendentes desse tronco familiar: as famílias Franco, Camargo, Godoy, Moreira, Pimentel, Bueno e Penteado (Leme, 1904, p. 269).

Além disso, na primeira metade do século XIX, já na recém-elevada freguesia de Belém de Jundiaí, outras gerações da família Leme são citadas pelos sobrenomes Silveira, Franco, Campos, Amaral e Rocha, sendo a maioria advinda das vilas de Nova Bragança e São João do Atibaia (Leme, 1904, p. 281). Mais tarde, em meados do século XIX, as famílias: Franco, Camargo, Godoy, Rocha, Silveira, Moreira e Bueno, são citadas nos registros de terras do bairro do Couto da freguesia de Belém de Jundiaí⁸⁵.

Segundo Nunes (2021, p. 194), havia duas famílias bragantinas que foram influentes na agricultura e na política: Leme e Siqueira. No caso da família Leme, segundo a autora, esta chegou à freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguary em 1774, através do então patriarca denominado Antônio Leme da Silva.

O sobrenome Leme também constava na família que doou o terreno para a constituição do patrimônio religioso de Nossa Senhora da Conceição, em Conceição

⁸⁵ APESP. Registro Paroquial de Terras de Belém De Jundiaí (1855-1857). Fonte: APESP.

de Barra Mansa. Como já mencionado, a propriedade foi doada por João Rodrigues Leme e Escolástica Maria das Dores Franco, que receberam as terras por herança de Manuel Rodrigues Leme⁸⁶, também mencionado nas divisas dos registros de terras dos herdeiros de Lourenço Antônio Leme. Portanto, no início do século XIX, os dois proprietários eram vizinhos.

O nome de Manoel Rodrigues Leme foi localizado no tronco familiar dos descendentes da família Pires. A família Pires chega a São Vicente por volta da metade do século XVI, quando, em 1573, é concedida uma carta de sesmaria a Salvador Pires, casado com Maria Rodrigues, natural do Porto, em Portugal. Logo, a família se mudaria para Santo André (Leme, 1904, p. 4).

Durante o século XVIII, os descendentes rumaram para o norte de São Paulo, instalando-se em Juquery e Santana de Parnaíba. Na segunda metade do século XVIII, os descendentes da família Pires chegam a São João do Atibaia. A partir desse momento, outras famílias faziam parte deste tronco familiar, como Godoy, Bueno, Rocha, Franco, Amaral, Leite, Soares, Cintra, Camargo, Pimentel e Siqueira. Eventualmente, essas famílias também migraram para a freguesia de Nossa Senhora do Jaguary, atualmente Bragança Paulista (Leme, 1904).

Os primeiros ancestrais de Manoel Rodrigues Leme, citados em São João do Atibaia, foram João Paes das Neves, casado com Anna Leme do Prado, natural de Jundiaí, em 1749. Cinco gerações depois, chegamos à geração de Manoel Rodrigues Leme, que se casou, em 1799, com Josefa Maria dos Santos, natural de Jundiaí (Leme, 1904, pp. 142-145).

Em meados do século XIX, além do sobrenome da família Leme, segundo o Registro Paroquial de Terras, os sobrenomes mais frequentes no bairro do Couto foram: Silveira, Franco, Alves, Siqueira, Godoi, Dutra, Rocha, Bueno, Pires, Leite, Soares, Camargo, Cerqueira, Rodrigues, Muniz, Moreira, Cesar e Cardoso. Em alguns casos, os sobrenomes aparecem em conjunto, como as famílias: Alves Barbosa, Godoi

⁸⁶ APESP, 1856, pp. 72-72v.

Moreira, Silveira Franco, Cerqueira Cesar, Pires de Godoi, Soares Muniz, Alves Cardoso e Rodrigues da Silveira (Quadro 21).

Além do bairro do Couto, havia outros bairros citados no Registro Paroquial de Terras de Belém de Jundiá (1855-57) que foram georreferenciados no âmbito dos limites administrativos atuais de Morungaba. A partir da segunda metade do século XIX, nos bairros do Feital, Jaguari e Posse, os sobrenomes de maior ocorrência foram: Silveira Franco, Godoy, Rodrigues, Pereira, Soares, Leme e Lima. Entre esses, os sobrenomes Franco, Soares e Godoy, conforme os estudos genealógicos de Leme (1904), descendem do tronco das famílias Leme e Pires. Nos quadros (21, 22, 23 e 24), apresentam-se as terras declaradas nos bairros georreferenciados no âmbito dos limites administrativos de Morungaba e seus respectivos proprietários. Destacam-se as propriedades cuja herança remete a terras que pertenceram a Manoel Rodrigues Leme e Lourenço Antonio Leme.

Quadro 21 – Proprietários com terras declaradas no bairro do Couto, na Freguesia de Belém de Jundiá, nos RPTs (1855-1857). Fonte: APESP.

PROPIETÁRIOS COM TERRAS DECLARADAS NO BAIRRO DO COUTO NA FREGUESIA DE BELÉM DE JUNDIÁ NOS RPTs (1855-1857)					
NOME DA PROPRIEDADE		PROPRIETÁRIO	ANTIGOS PROPRIETÁRIOS	REFERÊNCIAS	PROPRIETÁRIOS CONFORNTANTES
1.	Parte de terras	Bibiano Antônio da Siqueira ⁸⁷	Floriano de Oliveira Cardoso e Maria Francisca de Moraes; Francisco da Silva Pinto; Custódia Maria de Jesus.	Cafezal de Antonio Soares Muniz.	Antonio Soares Muniz, Antonio Moreira Lima, Bento José da Silveira.
2.	Sítio de terras	Aleixo José de Godoi ⁸⁸	Lourenço Antônio Lemes e Ana Jacinta Oliveira.	Córrego do Pinheirinho, estrada que vai para a freguesia, cafezal de Elias de Godoi	Antonio Soares Muniz, João Pires Benito, Elias de Godoy Moreira, Francisco Lourenço da Rocha, Joaquina Maria de Oliveira, João Ortiz, Antonio

⁸⁷ APESP, 1855, pp. 016v-017.

⁸⁸ APESP, 1855, pp. 022-022v-023-023v.

				Moreira, ribeirão.	Alves Cardoso, Bento José da Silveira, Antonio da Siqueira, Manoel Rodrigues Leme e Luciano José Leme, Anna Miquelina Dutra.
3.	Sítio de terras	Elias de Godoi Moreira ⁸⁹	Antônio Pires de Camargo; Manuel Batista Camargo; José Oliveira; José Soares da Rocha.	Córrego que deságua no rio Jaguari, ribeirão do sítio do finado Lourenço Antonio Leme, estrada que segue para Amparo, córrego do piedoso, rio Jaguari.	Herdeiros de Antonio Pires de Camargo, José Soares da Rocha, João de Godoi Lima e Joaquina Ferreira Penteado, Aleixo José de Godoi.
4.	Sítio de terras	Elias de Godoi Moreira ⁹⁰	Lourenço Antônio Lemes; Antônio Muniz Penteado; Antônio de Oliveira Franco.	Córrego da lagoa, córrego Tijuco Preto.	Anna Miquelina Dutra, Antonio Soares Muniz, Aleixo José de Godoi.
5.	Sítio e terras	Claudino Lemes da Silva ⁹¹	João Pinto da Silva; Ana Pinto da Silva.	Ribeirão do feital.	Manoel Leandro (ilegível), Juscelino da Silva, Antonio Alves Cardoso, Antonio Soares Muniz, Anna Miquelina Dutra, Francisco Antonio Leme.
6.	Terras	Antônio José da Silveira ⁹²	Maria da Silveira Franco.	Córrego do Sumidouro, barra do ribeirão.	Aleixo José de Godoi, Maria da Silveira Franco.
7.	Sítio de Terras	Manuel Leandro de Sousa ⁹³	Antônio José de Godoi; Manuela Maria de Jesus.	Córrego da estrada da Vila de Bragança, paragem da estiva.	José Antonio de Sousa, Francisco de Araújo Braga, Joaquim da Silva Pinto (herdeiros), Antonio Alves Cardoso, Claudino Leme da Silva, José

⁸⁹ APESP, 1855, pp. 023v-024.

⁹⁰ APESP, 1855, p. 024.

⁹¹ APESP, 1855, pp. 024-024v.

⁹² APESP, 1855, pp. 028v-029.

⁹³ APESP, 1855, pp. 030v-031-031v.

					Joaquim de Lima (herdeiros).
8.	Fazenda da Pedra Branca ⁹⁴	Joaquina Franco de Oliveira	Joaquim Alves Cardoso (cônjuge)	Caminho p/ o Couto.	João Leite de Camargo, Aleixo José de Godoi, Francisco Lourenço da Rocha Bueno, Manoel Rodrigues Leme (herdeiros), Joaquim Ferreira, José Pires Pimentel.
9.	Fazenda Cachoeira ⁹⁵	Ana Miquelina Dutra e Francisco Bueno de Aguiar	Lourenço Antônio Lemes (1º cônjuge); José Joaquim de Lima.	Cachoeira, caminho velho que seguia para Bragança, córrego do Lambedor, espigão do lambedor, cafezal de Manoel Alves Cardoso, ribeirão no fim do Lageado.	Elias de Godoi Moreira, Francisco Lourenço da Rocha, Manoel Rodrigues Leme (herdeiros), Aleixo José de Godoi, José Joaquim de Lima (herdeiros), Claudino Leme da Silva, Antonio Soares Muniz.
10.	Fazenda do Jaguari ⁹⁶	Ana Miquelina Dutra e Francisco Bueno de Aguiar	Ana Franco de Oliveira; Ana Vaz de Lima.	Barra do Ribeirão, córrego Turvile, ribeirão do Taboão, estrada que segue para o Amparo, córrego do Piedoso, rio Jaguari.	Pedro Antonio Franco, Salvador Cordeiro Leme (herdeiros), Aleixo José de Godoi, Elias de Godoi Moreira.
11.	Sítio de terras	José Antônio de Sousa ⁹⁷	Prudêncio Antônio Moreira	Estrada velha de Bragança, córrego da estiva, espigão da estiva.	José Joaquim de Lima (herdeiros), Manoel Leandro de Souza, Francisco de Araújo Braga, Agostinho José Gomez (herdeiros), João Batista Bueno, Mariano Antonio Franco.
12.	Fazenda Boa Vista ⁹⁸	Francisco Lourenço da Rocha Bueno	Joaquim Alves Cardoso (sogro)	Espigão da serra, córrego da graminha,	Aleixo José de Godoi, Elias de Godoi Moreira,

⁹⁴ APESP, 1855, pp. 035-035v.

⁹⁵ APESP, 1855, pp. 035v-036.

⁹⁶ APESP, 1855, p. 036v.

⁹⁷ APESP, 1855, pp. 039v-040.

⁹⁸ APESP, 1855, pp. 040v-041.

				espigão que desagua para o Taquarucú, morro pelado.	Joaquina Franco de Oliveira, Anna Miquelina Dutra, Manoel Rodrigues Leme.
13 .	Terras	João Pires de Godoi ⁹⁹	Manuel Joaquim Leite (sogro); Ana Pires.	Caminho da Tapera.	Manoel Joaquim Leite (herdeiros), João Leite de Barros, Antonio Alves Cardoso, Antonio Pires d'Avilla (herdeiros).
14 .	Terras	Antônio Rodrigues Ferraz ¹⁰⁰	João Leite de Camargo; Inácio Pires; Maria Pires de Moraes.	Córrego dos coelhos.	Francisco José Bueno.
15 .	Terras	Gertrudes Maria do Espírito Santo ¹⁰¹	João Leite de Barros (cônjuge); Damásio da Silveira Franco	Córrego do Jatahy	Antonio Rodrigues Ferraz, Francisco José Bueno, Salvador Alves Barbosa, João Pires de Godoi.
16 .	Terras	Francisco José Soares ¹⁰²	José Luís de Camargo (sogro)	Caminho da Tapera	Bento José da Silveira
17 .	Terras	Pedro Pinto da Silva ¹⁰³	Francisco Xavier da Silva (pai)	Espigão da Lageado.	Antonio Alves Cardoso, Modesto José de Godoi.
18 .	Fazenda do Pinheirinho ¹⁰⁴	Antônio Soares Muniz	Lourenço Antônio Lemes; Antônio de Cerqueira Cesar	Córrego que desagua no córrego do pinheirinho.	Aleixo José de Godoi, Bento José da Silveira e Babiano Antonio da Silveira, Elias de Godoi Moreira, Anna Miquelina Dutra, Antonio Alves Cardoso.
19 .	Terras	José Matias de Oliveira ¹⁰⁵	José Pedro; Joaquina Antônia	Beira do Rio Jaguari	João Batista
20 .	Sítio de terras	João Batista Bueno ¹⁰⁶	Joaquina Antônia de Jesus	Córrego que faz barra no rio Jaguari, rio Jaguari.	Mariano Antonio Franco, José Antonio de Sousa, Francisco de Araújo Braga, João Moreira (herdeiros), José Mathias de Oliveira.

⁹⁹ APESP, 1856, pp. 045v-046.

¹⁰⁰ APESP, 1856, p. 050.

¹⁰¹ APESP, 1856, pp. 050v-051.

¹⁰² APESP, 1856, P. 056.

¹⁰³ APESP, 1856, pp. 059v-060.

¹⁰⁴ APESP, 1856, pp. 064v – 065.

¹⁰⁵ APESP, 1856, p. 065v.

¹⁰⁶ APESP, 1856, pp. 066-066v.

21 .	Terras	Salvador Alves Barbosa ¹⁰⁷	Silvério da Silva Pinto	Peão do Jatahy	Modesto José de Godói, Salvador da Silva Pinto, José da Silva Pinto, Antonio Pires, Roque da Silva Pinto, Antonio Rodrigues Ferraz, Gertrudes Maria do Espírito Santo, Manoel Bento de Moraes, Joaquim Pires do Prado.
22 .	Sítio de terras	Antônio Rodrigues Lima; Joaquina de Brito Lemes; Antônio Rodrigues da Silveira; Luciano José Lemes; Maria da Silva Franco. ¹⁰⁸	Manuel Rodrigues Lemes; Josefa Maria dos Santos (pais); Francisco Antônio Lemes; Joaquim do Amaral	Serra, córrego do cafuquicé, barra do ribeirão, estrada até o córrego do lambedor, estrada velha de Bragança.	Anna Miquelina Dutra, Francisco Lourenço da Rocha e Joaquina Franco de Oliveira, Elias de Godói Moreira, Joaquim Ferreira Penteado ¹⁰⁹ , Antonio José da Silva, Maria da Silva Franco, Aleixo José de Godói.
23 .	Sítio de terras	Francisco Antônio Lemes ¹¹⁰	Leonel Pedro de Toledo; Maria Joaquina	N/C	José Joaquim de Lima (herdeiros), Salvador Cordeiro Lima.
24 .	Sítio de Terras	Francisco Antônio Lemes ¹¹¹	José Pinto da Silva; Graciana Maria de Anunciação	N/C	Anna Miquelina Dutra, Paulino Bueno de Aguiar.
25 .	Terras	Salvador da Silva Pinto ¹¹²	Ana Maria de Jesus (mãe)	Córrego do Alecrim, córrego do monjolinho.	José da Silva Pinto, Salvador Alves Barbosa, Antônio Alves Cardoso.
26 .	Sítio de terras	José Antônio da Silva Pinto ¹¹³	Ana Maria de Jesus (mãe)	N/C	Salvador Alves Barbosa, Salvador da Silva Pinto.
27 .	Sítio de terras	Bento José da Silveira ¹¹⁴	Francisco de Araujo Braga	Rio Jaguari, estrada velha, ribeirão onde mora Francisco Bueno, Tijuco Preto	Antônio Machado Bueno, João Moreira (herdeiros), Manoel Leandro de Sousa, Joaquim da Silva (herdeiros),

¹⁰⁷ APESP, 1856, p. 068v.

¹⁰⁸ APESP, 1856, pp. 072-072v.

¹⁰⁹ Joaquim Ferreira Penteado foi proprietário da fazenda das Cabras, na vila de São Carlos (Campinas-SP).

¹¹⁰ APESP, 1856, p. 074v.

¹¹¹ APESP, 1856, pp. 075-075v.

¹¹² APESP, 1856, p.076.

¹¹³ APESP, 1856, pp. 077v-078.

¹¹⁴ APESP, 1857, pp.079v-080.

Quadro 22 – Proprietários com terras declaradas no bairro do Feital, na Freguesia de Belém de Jundiá, nos RPTs (1855-1857). Fonte: APESP.

PROPIETÁRIOS COM TERRAS DECLARADAS NO BAIRRO DO FEITAL NA FREGUESIA DE BELÉM DE JUNDIAÍ NOS RPTs (1855-1857)					
NOME DA PROPRIEDADE		PROPRIETÁRIO	ANTIGOS PROPRIETÁRIOS	REFERÊNCIAS	PROPRIETÁRIOS CONFORNTANTES
1.	Sítio de terras	Joaquim Franco de Camargo ¹¹⁵ , (declarante de Joaquim Soares; Vicente das Brotas; Antônio Soares; Maria Soares; José Soares; Francisca Maria das Dores; Antônio, Maria, José; Inácio)	Inácio Soares de Moraes; Francisca Maria (sogros).	Estrada que vai para o Caxambu.	José Pires, alferes Manoel da Silva Prado, Luís Delgado, José Raimundo, Joaquim Soares de Camargo, Joaquim Franco, Policarpo Pires.
2.	Terras	Mariano Antônio Franco ¹¹⁶	Manuel Vaz de Lima; Joaquim Antônio de Macedo.	Rio Jaguari	Pedro Antônio Franco, Aleixo de Lima Gomes, Francisco Antônio de Moraes.
3.	Sítio de Salvador Cordeiro Leme ¹¹⁷	Mariano Antônio Franco	Manuel Jacinto da Conceição	N/C	Salvador Cordeiro Leme (herdeiros).
4.	Sítio de terras	Francisco José Pompeo; Joaquim Antonio de Oliveira; Francisco Antônio Lemes ¹¹⁸	N/C	Córrego da estiva.	Manoel Leandro de Sousa, Claudino Leme da Silva, Anna Miquelina Dutra.
5.	Sítio de terras	Pedro Antônio Franco; Francisco Bueno de Aguiar (Anna Miquelina Dutra); Pedro Antonio Franco;	Salvador Cordeiro Lemes.	Barra do ribeirão, estrada velha.	José Joaquim de Lima (herdeiros), Mariano Antonio Franco, Francisco Antonio de Moraes,

¹¹⁵ APESP, 1855, p. 014.

¹¹⁶ APESP, 1855, pp. 031v-032.

¹¹⁷ APESP, 1856, pp. 075v-076.

¹¹⁸ APESP, 1856, pp. 074v-075.

		Mariano Antonio Franco; Francisco Antonio Leme, Henrique Cordeiro Leme, João Pedro da Silva; João Pinto da Silva; João Franco; José Pinto da Silva; Francisco Antonio Cordeiro; Anna Joaquina de Camargo; Manoel Bueno; Laurino Cordeiro; Antonio Pinto da Silva; João Bueno de Godoi. ¹¹⁹			Pedro Antonio Franco.
--	--	---	--	--	-----------------------

Quadro 23 – Proprietários com terras declaradas no bairro do Jaguari, na Freguesia de Belém de Jundiá, nos RPTs (1855-1857). Fonte: APESP.

PROPIETÁRIOS COM TERRAS DECLARADAS NO BAIRRO DO JAGUARI NA FREGUESIA DE BELÉM DE JUNDIAÍ NOS RPTs (1855-1857)					
NOME DA PROPRIEDADE		PROPRIETÁRIO	ANTIGOS PROPRIETÁRIOS	REFERÊNCIAS	PROPRIETÁRIOS CONFORNTANTES
1.	Sítio de terras	João da Silveira Franco, José da Silveira Franco, Joaquim da Silveira Franco e Manoel da Silveira Franco. ¹²⁰ (três propriedades).	Damásio da Silveira Franco (pai)	Córrego do Bromado, tanque do alto.	João de Godoy Leme, José Soares da Rocha, Joaquim Ferreira.
2.	Terras	Francisca Maria de Jesus ¹²¹ (duas propriedades).	Joaquim Antonio de Godoy, Thereza Maria, Pedro Alexandre Rodrigues	Rio Jaguari, cafezal de Francisco José Ramalho.	Francisco José Ramalho, Manuel Jacinto Nogueira.

¹¹⁹ APESP, 1856, pp. 075v-076.

¹²⁰ APESP, 1855, pp. 021-021v.

¹²¹ APESP, 1856, pp. 042v-043.

Quadro 24 – Proprietários com terras declaradas no bairro da Posse, na Freguesia de Belém de Jundiá, nos RPTs (1855-1857). Fonte: APESP.

PROPRIETÁRIOS COM TERRAS DECLARADAS NO BAIRRO DA POSSE NA FREGUESIA DE BELÉM DE JUNDIAÍ NOS RPTs (1855-1857)					
NOME DA PROPRIEDADE		PROPRIETÁRIO	ANTIGOS PROPRIETÁRIOS	REFERÊNCIAS	PROPRIETÁRIOS CONFORNTANTES
1.	Sítio da Posse	Gabriel Antônio Rodrigues (declarante de Umbelina Maria) ¹²²	Manuela Maria de Jesus	N/C	N/C
2.	Sítio de terras	Joaquim Antônio Pereira ¹²³	José Joaquim Pereira	Ponte, cachoeira	José Franco de Godoi, João Leite de Camargo, Antonio Alves Cardoso (Fazenda Pereiras).

A análise do tronco familiar dos Leme, somada ao georreferenciamento histórico das propriedades, nos conduziu a percepção de que, durante o século XIX, a maior parte do território hoje compreendido por Morungaba, era composto por propriedades de posse dos herdeiros da família Leme, principalmente dos descendentes de Lourenço Antônio Leme e Manoel Rodrigues Leme, que tiveram posse dessas terras no início do século XIX, declaradas por seus herdeiros na metade do século XIX.

Nesse sentido, o método de genealogia utilizado por Leme (1904), segundo Bacellar (1987, p. 98), revela o quanto os laços sanguíneos se perpetuavam entre os chefes de domicílios no território paulista. O estudo revelou que a consanguinidade entre a elite agrária era efetiva, sendo, na maioria dos casos, relacionada aos padrões de migração dessas famílias, o que permitiu traçar a área onde cada uma se instalou. A união conjugal mais comum era entre primos de quarto grau. “O casamento consanguíneo teria, aos olhos da época, duas vantagens: não introduzia sangue estranho na família, e preservava os bens e a fortuna do fracionamento” (Bacellar, 1987, p. 109).

¹²² APESP, 1857, p. 079v.

¹²³ APESP, 1857, pp. 080-080v.

Assim, o autor expõe que troncos familiares estariam em áreas geográficas bem definidas, centradas em torno de casamentos entre pessoas da mesma família (Bacellar, 1987, p. 111). Além disso, esse laço familiar reforça-se em áreas com um maior isolamento geográfico, como nas áreas denominadas “boca de sertão”, devido as distâncias com os núcleos urbanos mais antigos. A região de estudo configura esse tipo de área.

A breve análise dos sobrenomes das famílias instaladas no território que viria a ser Morungaba indica justamente o que o autor aponta: o quadro fundiário revelado pelos Registros Paroquiais de Terra indica que significativa porção de terras – que hoje abrange parte significativa do limite administrativo de Morungaba – pertenceu a descendentes do tronco familiar do sobrenome “Leme”. Sendo os patriarcas: Lourenço Antônio Leme, que foi capitão do bairro do Couto, e Manuel Rodrigues Leme, cujos herdeiros doaram as terras, recebidas por herança, ao patrimônio de Nossa Senhora da Conceição, no bairro do Couto.

Cândido (2010, p. 75), em *Os Parceiros do Rio Bonito*, apresenta um documento¹²⁴ de 1797 no qual menciona Lourenço Antonio Leme. Trata-se do pedido de elevação da freguesia do Jaguari (atual Bragança Paulista) à condição de vila, mediante seu desmembramento da vila de Atibaia. O documento informa que a freguesia possuía

¹²⁴ Reprodução do documento citado por Cândido (2010, p. 75): “Tem capital de Jaguary vinte e cinco fogos existentes, a saber: o Rdo. Coadjutor, o Alferes Aleixo Correia da Cunha, Manoel Rodrigues Freyre que ambos sam dizimeyros, o alferes José Paes da Silva oficial de sapateyro, e salheiro, cujos officios se desligara por falta de vista, e que vive hoje de lavouras, Capitam José Pedroso Pinto oficial de salheiro, e dizem que também tem loja de fazenda seca, o Alferes Joam de Almeyda, velho e muito doente, por cuja cauza largou o Sitio, e veyo para aquele arrayal, Francisco Pinto oficial de Ferreyro, Joachim Gomes de Moraes Taverneyro, hum carapina de fora foy para fazer a obra da igreja, Vicente Gomes sapateyro Ignacio bastardo, sapateyro em cujo fogo mora também o Vintenário Francisco Luís Penna, José Teixeyra das Neves mestre de taypas, Roza Domingues mulher branca solteira e pobríssima, Maria de Nazareth cazada que vive separada de seu marido, Miguel Dias Cortes homem branco, cazado e pobríssimo, Anna Maria de Toledo, viúva e pobre, Genoveba de tal brancae pobre, Anna de tal aleijada, Quiteria escrava com taberna, Joam Leme bastardo sego, Maximiano Nunes e Joachim Nunes, ambos pobres. Tem o disctrito de Jaguary quatro mil e quatrocentos e tantas almas: destas as pessoas que tem possibilidade, e cabedais sam o Capitam Jacyntho Rodrigues Bueno, o Alferes Aleixo Correa da Cunha e Manoel Rodrigues Pereira, os quaes conforme o estado daquela freguesia, nella se tem por ricos, e abaixo desdes Lourenço Rodrigues, o Capitam Antonio Leme, José Xavier e Francisco de Lima que tem seu modo de viver; e fora destes sam raras as cazas onde se nelas se procurar a quantia de 12\$800 se achem; este Povo é grosseiro, sem cultura nem civilidade, sam raros os que sabem ler, e escrever etc.” Fonte: Documentos interessantes para servir à história e costumes de São Paulo, v. XV, 1904, p. 105-106. Em (Cândido, 2010, p. 75).

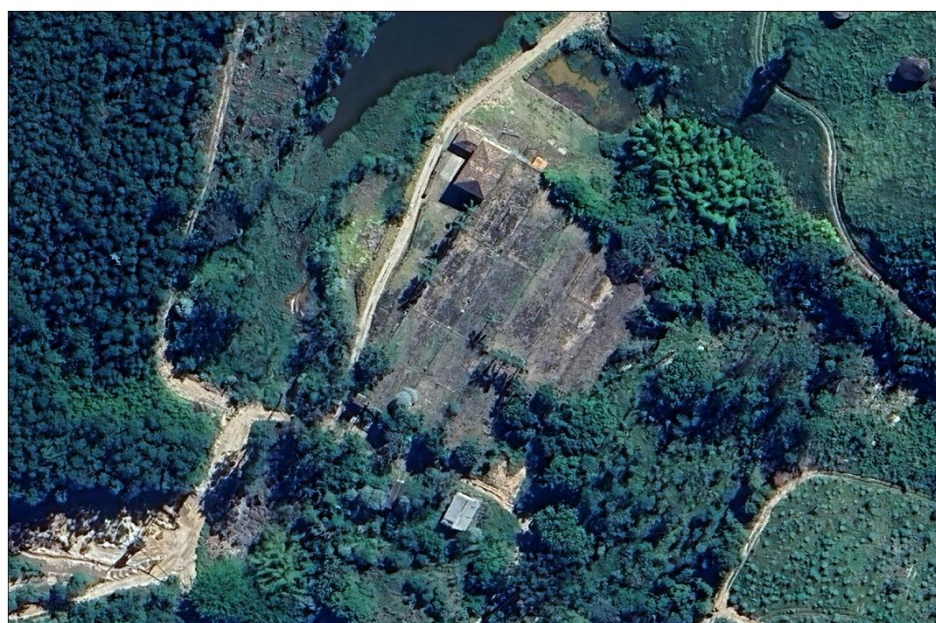
pouco mais de quatro mil habitantes e destaca alguns de seus moradores mais “ricos”, entre eles o Cap. Jacyntho Rodrigues Bueno, o Alferes Aleixo Correa da Cunha e Manoel Rodrigues Pereira; em seguida, é citado o Cap. Antonio Leme. Embora a referência à riqueza desses indivíduos deva ser compreendida no âmbito local e, portanto, em posição periférica em relação às elites dos centros mais consolidados, a combinação entre poder econômico e patente militar sugere sua influência nas decisões coletivas que conformaram a materialidade da paisagem rural.

Em perspectiva mais ampla, a posse da terra por essa família estruturou, ao longo de aproximadamente um século, uma série de ações no quadro fundiário desse território, que, em determinado momento, contribuíram para a origem do núcleo urbano de Morungaba. A função de capitão do bairro, exercida por Lourenço Antonio Leme, possivelmente ampliava sua capacidade de intervenção sobre a vida cotidiana no bairro do Couto, reforçando o papel da família como agente de estruturação fundiária. Assim, interesses particulares articulados ao poder econômico e à autoridade militar condicionaram uma paisagem rural que, ao final do século XIX, se encontrava em vias de se conformar como urbana.

3.2.3. As primeiras propriedades produtoras de café no território de Morungaba-SP

A análise dos Registros Paroquiais de Terras de Belém de Jundiá (1855-57) permitiu identificar quais foram os primeiros proprietários de terra a produzir café no bairro do Couto, que se tornaria, posteriormente, o bairro dos Mansos. O cafezal é mencionado em duas propriedades: a de Antônio Soares Muniz, em sua fazenda denominada Pinheirinho, e a de Elias de Godoi Moreira, cuja fazenda não é nomeada no registro, que acreditamos ser a atual fazenda São Bento¹²⁵, no bairro do Brumado (Figuras 79 e 80).

¹²⁵ No fim do século XIX, a fazenda São Bento pertencia a Pedro Elias de Godoy. O nome João Elias - referente a um herdeiro da mesma família - também consta na cartografia da CCGSP, folha de Campinas de 1911, na região do bairro do Brumado. Fonte: APESP. Essa propriedade foi conhecida, na tradição oral da cidade, como uma das maiores produtoras de café.



Remanescente da fazenda São Bento, Morungaba/SP



Figura 79 – Imagem de satélite do núcleo da fazenda São Bento, em Morungaba-SP. Observam-se os terreiros, a tulha e a casa de máquinas construída em alvenaria de pedra. A casa-sede, localizada na porção sul dos terreiros, foi demolida. Fonte: Elaborado pela autora, 2025.



Figura 80 – Tulha e casa de máquinas da fazenda São Bento, em Morungaba-SP. s/d. Fonte: https://www.tripadvisor.com.br/Hotel_Review-g3844490-d23771987-Reviews-Villa_Gade-Morungaba_State_of_Sao_Paulo.html. Acesso em: 30 de out. de 2025.

Também ocorre a menção a um cafezal no registro de Francisca Maria de Jesus, no bairro do Jaguari, pertencente a Francisco José Ramalho, mas como esse nome não foi localizado em nenhum registro das terras declaradas em Belém de Jundiá, supomos que seja uma propriedade limítrofe, localizada na então vila de São Carlos (Campinas), ou na vila de Nova Bragança (Bragança Paulista).

Através do georreferenciamento histórico, supõe-se que a fazenda Pinheirinho, propriedade de Antonio Soares Muniz, tenha sido o local da sede do atual sítio denominado Pedra Prata, próximo ao acesso ao bairro do Silvas. Pela imagem de satélite vemos o remanescente dos terreiros utilizados no processo de secagem do café (Figura 81).



Figura 81 – Imagem de satélite da hipótese do remanescente dos terreiros da fazenda Pinheirinho que pertenceu a Antonio Soares Muniz. Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

O registro das primeiras fazendas a produzirem café no território que mais tarde constituiria Morungaba confirma o que Navarra (1973) apontou: o café foi introduzido na região de Itatiba/Morungaba por volta da metade do século XIX. Desse modo, a paisagem desse território, entre o final do século XVIII e a primeira metade

do XIX, era composta por propriedades voltadas à agricultura de subsistência. Com a introdução do café, contudo, essa estrutura agrária foi profundamente modificada, sobretudo no que se refere à organização dos núcleos rurais. Além disso, os nomes de Antonio Soares Muniz e Elias de Godoi Moreira apresentam vínculos familiares com os Leme, o que reforça a influência dessa família no quadro fundiário local mesmo nas gerações seguintes.

Durante as décadas que antecederam a origem do núcleo urbano de Morungaba, a maioria dos proprietários de terra do bairro do Couto iniciou o plantio de café e a construção de benfeitorias para a produção em suas fazendas. A chegada do café certamente exerceu relativa influência sobre a circulação da produção e, somada à inserção da mão de obra assalariada, sobretudo a imigrante, colaborou para o desenvolvimento dessa paisagem. O aumento do número de habitantes, por sua vez, influenciou o desejo por uma capela mais próxima para o exercício das atividades religiosas e civis.

3.3. Os agentes modeladores de Morungaba-SP

1. Família Leme

De modo geral, compreende-se, a partir das análises realizadas, que os proprietários de terras descendentes do tronco familiar “Leme” exerceram influência significativa na configuração do quadro fundiário da área onde, posteriormente, se consolidaria a gênese urbana de Morungaba-SP. Destacam-se, nesse contexto, os patriarcas Lourenço Antonio Leme, capitão do bairro do Couto, e Manuel Rodrigues Leme, sendo este último avô de João Rodrigues Leme, responsável pela doação do terreno destinado à construção da capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição, atual Igreja Matriz. As propriedades declaradas por seus herdeiros foram georreferenciadas na Figura 78.

Ainda pertencente ao mesmo tronco familiar, identifica-se Joaquim Pereira Cardoso, proprietário de terras no bairro dos Mansos e primo de João Rodrigues Leme. Entre suas ações com impacto na conformação da paisagem urbana, destacam-se a construção da primeira capela que abrigou a imagem de Nossa Senhora da Conceição,

no então bairro dos Mansos, e sua atuação política, tendo sido o primeiro juiz de paz da freguesia. Além disso, Joaquim Pereira Cardoso integrou a comissão de fazendeiros que financiou a construção da nova capela, e possuía uma casa urbana no largo da matriz da freguesia de Conceição de Barra Mansa, onde mantinha um armazém de secos e molhados (Figura 82).



Figura 82 – À esquerda, residência de Joaquim Pereira Cardoso (demolida). Na fachada, encontravam-se as portas de acesso ao armazém de secos e molhados. Atual Praça João Pessoa, nº 09. Em frente, localiza-se o sobrado da família Amalfi. Fonte: Acervo da autora.

Nesse sentido, os interesses particulares da família Leme impulsionaram transformações no quadro fundiário que condicionaram a conformação da paisagem rural anterior à gênese urbana. Essa paisagem constituiu a base territorial sobre a qual se somariam, mais tarde, as iniciativas de Joaquim Pereira Cardoso, cujos efeitos se materializaram na própria forma da cidade, em articulação com a Igreja Católica. Esse processo pode ser observado tanto na implantação da residência de Joaquim Pereira Cardoso na testada do caminho principal quanto em sua atuação como primeiro juiz de paz de Conceição de Barra Mansa.

2. Família Bueno de Aguiar

A família Bueno de Aguiar, até os dias atuais, é lembrada como uma das mais influentes da história da cidade. A família foi proprietária de importantes fazendas produtoras de café, entre elas, a Santa Ana, atual Santa Ana de Ouro Preto, a Santa Leopoldina (Figura 83) e a Santa Júlia (Figura 84).



Figura 83 – Aero foto oblíqua da Fazenda Santa Leopoldina em Morungaba-SP, em 1940. Fonte: Instituto Geográfico Cartográfico (IGC).



Figura 84 - Fazenda Santa Julia. Fotografada para o Almanaque de Itatiba de 1916. Fonte: Acervo Parodi.

Francisco Bueno de Aguiar foi o segundo marido de Ana Miquelina Dutra, anteriormente casada com Lourenço Antonio Leme, filho e homônimo do Cap. Lourenço Antonio Leme. Em razão desse vínculo familiar, os Bueno de Aguiar também se tornaram proprietários da fazenda Santa Ana. Assim como outros proprietários de terras locais, a família contribuiu financeiramente para a construção da capela que viria a se tornar a igreja matriz da freguesia de Conceição de Barra Mansa.

No início do século XX, a família participou ativamente na política da cidade de Itatiba, à qual Morungaba ainda pertencia. Francisco Bueno de Aguiar Júnior exerceu o cargo de segundo juiz de paz de Conceição de Barra Mansa, enquanto o Major Affonso Bueno de Aguiar atuou como subdelegado.



Figura 85 – Casa-sede da Fazenda Santa Leopoldina em Morungaba-SP. Fonte: Acervo da família proprietária. Fotografia de Antonio Carlos Bellia para Cadernos de fotografia nº 5 – Fazendas do Ciclo do Café, Região de Campinas. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, s/d.

Especula-se, na tradição oral da cidade, que a família Bueno de Aguiar possuía uma casa na testada do caminho principal do núcleo urbano de Conceição de Barra Mansa; entretanto, essa informação não pôde ser comprovada documentalmente. Contudo, a expressiva quantidade de terras e benfeitorias pertencentes a essa família, somada ao seu poder econômico e à sua atuação política, certamente a configurou como um dos principais agentes da conformação dos espaços rural e urbano de Morungaba.

3. Família Alves Cardoso

A família Alves Cardoso, natural da vila de São João do Atibaia, foi proprietária da fazenda Pereiras, uma das maiores em extensão de terras próximas ao núcleo urbano de Conceição de Barra Mansa. A fazenda cuja propriedade ainda permanece com os herdeiros da família foi fundada, em 1840, por Antonio Alves Cardoso, que era irmão de Ana Miquelina Dutra (proprietária da fazenda Santa Ana). Apesar da fazenda não estar inscrita nos limites do termo da paróquia de Conceição de Barra Mansa, suas benfeitorias estavam mais próximas da capela de Conceição de Barra Mansa do que da sede da cidade de Itatiba. Um dos herdeiros da fazenda, Lourenço Alves Cardoso, também financiou a construção da Igreja Matriz de Morungaba. A família também era acionista da Companhia de Estrada de Ferro Itatibense e possuía uma locomotiva com o nome da família. Além disso, participaram ativamente da política, pois um dos descendentes da família, Francisco Alves Cardoso, foi vereador e prefeito de Itatiba (1931-1932). A família também possuía uma casa senhorial no largo da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Belém (atual solar dos Alves Lanhoso, tombado pelo CONDEPHAAT, nº24520/86). Nesse sentido, grande parte das decisões políticas dessa família certamente influenciaram na paisagem urbana em formação, tanto em Itatiba, quanto em Morungaba.



Figura 86 - Casa-sede da fazenda Pereiras. Fonte: Acervo da autora, 2025.

4. Família Godoy Moreira

A família Godoi Moreira também integrava o tronco familiar dos Leme, como herdeiros das terras cujo proprietário foi o então Lourenço Antonio Leme. Entre seus descendentes, que influenciaram na gênese urbana de Morungaba, destaca-se Pedro Elias de Godoy (1876-1956). Proprietário de terras, Pedro Elias contribuiu financeiramente para a construção da Igreja Matriz de Morungaba e, assim como outros membros da família, desempenhou papel político relevante: foi prefeito de Itatiba entre 1917 e 1925, enquanto João Elias Filho ocupou o cargo de terceiro juiz de paz de Conceição de Barra Mansa. A família foi proprietária da fazenda São Bento, propriedade cafeicultora localizada no bairro rural do Brumado (Figura 87).

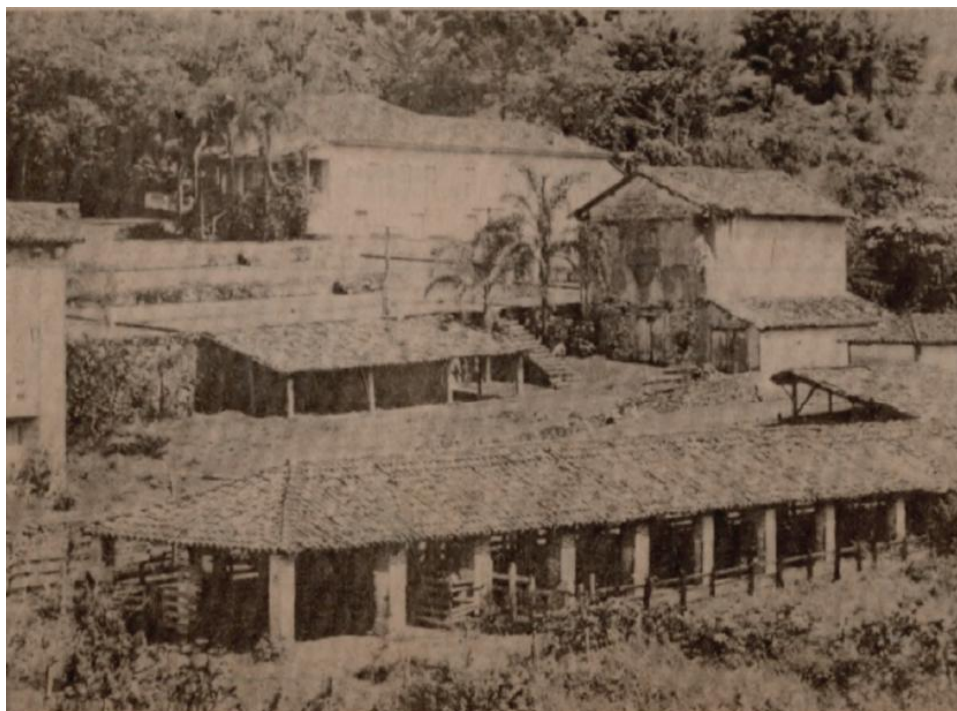


Figura 87 – Casa-sede (demolida) e demais edificações da fazenda São Bento em Morungaba-SP.

Reprodução das fotografias do caderno “Fazendas do Ciclo do café” de Antonio Carlos Bellia, disponível no acervo do Museu da Imagem e do Som de São Paulo. Folha de São Paulo. 1979. Fonte: Centro de Memória da Unicamp. Disponível em: <https://atom.cmu.unicamp.br/index.php/imagens-paulistas-das-velhas-fazendas-do-cafe>. Acesso em: 05 nov. 2025.

Também se destaca o proprietário de terras Benedito Franco de Godoy. Embora seu sobrenome sugira possível vínculo com o tronco familiar dos Godoy, não foi possível confirmar essa relação. Ainda assim, sua atuação foi relevante no período de gênese urbana de Morungaba, período em que era proprietário da fazenda Santa Ana. Benedito Franco de Godoy contribuiu financeiramente para a construção da nova capela e, conforme consta no Livro do Tombo, teve participação ativa na comunidade, atuando na organização das festividades paroquiais. Além disso, desempenhou funções políticas importantes: foi vereador e prefeito de Itatiba entre 1927 e 1930, e exerceu o cargo de juiz de paz em Conceição de Barra Mansa.

5. Família Amalfi

A família Amalfi, formada por imigrantes italianos provenientes da região da Basilicata, estabeleceu-se no então bairro dos Mansos e participou ativamente na

construção da nova capela de Conceição de Barra Mansa. José e Paulino Amalfi são mencionados nos documentos como financiadores da obra. Além dessa atuação, como Joaquim Pereira Cardoso, a família Amalfi construiu sua residência na testada do caminho principal que deu origem ao núcleo urbano (Figura 88).



Figura 88 – Sobrado da família Amalfi. Construído em 1908. Fonte: Acervo da autora.

De modo geral, observa-se que a configuração inicial do território e do núcleo urbano de Morungaba-SP resultou de uma articulação entre o poder econômico, a Igreja Católica e dinâmicas sociais próprias. Os proprietários de terras, vinculados ao tronco familiar Leme e aos seus descendentes, foram fundamentais na definição do quadro fundiário que estruturou o povoado. A influência desses agentes econômicos, somada ao papel da Igreja Católica, pautada por diretrizes eclesiásticas, pautou a localização da construção do templo e orientou a gênese urbana.

Além disso, observa-se que, entre os agentes modeladores, já se destacava a presença de imigrantes de origem italiana. Essa participação decorre do contexto histórico em que se dá a gênese urbana de Morungaba, período caracterizado pela

ampla utilização de mão de obra imigrante nas fazendas produtoras de café da região. A Figura 89 reúne alguns desses agentes, como representantes da Igreja Católica e proprietários de terra, que desempenharam um papel decisivo na formação inicial urbana de Morungaba-SP.



Figura 89 – Autoridades de Conceição de Barra Mansa, em 1910. Fonte: Revista *O Malho*, edição 381, p. 45. Hemeroteca digital brasileira. Acervo da Biblioteca Nacional.

Ademais, esses agentes modeladores do quadro fundiário e urbano de Morungaba mantinham relações familiares entre si, o que reforça a observação de Bacellar (1987) sobre a concentração geográfica de uma mesma família em determinado território. No caso de Morungaba, esse processo teve início com a família Leme. Além disso, o poder econômico acumulado por essas famílias, decorrente da produção das terras que possuíam na Paróquia de Conceição de Barra Mansa, conferiu a essa “elite” capacidade de atuação política e de influência sobre as decisões que organizavam a vida pública local.

Em relação à paisagem rural ao redor do núcleo urbano, o levantamento de campo realizado até o momento em que esta dissertação é escrita indica que essas propriedades ainda refletem o quadro fundiário vigente à época da gênese urbana. Muitas delas permanecem nas mesmas famílias e, em alguns casos, conservam dimensões semelhantes às originais. Além disso, em razão do lento crescimento do tecido urbano de Morungaba, essas propriedades ainda circundam o núcleo urbano e influenciam sua forma, configurando glebas extensas em meio ao tecido, como no caso do bairro Parque das Estâncias, localizado a relativa distância do núcleo urbano principal em função da presença da Fazenda Santa Ana de Ouro Preto (antiga Fazenda Santa Ana), que acaba por separar o bairro do núcleo principal. Esse quadro reforça que, mesmo após gerações, a estrutura fundiária e, por consequência, a própria configuração urbana foram e ainda são influenciadas pelas ações dessas famílias ao longo do século XIX.

3.3.1. *A população escravizada*

A partir de meados do século XVIII, o quadro social da Capitania de São Paulo passou a ser alterado devido às mudanças provocadas pela implantação da cultura de exportação, com a introdução da cana-de-açúcar. Essa mudança ocorreu quando algumas famílias deixaram a lavoura de subsistência para implantar engenhos. De todo modo, isso levou à ampla utilização de mão de obra negra escravizada (Bacellar, 1987, p. 61).

No caso da região de estudo, esta não chegou a passar pela introdução dos engenhos de cana de açúcar, toda a documentação consultada - somada ao período em que ocorreram - levam a considerar que desde as primeiras famílias assentadas nesse território, após a fase do cultivo exclusivo de subsistência, principalmente o cultivo de milho, feijão e criação de animais, passou-se diretamente à implantação da produção do café, a partir de 1850.

Em relação aos documentos consultados, há poucos registros sobre a população escravizada nos territórios de Itatiba e Morungaba, em comparação com o montante

de documentos sobre a população livre. Todavia, consta a menção a escravizados nas Listas Nominativas da vila de Jundiaí, relacionadas às primeiras famílias que se instalaram no território de Morungaba.

Assim como apontam os autores, o quadro social revelado pelos documentos indica que, no início do século XIX, no território de Itatiba e Morungaba, predominou a propriedade composta por famílias de lavradores de subsistência; nesse momento, a maior parte dos domicílios não possuía escravizados; por outro lado, uma minoria que denominaremos “elite” possuía uma quantidade considerável.

Outro fator que pode estar relacionado ao número reduzido de escravizados no período em que este território foi ocupado, o que ocorreu tardiamente em relação às áreas do seu entorno. Portanto, como o café foi implantado na metade do século XIX, mudanças na utilização de mão de obra escravizada já estavam em vigor, com a proibição do tráfico de africanos escravizados.¹²⁶

Isso explicaria por que a herança da mão de obra escravizada não se encontra tão presente na materialidade quanto a da mão de obra assalariada imigrante das fazendas que foram produtoras de café em Morungaba (Figuras 90 e 91). Apesar de não ser exato, acreditamos que a maioria das dependências produtoras de café de Morungaba foi construída entre 1870 e 1890, período em que já havia incentivo à introdução de mão de obra imigrante assalariada, também devido à abolição da escravidão em 1888. Porém, isso não descarta a presença de escravizados nessas fazendas.

¹²⁶ Lei Eusébio de Queiroz, nº 581 de 4 de setembro de 1850. Estabeleceu medidas para repressão ao tráfico de pessoas escravizadas no Império. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim581.htm. Acesso em: 04 de nov. de 2025.

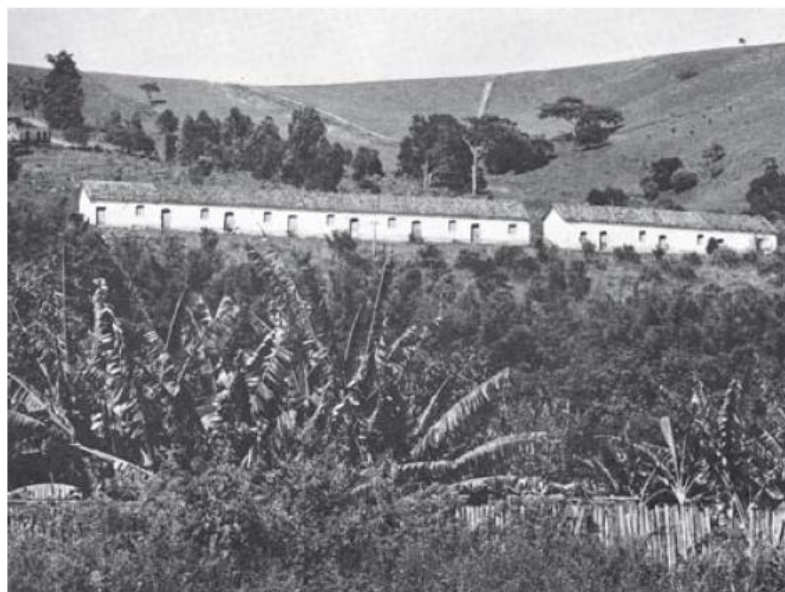


Figura 90 - Casas de colonos da Fazenda Santa Leopoldina, em Morungaba-SP. Fonte: Fotografia de Antonio Carlos Bellia para Cadernos de fotografia nº 5 – Fazendas do Ciclo do Café, Região de Campinas. São Paulo: Secretaria de estado da Cultura, s/d. Reproduzida em: Benincasa (2007, p. 224).



Figura 91 – Remanescente de casas de colonos que pertenceram à Fazenda Santa Ana, em Morungaba-SP. O remanescente foi construído nas técnicas de taipa de pilão para as paredes externas e taipa de mão para as paredes internas. Também há trechos da construção que contêm tijolos, e em alguns locais do alicerce encontra-se pedras. Segundo os moradores atuais da propriedade, havia no total doze casas dispostas lado a lado em um aclave, mas que já estavam em estado de deterioração em meados do século XX. Fonte: Acervo da autora, 2025.

Do conjunto de informações levantadas, encontramos apenas uma referência à presença de um quilombo na região estudada. Em um documento localizado na

ALESP¹²⁷, datado de 1883, menciona-se a extinção de um quilombo de escravos no município, a pedido dos senhores Paiva Baracho, Carlos Aranha e Pise Almeida. Embora o documento não forneça indícios que permitam supor a localização exata desse quilombo, o sobrenome *Paiva Baracho* remete ao então cafeicultor João Batista Paiva Baracho, proprietário da fazenda Palmeiras - atualmente situada no município de Morungaba - e da fazenda Santa Bárbara, próxima à fazenda Pereiras. Ambas eram propriedades produtoras de café, conforme identificado por meio do georreferenciamento histórico.

Além disso, no que diz respeito da “elite” que abrangia os habitantes da freguesia de Belém de Jundiá, segundo as Listas Nominativas de habitantes da freguesia, em 1836, alguns dos chefes de domicílio que mais possuíam escravizados estavam localizados no bairro do Couto, sendo: Francisco Bueno de Aguiar (faz. Santa Ana) com 18 escravizados; Aleixo José de Godoi (faz. Santo Aleixo), com 15 escravizados; Antônio Soares Muniz (faz. Pinheirinho), com 14 escravizados; e Manoel Rodrigues Leme, com 10 escravizados (Quadro 25).

Coincidentemente, no bairro do Couto, as famílias que mais possuíam escravizados eram os herdeiros do tronco familiar Leme, proprietários das terras herdadas do capitão Lourenço Antônio Leme e de sua esposa Ana Jacinta de Oliveira. Novamente, os dados revelam, o quanto esses agentes foram influentes nesse território devido as terras e ao poder econômico que detinham.

Quadro 25 - Proprietários de escravizados 10 ou mais na freguesia de Belém de Jundiá em 1836. Fonte: APESP, Lista Nominativa de habitantes da freguesia de Belém de Jundiá, termo da vila de Jundiá, 1836.

PROPRIETÁRIOS DE 10 OU MAIS ESCRAVIZADOS NA FREGUESIA DE BELÉM DE JUNDIAÍ (1836). FONTE: APESP.			
NOME		BAIRRO RURAL/FAZENDA	Nº DE ESCRAVIZADOS
1º	José Pires de Camargo	Bairro do Pinhalzinho	23
2º	Francisco Bueno de Aguiar	Fazenda Santa Ana, bairro do Couto	18
3º	Antonio Pires Pimentel	Sítio do Morro, bairro do Morro	17

¹²⁷ ALESP, 1883, p. 4. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/alesp/documento-historico/?idDocumento=13371>. Acesso em: 31 de out. de 2025.

4º	Antonio Lacerda Guimarães	N/C	16
5º	“Sinhazinha” Maria de Parnaíba	N/C	15
6º	Aleixo José de Godoi	Fazenda Santo Aleixo, bairro do Couto	15
7º	Antonio Soares Muniz	Fazenda Pinheirinho, bairro do Couto	14
8º	João Barboza Pires	Bairro Atibaia	12
9º	Joaquim Franco do Amaral	N/C	12
10º	Maria Gonçalves dos Santos	Barra do ribeirão	12
11º	Raimundo Cardoso de Oliveira	Bairro Lavapés	12
12º	José Franco de Godoi	Sítio do Pinheirinho, bairro do Atibaia	11
13º	Ignácio Correa Lacerda	N/C	10
14º	Manoel Rodrigues Leme	Bairro do Couto	10
15º	Manuelino de Godoi Bueno	N/C	10
16º	Antonio Pires D’Avila	N/C	10

Quanto aos dados populacionais, em 1832, consta que a população da freguesia de Belém de Jundiá era de 1.962 habitantes, dos quais 423 escravizados. Logo, 20% da população era composta por escravizados. Na primeira metade do século XIX, apesar de reduzido em relação aos grandes centros produtores de cana-de-açúcar, como Campinas, o número de escravizados da freguesia de Belém de Jundiá é significativo.

3.3.2. *Presença indígena*

A dificuldade em encontrar informações sobre a população que ocupou a área compreendida pelo território de Itatiba e Morungaba foi significativa, entretanto, não impossível; os documentos primários analisados nos forneceram valiosa informação para construir a narrativa histórica. Por outro lado, as populações nativas que habitaram esta área antes do processo de colonização são relativamente mais difíceis de se identificar, devido à inexistência de registros. Todavia, os artefatos produzidos por essa população remanescem como registros que sobrevivem ao tempo; através desses objetos, é possível identificar a presença dessa população.

Desse modo, a área de estudo está inserida na bacia do rio Piracicaba, que, por sua vez, faz parte da bacia do médio Tietê. Essa área foi ocupada pela população

indígena de caçadores-coletores entre 9000 e 2500 AP¹²⁸ e por tribos horticultoras a partir de 800 AP (Caldarelli, 1985; Juliane, 2004 *apud* Faccio et al., 2013). Em proximidade da área de estudo, existem vestígios arqueológicos referentes a indígenas caçadores-coletores e horticultores, no distrito de Souzas, em Campinas-SP, e na cidade de Amparo-SP, e vestígios Tupi-guarani na cidade de Vinhedo-SP (Caldarelli, 2001 *apud* Faccio et al., 2013).

No território de estudo, artefatos cerâmicos de origem indígena foram localizados nas áreas denominadas sítios arqueológicos Itatiba I e II, na cidade de Itatiba-SP (Faccio et al., 2013). Esse local está próximo à divisa administrativa do município com Morungaba-SP, à Fazenda Pereiras e ao Morro do Barreiro.

As cerâmicas encontradas nesse local apresentam influências culturais diversas, como as indígenas, as negras e as europeias. Segundo os autores, a presença indígena localizada nesse sítio certamente remete a indígenas escravizados na região, já que a datação dos vestígios encontrados no sítio arqueológico refere-se, em média, aos anos de 1849 e 1867 (Faccio et al., 2013, p. 82).

Conforme os autores, os artefatos cerâmicos encontrados na região de estudo foram produzidos quando a terra já estava ocupada por sítios e fazendas, no início da produção cafeeira. Isso reforça o fato de que esses utensílios foram produzidos por populações negras e indígenas escravizadas que trabalhavam nessas propriedades. Próxima ao local onde foram encontrados os vestígios, a fazenda Pereiras já havia sido fundada há pelo menos uma década antes da data em que os objetos foram produzidos. Essa fazenda possui um remanescente de sua senzala até o momento em que esta pesquisa é escrita. Dessa forma, o único vestígio de população indígena de que se tem conhecimento na área de estudo, até o momento, é a presença de indígenas escravizados.

¹²⁸ “AP” é a sigla referente a *Antes do Presente*, é um tipo de datação utilizada na arqueologia no método de datação por radiocarbono. A data usa o ano de 1950 como referência.



Figura 92 – Remanescente da senzala da fazenda Pereiras, Itatiba-SP. Fonte: Coletivo Ponte, junho de 2025. Disponível em: <https://coletivoponte.com/museu-caipira/fazenda-pereiras/>. Acesso em: 06 de nov. de 2025.

3.4. A atuação da Câmara Municipal como agente modelador urbano

No período colonial, o Estado desempenhava papéis mais restritos do que no período atual. O governo funcionava sob o comando da Coroa Portuguesa, esta que mandava ordens régias para que os respectivos governadores as aplicassem às capitanias (Vasconcelos, 1997, pp. 256-257). A Coroa Portuguesa praticamente “imprimiu” seu arcabouço jurídico, elaborado em Portugal, para a América Portuguesa, sem qualquer adaptação a um território tão diverso do europeu. Como consequência, devido às leis serem muito abrangentes no âmbito urbanístico, permitiu que as normas eclesiásticas, aliadas à coroa, prevalecessem (Marx, 1991, p. 11).

No período que antecede a República, um destaque deve ser dado às Câmaras Municipais, que eram lideradas, em sua maioria, pelos chamados “homens bons”, proprietários de terra. As Câmaras foram responsáveis pelo controle da vida urbana, ordenando todo o comportamento da sociedade e a aparência das cidades (Vasconcelos, 1997, pp. 259-260).

Esse controle foi oficializado principalmente por meio dos códigos de postura. Esses códigos –lançados no território estudado pouco tempo depois de Morungaba ter sido elevada à condição de freguesia – refletem o ideário dessa “elite” para a cidade em formação (Carvalho, 2010, p. 60).

3.4.1. O papel dos Códigos de Posturas na formação do núcleo urbano de Conceição de Barra Mansa

Durante o período colonial, a ausência de leis sobre questões urbanas “eram supridas por uma série de diplomas reais (...)”. Ghirardello destaca outro aspecto, referente à autonomia municipal, em que os municípios eram guiados pela “doutrina portuguesa” e dessa forma, a representavam em pontos isolados do território, e essa doutrina lhes concedia autonomia, uma forma de afirmação e controle da Coroa em seu território (Ghirardello, 2010, p. 53 *apud* Andrade, 1966, pp. 29-30).

Durante o período colonial muitas cidades elaboraram códigos de posturas, essa criação de leis era elaborada pela própria câmara da cidade, essa que, nesse momento, ainda possuía autonomia de qualquer outra instância para aprovar as próprias leis, mas, como destaca o autor, eram leis muito genéricas e só afirmavam ordenações já existentes da Coroa, incumbindo as autoridades locais de as adaptarem como fosse necessário (Ghirardello, 2013, p. 46).

Todavia, como é o caso da Província de São Paulo, muitas cidades não chegaram a elaborar esses códigos no período colonial; no caso de São Paulo, o primeiro Código de Posturas só foi elaborado no final do Império, em 6 de outubro de 1886, com 21 títulos, tratando de forma mais aprofundada do urbano (Marx, 2003, p. 57).

Para compreender o que foi utilizado como lei urbana na cidade de Morungaba, precisamos entender que o território desta cidade pertenceu à de Itatiba desde sua formação até a década de 1960. Sendo assim, os códigos promulgados pela cidade de Itatiba foram aplicados ao distrito de Morungaba.

O primeiro Código de Posturas da cidade de Itatiba foi publicado em 17 de fevereiro de 1889, três anos após a elaboração do Código de Posturas da Província de São Paulo. O documento contendo os códigos foi localizado de forma manuscrita no acervo digital da Alesp e possui 65 páginas.

De início, o documento apresenta um texto redigido pelos membros da Câmara Municipal de Itatiba, propondo à Assembleia Legislativa da província a reorganização de seu Código de Posturas.

A câmara municipal desta cidade, representada pela maioria de membros que o presente assinaram, tendo aprovado nesta data, em sessão especial da corporação a inclusa proposta para reorganização do seu Código de Posturas, na qual foram respeitadas o quanto possível as Leis Provinciais de 2 de junho de 1877, 13 de maio de 1878, 31 de março de 1884 e 12 de abril de 1887, vem pelo presente solicitar de V.V.Exas. a aprovação da presente reforma, afim de que tenha ela um código de posturas um meio pelo qual se deva reger. (...) (ALESP, lei nº 182, de 17/02/1889)

Nesse trecho, os autores mencionam quatro leis, nas quais a elaboração do documento de 1889 foi baseada. A primeira resolução citada é a nº 14, de 02 de junho de 1877, na qual a câmara apresenta 25 artigos, dos quais apenas três contêm diretrizes para o urbano. Essas diretrizes continham as dimensões para as platibandas e os ornamentos das fachadas; também faziam referência à cobrança de impostos para construção de mausoléus no cemitério¹²⁹.

Ao analisarmos essa primeira lei, percebe-se que ainda não havia atenção ampla ao meio urbano. Ainda assim, nota-se uma preocupação inicial em padronizar as fachadas, o que revela interesse em estabelecer uma certa ordem estética. Outro aspecto relevante é a indicação de meios construtivos que vão além da taipa. A presença de platibandas, calhas e tijolos aponta para mudanças na tecnologia construtiva e para um momento de transição arquitetônica, em que novos elementos passam a compor as edificações. Essas transformações refletem o contexto mais amplo de alterações técnicas no modo de construir e habitar, que, a partir de meados

¹²⁹ Lei nº 14, de 02/06/1877.

do século XIX, resultaram na substituição progressiva dos antigos beirais pelas platibandas (Reis Filho, 2002, p. 37).

A seguinte lei, contendo sete artigos, data de 13 de maio de 1878 e versa sobre a aprovação do recolhimento de impostos destinados à construção da casa de câmara e cadeia da cidade de Itatiba. Para isso, são nomeados representantes encarregados de recolher os impostos dos respectivos bairros. Em seguida, a lei de nº 20, de 31 de março de 1884, trata de modificações e acréscimos ao Código de 1877, a maioria relacionada à cobrança de impostos sobre vendas, mas não apresenta nenhuma modificação ou acréscimo relacionado ao urbano.

As diretrizes relativas ao meio urbano só são mencionadas novamente na lei nº 100, de 12 de abril de 1887. O artigo 14 trata da câmara, que detém o poder de conceder datas¹³⁰ do patrimônio ou dos cabidos a particulares para que esses edifiquem suas casas. E, no artigo seguinte, definem-se as medidas desses terrenos, que não podiam exceder dez metros de fachada, incluindo o meio-fundo do quarteirão correspondente.

A câmara poderá conceder datas de terreno do patrimônio ou dos cabidos em comissão a particulares, para edificação de casas dentro da cidade, **pagando o impetrante 50\$ de direito municipal**, além de outros estabelecidos neste código. (ALESP, resolução nº100, de 12/04/1887, grifo nosso)

Esse artigo, ao tratar da concessão de datas de terras pertencentes ao patrimônio religioso ou aos cabidos realizada pela Câmara, evidencia que a obtenção do lote estava condicionada ao pagamento de um valor pré-estabelecido. O trecho analisado demonstra as transformações ocorridas após a Lei de Terras de 1850¹³¹, que consolidou a mudança no sistema de acesso à terra, agora restrito exclusivamente à compra. Outro aspecto relevante decorrente da Lei de 1850 é a ênfase na definição dos limites entre a propriedade pública e a privada. Para isso, a Câmara dispunha de

¹³⁰ Denominação do século XIX para lotes.

¹³¹ Lei nº601, de 18 de setembro de 1850. A lei de Terras tornava proibido a aquisição de terras devolutas sem ser pelo título de compra. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L0601-1850.htm#:~:text=L0601%2D1850&text=LEI%20No%20601%2C%20DE,sem%20preenchimento%20das%20condi%C3%A7%C3%B5es%20legais.

um arruador, pessoa responsável pela demarcação dos lotes urbanos e seus alinhamentos (Carvalho, 2010, p. 63).

Através da análise dessas leis preliminares à execução do último Código de Posturas, observamos que, as leis foram incrementadas conforme as autoridades sentiam a necessidade, ou seja, em resposta ao cotidiano da cidade. Dessa forma, observamos uma certa evolução na abrangência dos códigos uma década após a sua criação.

A última versão consolidada do Código de Posturas de Itatiba é proposta no ano de 1889, contendo quinze capítulos denominados: “Do Embelezamento da Cidade; Do Asseio da Cidade; Da Comunidade e Segurança pública; Da Higiene e Salubridade pública; Da Extinção de Incêndios; Dos Enterros; Da Polícia Preventiva; Do Comércio; Da Agricultura; Das estradas e Caminhos; Da Extinção de Formigueiros; Do Sossego e da moral pública; Dos impostos; Dos empregados da Câmara; e Disposições diversas”.

O capítulo um refere-se à construção no meio urbano. De início, os primeiros artigos estabelecem diretrizes relativas ao papel do arruador – pessoa incumbida pela câmara de demarcar os limites dos terrenos concedidos a uso privado, delimitando, assim, o espaço público. Além disso, essas diretrizes delimitam o tamanho das vias. No caso de Itatiba, essas deveriam ter 13,20 m de largura. Outro aspecto relevante diz respeito à demarcação do perímetro urbano; o sexto artigo reforça a necessidade de regulação dos espaços públicos, o que demonstra a necessidade de estabelecer os limites da esfera privada sobre o terreno público.

Devemos lembrar que a legislação vigente durante todo o período colonial e imperial se preocupava com o espaço público; o limite de intervenção dos Códigos de Posturas era a fachada das casas, garantindo ao seu interior autonomia do proprietário (Reis Filho, 1999, p. 13).

No entanto, o 11º artigo, além de trazer especificações das alturas das fachadas, determina a altura das soleiras a 1,1 m acima do nivelamento da rua. Por ser uma medida considerada alta para uma soleira, pensamos que se referia à presença de porões nas casas. A presença do porão com piso assoalhado proporcionava maior

salubridade devido à proteção contra a umidade, além de facilitar o nivelamento dos pisos das casas em relação a terrenos com grandes desníveis (Figuras 93 e 94).



Figura 93 - Casa paroquial datada de 1889, em Morungaba-SP. Com a presença do porão. Fonte: acervo da autora.



Figura 94 - Casa com porão em Morungaba-SP. Fonte: acervo da autora.

O 13º artigo apresenta diretrizes relacionadas à estética, incluindo a proibição de rótulas; a proibição desses elementos, que estiveram presentes no período colonial, demonstra uma preocupação com a “modernização” da aparência da cidade, de forma a desvincular-se de suas características coloniais. Além disso, o 14º artigo proíbe a construção de casas de meia água dentro dos limites da cidade, reforçando a preocupação com a forma dos telhados.

O capítulo dois trata da limpeza da cidade; os artigos nessa seção versam, em sua maioria, sobre a limpeza das vias públicas. Em alguns casos, proíbem as águas “suja” de circularem sobre o espaço público, passível de multa ao proprietário. Isso reforça que a tecnologia para se encanar as águas pluviais já estava sendo empregada, esse dado, assim como a presença das platibandas, demonstra o avanço na concepção dos telhados (Figura 95).



Figura 95 - Casa de esquina com platibanda, em Morungaba-SP. Fonte: acervo da autora.

O capítulo quatro também trata da salubridade pública. No artigo 40º, há a proibição da construção de fábricas dentro da povoação. Como a cidade de Itatiba e

seu distrito, Morungaba, fundaram-se antes do despontar do período fabril, temos as primeiras fábricas construídas distantes de seu núcleo urbano. Atualmente, esses remanescentes fábricas localizam-se muito próximos aos centros; porém, para a época, sua localização era periférica. Ademais, nesse capítulo também era discutido o cuidado com as águas estagnadas nos terrenos. O conhecimento limitado da época sobre a proliferação de doenças levava à proibição de mantê-los próximos às casas.

No capítulo seis, o 67º artigo referente aos sepultamentos, proíbe o enterro dentro das igrejas. Como a fundação de Morungaba ocorreu em meio aos códigos de postura, o primeiro cemitério da cidade foi construído distante da sede do núcleo urbano, já que, nesse momento, o conhecimento sobre o sepultamento afastado por questões de salubridade pública já estava consolidado.

Os capítulos seguintes, além de abordarem a disciplina do convívio em sociedade, também apresentam diretrizes para a manutenção das estradas e pontes. As orientações especificamente voltadas ao espaço urbano voltam a aparecer apenas no último capítulo do código, dedicado às “disposições diversas”.

Nas disposições diversas, nos artigos 168º, 169º, 170º e 171º, constam diretrizes relativas às concessões de terrenos concedidas pela Câmara Municipal. Essas concessões mediante compra estavam sujeitas a regras para o adquirente; exigia-se que a construção fosse realizada no prazo de seis meses, e, caso contrário, o terreno deveria ser devolvido à posse da Câmara. Novamente mencionam-se as dimensões do terreno, que deveriam ter fachada de 10 metros, com meio-fundo correspondente ao tamanho do quarteirão.

Ao analisar o Código de Posturas da cidade de Itatiba, que também vigorou no perímetro urbano do distrito de Morungaba, nota-se, de modo geral, a necessidade de promover o controle da conduta da população no convívio público. Além disso, as questões urbanas eram discutidas em lei conforme surgia a necessidade, como uma resposta a problemas do convívio urbano que precisavam ser resolvidos em detrimento de um bem comum.

No entanto, não podemos deixar de mencionar que essas leis eram elaboradas por uma determinada elite local e impostas de acordo com seus interesses. Como já discutido no subcapítulo anterior, a liderança das Câmaras era exercida em sua quase totalidade pelos agentes econômicos, principalmente pelos proprietários de terras, reforçando o papel dos agentes modeladores urbanos que essa elite local desempenhou. Como participantes ativos das decisões na Câmara Municipal, destacam-se as famílias mencionadas neste capítulo, cujas gerações de proprietários de terras, por meio de seus interesses particulares e de suas decisões políticas, contribuíram para a conformação do tecido urbano.

Dessa maneira, a aplicação do Código de Posturas, como uma primeira forma de lei de ordenação urbana, contribui para definir a forma urbana de Morungaba; os reflexos dessas diretrizes podem ser observados nos remanescentes construídos da cidade.

3.5. Considerações parciais

A justificativa para utilizar o conceito de agentes modeladores urbanos para compreender as cidades do passado é pertinente aos estudos de história urbana, pois compreendemos que a paisagem urbana é entendida como um artefato social; portanto, esse artefato é criado e transformado por ações humanas ao longo do tempo. Ao identificar os atores, é possível identificar os interesses e ações dessas pessoas do passado que resultaram na materialidade do urbano.

Ao longo desta pesquisa, observou-se que a Igreja Católica atuou como importante agente modelador urbano da cidade de Morungaba, assim como foi agente modelador da maioria das cidades fundadas durante os períodos colonial e imperial brasileiros. A Igreja Católica exerceu seu papel como agente modelador tanto na escala territorial, definindo os termos das paróquias e freguesias, quanto na definição do local de gênese dos núcleos urbanos, por meio da construção de capelas e da elevação de igrejas matrizes.

As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1719) orientaram a construção da capela de Morungaba. A análise do Livro do Tombo da Igreja Matriz de Morungaba evidencia a aplicação das normas eclesiásticas na capela de Conceição de Barra Mansa. A aplicação das normas eclesiásticas na definição do local da capela também demonstra que, mesmo que a construção tenha ocorrido na recém-proclamada República, por configurar um período de transição, a influência da Igreja Católica ainda perdurava na configuração urbana.

Além das ações da Igreja Católica, as ações dos agentes econômicos, mais especificamente dos proprietários de terras, desempenharam um papel importante na consolidação do núcleo urbano da cidade. Por meio da genealogia proposta, entendemos que a família Leme desempenhou um papel importante no cenário fundiário, no qual, mais tarde, ocorreria a gênese urbana. Os descendentes de Lourenço Antônio Leme e Manoel Rodrigues Leme foram responsáveis pelos desdobramentos fundiários que culminaram na doação da gleba para construção da capela; portanto, contribuíram para a definição do local do núcleo urbano.

A influência dos proprietários de terra ocorreu de forma articulada à Igreja Católica. Além disso, os proprietários de terras desempenharam papel relevante nas Câmaras Municipais, uma vez que, por meio da ocupação de cargos, foram diretamente responsáveis pela formulação de diretrizes voltadas à ordenação da vida urbana e à aparência das cidades em formação. Em razão da fundação tardia do núcleo urbano de Morungaba em relação às localidades do entorno, sua gênese ocorreu em um contexto em que já vigoravam legislações voltadas ao embelezamento e à ordem urbana, estabelecidas nos Códigos de Posturas.

A análise dessas famílias, em conjunto com o georreferenciamento histórico dessas propriedades, levou ao entendimento de que no período entre 1855-57 já havia a presença de cafezais em duas propriedades no bairro do Couto, ao identificar essas propriedades notou-se que estavam localizadas próximas ao local onde, mais tarde, ocorreria a gênese urbana de Conceição de Barra Mansa, isso reforça a paisagem de caráter exclusivamente rural que o bairro ainda possuía nesse período, situação que só viria a ser alterada na primeira década do século XX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conjecturar a paisagem histórica de um território é uma tarefa complexa; jamais conseguiremos reconstruí-la por completo, mas há meios que nos aproximam significativamente da configuração da paisagem do período de estudo.

Quanto ao aspecto metodológico, o cruzamento de fontes primárias foi bastante satisfatório para atingir os objetivos propostos. De modo que, por meio da consulta e do cruzamento entre os documentos apresentados nesta pesquisa - com especial destaque para as Listas nominativas de habitantes e os Registros Paroquiais de Terras - foi possível compreender quais bairros rurais integravam a paisagem do território de estudo nos séculos XVIII e XIX. Foi possível compreender também como se deram os desdobramentos fundiários no território de Morungaba até o momento da gênese urbana e identificar quais foram os agentes responsáveis e seus respectivos papéis: a Igreja Católica e os proprietários de terra. Além disso, por meio das ferramentas de georreferenciamento, em conjunto com a análise da cartografia histórica, foi possível entender, de forma espacial, onde estavam as localidades mencionadas nos documentos, e como esta rede urbana se configurava na materialidade, no final do século XVIII e durante o século XIX.

O conceito dos jogos de escalas aplicado na presente pesquisa se revelou pelo método de análise dos documentos, na medida em que notou-se ser indispensável a alternância entre as escalas ao promover o cruzamento dessas fontes documentais. Isso ocorre devido à complexidade de estudar a formação de núcleos urbanos, uma vez que a história das cidades é composta por uma concentração de acontecimentos que abrangem os aspectos social, econômico e material em diversas escalas; portanto, exigem uma abordagem que contemple todos esses dados e possibilite o diálogo entre as respectivas escalas. Os resultados obtidos nesta pesquisa revelam o ganho de interpretação que a aplicação desse conceito no método de análise de fontes primárias pode proporcionar a estudos voltados à história urbana.

O método de análise da origem do núcleo urbano, sob a ótica da rede urbana, mostrou-se essencial para compreender como essa área foi ocupada. Podemos considerar que a rede urbana da microrregião de estudo possuía e estabelecia conexões

fundamentais para a formação dos aglomerados urbanos. Essa rede era estruturada em diferentes escalas de importância, hierarquicamente, por cidades, vilas, freguesias, bairros rurais e fazendas. Cada polo configurava um ponto relevante do conjunto, seja por seu papel como rota de conexão, de comércio ou religiosa. As relações estabelecidas entre esses polos permitem explicar como e por que determinadas formações urbanas ocorreram. Nesse sentido, cada núcleo urbano deve ser compreendido como parte de um amplo conjunto dinâmico, cuja análise é indispensável para o entendimento do processo de formação urbana. Tal constatação reforça a necessidade de estudos voltados às pequenas cidades, uma vez que, na maioria dos casos, os estudos científicos privilegiam os grandes centros urbanos, deixando de lado as pequenas aglomerações. Dessa forma, como os núcleos se articulam em uma rede, desconsiderar as pequenas cidades implica um entendimento incompleto da história da formação microrregional. Assim, conclui-se que nenhum assentamento humano surge sem uma conexão com outro assentamento inicial; portanto, estudar pequenas cidades, como foi o caso de Morungaba, pode contribuir para preencher lacunas históricas sobre a formação da rede urbana microrregional, inserida em um contexto histórico mais amplo. Além disso, revela particularidades que podem ser comparadas às dos centros com maior desenvolvimento.

Como o território de Itatiba/Morungaba foi desmembrado do termo da vila de Jundiaí, a pesquisa foi conduzida prioritariamente com base na documentação relativa a esse termo. Ainda que tenha havido o cuidado de consultar também documentos de freguesias e vilas limítrofes da microrregião de estudo — inclusive aquelas pertencentes a outros termos e que poderiam conter informações sobre paróquias vizinhas — é possível que existam fontes adicionais nesses acervos que, em razão do tempo limitado da pesquisa, não foram examinadas¹³². Ainda assim, o conjunto documental relativo ao termo da vila de Jundiaí mostrou-se consistente e suficiente para atender aos objetivos propostos.

¹³² Reforçamos que não foi possível consultar, em sua totalidade, os documentos da cidade de Atibaia - SP e Amparo - SP. Os documentos referentes a essas que foram paróquias limítrofes ao território de estudo foram consultados em sua disponibilidade nos acervos *online*, como no acervo histórico da ALESP. Além disso, para Amparo - SP utilizamos o trabalho de Lima (1998).

Outro ponto importante a ser ressaltado é que todas as reconstituições realizadas nesta pesquisa se baseiam em documentos primários. Embora as informações tenham sido analisadas com rigor e o cruzamento de fontes tenha contribuído para sustentar e confirmar hipóteses, é necessário reconhecer que esses documentos expressam a perspectiva de seu tempo e de seus autores. Em outras palavras, o que era registrado — e o que era omitido — dependia das escolhas de quem produziu o documento, o que inevitavelmente deixa lacunas, sobretudo no que se refere às populações menos abastadas e às pessoas escravizadas. Essa limitação também se aplica aos mapas históricos. Por isso, o confronto entre diferentes fontes cartográficas foi fundamental, pois, na ausência de determinada informação em um documento, foi possível identificá-la em outro. Ainda assim, não é possível recuperar integralmente todos os dados referentes ao período estudado.

Os documentos levantados referentes às paróquias de Itatiba e Morungaba forneceram informações importantes, que contribuíram para traçar uma linha do tempo da gênese urbana do objeto de estudo. Os registros contidos nesses documentos paroquiais conduziram a uma conjectura sobre a paisagem no período próximo à gênese urbana, reforçando a importância dos arquivos eclesiásticos na reconstituição da história urbana. Após a compreensão de que a Igreja Católica exerceu papel relevante como agente modelador urbano, entende-se que suas ações, articuladas às dos proprietários de terra e à devoção a Nossa Senhora da Conceição, refletiram diretamente na questão fundiária desse território. Esse processo, por sua vez, influenciou o local escolhido para a construção da capela e contribuiu para definir os espaços públicos e aqueles destinados a usos privados.

A análise dos documentos manuscritos não foi uma tarefa simples. Entre as diversas dificuldades impostas pelos documentos consultados, a principal foi a legibilidade, fator diretamente relacionado à qualidade da escrita e ao estado de conservação dos documentos. Por outro lado, a disponibilidade desses documentos digitalizados facilitou significativamente a realização das análises, pois permitiu a consulta a esses documentos por períodos mais prolongados.

No percurso da reconstituição da paisagem, houve questões que podem gerar debates futuros, como a localização da primeira capela curada da cidade, construída na propriedade de Joaquim Pereira Cardoso, que infelizmente não foi possível localizar, ou mesmo que já tenha sido demolida, estimando sua localização. No momento, podemos apenas especular que sua localização pudesse estar próxima à gleba doada ao patrimônio religioso, devido ao parentesco de Joaquim Pereira Cardoso com os doadores das terras.

Além disso, outra lacuna que despertou o nosso interesse foi entender como parte do bairro do Couto, que mais tarde daria origem à freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Barra Mansa, foi desanexada da vila de Nova Bragança e incorporada à freguesia de Belém de Jundiaí. Não foi possível localizar nenhum documento que discutisse esse processo, o que pode indicar, inclusive, a inexistência desse registro. A aproximação mais consistente foi a partir das análises dos *Maços de população* da vila de Nova Bragança, com o intuito de verificar a perda de população. Entretanto, como não foi possível localizar o bairro nesse momento, também não foi possível quantificar a porção de habitantes anexada à paróquia de Belém de Jundiaí. Diante do conjunto documental analisado, considera-se que a distância dos moradores do bairro do Couto em relação à sede da vila de Nova Bragança contribuiu para que, quando uma capela em maior proximidade fosse visitada por um vigário regularmente – capela de Nossa Senhora do Belém –, tais moradores desejassem ser atendidos na nova capela mais próxima deste bairro, facilitando o deslocamento dessa população.

Vale ressaltar também que, por mais que não tenhamos informações sobre a extensão desses bairros rurais, as informações espaciais contidas na cartografia histórica que fazem referência ao bairro do Couto revelaram o quanto esses bairros se distanciavam das sedes das freguesias ou das vilas das quais faziam parte, detalhes a serem considerados ao olhar para os territórios das paróquias.

Outra lacuna identificada, que pode suscitar debates em pesquisas futuras, diz respeito à localização de sesmarias na região de estudo. Embora tenham sido identificadas duas sesmarias no território atualmente compreendido por Itatiba, não foi possível estabelecer nenhuma relação direta entre as descrições das sesmarias

concedidas na freguesia do Jaguary (Bragança Paulista) e o território que hoje corresponde aos limites administrativos de Morungaba. Como esta área, na condição de bairro rural, pertenceu à freguesia e depois à vila de Nova Bragança, é possível que cartas de sesmaria concedidas nesse território tenham incorporado essa área, que viria a constituir o bairro do Couto. Como se sabe, as sesmarias eram vastas extensões de terra e muitas não eram exploradas em sua totalidade devido à sua extensão. Dessa forma, ao analisar os RPT das propriedades localizadas no bairro do Couto e considerando o georreferenciamento histórico, foi possível conjecturar que grande parte do território que hoje integra o limite administrativo de Morungaba tenha pertencido a membros da família Leme. Assim, pesquisas futuras poderão buscar associar essas propriedades a eventuais sesmarias concedidas nesse território.

O método de georreferenciamento histórico elaborado nesta pesquisa permitiu compreender, de forma espacial, as localidades mencionadas nas Listas Nominativas de habitantes e nos Registros Paroquiais de Terra. Além disso, o processo de visualização entre camadas de bases georreferenciadas, acompanhado da observação de mapas dos séculos XVIII, XIX e do início do século XX, permitiu verificar a persistência de vestígios materiais no território de estudo. Esse processo nos revelou que, até a década de 1970 – cartografia do IBGE 1970-72 –, havia maior permanência da estrutura fundiária do período de fundação da cidade de Morungaba/Itatiba, em comparação com a imagem de satélite atual. Esse fator reforçou a importância do uso desta cartografia nesta pesquisa e revelou ser um material com potencial para apoiar pesquisas relacionadas ao crescimento urbano e ao uso do solo, visando verificar permanências e mudanças no quadro fundiário. Nesse sentido, destaca-se a relevância dos topônimos, pois a permanência desses nomes próprios na cartografia produzida em diferentes períodos contribuiu para a elaboração hipotética da paisagem da época a partir da análise dos mapas. Portanto, o georreferenciamento histórico elaborado nesta pesquisa contribuiu para a compreensão espacial de como essa rede urbana, de caráter predominantemente rural, se constituía. Ainda que descrevêssemos essas localizações, nada se compara à síntese espacial proporcionada pelo mapa. Além disso, a opção por demonstrar os limites administrativos atuais sobrepostos a essas informações dos séculos XVIII e XIX também nos revela o quanto essas fronteiras

mudaram ao longo do tempo, reforçando o quadro das disputas territoriais em curso. Entretanto, a estrutura física desse território, como as características geomorfológicas e os limites naturais adotados como limites das paróquias, permaneceu um fator determinante nas delimitações desses territórios.

No capítulo dois, o campo de estudos da morfologia urbana nos conduziu a compreender por que a gênese urbana ocorreu onde ocorreu e de que modo esse processo se deu. Ao observar a forma, foi possível desvendar os processos que a produziram no passado e vislumbrar a evolução do plano urbano. Por meio da aplicação das análises da teoria territorial italiana, entendemos que o plano urbano da cidade de Morungaba foi diretamente influenciado pela configuração natural do território. Além disso, constatou-se que houve uma preferência pelas rotas paralelas a cursos d'água, o que reforça a tese de outros autores de que, no processo de estruturação territorial - desde períodos anteriores à colonização do Brasil -, optou-se por abrir trilhas próximas a rios e ribeirões, e que isso pode ter ocorrido devido à dificuldade em transpor as áreas de Mata Atlântica, situação que se opõe à ocorrida na Europa. Na teoria territorial italiana proposta para o território europeu, o processo de estruturação das rotas ocorre, em um primeiro momento, no topo dos morros; posteriormente, as rotas são formadas próximas aos cursos d'água. Por outro lado, a rota de cumeada também está presente na área de estudo, contudo, com menor protagonismo em relação às rotas dos vales. Esse dado reforçou a discussão já apresentada pelos autores brasileiros e identificada em documentos primários, segundo os quais trechos serranos eram evitados, sempre que possível, na abertura de caminhos.

Os caminhos, ou o traçado viário, desempenharam papel importante na configuração da paisagem de Morungaba nos séculos XVIII e XIX. Partindo da tese de que os caminhos apresentam maior permanência em relação às outras formas criadas pelo homem, compreendemos que a análise da forma a partir desse elemento ancestral - sempre atrelado a um elemento do sítio natural - permite revelar como determinado traçado urbano se constituiu.

O emprego do método da Escola Italiana apontou diferenças e semelhanças entre a estruturação territorial de Morungaba e a observada no território europeu. Essas diferenças versam principalmente sobre o território-tipo, que, no caso de Morungaba, apresenta uma geomorfologia marcada pela presença de montanhas e eixos serranos que, no processo de estruturação, eram cobertos pelo bioma da Mata Atlântica – área inserida no domínio morfoclimático dos mares de morros – fator que dificultou o deslocamento dos colonizadores. O território-tipo da área de estudo condicionou o processo de estruturação dos caminhos, privilegiando as áreas dos vales. Os autores que discutem a teoria territorial no contexto brasileiro apontam que o modo como o território foi apropriado possui heranças de um modelo de ocupação anterior ao período colonial, que privilegiou as áreas dos vales. Contudo, dificilmente saberemos se os caminhos que estruturaram a formação territorial de Morungaba eram trilhas já existentes antes do processo de colonização portuguesa, uma vez que não há registros. Pode-se especular que, se houvesse rotas anteriores, os colonizadores certamente as teriam utilizado. Assim, a teoria territorial mostrou-se eficiente ao ser aplicada a um território do tipo distinto do europeu.

De modo geral, por meio da exploração dos conceitos da teoria territorial italiana, como os do território-tipo, entendemos que o traçado urbano de Morungaba está diretamente atrelado à estrutura geomorfológica do território em que a cidade se insere. Ao deixar a estrutura natural conduzir o traçado das vias, revela-se a importante relação entre o meio natural e o homem. Diversos eram os motivos para que a ação antrópica ocorresse de forma ordenada por essa estrutura natural, mas o principal era facilitar a vida em meio às adversidades. Esse modo de adentrar o sertão e de habitar é narrado pelos autores desde o período colonial da América Portuguesa.

Alinhado com a discussão dos autores sobre a existência de um planejamento na fundação dos núcleos urbanos na América Portuguesa, ao descrever o processo de gênese urbana de Morungaba, entendemos que esse processo não ocorreu de forma aleatória; houve condicionantes que guiaram a formação do núcleo urbano, tanto as impostas pelo meio natural quanto as decorrentes das ações do homem. Isso reforça a ideia de que havia um desejo da Coroa portuguesa de ordenar seus aglomerados

urbanos em desenvolvimento. Por mais que a gênese urbana de Morungaba tenha ocorrido na recém-proclamada República, persiste ainda um modo de fundar cidade herdado do período colonial e imperial, reforçando a ideia de continuidade de alguns processos, mesmo na transição entre regimes políticos. De todo modo, as análises dos documentos reforçam a tese dos autores de que houve planejamento no modo de fundar cidades durante os períodos colonial e imperial, e que, devido à aliança entre Igreja e Estado, esse planejamento foi pautado por diretrizes eclesásticas que revelavam preocupação com o ordenamento inicial da povoação.

Além disso, reforçamos a importância que o processo de reconstituição da genealogia das famílias que compunham o quadro fundiário de Morungaba conferiu às análises da história da cidade. Por meio da reconstituição dos parentescos da família Leme, somada às informações dos RPTs, foi possível relacionar os vínculos dessa família à distribuição das propriedades no quadro fundiário de Morungaba. Desse modo, reforçando a tese dos autores de que, nesse período, os laços consanguíneos se concentravam em áreas geográficas bem definidas.

O conjunto metodológico aplicado nesta pesquisa mostrou-se consistente e reforçou sua replicabilidade, uma vez que esse método vem sendo utilizado e aprimorado pelo grupo de pesquisa “História das cidades: ocupação territorial e ideários urbanos”, ao qual este trabalho está vinculado. O objeto de estudo da presente pesquisa confirma a aplicabilidade desse método também em cidades pequenas, nas quais o volume documental disponível é, na maioria das vezes, inferior ao observado em centros urbanos maiores.

Com os resultados apresentados, acreditamos que a principal contribuição desta pesquisa é preencher lacunas sobre a história da formação da rede urbana microrregional do território de estudo. Ainda que esse seja o primeiro estudo desse território no campo da história urbana, podemos considerar que as análises realizadas contribuem para o entendimento, bem como para o levantamento e a organização de documentos primários referentes à região de Itatiba/Morungaba e ao seu entorno imediato. A discussão apresentada nessa dissertação também contribui para a história da fundação da cidade. Isso reforça a identidade da população, pois, a partir do

reconhecimento de suas raízes, podemos vislumbrar um futuro tanto para o seu crescimento quanto para a preservação de sua memória local.

No que se refere aos remanescentes arquitetônicos do período de fundação de Morungaba, destaca-se que a escala do edifício não constituiu objeto de investigação desta pesquisa, podendo, portanto, ser explorada em futuras análises. Ressalta-se, ainda, a inexistência de levantamentos dos remanescentes urbanos do período de fundação da cidade de Morungaba, bem como dos núcleos rurais que possuem remanescentes do período da produção cafeeira, os quais, em sua maioria, encontram-se em estado de ruína. Reforçamos que esses remanescentes têm relevância para a história e a memória regionais; portanto, devem ser objeto de estudo. Ademais, no que diz respeito aos remanescentes rurais do município de Itatiba, não foi possível localizar os inventários *post mortem* dos proprietários. Nesse sentido, o presente trabalho pode servir de norte aos que desejarem aprofundar-se no estudo desses remanescentes.

De modo geral, em uma discussão mais ampla, esta pesquisa contribui para o entendimento da rede urbana microrregional, ao valorizar o estudo de pequenos núcleos urbanos, frequentemente deixados de lado nas análises sobre as cidades. Partindo da compreensão desse sistema urbano como um conjunto articulado, o estudo da formação urbana de Morungaba contribui para o entendimento da formação de parte do território que pertenceu ao termo da vila de Jundiaí, nos séculos XVIII e XIX. Esse olhar voltado às pequenas cidades contribui para preencher lacunas historiográficas relativas aos núcleos que compõem essa rede urbana, sobretudo os localizados em territórios limítrofes. Ao considerar o contexto regional, compreende-se que, em menor escala, integrou um processo social e econômico mais amplo; assim, os resultados também contribuem para ampliar a compreensão da história urbana, articulando-a à formação da rede urbana do território da capitania e, posteriormente, da província de São Paulo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Documentos manuscritos digitalizados

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Jundiaí, 1766, 52 fls. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Jundiaí, 1768, 18 fls. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Jundiaí, 1770, 40 fls. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Jundiaí, 1773, 82 fls. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Jundiaí, 1774, 96 fls. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Jundiaí, 1775, 69 fls. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Jundiaí, 1776, 202 fls. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Jundiaí, 1777, 112 fls. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Jundiaí, 1778, 113 fls. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Jundiaí, 1779, 100 fls. Disponível em:

https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Jundiaí, 1781, 63 fls. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Jundiaí, 1782, 120 fls. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Jundiaí, 1783, 103 fls. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Jundiaí, 1785, 140 fls. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Jundiaí, 1786, 118 fls. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Jundiaí, 1787, 139 fls. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Jundiaí, 1789, 160 fls. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Jundiaí, 1790, 191 fls. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Jundiaí, 1791, 192 fls. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Jundiaí, 1792, 182 fls. Disponível em:

https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Jundiaí, 1793, 171 fls. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Jundiaí, 1794, 172 fls. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Jundiaí, 1794, 172 fls. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Jundiaí, 1795, 185 fls. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Jundiaí, 1796, 122 fls. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Jundiaí, 1797, 236 fls. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Jundiaí, 1798, 330 fls. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Jundiaí, 1799, 160 fls. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Jundiaí, 1800, 71 fls. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Jundiaí, 1801, 321 fls. Disponível em:

https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Jundiaí, 1802, 377 fls. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Jundiaí, 1804, 239 fls. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Jundiaí, 1805, 234 fls. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Jundiaí, 1806, 186 fls. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Jundiaí, 1807, 195 fls. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Jundiaí, 1808, 184 fls. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Jundiaí, 1809, 196 fls. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Jundiaí, 1810, 186 fls. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Jundiaí, 1811, 182 fls. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Jundiaí, 1812, 164 fls. Disponível em:

https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Jundiaí, 1813, 148 fls. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Jundiaí, 1814, 211 fls. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Jundiaí, 1815, 223 fls. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Jundiaí, 1816, 222 fls. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Jundiaí, 1817, 159 fls. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Jundiaí, 1818, 197 fls. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Jundiaí, 1822, 187 fls. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Jundiaí, 1824, 148 fls. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Jundiaí, 1825, 185 fls. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Jundiaí, 1827, 188 fls. Disponível em:

https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Jundiaí, 1828, 156 fls. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Jundiaí, 1829, 180 fls. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Jundiaí, 1830, 191 fls. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Jundiaí, 1832, 25 fls. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Jundiaí, 1835, 4 fls. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Jundiaí, 1836, 224 fls. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Jundiaí, 1842, 10 fls. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de São Carlos (Campinas), 1797, 82 fls. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Nova Bragança (Bragança Paulista), 1825, 504 fls. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Nova Bragança (Bragança Paulista), 1826, 335 fls. Disponível em:

https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Nova Bragança (Bragança Paulista), 1828, 385 fls. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Nova Bragança (Bragança Paulista), 1829, 374 fls. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Nova Bragança (Bragança Paulista), 1830, 371 fls. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Nova Bragança (Bragança Paulista), 1835, 72 fls. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes da vila de Nova Bragança (Bragança Paulista), 1836, 223 fls. Disponível em:
https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macros_populacao
. Acesso em: 07 jan. 2026.

APESP. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Registro Paroquial de Terras de Belém de Jundiá (1855-1857), 176 fls. Livro nº 118, número de ordem 5.4.120. Disponível em: <http://icaatom.arquivoestado.sp.gov.br/icaatom/index.php/m0ch5;isad>. Acesso em 07 jan. 2026.

APESP. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Índice do Registro Paroquial de Terras de Belém de Jundiá (1855-1857), 2022.

APESP. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Índice do Registro Paroquial de Terras de Bragança Paulista (1855-1856), 2022.

APESP. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Índice do Registro Paroquial de Terras de Jundiá (1855-1857), 2022.

APESP. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Índice do Registro Paroquial de Terras de Amparo (1855-1857), 2022.

Documentos manuscritos físicos

ACMSP. Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Registros de Visitas Pastorais – SP em Belém de Jundiá (Itatiba), 1853-1857, p. 30; p. 47. Cota 7-3-45.

ACMSP. Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Registros de Pastorais, Portarias e outros atos oficiais, 1891-1899, p. 74v; p. 135v. Cota 5-3-8.

ACMSP. Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Livro de Mapas de Paróquias, 1911, p. 20. Mapa dos limites da Paróquia de Itatiba. Cota 55-1-2.

ACMSP. Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Livro de visitas às paróquias, p. 64. Cota 8-2-23.

ACMSP. Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Descrição dos limites da doação ao patrimônio religioso da capela de Conceição de Barra Mansa, pp. 97-123. Livro 1-2-7.

ACMSP. Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Mapa da divisão dos bairros da freguesia de Belém de Jundiá, 1835, p. 17. Cota 03-02-21.

Arquivo da Câmara Municipal de Itatiba. Livro de Atas nº 1 (1857-1860).

Arquivo da Câmara Municipal de Itatiba. Livro de Atas nº 2 (1860-1867).

Arquivo da Câmara Municipal de Itatiba. Livro de atas nº 3: (1867-1878).

Arquivo da Câmara Municipal de Itatiba. Livro de atas nº 4: (1878-1880).

Arquivo da Câmara Municipal de Itatiba. Livro de atas nº 5: (1880-1891).

Arquivo da Câmara Municipal de Itatiba. Livro de atas nº 6: (1892-1896).

Arquivo da Câmara Municipal de Itatiba. Livro de atas nº 7: (1896-1898).

Arquivo da Câmara Municipal de Itatiba. Livro de leis municipais: (1892-1908).

Livro do tomo nº1 da Paroquia de Nossa Senhora da Conceição, 1893-1924, 51 fls. Consulta presencial na Casa Paroquial da Igreja Matriz de Morungaba-SP. Consulta em 08 mai. 2024.

Almanaques

Almanaques de Itatiba, 1905, 1916, 1917, 1925. Acervo do Museu Municipal de Itatiba "Pe. Francisco de Paula Lima". Consulta em 03 out. 2024.

Almanaque Literário Paulista, 1876, pp. 69-71. Acervo do Museu Municipal de Itatiba "Pe. Francisco de Paula Lima". Consulta em 03 out. 2024.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Mauricio de Almeida. Sobre a memória das cidades. In: FRIDMAN, Fania; HAESBAERT, Rogério (orgs.). *Escritos sobre o espaço e história*. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. p. 27-53.
- ABREU, Mauricio de Almeida. A apropriação do território no Brasil colonial. In: FRIDMAN, Fania; HAESBAERT, Rogério (orgs.). *Escritos sobre o espaço e história*. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. p. 265-298.
- ABREU, Mauricio de Almeida. REENCONTRANDO A ANTIGA CIDADE DE SÃO SEBASTIÃO: MAPAS CONJECTURAIS DO RIO DE JANEIRO DO SÉCULO XVI. *Revista Cidades, Brasil*, v. 2, n. 4, p. 189-220, 2021. DOI: 10.36661/2448-1092.2005v2n4.12599. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12599>. Acesso em: 3 dez. 2025.
- AZEVEDO, Aroldo. *Vilas e cidades do Brasil: ensaio da geografia urbana retrospectiva*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1956.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Arrolando os habitantes no passado: as listas nominativas sob um olhar crítico*. Locus: Revista de História, v. 14, n. 1, p. 113-132, 2008.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Arrolando os habitantes no passado: as listas nominativas sob um olhar crítico*. Locus: Revista de História, [S. l.], v. 14, n. 1, 2021. DOI: 10.34019/2594-8296.2008.v14.31575. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/31575>. Acesso em: 3 dez. 2025.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765-1855*. 1987. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-16112022-195509/>. Acesso em: 31 out. 2025.
- BENINCASA, Vladimir. *Fazendas paulistas: arquitetura rural no ciclo cafeeiro*. 2007. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18142/tde-14032008-151048/pt-br.php?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 15 out. 2025.
- BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2009.
- BUENO, Beatriz P. S. *Caminhos da história da urbanização no Brasil-colônia*. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, v.20, p. 11-40, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/issue/view/3291> Acesso em: 8 junho de 2024.
- CAMPOS, Cristina. Os caminhos de terra e de ferro no arraial dos Souzas e Joaquim Egydio: origens e desenvolvimento. In: RIBEIRO, Suzana B. (coord.). *Sesmarias, engenhos e fazendas: Arraial dos Souzas, Joaquim Egydio, Jaguary (1792-1930)*. v. 2:

Sesmarias, caminhos, escravidão, riqueza, imigração, núcleos urbanos. Campinas: Direção Cultura, 2016. p. 56 -111.

CANDIDO, Antonio. *Parceiros do Rio Bonito*. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2010.

CANIGGIA, Gianfranco; MAFFEI, Gian Luigi. *Architectural composition and building typology: Interpreting Basic Building*. Firenze: Alinea editrice srl., 2001.

CARVALHO, Miguel H. *A atuação da Câmara Municipal em Campinas na segunda metade do século XIX à luz dos Códigos de Posturas*. 2010. Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas do Instituto de Economia da Unicamp. Campinas, 2010.

CATALDI, Giancarlo. From Muratori to Caniggia: the origins and development of the Italian school of design typology. *Urban Morphology*, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 19-34, 2003. DOI: 10.51347/jum.v7i1.3904. Disponível em: <https://journal.urbanform.org/index.php/jum/article/view/3904>. Acesso em: 19 aug. 2025.

CONZEN, M.R. G. *Thinking about urban form: Papers on urban morphology, 1932-1998*. Edited by Michael P. Conzen. Peter Lang Publishing Inc New York, 2004.

CORREA, Roberto Lobato. *A Rede Urbana*. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

COSTA, Stael de A. P. e NETTO, Maria M. G. *Fundamentos de Morfologia Urbana*. São Paulo: Editora C/Arte, 2015.

DEFFONTAINES, Pierre. Como se constituiu no Brasil a rede das cidades. *Revista Cidades*, v. 1, n. 1, p. 119-146, 2004. Tradução de Orlando Valverde, revisada por Roberto Lobato Corrêa. DOI: <https://doi.org/10.36661/2448-1092.2004v1n1.12534>. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12534>. Acesso em: 16 out. 2025.

DELSON, Roberta Marx. *Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*. Brasília: Editora Alva-Ciord, 1997.

DERNTL, Maria Fernanda. *Método e arte: criação urbana e organização territorial na capitania de São Paulo, 1765-1811*. 2010. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Doi:10.11606/T.16.2010.tde-09062010-143444. Acesso em: 31 de out. de 2025.

FELDMAN, Sarah. A província de São Paulo na primeira metade do século XIX: urbanizações e práticas do espaço. In: FRIDMAN, Fania; FERREIRA, Carlos H.C. (orgs.) *Urbanizações brasileiras 1800-1850*. São Paulo: Letra Capital, 2023.

FERREIRA, Rafael A. Silva. *À sombra da capela: os patrimônios religiosos na constituição dos espaços urbanos e na formação do território polarizado pelas vilas de Casa Branca e*

Caconde no século XIX. Tese (Doutorado Urbanismo) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Campinas, 2022.

FERREIRA, R. A. S., PEREIRA, R. B., & MENEGALDO, A. B. F. (2022). Fazendas, partes de terras, chácaras e terrenos: estudo comparativo do léxico fundiário nos registros paroquiais de terras de Caconde e do município de Campinas, na província de São Paulo (1854-1857). *Anais Do Museu Paulista*, v. 30. p. 1-71. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-02672022v30e41>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/ycMRhRzdhCsNvH5tsBnNvqd/?lang=pt>. Acesso em: 16 out. de 2025.

FONSECA, Cláudia. D. *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte. Editora: UFMG, 2011. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788542303070>.

GHIRARDELLO, Nilson. *A formação dos patrimônios religiosos no processo de expansão urbana paulista (1850-1900)*. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.

GHIRARDELLO, Nilson. Os códigos de posturas e as cidades paulistas do século XIX. In: MAGAGNIN, R. C., FERNANDEZ, R., SALCEDO, B., Regina, N., & CONSTANTINO, T. (orgs.). *ARQUITETURA URBANISMO e PAISAGISMO contexto contemporâneo e desafios VOLUME 2*. Unesp: Editora Cultura Acadêmica, 2013.

GUERREIRO, Maria R. P. *O território e a edificação: o papel do suporte físico natural na gênese e formação da cidade portuguesa*. Dissertação (Mestrado em Desenho Urbano) – Lisboa, 2001. DOI: 10.13140/RG.2.1.2408.5521. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/291971343_O_Territorio_e_a_Edificacao_O_Papel_do_Suporte_Fisico_Natural_na_Genese_e_Formacao_da_Cidade_Portuguesa. Acesso em: 16 out. 2025.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 21. Ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1975.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INSTITUTO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO. José Eduardo Martin Roquetti. *Municípios e distritos do Estado de São Paulo*. São Paulo: Instituto Geográfico Cartográfico, 2011. 111p. Disponível em: http://www.igc.sp.gov.br/produtos/arquivos/municipios_e_distritos.pdf. Acesso em: 16 março de 2024.

ITATIBA, Prefeitura Municipal, galeria de prefeitos. Disponível em: <https://itatiba.sp.gov.br/cidade/galeriadeprefeitos> Acesso em: 20 de fev. de 2025.

KNOWLES, A. K. GIS and History. In: HILLIER, A.; KNOWLES, A. K. (ed.). *Placing History. How maps, spatial data, and GIS are changing historical scholarship*. Redlands, Califórnia: ESRJ Press, 2008. p. 2-25.

KROPF, Karl. Urban tissue and the Character of towns. *Urban Design International*, 1, p. 247-263, 1996. DOI: <https://doi.org/10.1057/udi.1996.32>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/135753196351029>. Acesso em: 16 de out. de 2025.

KURIMOTO, Lucia K. *A resiliência dos caminhos pré-colombianos de São Paulo*. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

LAMAS, José Manuel R. G. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. 6. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

LARKHAM, Peter J. e CONZEN, Michael P. *Shapers of urban form. Explorations in morphological agency*. New York: Routledge, 2014.

LEME, Luís Gonzaga da Silva. *Genealogia Paulistana*. Vol. 2. São Paulo: Duprat & Comp., 1904.

LEPETIT, Bernard; SALGUEIRO, Heliana Angotti. *Por Uma Nova História Urbana*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

LIMA, Roberto P. Teixeira. *A cidade racional. Amparo: um projeto urbanístico do "oitocentos"*. Faculdade de Ciências e Letras Plínio Augusto do Amaral, Centro de Pesquisa em História da Arte e Arqueologia. Unicamp: Campinas, 1998.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. Martins Fontes: São Paulo, 1999.

MARX, Murillo. *Cidade no Brasil terra de quem?* São Paulo: Nobel: Editora da Universidade de São Paulo, 1991.

MARX, Murillo. *Nosso chão do sagrado ao profano*. 2. ed. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2003.

MARZOT, Nicola. Glossário crítico. In: CANIGGIA, G.; MAFFEI, G. L. *Interpreting basic Building*. Firenze: Alinea editrice srl., 2001.

MAZZUIA, Mario. *Jundiaí através de documentos*. Jundiaí: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1976.

MENEGALDO, Ana Beatris Fernandes; PEREIRA, Renata Baesso. Reconstituição conjectural do território da vila de São Carlos (Campinas-SP) no início do século XIX: uma análise espacial a partir de documentos históricos textuais. *Antíteses*, [S. l.], v. 17, n. 34, p. 412-453, 2024. DOI: 10.5433/1984-3356.2024v17n34p412-453. Disponível em: <https://www.ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/50147>. Acesso em: 1 maio. 2025.

MENEGALDO, Ana Beatris Fernandes. *Agentes Modeladores do território: A família Souza Aranha em Campinas-SP (1806-1902)*. Tese (Doutorado Urbanismo) – Pontifícia

Universidade Católica de Campinas. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Campinas, 2024.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Editora Hucitec-Polis, 1998.

MURATORI, Saverio. *Studi per una operante storia urbana di Venezia*. Roma: Istituto Poligrafico dello Stato, 1959.

NAVARRA, Wanda Silveira. *O uso da terra em Itatiba e Morungaba: permanência e mudança na organização do espaço agrário (1956-1966)*. 1973. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1973. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-21072022-165116/>. Acesso em: 15 set. 2025.

NAVARRA, Wanda Silveira. *O uso da terra em Itatiba e Morungaba: permanência e mudança na organização do espaço agrário (1956-1966)*. 1977. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1977.

NUNES, Carolina Gonçalves. *Formação do território bragantino paulista: o papel dos bairros rurais, fazendas mistas e capelas filiais*. 2021. Tese (Doutorado Urbanismo) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Campinas, 2021.

NUNES, Carolina Gonçalves; SALGADO, Ivone. O papel dos “bairros rurais” na consolidação do território bragantino. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 29, p. 1-68, 2021. DOI: 10.1590/1982-02672021v29d1e30.

NUNES, Mônica Balestrin. Cartografia e paisagem: o mapa como objeto de estudo. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, Brasil, n. 65, p. 96-119, 2016. DOI: 10.11606/issn.2316-901X.v0i65p96-119. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rieb/article/view/125162>. Acesso em: 2 dez. 2025.

OHTAKE, Ruy. PAESANI, Eugênia. FARES, Emílio G. *Plano Diretor de Morungaba*, 1968.

PANERAI, Philippe. *Análise Urbana*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

PEREIRA, Renata Baesso. Tipologia arquitetônica e morfologia urbana. Uma abordagem histórica de conceitos e métodos. *Arquitextos*, São Paulo, ano 13, n. 146.04, Vitruvius, jul. 2012. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.146/4421>. Acesso em: 16 out. de 2025.

PAPARIDIS, Caroline de Paula F. L. *São Benedito, festa e resistência cultural: a contribuição do capital social na preservação do patrimônio imaterial*. 2018. 130 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública e Sociedade) - Universidade Federal de Alfenas, Varginha, MG, 2018.

PEREIRA COSTA, Stael de A.; TEIXEIRA, Maria Cristina V.; MACIEL, Marieta C.; GIMMLER NETTO, Maria Manoela. The Conceptual basis of the Italian School of Urban Morphology and its application to a case study in Brazil. In: STRAPPA, Giuseppe; AMATO, Anna Rita; CAMPOREALE, Antonio (org.). *City as organism: new visions for urban life*. v. 2. Roma: Università di Roma Sapienza, 2016. Anais do 22nd ISUF International Conference, Rome, 2016.

PEREIRA COSTA, Staël de Alvarenga; GIMMLER NETTO, Maria Manoela; SAFE, Simone M. S. Aplicações de conceitos da Escola Italiana de Morfologia Urbana em cidades brasileiras planejadas e multi diferenciadas. In: OLIVEIRA, Vítor (org.). *Diferentes abordagens em morfologia urbana: contributos luso-brasileiros*. Porto: FEUP, 2018.

PETRONE, Maria Thereza S. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1968.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A cidade de São Paulo*. Geografia e história. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

PUPPO, Celso Maria de Mello. *Campinas, Município no Império*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado S.A, 1983.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo de Evolução urbana do Brasil (1500-1720)*. São Paulo: Pioneira. 1968.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil. 1500 - 1720*. 2 ed., São Paulo: Pini, 2000.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *As Minas de Ouro e a formação das Capitânicas do Sul*. São Paulo: Via das Artes, 2013.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *O caminho do Anhanguera*. São Paulo: Via das Artes, 2014.

RIBEIRO, Suzana B. (coord.). *Sesmarias, engenhos e fazendas: Arraial dos Souzas, Joaquim Egydio, Jaguaré (1792-1930)*. v. 1: Território, inventário arquitetônico, cotidiano. Campinas: Direção Cultura, 2016.

RIBEIRO, Suzana B. (coord.). *Sesmarias, Engenhos e Fazendas. Arraial dos Souzas, Joaquim Egydio, Jaguaré (1792-1930)*. v. 2: Sesmarias, caminhos, escravidão, riqueza, imigração, núcleos urbanos. Campinas: Direção Cultura, 2016.

ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SALES JÚNIOR, Dário Ribeiro de. Ler e compreender a cidade: pressupostos para uma análise hermenêutica da herança material do espaço urbano. *Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online)*, São Carlos, Brasil, v. 21, 2023. DOI: [10.11606/1984-4506.risco.2023.215387](https://doi.org/10.11606/1984-4506.risco.2023.215387). Disponível em: <https://revistas.usp.br/risco/article/view/215387>. Acesso em: 29 dez. 2025.

- SALGADO, Ivone; PEREIRA, Renata Baesso. A formação de núcleos urbanos no Brasil Colônia: procedimentos para elevar freguesias a vilas na Capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII. *Paranoá*, [S. l.], v. 10, n. 18, 2017. DOI: 10.18830/issn.1679-0944.n18.2017.10. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/paranoa/article/view/11788>. Acesso em: 21 abr. 2025
- SANGIORGI, Maria Ferraz. *Histórico de Morungaba*. Exemplar datilografado. 1962. 150 p. Arquivo da Biblioteca Municipal de Morungaba. Consulta em: 20 maio 2024.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 11 ed. São Paulo: Edusp, 2002.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Cultura. Departamento de Museus e Arquivos do Estado. Divisão de Arquivo do Estado. *Repertório das sesmarias*. São Paulo: A Divisão, 1994.
- SILVA, J. B. de Souza Briet da; DRACH, P. R. Chaves. Caminhos sagrados: a influência das festas religiosas na Morfologia Urbana em Ouro Preto, cidade colonial brasileira. *Revista de Morfologia Urbana*, [S. l.], v. 13, n. 1, 2025. DOI: 10.47235/rmu.v13i1.448. Disponível em: <https://revistademorfologiaurbana.org/index.php/rmu/article/view/448>. Acesso em: 4 jan. 2026.
- SMITH, Robert Chester. *Robert Smith e o Brasil: arquitetura e urbanismo*. Organização de Nestor Goulart Reis Filho. Brasília, DF: Iphan, 2012. (Obras de Referência, v. 4, t. 1).
- TAGLIAZUCCHI, Silvia. *Studi per una operante storia del territorio: il libro incompiuto di Saverio Muratori*. 2015. Tese (Doutorado em Arquitetura). Dottorato in Ingegneria Civile ed Architettura, Università di Bologna, 2015.
- VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Os Agentes Modeladores das Cidades Brasileiras no Período Colonial. In: CASTRO, Iná et al. (org.). *Explorações Geográficas: percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997.
- VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Os agentes modeladores das cidades coloniais. in: SOUZA, Luciene Pessotti, e RIBEIRO, Nelson Porto. (orgs.). *Urbanismo Colonial Vilas e cidades de matriz portuguesa*. Rio de Janeiro: POD Editora, 2009.
- VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia/feitas, e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222291>. Acesso em: 16 out. de 2024.
- VIEIRA, A. B.; ROMA, C. M.; MIYAZAKI, V. K. Cidades médias e pequenas: uma leitura geográfica. *Caderno Prudentino de Geografia*, v. 1, n. 29, p. 135–156, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7415>. Acesso em: 26 jan. 2026.

WHITEHAND, J.; OLIVEIRA, V. Morfologia urbana Britânica: a tradição Conzeniana. *Revista de Morfologia Urbana*, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 45-52, 2017. DOI: 10.47235/rmu.v1i1.34. Disponível em: <https://revistademorfologiaurbana.org/index.php/rmu/article/view/34>. Acesso em: 7 ago. 2025.

Apêndice 1

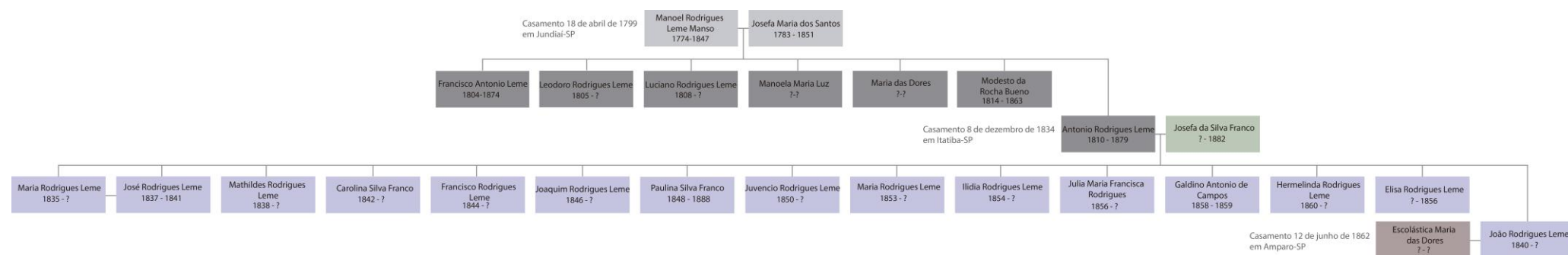


Figura 96 – Genealogia de João Rodrigues Leme e Escolástica Maria das Dores. Elaborado pela autora com base nas informações encontradas no site familysearch.org, 2025.

Apêndice 2

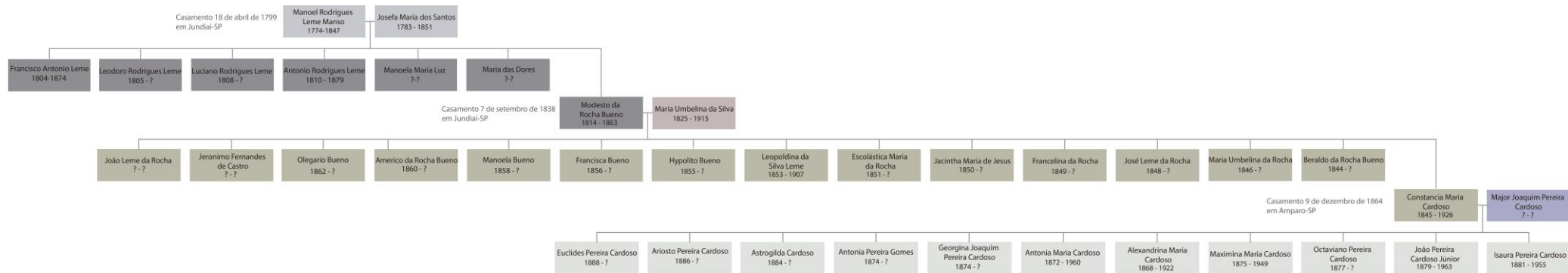


Figura 97 – Genealogia de Joaquim Pereira Cardoso e Constância Maria Cardoso. Elaborado pela autora com base nas informações encontradas no site familysearch.org, 2025.